

**MAURI ANTÔNIO DA SILVA**

**BANCÁRIOS E DESEMPREGO**  
**FLEXIBILIZAÇÃO NO TRABALHO E ESTRATÉGIAS SINDICAIS**

**FLORIANÓPOLIS - 1999**

**MAURI ANTÔNIO DA SILVA**

**BANCÁRIOS E DESEMPREGO**  
**FLEXIBILIZAÇÃO NO TRABALHO E ESTRATÉGIAS SINDICAIS**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA COMO EXIGÊNCIA PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO  
DE MESTRE EM SOCIOLOGIA POLÍTICA.

**FLORIANÓPOLIS - 1999**

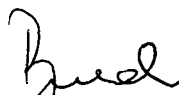
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**BANCÁRIOS E DESEMPREGO**

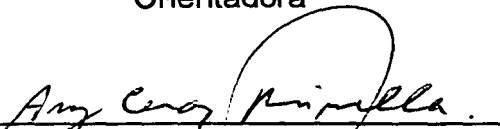
**Flexibilização no Trabalho e Estratégias Sindicais**

Mauri Antônio da Silva

*Esta Dissertação foi julgada e aprovada  
em sua forma final pela Orientadora e  
Membros da Banca Examinadora,  
composta pelos Professores:*



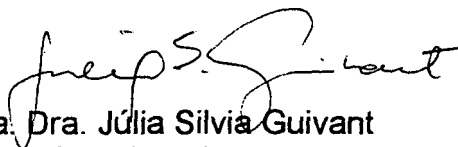
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Bernardete Wrublevski Aued  
Orientadora



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Membro



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Clariton E.D. Cardoso Ribas  
Membro



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant  
Coordenadora

**Florianópolis, junho de 1999.**

## Resumo

Esta pesquisa analisa a natureza e as conseqüências das transformações ocorridas no capitalismo para a categoria bancária e para os sindicatos. Toma como base o estudo do Bradesco, o maior banco privado nacional. As transformações no sistema capitalista internacional a partir dos anos 70 levam à concentração e centralização de capital, aumentando as desigualdades sociais e econômicas em todo o mundo, constituindo um novo padrão de acumulação capitalista denominado acumulação flexível. Os capitalistas tentam eliminar as conquistas trabalhistas e reestruturam as empresas para ampliar a exploração da força de trabalho. O resultado são as enormes taxas de desemprego. As fusões entre bancos, para suportarem a concorrência e sua internacionalização cada vez maior, combinadas com as mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais trazem desemprego para os bancários. Os impasses do sindicalismo em nível mundial - que ingressa numa fase defensiva para enfrentar a crise do capitalismo - têm reflexos nas lutas de classe. O desemprego é resultante do modo de produção capitalista e a organização sindical bancária não consegue mobilização dos trabalhadores bancários para lutar pela implantação de propostas de defesa do emprego.

## Abstract

This research analyzes the nature and the consequences of the changes occurred in the capitalism for the bank workers and their unions based on a study of Bradesco, the largest national private bank. The changes in the international capitalist system since the 70s have resulted in an concentration and centralization of capital, increasing the social and economical inequalities throughout the world, constituting a new capitalist accumulation pattern termed *flexible accumulation*. The capitalists attempt to retreat the labor rights, and restructure their companies to intensify the labor force exploitation. The result is high unemployment rates. The merges of banks to resist competition and their increasing internationalization, combined with the technological, organizational and institutional changes bring about unemployment of the bank workers. The impasses of the unionism at an international level - which enters a defensive phase to face the capitalism crisis - have influences on the class struggles. The unemployment is a result of the capitalist production mode, and the bank worker's union organization fails to mobilize them into struggling for the employment defense proposals.

## Homenagens

Para Aloísio Palhano, líder sindical bancário desaparecido durante o regime militar - era de trevas e obscurantismo - que não calam nossas vozes. Para Manoel Alves Ribeiro, líder comunista de nossa terra. Para Gregório Bezerra, grande organizador e lutador do povo, torturado barbaramente pela ditadura militar. Para Luiz Carlos Prestes, patriota, revolucionário e comunista, homem de notável integridade pessoal e ideológica. Para Florestan Fernandes, teórico marxista e parlamentar petista de primeira grandeza. Aos membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional, do México, e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que mantêm a esperança revolucionária na América Latina. Aos trabalhadores técnico-administrativos, estudantes, e docentes da UFSC, pela disposição de luta demonstrada na greve das Instituições Federais, em 1998. Aos companheiros (as) do Fórum Popular Estadual de Saúde com os quais desenvolvemos uma luta muito importante na atualidade: a defesa da saúde pública. Para os militantes do Diretório Central dos Estudantes que estão juntos enfrentando o projeto educacional autocrático e conservador de Fernando Henrique Cardoso. Aos militantes da Juventude Avançando. Para as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por não abandonarem a teoria marxista e a luta de massas. Aos companheiros da Associação dos Pós-Graduandos, que no calor da teoria ainda encontram tempo para somar-se às lutas em defesa da universidade pública e gratuita. Aos dirigentes sindicais, que em tempos de enorme ataque do capital continuam firmes na luta em defesa dos direitos dos bancários. E, para todos os homens e mulheres que em línguas e caminhos diferentes crêem em um futuro mais humano e lutam para consegui-lo hoje.

## **Agradecimentos**

No decorrer desta dissertação, várias pessoas contribuíram para que chegássemos à fase de conclusão e defesa da dissertação. É impossível mencionar todas, mas há aquelas que não poderíamos deixar de citar.

Tânia Batista. Jorge Gouvêa. Valdir Alvim. Sandra Werle. Valdir Cachoeira. Nise Jinkings. Jacques Mick. Ivan Jairo Junkes. Márcio Furtado. Maria José. Margarida. Raquel Sizanovski. Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Celso Tumolo. Paulo Freire Vieira. Paulo Tumolo. Fernando Pontes de Souza. Hamilton Garcez. Lucinéia Scremin Martins. Alexandre Aguiar. Eliane Soares. Edson Puente e família. Aos meus pais, Ruth e Lázaro, por me incentivarem ao estudo e pela preocupação constante com o meu bem estar. Para os meus familiares, em especial, Mariza, Altamir, Tânia, Caio, Viviane, e Soraia. Funcionários e dirigentes do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Maria Helena. Rui Ricard da Luz. Lenore. Adelaide Gonçalves. Thais Helena Lippel. Ana Carine Montero. Ari Minella. Clarilton Ribas. Bernardete W. Aued. Entrevistados do Bradesco. João Carlos Nogueira. Fábio Ricardo da Silva. Nazareno dos Santos. Izabel Bridi. Maurino Inácio Pereira. André Luiz Silva. Marzeni Terezinha Soares de Oliveira. Ronaldo. Roseli Corteletti. Gustavo Perez Lemos. Alexandre Brandão. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à Pesquisa.

A todos o meu sincero agradecimento.

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I - Adeus ao emprego? .....</b>	<b>5</b>
1. O desemprego como problema .....	5
2. Desemprego: componente estrutural do capitalismo .....	12
3. O desemprego no sistema financeiro brasileiro .....	19
4. A outra face da expansão tecnológica e da especulação financeira .....	22
5. O desemprego na representação dos trabalhadores do Bradesco .....	24
6. Qual é o futuro do trabalhador bancário .....	30
7. Os bancários e a luta sindical contra o desemprego .....	32
<b>Capítulo II - As metamorfoses de bancos e bancários .....</b>	<b>36</b>
1. Os bancos a transformação do sistema financeiro .....	36
2. Os bancos na era da mundialização financeira .....	48
3. Mudanças tecnológicas e organizacionais .....	50
4. As novas tecnologias e o trabalho bancário .....	54
5. O bancário: do papel moeda ao dinheiro eletrônico .....	61



6. A flexibilização através da terceirização .....	71
7. Os programas de qualidade .....	72
8. A estratégia empresarial do Bradesco .....	74
9. A automação no Bradesco .....	76
10. A qualidade como estratégia de atração de novos clientes .....	79
11. O Bradesco e os negócios bancários .....	80
12. O Bradesco e suas relações com o capital nacional e internacional .....	82
13. Relações do Bradesco com o poder político .....	84
14. A terceirização no Bradesco .....	85
15. Formas de dominação da força de trabalho .....	86
16. A Fundação Bradesco .....	88
17. O treinamento do bradesquiano .....	90
<b>Capítulo III - A luta dos sindicatos na atualidade .....</b>	<b>92</b>
1. Sindicalismo na defensiva .....	93
2. Sindicalismo brasileiro: avanços e retrocessos na história do trabalho .....	96
3. O movimento grevista nos anos 90 .....	105
4. Bancários retomam as lutas sob as amarras do regime militar .....	107
5. Anos difíceis para os bancários .....	130
6. O sindicalismo bancário na defensiva .....	138
<b>Conclusão .....</b>	<b>146</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>149</b>

## Lista de Abreviaturas

ATM - *Automated Teller Machine*

ABC - Região industrial de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema

BB - Banco do Brasil

BB-DTVM – Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

BIRD - Banco Mundial

BIS - *Bank for International Settlements* (Câmara de Compensação dos Bancos Centrais)

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BCN - Banco de Crédito Nacional

BESC - Banco do Estado de Santa Catarina

BMD - Banco Mercantil de Descontos

BCN - Banco de Crédito Nacional

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BASA - Banco da Amazônia Sociedade Anônima

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BBR – *Banco Bilbao Vyscaia*

CBO – Código Brasileiro de Ocupações

CEF - Caixa Econômica Federal

CMN - Conselho Monetário Nacional

CPD – Centro de Processamento de Dados

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNB – Confederação Nacional dos Bancários

CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito

CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DESEP – Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Políticos da CUT

DIESAT – Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho

EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos

FENABAN - Federação Nacional dos Bancos

FETEC/PR – Federação Estadual dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Nacional

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Política Econômica e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRB – Instituto de Resseguros do Brasil

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IQNet – *International Certification Network*

ISO – *International Organization Standardization*

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MIPs – Milhões de Instruções Processadas por segundo

OEA - Organização dos Estados Americanos

PAEG – Plano de Ação do Governo

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PEGQ - Projeto de Especialização em Gestão da Qualidade

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIB - Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

RAET - Regime de Administração Especial Temporária

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SUMOC - Superintendência da moeda e do Crédito

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UBB – União de Bancos Brasileiros

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## Lista de Quadros

1. Sistema Financeiro - Número de empregados .....	23
2. Porque fui demitido .....	27
3. Depoimentos sobre o futuro da categoria bancária .....	31
4. Rentabilidade dos bancos no Brasil .....	37
5. Lucro dos bancos com a desvalorização cambial .....	47
6. Greves e grevistas nos anos 80 .....	98
7. Percentual das principais reivindicações das greves em relação ao total .....	99
8. Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve .....	106
9. Distribuição das reivindicações (em %) .....	106
10. Ilustração de algumas greves nacionais da categoria bancária no Brasil (1934-1963) .....	108

## NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR

Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito  
como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada,  
de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural  
nada deve parecer impossível de mudar.

**BERTOLT BRECHT (1898-1956)**

## LUTAS E AUTOCRÍTICAS

Eu sou otimista quanto ao futuro do socialismo no Brasil. Já temos uma classe operária numerosa, com um nível de consciência elevado. O que falta é organizá-la. Não posso calcular um prazo para que isto aconteça. Depende do surgimento de um partido revolucionário, que tenha uma concepção justa da revolução brasileira, com base na realidade nacional e não na abstração (...) No dia em que tivermos, de fato, um partido da classe operária, com uma plataforma verdadeiramente revolucionária, estará aberto o caminho para a unidade de esquerda e a conquista do socialismo (...)

**LUIZ CARLOS PRESTES**

## Introdução

Diante da reestruturação das empresas de todos os setores econômicos para se adaptarem à crise mundial do capital, observamos uma ofensiva burguesa em todo o mundo, destruindo direitos sociais que haviam sido conquistados pelos trabalhadores nas suas lutas contra a exploração capitalista. A concentração e centralização do capital financeiro no âmbito de uma economia mundializada, redefine o perfil de atuação dos bancos que ao invés de investir na produção, amplia a especulação e a ciranda financeira em níveis inéditos na história da economia mundial.<sup>1</sup> As mudanças tecnológicas, gerenciais e organizacionais implementadas pelo sistema financeiro brasileiro geram altas taxas de desemprego e precarização das relações de trabalho. O sindicalismo, em crise ideológica e em recuo defensivo face à crise do capital, não consegue enfrentar o problema. Suas propostas além de não apontarem para a superação do sistema capitalista que gera o desemprego, não conseguem mobilizar a categoria para lutar por elas.

O enorme desemprego que assola a classe trabalhadora mundial – um bilhão de trabalhadores em 1998 – aprofunda-se com a crise do capitalismo em nível internacional, passando a ser um dos principais problemas do sindicalismo bancário no Brasil. Numa categoria que tinha 811.425 trabalhadores no ano de 1989 e que chega a 463.329, em 1997, esta situação torna-se dramática para um setor profissional com tradição de luta e organização sindical extremamente respeitada desde a década de 1930. Verificando o problema do desemprego como um dos principais a serem enfrentados pela classe trabalhadora, focalizamos nossa pesquisa em torno das relações sociais que dão origem ao problema e em seguida buscamos estabelecer as influências das mudanças macroeconômicas para o sistema financeiro e seus desdobramentos para a força de trabalho bancária, compreendendo que as transformações do capitalismo não alteram sua essência, a busca do lucro. A reestruturação produtiva objetiva maximizar o lucro destruindo direitos trabalhistas e forças produtivas; o desemprego é a expressão deste quadro de crise do capital.

Nosso objetivo geral foi o de investigar a relação entre as mudanças tecnológicas, gerenciais e organizacionais dos bancos com o nível de emprego dos bancários e o enfrentamento sindical à esta questão. Duas hipóteses nortearam nossa pesquisa: a) os sindicatos encontram-se enfraquecidos para enfrentar as

---

<sup>1</sup>O ABN-Amro Bank, um banco holandês que compra o Banco Real por R\$ 2,1 bilhões no ano de 1998, é o maior banco estrangeiro do Brasil. Este banco é o maior banco da Holanda e quarto banco europeu com ativos da ordem de US\$ 414 bilhões, a metade do Produto Interno Bruto brasileiro. 40% dos lucros do banco vem da rede doméstica na Holanda, 25% dos Estados Unidos e o Brasil contribui com 13% do total (Revista Prosa e Verbo, agosto de 1998, n.º 08).

demissões, porque no regime de acumulação flexível, se redefine a estrutura ocupacional com a flexibilização de uma parte expressiva da força de trabalho, dificultando a organização sindical e a luta dos trabalhadores; b) o desemprego social é maior que o tecnológico. A redução no número de bancários que vem sendo observada nas últimas décadas intensifica-se com a reestruturação dos bancos que, para adaptarem-se às políticas econômicas implantadas pelo Estado capitalista e continuarem mantendo seus patamares de rentabilidade despedem milhares de trabalhadores.

No decorrer da elaboração da pesquisa lembramo-nos muitas vezes das situações que passamos como trabalhador explorado. Minha história pessoal é igual a de milhões de pessoas. Filho de agricultores, trabalhamos desde pequeno na lavoura, ajudando o meu pai no cultivo de arroz, feijão, milho, café, mandioca, tomate etc. Passamos por diversos tipos de trabalho possíveis no campo: bóia-fria, arrendatário, meeiro, empreiteiro. Trabalhando durante o dia e estudando à noite desde os 11 anos, conseguimos completar o 2º grau e aos 18 anos fizemos o serviço militar em Ponta Grossa, Estado do Paraná. Em 1984, após dar baixa, vimos à Florianópolis. Inicialmente trabalhamos 14 dias como ajudante de instalações telefônicas, na empresa Ericsson do Brasil. Não nos adaptamos ao serviço e retornamos à Wenceslau Braz, no Paraná. Voltamos no mês de agosto para trabalharmos como escriturário no Banco Real.

Participamos da primeira greve de bancários em 1985. Foi uma adesão pessoal ao saber do movimento de greve. De um orelhão telefônico, na Avenida Presidente Kennedy, em São José, Santa Catarina, telefonamos à supervisora do Centro de Processamento de Dados, Marue Kamada, avisando que por solidariedade ao movimento não iríamos trabalhar, pois os bancários estavam em greve. Não nos demitiram, apesar de nossa participação na greve.

Em 1986 ingressamos no Movimento de Oposição Bancária (MOB) que tinha por objetivo derrotar a direção pelega que administrava o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região e construir um sindicato de luta. Conquistamos o Sindicato em 1987, após uma histórica greve de nove dias em março deste ano. Foi uma greve de marcante participação dos bancários. Após a posse, enfrentamos o desafio de organizarmos a categoria bancária em Florianópolis e colaboramos na construção de uma nova proposta sindical no país, a Central Única dos Trabalhadores.

Objetivando entender as profundas mudanças que ocorrem no setor financeiro nas últimas décadas resolvemos interromper a atividade sindical em 1996 e desligamo-nos do banco Real para nos dedicar ao Mestrado, buscando refletir teoricamente sobre as lutas dos trabalhadores, seus limites e desafios.

Esta pesquisa tem a feição de estudo auto-referente, pois sendo hoje ex-bancário, acompanhamos na prática, as dificuldades daqueles que, independentemente de vontade encontram-se na condição de desempregados. Além disso, também enfrentamos como dirigente sindical a difícil tarefa de organizarmos os trabalhadores numa conjuntura tão adversa. Por isto, a importância de realizarmos esta pesquisa, que dentro de seus limites teóricos é a reflexão de um militante sobre a prática de um movimento do qual faz parte. Esperamos que esta modesta contribuição possa apontar caminhos para a luta dos trabalhadores bancários



por melhores condições de trabalho e vida.

Nesta pesquisa realizamos um estudo de caso sobre o Bradesco, um dos bancos que mais implanta novas tecnologias e demite nos últimos anos, constatado na coleta de dados através dos mapas de emprego e desemprego na categoria bancária publicados pelo DIEESE. Com isto, enriquece-se a pesquisa com dados elucidativos do drama vivido pela categoria bancária, que são relacionados com as conjunturas econômicas do período estudado (1985-1998). O período é delimitado em função da retomada das greves nacionais da categoria a partir de 1985, a emergência e consolidação do novo sindicalismo entre os bancários na década de 1980 e o início de ondas de demissão no ano de 1986, com a implantação do Plano Cruzado.

Para uma compreensão histórica do processo realizamos um levantamento no jornal Folha Sindical, do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, de Santa Catarina, entre os anos de 1987 e 1998. Além disso, foram entrevistados 11 trabalhadores, dos quais dois são ex-dirigentes sindicais, quatro são bancários que continuam trabalhando, e cinco são ex-funcionários do banco. A maior parte dos entrevistados trabalharam mais de cinco anos no Bradesco. No caso dos desempregados, obtivemos uma lista fornecida no sindicato. No caso dos empregados marcamos as entrevistas diretamente no local de trabalho. No decorrer da dissertação o nome dos trabalhadores que ainda estão no banco não são mencionados para evitar repressão patronal.

As representações de cada entrevistado estão determinadas pelas relações destes com a realidade social que os cerca. As perspectivas menos críticas acerca do Bradesco encontram-se, por exemplo, naqueles que nunca participaram de uma greve. Ao passo que entre os que participam de greves, a contestação das políticas organizacionais, tecnológicas e administrativas, são maiores, particularmente, entre os que tomam-se dirigentes sindicais e passam a ter contato com uma ideologia socialista.

As 11 entrevistas realizadas tiveram em média, 45 minutos de gravação, que foram analisadas a partir de várias questões: perfil do entrevistado, trajetória profissional, mudanças ocorridas, experiência militante, análise das propostas contra o desemprego, perspectivas do sindicalismo e do trabalho.

A redação desta dissertação subdivide-se em III Capítulos. No I Capítulo, fazemos uma abordagem geral com dados atualizados do desemprego no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, bem como do sistema financeiro brasileiro e do Bradesco. O desemprego é compreendido como resultado das relações sociais instauradas pelo capitalismo que para se reproduzir necessita apropriar-se do fruto do trabalho e ampliar cada vez as taxas de mais-valia absoluta e relativa para sobreviver no mercado competitivo capitalista. É realizada uma abordagem do desemprego na categoria bancária relacionando-a com os planos econômicos e aos ajustes promovidos pelo sistema financeiro brasileiro para se adaptar à conjuntura econômica mundial e nacional. Em seguida apresentamos a visão de alguns trabalhadores bradesquianos sobre as origens das demissões e as propostas do sindicalismo cutista, vinculado à Confederação Nacional dos Bancários.

No II Capítulo, analisamos as transformações do sistema financeiro brasileiro para adaptar-se ao desenvolvimento do capitalismo. São analisadas as mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais que alteram o perfil do trabalhador bancário e do processo de trabalho dentro dos bancos. Analisamos o maior banco privado do Brasil e da América Latina, o Bradesco, abordando-se o histórico do banco; as

mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais implementadas; sua relação com os organismos de poder; suas estratégias de exploração da força de trabalho e os números relativos ao seu desempenho econômico.

No III Capítulo, abordamos a crise do sindicalismo nas últimas décadas, marcado em sua organização pela reestruturação capitalista em curso e pelo intenso desemprego. Evidenciando o recuo do sindicalismo mundial, que passa a vivenciar uma postura defensiva e de abandono de bandeiras de luta históricas da classe trabalhadora, situamos o sindicalismo brasileiro, em particular, o bancário, também integrante desta trajetória.

## Capítulo I

### Adeus ao emprego?

#### 1. O desemprego como problema

Se a riqueza de uns poucos aumenta como consequência da concentração do capital, a miséria se amplia para um número cada vez maior de trabalhadores. O desenvolvimento do capitalismo e de suas relações sociais traz consigo os milhões de desempregados no mundo. Eis, portanto, um dos mais graves problemas humanos com o qual se defronta a humanidade neste fim de século.<sup>1</sup> Os números do desemprego em nível mundial, nacional e estadual chamam-nos a atenção para a necessidade de empreender-se análises acerca do fenômeno do desemprego, e apontar alternativas que busquem superá-lo.

A crise do capitalismo, expressa nas baixas taxas de crescimento da economia nos últimos anos, vem ampliando a crise do emprego. O desemprego que é um componente estrutural da acumulação capitalista aumenta nestes períodos em que há enorme destruição das forças produtivas e ataque às conquistas históricas dos explorados.<sup>2</sup> A divulgação do informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Emprego no Mundo (1998-99) é um alerta mundial para o problema que, segundo o seu diretor geral, Michel Hansenne, está piorando: 1 bilhão de trabalhadores estão sem emprego, compondo aproximadamente um terço da população ativa do mundo.

Em 1998 os números do desemprego nos principais países do mundo são os seguintes: Espanha, 19%; Bélgica, 13,5%; Itália, 13%; França, 13%; Alemanha, 12%; Brasil, 7,8%; Inglaterra, 4,5%; Holanda, 4,5%;

---

<sup>1</sup>O que nos anima são as possibilidades emancipatórias da humanidade, já que: "A humanidade, escreve Marx, jamais coloca a si mesma problemas que não pode resolver, já que, olhando mais de perto, vê-se que o problema só surge onde as condições materiais para a sua solução já existem, ou pelo menos estão em vias de se concretizar (...) o que a humanidade conheceu no século XX é a manutenção do capitalismo, e hoje pode-se dizer muito tempo depois, que a humanidade já havia levantado a questão de sua superação como questão a ser resolvida de forma imediata, e depois que 'as condições de existência material' do socialismo 'tivessem eclodido em seu seio'. Lenin pressentiu tal possibilidade, mas, em 1916, ainda podia acrescentar que o abcesso 'será necessariamente eliminado'. Trotski, em 1938, foi levado a dizer, de forma infinitamente mais 'pessimista, que 'as premissas' objetivas da revolução proletária não apenas estão maduras mas até já começaram a apodrecer'. Quanto a nós, temos de recomeçar a partir das ruínas do stalinismo" (CHESNAIS, 1997, p.11).

<sup>2</sup>COGGIOLA, O. A "Civilização do Tempo Livre". In: KATZ, C.; BRAGA, R.; COGGIOLA, O. *Novas Tecnologias – crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo, Editora Xamã, 1995.

Japão, 4,5%; EUA, 4,5%; Áustria, 4%; Suíça, 3%.<sup>3</sup> Com o aprofundamento da crise capitalista, as perspectivas apontadas neste cenário são de aumento das taxas de desemprego para o ano de 1999.

Há um crescimento do trabalho precário nos vários países industrializados que chega a taxa de 30% na década de 1980. Na Espanha, em 1986, 17% dos contratos de trabalho são temporários e em 1990 chega a 34%. Informes oficiais estimam em 2 milhões o número de trabalhadores precários na França, sem contar os jovens com trabalho em tempo parcial. Em Portugal, 200 mil crianças trabalham em condições parecidas às do século XIX, segundo informes da Unesco. No mundo todo o número de crianças com menos de 15 anos que trabalham chega a 250 milhões. Nos Estados Unidos 4,5 milhões de trabalhadores vivem de empregos precários conforme cálculos do Professor Peter Gutman, da Universidade de Nova York. Bolsões de pobreza se criam nos países avançados em função da imigração ilegal. Nos EUA, as detenções de imigrantes ilegais chega a 700 mil anuais. O trabalho ilegal e escravo aumenta em vários países do mundo. O capitalismo regride nas relações trabalhistas reestabelecendo relações pré-capitalistas de produção.<sup>4</sup>

*O desemprego vem crescendo em todos os países industrializados. A taxa de desemprego, que havia ficado em torno de 4% nos anos setenta, pelo menos duplicou nos últimos 15 anos, atingindo uma média de 8,5% para o conjunto de 24 países que compõem a OCDE. Mas, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego, pari passu vem se expandindo o trabalho precário em todo mundo, tomando o que era uma característica dos países subdesenvolvidos em uma realidade mundial. Segundo Beynon, 40% da força de trabalho inglesa não tem contrato padronizado, são trabalhadores ocasionais, em tempo parcial, temporários, ou domésticos. Para Harvey, apenas 25% da força de trabalho encontra-se no núcleo estável da economia, os outros 75% encontram-se em atividades periféricas, trabalhos precários, ocasionais, ou no desemprego.<sup>5</sup>*

A fragmentação do trabalho, as contratações em condições precárias e a deterioração do mercado de trabalho mundial geram maior insegurança no trabalho e aprofundam as desigualdades de renda.<sup>6</sup> Os rendimentos do trabalho tornam-se crescentemente variáveis, instáveis e sem garantia de continuidade para a grande maioria da classe trabalhadora. São as consequências da desregulamentação das relações de trabalho, que por várias décadas após a Segunda Guerra Mundial eram mediadas pela intervenção do

<sup>3</sup>Veja, 11/11/98, p.173.

<sup>4</sup>KATZ, C.; COGIOLA, O. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?* São Paulo, Xamã Editora, 1995, p. 134.

<sup>5</sup>MENEULEU NETO, A. "Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva". In: TEIXEIRA, F. S. (org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo, Cortez, Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 1996, p.100-1.

<sup>6</sup>"Será que nós vamos trabalhar sempre? Cada vez mais? Tecnologia tira emprego braçal e dá emprego mais para quem conhece. O mercado de trabalho está cada vez pior. Um exemplo. eu, com 31 anos, se perco o emprego, não tenho faculdade, não tenho nenhum trabalho. Não sou costureira, não sou cortador, não sou funcionário de escritório. Eu administro uma confecção. Não tenho um trabalho meu. Se voltar para o mercado de trabalho de novo terei muita dificuldade para arrumar emprego e quando arrumar vou ganhar um salário baixo". (Izabel Briedi Vaz, ex-funcionária do Bradesco, entrevistada em 26/04/98).

Estado. Diante do enxugamento das empresas e das compressões do salário real instaura-se a heterogeneização do trabalhador. Agora temos os trabalhadores de tempo parcial, os temporários, os de emprego casual, os trabalhadores por conta própria. Além do desemprego, há portanto, um enorme crescimento do trabalho precarizado que tem impacto negativo na organização sindical, ainda despreparada para representar esta força de trabalho.

Nos anos 90 a crise de emprego no Brasil se agrava. Com a implementação das políticas econômicas de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso há uma brutal recessão no país. A abertura do mercado interno ao capital internacional com redução das barreiras alfandegárias, a desregulamentação da economia e as privatizações provocam desemprego. As empresas implementam novas formas de gestão da força de trabalho, buscando o envolvimento dos trabalhadores em programas de qualidade e produtividade para poderem enfrentar a concorrência interna e externa. Novas tecnologias são implementadas para produzir mais com menos gente<sup>7</sup>. Conforme dados do Ministério do Trabalho, são extintos mais de 2 milhões de postos de trabalho no setor formal da economia e a taxa de desemprego praticamente dobra. Em 1998, os índices do IBGE<sup>8</sup> indicam mais de 7% e o DIEESE 18,1% (abril/98) sobre a População Economicamente Ativa (PEA)<sup>9</sup>. A taxa apurada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE/SEADE na Região Metropolitana de São Paulo, salta de 10,3%, em 1990, para cerca de 18,3%, em 1998. Após o Plano Real, mesmo com uma taxa acumulada de crescimento do PIB da ordem de 16,6%, a taxa de desemprego não cede. Ao contrário, por duas vezes muda de patamar, passando a oscilar em níveis mais elevados<sup>10</sup>. Para o DIEESE, o desemprego tende a aumentar, sobretudo no primeiro semestre de 99, podendo recuar no segundo. Entretanto, a média anual de desemprego será certamente superior à verificada em 1998, de 18,3% na região metropolitana de São Paulo, refletindo a relação entre desemprego e recessão ocorrida nos últimos anos. Cabe ressaltar que o acordo (Memorando de Política Econômica) do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, divulgado em Brasília, em 8 de março de 1999, é bastante explícito: “Prevê-se agora que a atividade econômica projetada em 1999 será menor que a prevista há poucos meses, com uma redução média da ordem de 3,5% do PIB para o ano”.<sup>11</sup>

<sup>7</sup>DIEESE. *Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina*. Florianópolis, dezembro de 1996.

<sup>8</sup>A metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que é realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, considera a seguinte situação de desemprego: DESEMPREGO ABERTO: pessoas que procuraram trabalho na semana da entrevista (sete dias) e não realizaram nenhum trabalho remunerado (ou trabalho familiar superior a quinze horas) no mesmo período (PESQUISA DIEESE, nº 10, outubro de 1994).

<sup>9</sup>A metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação SEADE e o DIEESE, realizada anualmente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Belém e em fase de implantação em Curitiba, considera as seguintes situações de desemprego: DESEMPREGO ABERTO: pessoas que procuraram trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECÁRIO: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado em auxílio a negócio de parentes) e que procuraram trabalho nos últimos trinta dias; DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado de trabalho, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses (PESQUISA DIEESE, nº 10, outubro de 1994).

<sup>10</sup><http://www.dieese.org.br/esp/real/desdolar.html>, 29/04/99.

<sup>11</sup><http://www.fazenda.gov.br/portugues/ajuste/fmimpe.html>, 29/04/99.

Em Santa Catarina há os mesmos problemas de exclusão e desemprego vividos no restante do país. O comportamento do emprego a partir de 1990 reflete as conseqüências da política econômica governamental e do desenvolvimento do capitalismo. A combinação de recessão com abertura da economia leva os empresários a um comportamento defensivo que elimina postos de trabalho. Segundo o DIEESE, a reestruturação produtiva aumenta a produtividade trocando trabalhadores por máquinas, além da adoção de novos métodos da gestão da produção.<sup>12</sup>

O desemprego vem atingindo os trabalhadores catarinenses de forma avassaladora após a implantação do Plano Real. Dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE/SC) constata a eliminação de 41.599 empregos em Santa Catarina desde julho de 1994, quando o plano é iniciado. Como deveriam ser gerados 200 mil empregos ao ano para absorver o crescimento da população economicamente ativa, conclui-se que o Plano Real produz um déficit de mais de 200 mil empregos. Os empregos criados a partir de 1993 e na primeira fase do plano de estabilização são eliminados após o segundo semestre de 1995, quando o governo federal eleva a taxa de juros para conter a saída de reservas internacionais.<sup>13</sup> Nestes últimos anos altera-se o perfil do emprego em Santa Catarina. A indústria elimina 44.938 postos de trabalho entre julho de 1994 e janeiro de 1998, numa redução de 12%, enquanto o setor de serviços apresenta uma elevação de 4,36%. Isto, todavia, compensa apenas 26,52% das vagas perdidas na indústria.

Com o aumento do desemprego aumenta também a pobreza, ambos relacionados ao processo mais amplo de valorização do capital pelo trabalho. No planeta Terra cerca de 1 bilhão de pessoas vivem em pobreza absoluta, 900 milhões de adultos são analfabetos, 100 milhões de pessoas não têm casa, 150 milhões de crianças menores de 5 anos são desnutridas.<sup>14</sup> Na medida em que produz a acumulação do capital, os trabalhadores produzem, eles mesmos, os instrumentos do seu afastamento, de sua transformação em superpopulação relativa, ou seja, de sua desqualificação, desemprego e degradação social.

*Não que o pauperismo da força de trabalho seja necessariamente a condição básica da existência da riqueza capitalista, mas é a repartição discricionária do excedente econômico que acaba por produzir e reproduzir a situação de penúria generalizada. Assim, mesmo que a sociedade possa atingir o estágio da abundância, não está plenamente assegurada a resolução da privação do necessário para quem vive do seu trabalho.*<sup>15</sup>

O desemprego agrava as desigualdades sociais. Em 1991, um quinto mais rico da população do mundo apropria-se de 84,7% do PIB mundial, enquanto um quinto mais pobre está com 1,4%. Em 30 anos, a

---

<sup>12</sup> DIEESE, 1996, p. 65.

<sup>13</sup> Jornal O Estado, de 24 e 25/04/99. "SC elimina 41 mil empregos desde o início do Plano Real", página 6.

<sup>14</sup> RIGOTTO, R. M. "Saúde dos Trabalhadores e Meio Ambiente em Tempos de Globalização e Reestruturação Produtiva". In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. Brasília, Ministério do Trabalho/ Fundacentro, 1998, pp. 9-20.

<sup>15</sup>POCHMANN, M. *Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança - um estudo histórico das experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde a Segunda guerra aos dias de hoje*. São Paulo, LTR, 1995, p.22.

disparidade de renda entre estes dois extremos passa de 30 por um, para 60 por um.<sup>16</sup>

O mercado de trabalho cada vez menor manifesta-se como fonte de opressão, exacerbando a competição entre os próprios trabalhadores. Uma série de exigências passam a ser feitas ao trabalhador, transferindo-se para ele a responsabilidade de se adaptar a esta nova situação. Além de conviver com o desemprego, ele é pressionado para obter mais qualificação e assim ter condições de inserção no mercado de trabalho. Como as empresas tornam-se cada vez mais seletivas para contratar, as exigências aumentam cada vez mais. Na verdade, estas exigências acabam funcionando muito mais como um processo de exclusão, do que uma real necessidade de qualificação para o contratado cumprir as funções requeridas para o cargo.

Para Forrester nada é mais vergonhoso para o ser humano que o desemprego, além da indiferença circundante.

*Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o desemprego projeta, apesar de fora de uso, mas ainda determinando o seu estatuto. O fenômeno atual do desemprego já não é mais aquele designado por aquela palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende encontrar soluções e, sobretudo, julgar os desempregados. De fato, a forma contemporânea daquilo que ainda se chama desemprego jamais é circunscrita, jamais definida e, portanto, jamais levada em consideração. Na verdade, nunca se discute aquilo que se designa pelos termos “desemprego” e “desempregados”; mesmo quando esse problema parece ocupar o centro da preocupação geral, o fenômeno real é, ao contrário, ocultado. Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tomados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho, vale dizer, empregos.<sup>17</sup>*

A dificuldade do trabalhador em vender sua força de trabalho gera desintegração social, com impactos em sua auto-estima, vida familiar, saúde mental,<sup>18</sup> e suas relações pessoais e sociais, pois fica destruída a premissa básica da existência humana, ou seja, que os homens devem estar em condições de fazer história,

---

<sup>16</sup>RIGOTTO, p.14.

<sup>17</sup>FORRESTER, V. *O Horror Econômica*. São Paulo, UNESP,1997, p. 10-1.

<sup>18</sup>Muitos trabalhadores são levados ao suicídio: “Foram mais de uma centena de mortes no trabalho, em todo o país, nos estabelecimentos bancários de todo o Brasil, sendo que esta trágica soma alcançou o número de 72 suicídios num período de 3 anos (93-95), perfazendo a sinistra média no período de um a cada 15 dias. A fonte destes dados é o Centro de Epidemiologia do Ministério da Saúde” (XAVIER, 1998, p.18).

Para ver a relação entre saúde e as transformações do capitalismo neste final de século ver também: RIGOTTO, R. M. “Saúde dos Trabalhadores e Meio Ambiente em Tempos de Globalização e Reestruturação Produtiva”. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, Brasília, Ministério do Trabalho/ Fundacentro, 1998, p. 9-20.

e para isso é preciso acesso aos bens materiais mínimos como comida, habitação e roupas.<sup>19</sup>

*À medida em que as pessoas não podem mais se identificar por meio do trabalho e não conseguem viver com um determinado padrão de renda, têm dificuldade em estabelecer um padrão e um estilo de vida. A situação cria um forte individualismo e irresponsabilidade com relação ao coletivo. É a decadência.<sup>20</sup>*

Na economia de mercado o trabalhador depende da venda da força de trabalho aos capitalistas. Estar desempregado é estar excluído involuntariamente das regras desta sociedade. O desconforto do trabalhador frente à situação do desemprego dar-se-á fundamentalmente porque ele não dispõe do salário para comprar as mercadorias. Ou seja, os meios necessários para satisfazer suas necessidades e manter-se vivo.<sup>21</sup>

A rigor, o desemprego é resultado do processo de acumulação de capital. Historicamente o capitalismo convive com o desemprego, sendo este em alguns momentos mais ou menos intenso. O desemprego pode ser entendido como o resultado das relações de produção capitalistas que necessita do aumento constante das taxas de mais-valia para reprodução do capital.

Na origem do fenômeno do desemprego estão as relações sociais do modo de produção capitalista que divide a sociedade em duas classes antagônicas, trabalhadores e capitalistas, não proprietários e proprietários dos meios de produção, com interesses distintos. Os capitalistas querem aumentar seus lucros e entram numa concorrência intensiva entre eles. O lucro os leva a ampliar e intensificar a produção. As grandes empresas são melhor equipadas no sentido técnico, vendem mercadorias em grandes quantidades e em preços mais vantajosos. A ampliação, ou manutenção da produção, é realizada com a apropriação da mais-valia, o aumento do capital constante e do capital variável. A concentração do capital é consequência do processo de acumulação da parte da mais-valia que é replicada na produção das mercadorias.

*(...) tem de se duplicar a produtividade de seu trabalho, o que exige alteração no instrumental ou no método de trabalho ou em ambos ao mesmo tempo. Tem de ser revolucionadas as condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e conseqüentemente o próprio processo de trabalho. Entendemos aqui, por elevação da produtividade do trabalho em geral, uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor-de-uso.<sup>22</sup>*

---

<sup>19</sup>MARX, K. *La ideología alemana*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1973.

<sup>20</sup>CACIAMALI, M. C. "Desempregados somam 1,36 milhão". In: *Gazeta Mercantil, Balanço Anual 1997*. São Paulo, p.17.

<sup>21</sup>MARX, 1973.

<sup>22</sup>MARX, K. *O Capital - Crítica da Economia Política* - Livro I VI, 15ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, 2 v. (966 p.), p.362.



A intensificação da produtividade que gera a mais-valia relativa reduz o tempo de trabalho necessário para produzir determinada quantidade de mercadorias, possibilitando ao capitalista reduzir o valor da mercadoria para vendê-la. É um impulso imanente do capitalismo desenvolver ao máximo as forças produtivas através da incorporação da ciência ao trabalho materializado, diminuindo por consequência o valor das mercadorias e da força-de-trabalho.

A acumulação de mais-valia relativa propicia a reprodução do capital e explica o desemprego, pois, quanto mais intensa, maior será o exército industrial de reserva.<sup>23</sup>

*Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la. Isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).<sup>24</sup>*

O desenvolvimento do capitalismo gera o aumento cada vez maior da produção de mercadorias, o que aumenta conseqüentemente a necessidade de mais força de trabalho. No entanto, também cria a condição em que forma-se o excedente dos trabalhadores, que é maior ou menor conforme as necessidades do capital.

Ao ampliar a produção, os capitalistas introduzem novas máquinas que substituem uma parte de trabalhadores. O resultado é que a relação entre o capital constante (C) e o capital variável (V) transforma-se, ocorrendo um aumento do capital constante (meios de produção) e uma diminuição do capital variável (parte do capital convertida em força de trabalho). Assim, a composição orgânica do capital aumenta, diminuindo a necessidade de força de trabalho.

O desemprego ajuda a diminuir os salários dos trabalhadores ocupados abaixando o valor da força de trabalho. Os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho pressionam para entrar nele a qualquer preço e rebaixam o valor da força de trabalho. Os capitalistas passam a utilizar o desemprego para intensificar o trabalho e diminuir o nível de vida dos trabalhadores, pois, diante da ameaça do desemprego, aumenta a sujeição do trabalhador ao capital. A força de trabalho barata é utilizada para retomar um novo ciclo de crescimento econômico. O desemprego, portanto, é componente intrínseco do processo de produção capitalista, aparecendo em maior intensidade nos momentos de contração, e diminuindo, nos períodos de expansão da

---

<sup>23</sup>Conforme Karl Marx: “ Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 1996, p.733-4).

<sup>24</sup>MARX, K. *O Capital - Crítica da Economia Política* - Livro I V II, 15ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, 2 v. (966 p.), p. 211.

indústria e da economia. E, quanto maior a acumulação e centralização de capitais no capitalismo, maior é o número de desempregados e excluídos.

Estando atado às leis de acumulação capitalista na qual foi transformado em uma mercadoria que tem maior ou menor procura em função dos movimentos de expansão e contração econômica do capitalismo, resta aos trabalhadores a alternativa de lutar para sobreviver dentro dele ou lutar contra ele.<sup>25</sup>

## **2. Desemprego: componente estrutural do capitalismo**

As grandes manifestações de desemprego mais conhecidas deste século, que são evidentes na década de 30, no apogeu das idéias liberais, e agora no final do século, com a retomada deste mesmo ideário em contraposição à políticas econômicas de estilo keynesiano, estão associadas com o processo de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. O desemprego torna-se um fenômeno inerente à história do capitalismo. As flutuações do crescimento econômico, na primeira metade do século XX, formam um pano de fundo para as altas taxas de desemprego, e as duas guerras mundiais que travam-se entre os países imperialistas.

Na década de 20 deste século, mesmo com um retorno ao crescimento global, o desemprego é alto, ficando em média entre 10% e 12% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, e 17 a 18% na Dinamarca. Os Estados Unidos da América é exceção com uma taxa média de desemprego de 4%. Esta retomada de crescimento ocorre sob um enorme fluxo de capital internacional que invade os países industriais, como é o caso da Alemanha. No entanto, com a retirada do dinheiro americano de circulação após 1929, estes países que tomam emprestado ficam em péssima situação. Em 1929, os Estados Unidos sofrem um grande abalo que fica conhecido como a grande depressão ou crise de 29. A superprodução da indústria americana leva à quebra da Bolsa de valores de Nova York, e à desvalorização de seus produtos, como também, de seu mercado financeiro e de sua moeda. Como a maioria dos países ocidentais depende economicamente dos Estados Unidos, a crise que a princípio é só americana, transforma-se em crise mundial.<sup>26</sup> O desemprego é

---

<sup>25</sup>(...) dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. Mas, todos os métodos para produzir mais-valia são ao mesmo tempo métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital" (MARX, 1996, p. 748-9).

a principal consequência desta crise sobre os trabalhadores.

*(...) a consequência básica da depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. No pior período da depressão (1932-3), 22% e 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. E, o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 1930 abaixo de 16 a 17% na Grã-Bretanha e Suécia ou 20% no resto da Escandinávia. O único estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938. Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar.<sup>27</sup>*

As taxas de desemprego na década de 30 deste século demonstram o fracasso das políticas liberais. O liberalismo econômico, fundado na concepção do mercado auto-regulável, que ressurgiu hoje em vários países como resposta à crise do desemprego, foi destrutivo para os trabalhadores. Os países imperialistas passam a refutar o liberalismo e a proteger as suas economias. A Grã-Bretanha, o Canadá, a região da Escandinávia e os EUA deixam o padrão ouro, que sempre fora encarado como a base de trocas internacionais estáveis, em 1931-2. Em 1936 juntam-se a eles os belgas, holandeses e franceses. A Grã-Bretanha abandona o livre-comércio e o mundo todo entra numa corrida geral para a autoproteção. Os governos ocidentais priorizam o social sobre o econômico para evitar os perigos da radicalização de esquerda e direita.

Vive-se nesta época à sombra de uma das maiores catástrofes econômicas da história moderna, de uma retração econômica de extrema violência, onde os três maiores países industriais do mundo – Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha – têm 10 milhões de trabalhadores desempregados. A superprodução de mercadorias faz com que os resultados das vendas das mercadorias sejam menores que os custos de produção.

Segundo Keynes, a grande queda da economia parte de uma situação no início da década de 20, onde os preços estão muito altos e os capitalistas obtêm lucros enormes. Repentinamente há uma queda de preços muito grande e tão rápida que leva à catástrofe econômica que atinge vários países, inclusive o Brasil.

O equilíbrio da economia não pode ser restaurado nem pela redução do número de mercadorias e nem pela redução dos salários, mas sim pela intervenção do Estado de tal forma a promover um novo ciclo de crescimento. Do ponto de vista de Keynes é a falta de novos empreendimentos, face a um mercado

---

<sup>26</sup>MENDONÇA, S. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo, Moderna, 1996, p.37.

<sup>27</sup>HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos. O Breve Século XX 1914-1991*, 2a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.97.

perigoso para investimentos de capital, que gera esta situação.<sup>28</sup> No contexto do comércio internacionalizado, a produção insuficiente de novos bens de capital afetam os preços das mercadorias e os lucros dos capitalistas em todos os países. Em parte, isto deve-se ao fato de os empréstimos para empresas ou países dependentes serem realizados sob taxas de juros muito altas, em condições que os empreendimentos não podem dar retorno. A queda dos preços é desastrosa para os que tomam empréstimos e vantajosa para os que adiam novos empreendimentos.

Keynes propõe uma restauração do equilíbrio entre os emprestadores e tomadores de empréstimos produtivos, através da intervenção dos governos na economia. Os bancos centrais das potências econômicas da época, Banco Federal da Reserva dos Estados Unidos, Banco da França e Banco da Inglaterra devem restaurar a confiança no mercado internacional de empréstimos a longo prazo, para reviver os empreendimentos e as atividades em todos os lugares, restaurando os preços e os lucros, para que as rodas do comércio internacional voltem a mover-se.

A catástrofe econômica que a humanidade experimenta por conta da exacerbação do livre mercado deixa uma lição: a necessidade da intervenção do Estado e do planejamento capitalista do desenvolvimento do mercado, sobretudo porque a União Soviética, um país socialista, de economia centralmente planejada, havia passado imune pela crise da década de 30.

*(...) a expansão do Estado de bem-estar social, do pleno emprego e do próprio movimento de pressão social voltadas para a redução dos indicadores de pobreza e de privação nas principais economias capitalistas não deixaram de significar uma resposta frente à ameaça comunista.*<sup>29</sup>

A URSS entra numa industrialização ultra-rápida sob os seus Planos Quinquenais, com um grande crescimento de sua economia e conquistas sociais que impressionam observadores estrangeiros de todas as ideologias.

Para a burguesia é preciso conter o avanço do socialismo, fazendo concessões às lutas dos trabalhadores para evitar uma ruptura do sistema capitalista. Deste modo, após a Segunda Guerra Mundial o pleno emprego torna-se a palavra de ordem nos países capitalistas vencedores, sob a inspiração do economista John Maynard Keynes.<sup>30</sup>

É um longo período, pelo menos nos países desenvolvidos, em que as taxas de desemprego são reduzidas, aumentando o fortalecimento dos sindicatos e dos partidos políticos representativos dos interesses dos trabalhadores. O Estado passa a assumir o papel de integrar a força de trabalho ao processo de

---

<sup>28</sup>As idéias do economista inglês John Maynard Keynes sustentam a tese de que o setor privado não é capaz por si só de manter a estabilidade da economia, sendo necessária, a intervenção do Estado para que se mantenha o equilíbrio e se empregue todos os recursos para manter a estabilidade do sistema capitalista. O Estado, portanto, aparece como solução para o problema da crise capitalista. As idéias de Keynes não pretendem questionar o capitalismo e sim salvá-lo, por isso, não conseguem evitar as novas crises.

<sup>29</sup>POCHMANN, p.32.

<sup>30</sup>SCHUMPETER, J.A. *Teorias Econômicas de Marx e Keynes*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

desenvolvimento, num novo período do capitalismo em que registra-se uma combinação entre altas taxas de crescimento econômico, baixa inflação e melhor distribuição de renda.<sup>31</sup> O trabalho assalariado é o traço predominante de inserção social e acesso à renda neste período de estabilidade e expansão da acumulação capitalista.

O caminho aberto do pós-guerra gera o consenso em torno dos objetivos de pleno emprego, crescimento e equidade, que se constituem nos pilares do Estado do bem-estar social (*welfare state*) e do keynesianismo, liderados pela potência capitalista hegemônica, os Estados Unidos.

A grande expansão econômica do capitalismo iniciada em 1945 dura até o começo da década de 70, quando o capitalismo enfrenta uma nova crise, dando início a outro período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Vejamos suas origens em seguida.

Harvey (1994) identifica na queda da produtividade e lucratividade das empresas depois de 1966 o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos, que só é sanado às custas de uma acelerada inflação, solapando o dólar como moeda-reserva internacional estável. À crise da hegemonia dos Estados Unidos segue-se um fortalecimento da Europa Ocidental e do Japão, desafiando a potência hegemônica. O fortalecimento do mercado do euro-dólar, a contração do crédito no período 1966-1967, são sinais da redução do poder dos Estados Unidos no mercado financeiro internacional. A competição internacional passa a intensificar-se, abalando a continuidade do acordo de Bretton Woods e produzindo a desvalorização do dólar.

Na análise de Harvey, no período de 1965 a 1973, torna-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo, levando-o a tentar superar os problemas de acumulação através da adoção de novas formas de organização da produção que ele denomina acumulação flexível. Este autor demarca a recessão de 1973, com o choque do petróleo, como o início de um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político das nações e das classes sociais.

Em Dieterich (1998), as razões da crise referem-se a uma mudança da hegemonia burguesa mundial. O regime econômico de 1945 até o final da década de 70 representa uma ditadura do capital produtivo conhecida como keynesianismo. Este regime está baseado na necessidade de se buscar evitar um novo colapso da economia capitalista global. A liberalização gradual do comércio e o controle estrito dos fluxos de capital mediante taxas de intercâmbio fixas garante a estabilidade e evolução controlada da economia sob supervisão de órgãos internacionais como o FMI, o BIRD, o Banco Mundial e o BIS (Bank for International Settlements). Este modelo de acumulação ao entrar em crise, nos anos sessenta, é substituído por um novo modelo, hegemônico pelo capital financeiro.

---

<sup>31</sup>MATTOSO, J. A. *Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scrita, 1995.

O crescimento do Produto Mundial, previsto pelo FMI, em outubro de 1997, em 4.3 %, será em 1998 e 1999 da ordem de 1.5%. A economia mundial está estancada e poderá ter um decréscimo per capita nos próximos anos. O Japão, a maior economia da Ásia, sofre sua mais severa contração desde a Segunda Guerra Mundial, com uma redução média anual de 3.5 % e as principais economias latino-americanas - Brasil, México e Argentina- estão em situação de aguda iliquidez, agravadas pelas políticas econômicas impostas pelo FMI.<sup>32</sup>

Para Kurz (1992), a crise atual é uma crise do sistema mundial produtor de mercadorias. O autor destaca que o mundo único, finalmente realizado e reconhecido como tal, baseia-se nos pressupostos da produção de mercadorias e do mercado, revelando-se como uma visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir, guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis.

Chesnais, ao falar da mundialização do capital, afirma que estamos dentro de um novo contexto, de liberdade quase total do capital para desenvolver-se e valorizar-se. Os entraves e limites que o capital fora obrigado a aceitar no período pós-1945 estão sendo esmagados por uma ofensiva conservadora em todo o mundo para manter as taxas de lucro dos capitalistas. Para este autor francês a mundialização do capital só pode ser compreendida como um segmento de uma fase mais longa na evolução do modo de produção capitalista.

O deslocamento espacial das atividades industriais para os países de baixa renda viabilizado pelos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos não é o aspecto mais fundamental da reestruturação capitalista em curso nos últimos 25 anos. Para Arrighi (1996), o aspecto central desta reestruturação é uma mudança de fase dos processos de acumulação do capital, em escala mundial. Sua teoria aponta que a economia mundial capitalista tem sempre se expandido por duas fases que se alternam: uma fase material, onde o capital monetário é canalizado para o comércio e a produção e uma fase financeira, no curso da qual uma massa crescente de capital é revertido para sua forma monetária e rumo para empréstimos e especulação.

A expansão capitalista das décadas de cinquenta e sessenta anuncia a própria maturidade do sistema ao se converter na expansão financeira das décadas de setenta e oitenta. Nos anos setenta houve a expansão financeira dos países de alta renda para os países de baixa renda. E nos anos oitenta, os fluxos de capital se contraem e se alojam nos esconderijos da especulação financeira. Esta crise precipita a retirada dos direitos do trabalho e a crise sindical.

---

<sup>32</sup>DIETERICH, H. "Crise Capitalista na Aldeia Global". In: *Revista Plural*, nº 10. Florianópolis, ano, ago/dez 1998, p.11.

Nenhuma das expansões financeiras passadas seria um estágio terminal de uma maior expansão material da economia mundial capitalista. Cada ciclo de expansão financeira é seguido de uma profunda reestruturação capitalista que dá base a uma nova expansão material. Todas as reversões no ímpeto organizacional do capital ocorrem em períodos de expansão financeira e estão intimamente associados às mudanças na configuração espacial do processo em escala mundial de acumulação de capital, observada pela alternância de movimentos regulatórios e desregulatórios.

A reestruturação industrial de países como Japão e Alemanha confronta-se com os EUA, tendo relativo sucesso devido ao fato de que suas moedas servem de reserva internacional, permitindo-lhes fazer frente ao dólar sem riscos para o seu balanço de pagamentos. A posição financeira internacional e o alto grau de coesão interna neutralizaram de forma razoável o impacto da flutuação do dólar e da taxa de juros internacional.

Tavares (1993) assinala que o Japão e a Alemanha são os únicos países capazes de financiar internamente, a juros baixos, tanto o investimento privado quanto a dívida pública, dada a abundante liquidez endógena de seu mercado bancário privado. Os superávits comerciais e a exportação de capitais para os EUA pelas grandes empresas privadas são compatibilizados com altas taxas de investimentos e de poupança interna e permitem, ainda, reciclar as reservas internacionais sem grandes acelerações inflacionárias.

No decurso das décadas de 70 e 80, os Estados Unidos reafirmam a hegemonia econômica, militar e ideológica no mundo. Nos últimos anos os norte-americanos continuam a dar a palavra final em assuntos geopolíticos e econômicos, principalmente quando está em questão a decisão de empréstimos do Fundo Monetário Internacional para as nações capitalistas subordinadas aos países do capitalismo central, o Grupo dos 7, composto por EUA, Inglaterra, França, Itália, Japão, Canadá e Austrália.

Este processo de reestruturação da economia mundial conforma uma nova ordem internacional que deixa de fora dos benefícios do progresso técnico vastas áreas geográficas do globo, e por que não dizer, piora dramaticamente os índices de desenvolvimento humano conquistados no padrão de desenvolvimento do pós-guerra. Aumentam as distâncias entre ricos e pobres, entre países do Norte e países do Sul.

A partir de 1978, a burguesia começa a dismantelar as conquistas do Welfare State e inicia as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, que os países capitalistas adotam um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e Reagan, em 1980, nos Estados Unidos da América, que ficam conhecidas como políticas neoliberais. Os objetivos do crescimento, equidade e pleno emprego da “era de ouro” do capitalismo passam a ser substituídos pelos objetivos de equilíbrio

macroeconômico, eficiência e competitividade.

O capital engajado na produção agride brutalmente as condições de trabalho, impondo aos trabalhadores uma redução acentuada de direitos sociais. Até nos países centrais as condições de exploração que nunca deixaram de existir são agravadas com o desemprego e o corte de benefícios sociais.

É neste contexto que o desemprego retorna na década de 1980 como manifestação da crise econômica internacional, conjugada com as transformações tecnológicas, organizacionais, produtivas, financeiras e sociais do capitalismo em escala mundial. Os trabalhadores são despedidos em larga escala com o processo de transformação industrial que atinge vários países, como na Inglaterra que perde 25% da sua indústria manufatureira entre 1980-4, e nos países do Terceiro Mundo onde regiões inteiras têm suas economias destruídas pela mundialização do capital.<sup>33</sup> Consta-se um desemprego médio de 11% da população européia, ou em torno de 33 milhões de desempregados nos países da OCDE.<sup>34</sup> Na Espanha, o desemprego da população adulta está em 24% e da população jovem até os 20 anos, está em 34%, apesar dos contratos flexíveis que são implantados pelo governo de Felipe González com o pretexto de aumentar o emprego.<sup>35</sup>

As privatizações efetuadas pelos governos dos países que adotam as políticas neoliberais orientadas pelo Fundo Monetário Internacional contribuem para o aumento das taxas de desemprego agravando o problema global de escassez de oportunidades de trabalho geradas pela crise capitalista e pela reorganização produtiva das empresas.<sup>36</sup>

A tendência geral da industrialização neste novo período do capitalismo é substituir homens por máquinas, reduzir custos de produção atacando direitos sociais e trabalhistas, aumentar a produtividade através da implantação de novas técnicas de gestão e organização do tempo de trabalho e eliminar o pleno emprego.

A cada inovação tecnológica, nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, são feitos cortes na legislação que protege os direitos dos trabalhadores. O emprego temporário, o trabalho infantil, os cortes nas férias e nas jornadas de trabalho, a redução de salários, os bancos de horas, aparecem nas novas leis trabalhistas como exigências inexoráveis da globalização.

<sup>33</sup>HOBSBAWN, 1995.

<sup>34</sup>A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi criada em 1961 e sucedeu a OECE (Organização Européia de Cooperação Econômica), criada esta em 1948 para gerir os fundos emprestados pelos Estados Unidos aos países capitalistas europeus para a reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial (Plano Marshal). A OCDE hoje reúne vinte e cinco países, sendo o México, o último aderente. A OCDE tem por tarefa essencial indicar aos Estados a política a seguir para estabilidade e desenvolvimento dos mercados financeiros, na prática para o benefício central do capital-financeiro norte-americano" (SIZE e GOULART, 1998, p.68).

<sup>35</sup>TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p.13.

<sup>36</sup>O número de trabalhadores do setor elétrico brasileiro decresce fortemente nos últimos anos, em paralelo com a privatização das empresas de energia elétrica. Entre o final do ano de 1994 e de 1997, o setor perde 50 mil empregos diretos. O número de empregados cai de 188 mil para cerca de 138 mil trabalhadores. São perdidos mais de um quarto do total de postos de trabalho em três anos. Além disso, no setor elétrico, foram demitidos trabalhadores com alto nível de escolaridade, qualificação técnica e experiência profissional, cujo desemprego representa além de um problema social e humano, um sério desperdício de recursos produtivos imprescindíveis para um país tão carente como o nosso" (Clóvis Scherer, fragmentos do Artigo Privatização e Desemprego, publicado em agosto de 1998, na revista Peão, dos funcionários da Eletrosul)".



### 3. O desemprego no sistema financeiro brasileiro

Contemporaneamente a crise do capitalismo obriga a burguesia a rever as formas através das quais assegura a sua reprodução. Em âmbito mundial observa-se o predomínio da burguesia financeira sobre o conjunto das frações burguesas. No movimento de expansão internacional do capital é a desregulamentação das relações econômicas que amplia mercados para os grupos financeiros mais fortes. Neste contexto, aumenta a competitividade entre os bancos, que para sobreviverem na concorrência intercapitalista, recorrem a novas formas de exploração da força de trabalho. Se por um lado, aumenta a concentração do setor, sobrevivendo apenas os bancos mais fortes e mais próximos dos círculos de poder governamental, por outro, são implementadas profundas alterações no processo de trabalho e na infra-estrutura tecnológica dos bancos.

O desemprego é um expediente que tem sido utilizado pelos banqueiros para maximizar a rentabilidade do capital e se adequar às novas condições de acumulação capitalista. No Brasil e em várias partes do mundo, o processo de reestruturação do sistema financeiro em nível nacional e internacional vem ocorrendo de forma acelerada e propiciando enorme desemprego.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Um recente relatório da Executiva Nacional dos Bancários, vinculada à Central Única dos Trabalhadores apresenta um breve cenário da situação internacional (LUZ, 1998). Os bancos estrangeiros vem adotando uma política ofensiva de penetração nos mercados financeiros de outros países reduzindo espaços dos concorrentes, e uma política de enxugamento de quadros funcionais que coloca a luta contra o desemprego como um dos grandes desafios para o movimento sindical. Em Portugal, com a revolução dos cravos em 1975 o sistema financeiro é estatizado e as mudanças começam a ocorrer na década de 1990 com a privatização de alguns bancos. O maior banco português é a Caixa Geral de Depósitos (CGD) onde 100% das ações são do governo. Já se fala em venda das ações do banco, mas isto só se dará após a ampliação dos negócios da CGD no mundo. No Brasil, a CGD compra o Bandeirantes que tem ação concentrada em vários estados do nordeste e sudeste. A CGD inicia neste final de ano as ações de ajuste e anunciam fechamento de agências e demissões para reduzir custos argumentando que a média de funcionários por agência no Brasil é muito grande. Outros bancos portugueses investem hoje em parcerias ou incorporações para ampliar investimentos na Europa e América do Sul, como é o caso do Banco do Espírito Santo que adquire o banco Boa Vista Brasileiro e o Banco Português de Investimentos que associa-se ao Itaú. Na Itália o sistema financeiro vem propondo reorganização desde a década de 80. Os maiores bancos italianos estão propondo fusões não só neste país, como na Europa. O maior banco italiano a Banca Commerciale (Comitty), proprietária junto com uma associação de bancos do Banco Sudameris, propõe a diminuição do papel sindical e diminuição do número de funcionários dos seus quadros. As bandeiras de luta do movimento sindical bancário neste momento é a luta contra a colonização financeira e a diminuição da participação da máfia no sistema financeiro. No Brasil, o banco Sudameris além das demissões já efetuadas, prepara um novo pacote de demissões na busca da redução do número de funcionários por agência. O sistema financeiro espanhol no conceito capitalista é o mais competitivo, fruto de reengenharias adotadas visando abocanhar fatias de mercado por todo o mundo, principalmente no processo de mundialização do capital onde os grandes bancos estão comprando os pequenos e médios bancos incapazes de sobreviver num mercado de acirrada concorrência. Os maiores bancos espanhóis já são produtos de várias fusões. O BBV e o banco Santander, espalham-se por todo o mundo e consolidam-se em vários países. Estes bancos trabalham com a idéia de estabelecer padrões globais para o seu funcionamento. No Brasil, os espanhóis prometem ser parâmetro para outros bancos e a proposta deles é padronizar agências com uma média de 09 empregados por ponto de atendimento. Esta política está levando a demissões em massa. A média de empregados do Banco Santander por agência nos países da América Latina é considerada muito elevada: Brasil, 17; Peru, 40; Argentina, 26. O Banco Bilbao Vyscaia (BBV) anuncia que demitirá no Brasil 12% do seu quadro de funcionários. Na Holanda, o maior banco ABN-AMRO é produto de uma fusão na década de 80. Hoje é considerado uma exceção na Europa, pois negocia com os sindicatos a redução da jornada de trabalho. A partir deste momento cresce o número de empregos e o banco encontra dificuldades para encontrar quadros especializados. No Brasil, o ABN-AMRO compra o controle acionário do Banco Real. A política do banco não cogita de demissões em larga escala, somente as que estão programadas por conta de avaliações internas. Na Inglaterra, os bancos Midland, National e HSBC estão concluindo planos de ação até 2.003 que passa por reorganização do seu funcionamento. Hoje há conflito com o movimento sindical por excesso de trabalho, principalmente porque a cultura inglesa obriga os bancos a abrirem no natal.

A exploração do trabalhador bancário possibilita ao banqueiro uma maior apropriação do excedente concentrado em suas mãos sob a forma de lucro, que é determinado a partir da relação que estabelece com os juros, e através da exploração da força de trabalho.<sup>38</sup>

Os bancos brasileiros vem passando por ajustes desde meados dos anos 80 e isso tem implicado em demissões de trabalhadores bancários. O argumento patronal vem sempre na linha de demitir pessoal para compensar as perdas de receitas advindas dos sucessivos planos de estabilização da economia. A introdução de novas tecnologias, as fusões, os planos de demissões voluntárias e a terceirização de atividades tem permitido aos bancos funcionar com um número reduzido de pessoal.

*No sistema financeiro brasileiro, a problemática do desemprego ficou menos visível que nos outros setores da economia, quando a conjuntura recessiva e a intensificação da automatização, a partir do final dos anos 70, provocaram quedas generalizadas no nível de emprego. A forte expansão do setor bancário no período encobriu, de certa forma, a manifestação do fenômeno que se poderia chamar 'desemprego indireto': o crescimento do emprego dava-se em níveis mais baixos que os do volume dos serviços desempenhado nos bancos, o que indicaria um aumento da produtividade do trabalho bancário. O desemprego tornou-se objeto maior das preocupações dos bancários durante a vigência do plano de estabilização econômica de 1986 (Plano Cruzado) e a partir de 1990, quando caíram efetivamente os níveis de emprego nos bancos.*<sup>39</sup>

A demissão dos bancários sempre estão associadas aos planos econômicos que se implantaram no país entre o final da década de 1980 e a década de 1990. Durante o Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, são fechadas mais de mil agências e demitidos cerca de 120 mil bancários. Segue-se um período de três anos em que as admissões voltam a superar o total de desligamentos, embora em nível inferior aos demais segmentos da economia.

O Plano Verão, editado em 15 de janeiro de 1989, anuncia recessão, compressão salarial, privatizações e demissões nas estatais. Os banqueiros por ocasião do Plano Verão demitem em massa e arrocham salários para continuar mantendo os seus enormes lucros. O Bradesco, por exemplo, tem um lucro de 52 milhões de cruzados novos no ano de 1988. De 1987 a 1988 ele diminui os gastos com funcionários. O peso dos salários sobre as receitas, em 1987, é de 4,95%. Em 1988, é de 3,49%.<sup>40</sup>

De março de 1990 ao final de 1991, com o confisco de ativos financeiros promovido pelo Plano Collor, há uma nova inflexão na trajetória do emprego, dando-se início a mais uma longa onda de demissões. Até o final de 1991, o sistema financeiro elimina 126 mil empregos, configurando uma redução de 15,3% do

---

<sup>38</sup>SEGNI, L. *A Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina*. São Paulo, Educ/Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, 1988, p. 21.

<sup>39</sup>JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro; automação e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1995, p. 92-3.

<sup>40</sup>Folha Sindical nº 81, 13.04.89.

pessoal nos bancos. Entre 1992 e 1993 o ritmo dos desligamentos diminui. A atenuação das demissões dá-se num momento em que os níveis inflacionários voltam a subir e atingir os patamares de 20% mensais. Neste período são eliminados, em média, 1.187 postos de trabalho por mês, o que representa uma redução de 4% da categoria bancária.<sup>41</sup>

Em 1994, o binômio arrocho/recessão, que é a base dos últimos planos, é incorporado ao Plano Real trazendo graves prejuízos para a economia brasileira e atacando direitos sociais. O Plano Real repete a fórmula de todos os planos anteriores. Os principais sacrificados são os trabalhadores que pagam a conta da crise com o arrocho salarial que lhes foi imposto e as demissões implementadas pelas empresas para adaptarem-se ao novo cenário econômico. Num ambiente de crise do capital, o que verifica-se é que as medidas econômicas sempre protegem os interesses do capital, em especial dos grandes banqueiros que em nenhum momento deixam de ganhar com as medidas econômicas. No período inflacionário com as altas taxas de inflação e após o Plano Real, com os juros altos.

A estabilidade do Plano Real traz para os trabalhadores uma realidade assustadora que se expressa nos mais altos índices de desemprego aferidos pelo DIEESE e IBGE, na pauperização da maioria da população e na destruição de direitos sociais, através da crescente precarização do trabalho. A elevação da taxa de juros para mais de 40% ao ano visa manter a credibilidade do Plano Real na economia mundial, atraindo-se os capitais especulativos.

Nos anos de 1994 a 1995 o desemprego volta a intensificar-se após os ajustes do sistema financeiro ao Plano Real. O resultado das fusões, incorporações, liquidações e privatizações de bancos é o desemprego de milhares de trabalhadores. Desse modo, o total de bancários no país no final de 1995 era estimado em 571 mil, representando uma redução de 30,8% em relação ao início desta segunda onda de demissões. Esta alteração do nível de emprego se dá no contexto em que o governo federal volta a tomar medidas que permitam a queda das taxas de inflação.

Os impactos da estabilização econômica sobre os bancos ampliam as demissões entre 1995 e 1996, quando chega-se ao mês de dezembro com o número total de 497.000 bancários, no país. Com a continuidade das demissões no ano de 1997, o DIEESE registra a redução da categoria bancária para o número de 463.329. Uma redução significativa se considerarmos que em dezembro de 1986 o número total era de 842.188 bancários.

Após o Plano Real, editado em março de 1994 o ajuste do setor intensifica-se com as fusões, incorporações e privatizações de bancos; a ampliação das parcerias com grupos estrangeiros; a segmentação dos mercados e da clientela; a criação acelerada de novos produtos e serviços e a busca de novos mercados. Neste processo de reestruturação por qual vem passando o sistema financeiro brasileiro vem ocorrendo uma intensa dispensa

---

<sup>41</sup> DIEESE. *Evolução recente do emprego bancário no Brasil*. Belo Horizonte, Subseção FETEC/PR, Subseção SEEB-BH, Subseção SEEB-SP, julho de 1998.

de força de trabalho. Nos bancos privados o ajuste vem ocorrendo há mais tempo. Nos bancos públicos federais e estaduais o ajuste é mais recente e intensifica-se na década de 1990, com o início do governo de Fernando Collor de Melo e a implantação do modelo neoliberal no país que é levado adiante pelos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. As liquidações, privatizações ou transformação em agências de fomentos dos bancos públicos são antecedidas de Planos de Demissões Incentivadas que reduzem drasticamente o número de empregados no setor público.

**Tabela 1. Estoque Estimado de Empregos no Setor Financeiro (\*)** (final de período)

Bancos Múltiplos, Comerciais, de Investimento, Caixas Econômicas etc ...

Brasil 1989-1997

EMPREGOS	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
ESTOQUE	811.425	740.745	687.326	669.413	658.849	624.756	558.691	497.109	463.329
VABSOLUTA	12.424	-70.680	-53.419	-17.913	-10.564	-34.093	66.065	-61.582	-33.780
VRELATIVA	n.d	8,7%	-7,2%	2,6%	-1,6%	-5,2%	-10,6%	11,0%	-6,8%

Fonte: CAGED-MTb - Módulo I

Elaboração: DIEESE - Linha Bancários. (\*) - Os valores do estoque e da variação absoluta e relativa são estimativas (ver nota 70, p.65). A base de cálculo é o estoque em 31/12 da RAIS 1995.

#### 4. A outra face da expansão tecnológica e da especulação financeira

O número de bancários que trabalham no Bradesco vem se reduzindo ano a ano, mantendo estreita relação com o processo de ajuste do banco aos planos econômicos implementados pelo governo e à reforma bancária que vem ocorrendo à margem de qualquer debate com a sociedade brasileira. O banco vem promovendo um ajuste na sua estrutura de pessoal desde a segunda metade dos anos 80, quando elimina entre os anos de 1986 e 1989 mais de 35.000 empregos.

Entre 1991 e 1996, os cortes atingem 39% dos trabalhadores do banco (29.221). Entre 1993 e 1997 a redução atinge 32% eliminando 20.606 postos de trabalho. As demissões são mais intensas em 1995 e 1996, quando os cortes atingem 13% do quadro efetivo. Em 1997 os cortes atingem 6% do quadro, mesmo patamar do ano de 1993. Essa redução é mais ampla que a verificada em todo o sistema financeiro brasileiro. Estima-se para o mesmo período, uma redução de 29% no total de bancários no Brasil. A participação dos bancários do Bradesco neste conjunto se reduz em 0,4%. Bamerindus, Itaú e o Bradesco

são os três bancos privados que mais demitem. O Bradesco é o campeão de demissões no período. Em números absolutos ele eliminou mais de 61 mil empregos (-58,8%) entre 1990 e 1997. O Itaú vem em seguida com um enxugamento de 41 mil vagas (-53,2%).

### **Quadro 1 - Sistema Financeiro Número de empregados**

DATA	BRADESCO	ITAÚ	BAMERINDUS
<b>31/12/86</b>	140.000	74.696	33.196
<b>31/12/87</b>		80.371	31.886
<b>31/12/88</b>	114.000	84.169	36.015
<b>31/12/89</b>	104.269	77.499	40.671
<b>31/12/90</b>	91.647	60.865	39.153
<b>31/12/91</b>	75.092	49.433	34.397
<b>31/12/92</b>	68.031	42.679	31.489
<b>31/12/93</b>	63.549	40.830	31.325
<b>31/12/94</b>	60.742	37.119	30.434
<b>31/12/95</b>	52.886	36.636	28.127
<b>31/12/96</b>	45.471	31.368	22.950
<b>31/12/97</b>	42.943	36.263	23.756

(\*) Banco Itaú mais empresas coligadas

Elab: DIEESE/SEEB-Rio

Fonte: DIEESE/SEEB-POA

Os diretores do Bradesco agem de forma impiedosa com os seus funcionários quando trata-se de imprimir as diretrizes capitalistas para a sobrevivência da empresa no mercado financeiro.<sup>42</sup> Ao falar sobre o

<sup>42</sup> "O grupo de treze executivos que forma o estado-maior de Lázaro Brandão é constituído de pessoas de origem humilde, que começaram no Bradesco como escriturários ou caixas. Encontram-se entre os vice-presidentes alguns que não tem curso superior, um ex-professor primário, um bacharel em direito pela faculdade de Osasco. Essa elite do Bradesco não joga golfe, dá duro em cursinhos de inglês e seu assunto predileto, fora do banco, é o futebol. Mas eles conhecem profundamente o funcionamento de um banco, sabem como pensa o cliente, e por isso o Bradesco funciona como uma máquina ágil" (Veja, 22 de janeiro de 1997, pág.107).

papel do banco numa economia estabilizada pelo Plano Real, o presidente do Bradesco, assim se pronuncia em 26 de junho de 1996: “Investimos mais de US\$ 1 bilhão nos últimos dez anos em tecnologia. Aumentamos a produtividade e conseguimos administrar um banco com menos pessoas”.<sup>43</sup> Nesta época o banco possui apenas 48 mil funcionários. Bem menos que os 159 mil funcionários que tinha no ano de 1985.

Ao lado da redução abrupta do número de empregados, aumenta significativamente os ganhos de produtividade. Os números de empregados por agência diminui de 45 em 1990 para 28,5 em 1996, numa variação negativa de 45%. Também há uma queda concomitante na média de empregados por ponto de atendimento neste mesmo período, de 26,1 para 20,8, numa variação negativa de 20%.

Com menos funcionários, o Bradesco vem realizando mais operações e transações em função da automação acelerada. O número de empregados por agência diminui 39%, passando de uma média de 36, em 1993, para 22, em 1997. O número médio de contas correntes por empregado cresce 44% entre os anos de 1993 e 1997. A média de contas de poupança aumenta 42% e a média de clientes atendidos por guichês por empregado cresce 57%.<sup>44</sup>

## 5. O desemprego na representação dos trabalhadores do Bradesco

Várias razões vem sendo apontadas como a origem do desemprego na categoria bancária, por isso, através da participação de nossos entrevistados, traçamos um painel da visão dos trabalhadores do Bradesco acerca desta questão bastante polêmica. Como neste primeiro depoimento onde as novas tecnologias e o papel do sistema financeiro nacional são destacados como os motivos principais.

*Tem relacionamento com dois fatores principais: um com a mudança que acontece com a informatização do sistema, que mais levou a demissões em massa. O outro é uma mudança na hegemonia que o sistema financeiro adquire a nível internacional e nacional, e a redefinição do papel dos bancos. O Bradesco já financiou, por exemplo, a agricultura, a habitação. Portanto, na medida que o Estado flexibiliza essas possibilidades para os bancos, sobretudo a partir da Constituição de 88, isso é um outro facilitador que combinado com as novas tecnologias produz o desemprego. O banco trabalhando única e exclusivamente na especulação precisa ter um número de funcionários considerável, inclusive para explorar essa desgraça nacional, essa inflação galopante com estagnação do desenvolvimento. A estabilização da moeda acelera ainda mais as demissões nos bancos.*<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup>Folha de São Paulo, 27/06/96.

<sup>44</sup>DIEESE. *Banco Bradesco: Desempenho em 1997*. Belo Horizonte, março de 1998.

<sup>45</sup>João Carlos Nogueira, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, entrevistado em 14/05/98.

O próximo entrevistado afirma que a tecnologia não é o principal fator determinante e relaciona o desemprego com os planos econômicos e a rotatividade de pessoal existente nos bancos privados. Além disto ele analisa o foco principal da questão: os banqueiros precisam ter lucro e para isso demitem. O aumento da tecnologia não melhora o atendimento. Se é verdade que diminui os custos do banco com pessoal, o atendimento dos clientes piora com a continuidade das filas dentro e fora das agências.

*A tecnologia não é fator principal. Não existe garantia de emprego para funcionários dos bancos privados. Os planos econômicos também ajudaram para que isso ocorresse. Uma coisa principal é que o banqueiro sempre visa o lucro, então quando vai se falar em contenção de despesa, a primeira coisa que se faz em relação a gastos é a demissão. Ocorreu um número grande de investimentos na área de informática, um número grande de demissões e as pessoas que ficaram tiveram um acúmulo de serviço. Mas, por outro lado, as filas nos bancos cresceram e o número de caixas diminuiu. Com a implementação de novas tecnologias deveria ser o contrário fazendo com que houvesse um maior número de bancários, principalmente em áreas de ponta, como é a agência, e as filas diminuído.<sup>46</sup>*

Funcionários que atualmente trabalham no Bradesco também têm esta interpretação, como é o caso da entrevistada abaixo, que trabalha no caixa de uma agência, em Florianópolis. A percepção liga-se à conjuntura macroeconômica, relacionando as demissões com a recessão.

*Lucro ele sempre vai ter. Mas quando começa a diminuir um pouco a primeira coisa que ele faz é a redução do quadro de funcionários. "Vamos reduzir despesas. Então vamos demitir funcionários." É claro que às vezes tem justificativas achando que o funcionário não trabalha bem, ou acontece alguma coisa no andamento do serviço que conduz a uma demissão, mas quando é decidido aleatoriamente é questão de recessão no país.<sup>47</sup>*

O capitalismo não é resultado puro e simples do processo tecnológico, ainda que dele não possa prescindir. As tecnologias são pretexto para demitir e funcionar com menos trabalhadores como afirma o ex-funcionário do Bradesco. Elas sempre existiram, basta lembrar que o primeiro computador foi introduzido no banco no ano de 1962, no entanto a escalada das demissões se acentua nas últimas décadas. Fato bastante evidente é que o aumento da tecnologia aumenta o trabalho dos que ficam no banco e mantém a continuidade das filas que impede a melhoria do atendimento aos clientes que precisam efetuar transações financeiras nas agências.

---

<sup>46</sup>Fábio da Silva, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, entrevistado em 27/04/98.

<sup>47</sup>Funcionária do Bradesco, entrevistada em 18/05/98.

*Sempre foram constantes esses avanços tecnológicos, esses caixas eletrônicos, esses avanços na tecnologia interna do banco, em nível de contabilidade, etc. Isso aí sempre fez com que o banco tivesse uma desculpa para dispensar funcionário. Na prática a gente sentia muito pouco que essas mudanças tecnológicas pudessem realmente diminuir o trabalho dos funcionários. Houve muitas mudanças tecnológicas a nível de atendimento ao cliente, de facilitação, o autoatendimento, o cliente controlar a sua conta. Só que o trabalho interno do banco muito pouca coisa eu vi que justificasse essas demissões. O que acontecia é que saía um e o outro tinha que suprir a falta daquele, sobrecarregava-se ainda mais de serviço. Dizer assim: botaram um computador lá dentro, é um programa novo que fez com que três ou quatro cargos tiveram que ser extintos, é uma coisa que não me lembro não. Os caixas de autoatendimento do cliente aumentaram, só que continuam as mesmas filas quilométricas de sempre, com um quadro reduzido de caixas. Tinha sessenta, agora tem quinze. Tem o autoatendimento dos clientes. Aquilo é automatizado tudo, mas vai ver as filas como é que ficam. Emprego para mais caixas ali ainda tinha. E se tem emprego para caixa, tem emprego para pessoal de retaguarda, tem emprego para supervisor, tem emprego para tesoureiro, tem emprego para todo mundo.<sup>48</sup>*

Estas entrevistas reafirmam a análise de que as demissões não estão relacionadas somente às tecnologias, mas também, ao novo perfil de atuação do sistema financeiro que está cada vez mais elitizado, e às relações sociais estabelecidas no interior do capitalismo. De outro modo, seria possível evitar o avanço do desemprego desde que ocorresse uma redução substantiva da jornada de trabalho, ao contrário da intensificação que ocorre na exploração dos ritmos de trabalho do bancário. Mas, a sede de lucro dos banqueiros leva-os a colocarem em primeiro plano o enxugamento de seus quadros de pessoal para adaptarem-se às políticas econômicas que são implantadas no país.

Partimos da premissa que o desemprego é social, ou seja, decorrente da necessidade do capitalismo demitir trabalhadores para realizar-se na concorrência intercapitalista, principalmente no contexto de uma economia crescentemente internacionalizada, onde há um processo de fusão e incorporação dos bancos, levando ao acirramento da concentração do capital financeiro.

Observamos junto aos entrevistados que distintos elementos contribuem decisivamente para a situação de aumento do desemprego na categoria bancária. Assim, evidenciamos as relações destes elementos com as transformações por que passa o sistema financeiro brasileiro. Há as demissões diretas ocorridas após períodos de greve e em função do enxugamento promovido pelo banco e as demissões indiretas, induzidas por transferências, estresse, ou opção do funcionário, que são em menor número.

---

<sup>48</sup> André Luiz Silva, ex-funcionário do Bradesco, entrevistado em 08/05/98.



## Quadro 2 - Porque fui demitido

### CENÁRIO

Governo Collor confisca a poupança e depósitos acima de Crz 50.000,00. Recessão e desemprego.

### MOTIVO

Demissão direta e arbitrária do banco. Política governamental afeta o nível de emprego da categoria e o funcionamento do sistema financeiro.

### DEPOIMENTO

*Saí do banco no início do governo Collor. Aquele bloqueio de dinheiro dele enfraqueceu muito o dinheiro de caixa. O movimento financeiro deu uma caída fora de série. E na época a agência deveria ter em torno de 180 funcionários. Por muito tempo se passava de braços cruzados, o pessoal da agência. Foi o período em que mais as instituições financeiras demitiram. Eu já estava a quatro anos lá no BDN. Veio a ordem da matriz. Eu acho que não estava sendo mais tão útil a eles como já tinha sido. Veio a ordem para diminuir o quadro de funcionários. Foi eu, o Almir, o Itamar como gerente, e outros tantos funcionários.<sup>49</sup>*

### CENÁRIO

Plano Collor – 1990. Inflação baixa. Recessão e desemprego.

### MOTIVO

Demissão induzida face ao estresse. Mudanças na administração.

### DEPOIMENTO

*Estava havendo muitas demissões, o pessoal antigo do banco, estava sendo demitido. Também teve gente que estava pedindo demissão por causa do excesso de trabalho. A Marceñi era contadora e pediu demissão. Stela foi mandada embora logo depois. O contador nosso, um pouco antes tinha sido mandado embora também. Um pouco antes foi o plano Collor. Em 87 teve uma mudança, depois em 90 houve uma mudança na administração do banco e logo começou a demissão. Para o banco, na época, não foi bom também.<sup>50</sup>*

<sup>49</sup>Entrevista do ex-funcionário do Bradesco, Maurino Inácio Pereira, em 23/04/98.

<sup>50</sup>Izabel Bridi, ex-funcionária do Bradesco, entrevistada em 26/04/98.

**CENÁRIO**

Agosto de 1990, governo Collor. Recessão. Trabalhadores se mobilizam por reajustes salariais

**MOTIVO**

Demissão induzida por terrorismo, após modernização tecnológica e simplificação de tarefas efetuada pelo banco com eliminação de funções.

**DEPOIMENTO**

*Quando entrei tinha 23 funcionários na agência da Palhoça. E aí foi mudando o serviço que fazíamos. Foi modernizando, mas eu via que os companheiros iam embora. Tinha vários cargos e o banco foi extinguindo estes cargos. Foi ficando o caixa e o que sobra ali na abertura de contas. A tecnologia facilita, mas o pessoal diminui em quase 50%.*

*Teve uma reunião, o gerente disse: 'olha tem que colocar dois funcionários para a rua, não sei quem eu vou colocar'. Tava todo mundo puto, ganhando mal. Eu pensei eu saio. Antes disso tive uma conversa com o gerente, e ele assim: 'Nazareno, não sai, vai melhorar'. Até hoje botaram ele para a rua, esse outro amigo, o Edson, também.. 'Um tem que sair esse mês, e outro sai mês que vem'. Eu saí primeiro, e ele saiu depois. Mas, saí por sair, por querer sair... a gente estava vendo o pessoal saindo, e era aquilo ali. Depois o cara ia ouvindo: 'fulano saiu', 'sicrano saiu'. Saí na hora errada da situação do país. Situação ruim, ficar desempregado. Isso que eu não pensei, mas já que tinha feito paguei por aquilo. Mas assim, com demissões era uma coisa meio devagar, que era para o cara não sentir. Assim, que eu saí, é que começou em massa<sup>51</sup>*

**CENÁRIO**

Plano Collor(1990)

**MOTIVO**

Estresse provocado pelo Plano Collor. Demissão induzida.

**DEPOIMENTO**

*Eu saí por opção do Bradesco, por que havia excesso de trabalho, eu estava com estresse, aí veio o plano, eu era chefe de expediente, da agência apesar de pequena, mas foi tendo um monte de problemas juntando com problemas particulares meus, aí chegou uma hora que estourou e eu decidi sair. Não me arrependi por que não costumo me arrepender do que eu faço, mas deixou saudades. Eu gostava de trabalhar no banco. O plano estava acontecendo na época, era o momento, muito trabalho, muito rolo. Meu Deus, era uma loucura, a gente quase apanhava do cliente. Ninguém queria saber que era o Collor que segurou o dinheiro deles e o bancário foi muito pressionado de modo geral naquela época. A gente era culpado de tudo, quando na verdade não era isso. Era muita pressão, não por parte do banco não. Do banco sim, porque você trabalhava muito na época. Eu cheguei a ficar final de semana dentro do banco. Na Felipe Schmidt, nós fazíamos plantão dentro do banco. No final de semana, enquanto estava aquele feriadão, e depois era dia e noite, não tinha horário. Era de manhã, de tarde, de noite, de madrugada. Trabalhava demais procurando diferença, era um rolo, muito complicado<sup>52</sup>*

<sup>51</sup>Nazareno, ex-funcionário do Bradesco, entrevistado em 24/04/98.

<sup>52</sup>Marceni Terezinha Soares, ex-funcionária do Bradesco, entrevistada em 28/04/98.

**CENÁRIO**

Não identificado.

**MOTIVO**

Demissão direta do banco por participação política do funcionário em greve

**DEPOIMENTO**

*Eu estava trabalhando na área gerencial, fazendo um estágio, captando clientes, e ocorreu uma greve que eu não me lembro o ano, foi a última greve antes de eu sair do banco e eu participei desta greve. No outro dia depois da greve saí deste estágio que estava fazendo e me colocaram em um outro setor mais restrito, sem contato com os outros funcionários, que era o talão de cheques. Aí começaram a dissolver o nosso grupo sindical lá dentro, com transferências, com acordos, com dispensas. Um dos que saíram fui eu. O banco deu um jeito de mandar para a rua simplesmente sem explicação, mas a gente sabe que foi a greve. Várias pessoas foram demitidas e algumas transferidas. Mais tarde entraram no esquema do banco, permaneceram no banco, se redimiram da loucura de enfrentar o Bradesco. Sempre houve demissões, a rotatividade era muito grande. Sempre se vinha com aquela coisa de transferência para demitir a pessoa. Transfere uma pessoa que tem a sua vida em Florianópolis, a esposa trabalha em Florianópolis, a família mora em Florianópolis, tem casa em Florianópolis, e aparece uma transferência lá para Trombudo Central, é uma coisa que obriga a pessoa a se desligar do banco. Qualquer falha sempre foi eliminado o funcionário. O fantasma da demissão era uma constante na cabeça de todo bradesquiano. Mas no final foi uma coisa muito grande, era de sair dez, seis numa mesma semana, ou num mesmo mês.<sup>53</sup>*

As demissões ocorridas relacionam-se com a política macro-econômica, com a participação dos trabalhadores em greve e a introdução de novas tecnologias. Em todos estes casos fica nítido o esforço do banco em aumentar a exploração dos trabalhadores e minar a resistência coletiva através da perseguição aos que lutam contra esta situação. A demissão é produto de uma relação social de exclusão da força de trabalho que é desprovida de acesso e controle dos meios de produção. No caso do banco Bradesco, a maior parte das demissões são diretas ao contrário dos bancos estatais que utilizam-se dos Planos de Incentivo à Demissão Voluntária e à Aposentadoria.

<sup>53</sup> André Luiz Silva, ex-funcionário do Bradesco, entrevistado em 04/05/98.

## 6. Qual é o futuro do trabalhador bancário?

Há certo ceticismo quanto ao futuro da categoria bancária. Muitos apontam a possibilidade de extinção, outros a dificuldade de organização sindical, a redefinição do perfil da categoria, mas em síntese há uma grande insegurança. Como diz Segnini, o bancário na década de 80 via o trabalho em banco como algo provisório e que posteriormente torna-se definitivo, e hoje, na década de 90, o trabalho do bancário torna-se algo definitivamente provisório.

As possibilidades de continuidade do processo de enxugamento dos bancos aumenta com o avanço das mudanças tecnológicas e gerenciais e com o aprofundamento da concentração do setor via fusões e incorporações. A expansão de agências virtuais e o avanço da moeda eletrônica, via interligação da rede financeira com o setor comercial e industrial da economia, deixa a perspectiva de um futuro pouco promissor para os bancários enquanto categoria organizada. Há uma crescente elitização dos bancos transformando o trabalho bancário que passa cada vez mais a concentrar-se no atendimento ao cliente e a restringir o acesso dos trabalhadores de menor renda à utilização do sistema financeiro. O autoatendimento reduz a necessidade da presença de trabalhadores bancários.

A consequência da redução da categoria e das mudanças por que passa o seu perfil coloca a necessidade de um repensar da organização sindical. Num futuro de poucos bancários, agências virtuais e dinheiro eletrônico, até quando e como resistirá o sindicalismo bancário, outrora poderoso e prestigiado entre as categorias de trabalhadores por suas lutas de caráter nacional?

O dirigente sindical entrevistado aponta a possibilidade de extinção do serviço bancário. De fato a introdução das novas tecnologias e o autoatendimento são reafirmadas como um instrumento do capital para reduzir força de trabalho. E para o sindicato como é que fica?

*Para a categoria bancária, mesmo que se busque alguns mecanismos que estanque o desemprego galopante é uma categoria que tende a um desaparecimento do ponto de vista de sua importância política e econômica. O sistema financeiro é um sistema que tem uma vida muito própria, que mexe com os recursos via satélite. O futuro da categoria é um altíssimo grau de especialização, pequenas agências, pequenos burocratas, possivelmente com melhores salários. E portanto, se você pensar um movimento de massa, pensar uma categoria integrada, acordos coletivos nacionais, eu acho muito difícil. O futuro da categoria bancária é discutir os ramos, discutir unificação, e nesse caso é inevitável a discussão de um Sindicato nacional. A estratégia do Sindicato é pensar um caminho não de acomodação dentro dessas propostas, mas sim de uma inversão da lógica da organização dos trabalhadores.<sup>54</sup>*

---

<sup>54</sup>João Carlos Nogueira, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, entrevistado em 14/05/98.

A situação é de grande apreensão quanto ao futuro. Na perspectiva que aponta para o trabalho bancário reside parte da compreensão sobre os impasses que cercam a ação sindical bancária. Organizado em torno de tecnologias avançadas, o sistema financeiro produz elevados níveis de insegurança e desemprego. Como cada vez mais gente precisa de emprego e ele escasseia em proporção maior ainda, os trabalhadores são empurrados para as fronteiras do mercado de trabalho. Eles caminham no fio da navalha, e nesta situação a sua participação na resistência sindical é cada vez mais tênue. Entre os que ficam, a tendência é de adaptar-se quase integralmente aos propósitos da empresa na busca desesperada da preservação de algo muito raro neste fim de século: o emprego. Quantos não sonham em fazer parte desta categoria de novo perfil? Ou quantos não têm pesadelos diários com as ameaças de engrossar a fileira dos desempregados?

Entre os trabalhadores que saíram ou ficaram no banco existem duas posições distintas: uma visão mais negativa apontando a extinção do trabalhador bancário, e outra, intermediária, basicamente defendida pelos que estão trabalhando no banco, que duvidam da extinção e falam em um novo perfil para o trabalho bancário, voltado para os negócios. Conforme demonstram os depoimentos do quadro abaixo.

### **Quadro 3 – Depoimentos sobre o futuro da categoria bancária**

#### **SÍNTESE**

Extinção rápida. Expansão do autoatendimento elimina funcionários

#### **DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO**

A tendência é que se extinga o serviço bancário. Na Alemanha tem o Deustch Bank, que tem agências que trabalham com um ou dois bancários. O cliente faz toda a operação em casa. Com as novas tecnologias, a informática e o computador, a maioria dos bancos já estão fazendo isso. Por exemplo, no Banco Real, no Unibanco, no Bradesco, as pessoas passam a fazer qualquer tipo de aplicação em casa. Isso faz com que haja um maior número de desemprego dentro do setor bancário, e também já têm agências trabalhando com um número muito pequeno de funcionários.<sup>55</sup>

#### **SÍNTESE**

Extinção gradativa do bancário.

#### **DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO**

Pela tecnologia o sistema financeiro está cada vez melhor. Mas para o trabalhador bancário a tendência é diminuir bastante. O que os bancos podem fazer para colocar mais funcionários? Só se tirar algum computador ali de dentro. Porque hoje praticamente um banco funciona sem bancário. Você saca, paga, recebe, faz tudo em uma agência bancária. A tecnologia desmontou o emprego. Não vai ser fácil conseguir com que o emprego suba, o índice de desemprego realmente caia.<sup>56</sup>

<sup>55</sup>Fábio da Silva, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, entrevistado em 27/04/98.

<sup>56</sup>Maurino Inácio Pereira, ex-funcionário do Bradesco, em entrevista realizada no dia 23/04/98.

**SINTESE**

Novo perfil do bancário, apesar da tecnologia aumentar cada vez mais e reduzir sua necessidade.

**DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO**

A característica do bancário tá mudando, passando a ser um homem de negócios, negociar produtos, vender seguros, fechar capitalizações, porque aquela rotina que ele fazia, pagar, autenticar, receber, já está superada pelo próprio usuário. Vai chegar uma hora que todo mundo vai ter computador em casa, porque a maioria já tem telefone que está conectado na Internet. Eu quero fazer uma retirada, uma transferência, eu faço na minha casa.<sup>57</sup>

**SINTESE**

Dúvida da extinção, achando necessário a existência do bancário.

**DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO**

Já ouvi que o bancário é uma profissão em extinção e até que em cinco anos iria ter demissões em massa porque teria a questão das agências virtuais. Eu achei muito rápido. Eles querem dizer que vai ficar um número muito pequeno de funcionários, que não vai ser necessário, não vai ter cliente para ter o contato. Ainda vai haver mais demissões, mas não pode ser tão rápido assim, porque os clientes dizem: 'não, mas não pode, só a máquina não dá'. O contato humano é importante. A profissão vai se extinguindo por causa da tecnologia, por causa das máquinas, mas não vai se extinguir para sempre. Vai ter a profissão sim.<sup>58</sup>

## **7. Os bancários e a luta sindical contra o desemprego**

Ao longo das últimas campanhas salariais o tema emprego tem ocupado de forma permanente a pauta de reivindicações da categoria e transforma-se em eixo central de luta por parte da Executiva Nacional dos Bancários da CUT.

Uma iniciativa mais ampla é tomada no ano de 1998, quando a Confederação Nacional dos Bancários da CUT-Central Única dos Trabalhadores, lança uma campanha específica intitulada "Desemprego dói, destrói, desespera", por entender que tão importante quanto o salário é o emprego da categoria bancária, que segundo os dirigentes da categoria é uma das bandeiras centrais da campanha salarial do ano de 1998. A Confederação apresenta um roteiro de propostas visando deter a escalada do desemprego na categoria. Entre as propostas apresentadas pela campanha, destacam-se: 1) respeito à jornada de trabalho; 2) mais bancários para atender melhor o público; 3) assegurar critérios de promoção, incentivar a carreira de bancário

<sup>57</sup>Funcionário do Bradesco, do departamento de treinamento, entrevistado em 28/04/98.

<sup>58</sup>Funcionária do Bradesco, entrevistada em 18/05/98.

e estipular critérios para as demissões; 4) limitar a terceirização e acabar com as contratações irregulares; 5) discutir as consequências dos processos de automação; 6) a responsabilidade dos bancos com os demitidos.

A Confederação pretende pressionar o Congresso Nacional para evitar que leis de precarização do trabalho e de destruição dos direitos trabalhistas sejam implementadas pelo governo, acarretando em mais desemprego para os trabalhadores. Além disto, pressiona também para que o governo brasileiro reconheça a Convenção 158, da OIT, que trata da questão do desemprego, estabelecendo parâmetros que exigem que o empregador, para demitir, tenha uma justificativa forte de ordem econômica ou desempenho. Esta Convenção é reconhecida pelo governo de Itamar Franco, mas o presidente Fernando Henrique Cardoso recusa-se a ratificá-la.

A Confederação também pretende mobilizar a sociedade em defesa dos empregos. No caso específico dos bancários, eles buscam apoio para a jornada de dois turnos, e a ampliação do horário de atendimento ao público, medidas que poderiam, se implementadas, estancarem as demissões no setor.

Os bancários também querem o respeito à jornada de trabalho de seis horas. Uma pesquisa encomendada pela CNB-CUT mostra que 57% dos bancários fazem horas-extras, e em muitos casos não recebem por isto, e elas representam cerca de 260 mil horas extras diárias. Com esta medida, pode haver a geração imediata de 43 mil novos postos de trabalho. As propostas são incluídas nas pautas de reivindicação entregues aos banqueiros, sem no entanto alcançar sucesso. Nas últimas negociações salariais, os banqueiros manifestam a disposição de acabar com a jornada de 6 horas, legalizar o trabalho aos sábados e ampliar a flexibilização das contratações.

João Carlos Nogueira, dirigente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região aponta duas alternativas para evitar o desemprego na categoria bancária, a redefinição do papel do sistema financeiro, fazendo com que o mesmo volte à aplicar recursos na produção e a redefinição da jornada de trabalho para dois turnos de trabalho, melhorando o atendimento ao cliente e possibilitando a permanência dos trabalhadores nos seus postos de trabalho. Ele acredita que estas medidas “possibilitariam praticamente dobrar a quantidade de trabalhadores”. As estratégias de enfrentamento isoladas são criticadas pelo seu alcance limitado.

*O movimento sindical cutista não tem uma estratégia clara de combate ao desemprego. As ações isoladas que acontecem no movimento sindical são absolutamente ineficazes na medida que tem uma política de desemprego e não tem uma política pela manutenção do emprego. Fica muito difícil combater algo pontualmente, de forma localizada, sem ter uma política mais global. Tem algumas debilidades quando faz uma opção muito grande pela qualificação e requalificação dos trabalhadores como forma de estar combatendo o desemprego e não compreende a política mais global de combate que é uma luta de mobilizações.*<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup>João Carlos Nogueira, dirigente sindical e funcionário do Bradesco, entrevistado em 14/05/98.

O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, afirma que o problema só pode ser resolvido numa luta combinada de todos os trabalhadores para mudar a política econômica governamental.

*(...) o governo FHC é extremamente ágil em resolver os problemas dos banqueiros e do sistema, mas não estabelece nenhuma política contrária ao desemprego, mesmo sabendo que os bancos hoje ganham muito mais com menos funcionários. O PROER foi criado para facilitar fusões e aquisições sem nenhuma contrapartida social. Mais de 20 bilhões de reais foram gastos sem que o governo ou o Congresso Nacional estabelecessem qualquer garantia para os trabalhadores.<sup>60</sup>*

O ex-bancário André não acredita que se possa resolver o problema sem uma grande mobilização da categoria. Para arrancar conquistas dos poderosos –os donos do sistema financeiro– só com a radicalização, diz ele.

*As propostas eram encaminhadas mais para manutenção dos empregos do que para aqueles que estavam desempregados. O sindicato sempre defendeu a estabilidade no emprego, mas era uma coisa que ficava só no discurso, não era nenhuma ação concreta. Ação concreta do sindicato só tinha em época de greve. Acho que antes de tudo deve-se lutar pela manutenção do emprego daqueles que ainda são bancários. Eles estão com a espada na cabeça. Mas alguma ação do sindicato só com a radicalização. Porque não dá para negociar com os poderosos do sistema financeiro. O poder está nas mãos dos caras. Não vejo outra saída fora da mobilização porque qualquer ação pode ser facilmente barrada pelo sistema de poder.<sup>61</sup>*

Os objetivos da Campanha da CNB-CUT não são alcançados. O apelo ao apoio externo para a luta de uma categoria é bastante importante, principalmente porque a melhoria do atendimento dos bancos é uma necessidade social, mas também evidencia sua fragilidade organizativa. O combate efetivo ao desemprego através da mobilização dos bancários torna-se quase nula diante da pouca participação dos bancários nas lutas da categoria. A redução da jornada de trabalho que também é uma forma de diminuir o desemprego não está incorporada nesta campanha, demonstrando sua precariedade estratégica. Diante do brutal desemprego que atinge os bancários e os trabalhadores esta é uma ação central para conter a exclusão social, e conquistar tempo livre para os trabalhadores. Mas, para ela ser alcançada exige uma forte consciência coletiva dos trabalhadores acerca da sua possibilidade já anunciada pelos avanços tecnológicos, mas negada pela apropriação privada dos resultados do trabalho social.

---

<sup>60</sup>Ricardo Berzoini, dirigente do Sindicato dos Bancários da cidade de São Paulo, em entrevista à Revista dos Bancários, junho/98.

<sup>61</sup>André Luiz Silva, ex-funcionário do Bradesco, entrevistado em 08/05/98.



Um ponto negativo, que demonstra a situação defensiva do sindicalismo bancário é o abandono da luta pela estabilidade no emprego, substituindo-a pela aplicação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho. A manifestação deste recuo está na disposição dos bancários em estipular critérios para demissão.

A situação de intenso desemprego e precarização do trabalho bancário se aprofundam nos últimos anos, intensificando as contradições entre banqueiros e bancários, que ainda não conseguem dar uma resposta organizada e coletiva nas últimas campanhas salariais, conforme veremos no Capítulo III.

## Capítulo II

### As metamorfoses de bancos e bancários

#### 1 - Os bancos e a transformação do sistema financeiro

Em 1964, com o golpe militar tomam o poder do Estado os banqueiros e industriais brasileiros associados com o capital internacional, enquanto as forças progressistas são aniquiladas pela suspensão dos direitos políticos e pelo terrorismo do Estado.<sup>1</sup> Com o apoio do imperialismo norte-americano instaura-se um modelo econômico dependente dos grandes monopólios internacionais.<sup>2</sup>

Várias medidas autocráticas são implantadas para conformar o novo sistema financeiro que implanta-se após o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Para racionalizar o sistema financeiro são implementadas a Reforma Bancária, através da Lei 4.595, de 31.12.1964; a Reforma do Mercado de Capitais, através da Lei 4.728, de 14.07.1965 e o Plano de Ação do Governo –PAEG- de 1964 a 1966. São criados nesta época o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, o Sistema Financeiro de Habitação, os Bancos de Investimento, entre outras instituições. Este conjunto legal e institucional dá suporte ao desenvolvimento de um sistema financeiro oligopolizado para dar forma ao novo padrão de desenvolvimento projetado para a expansão e consolidação do capitalismo monopolista.

A reforma bancária de 64/66 cria uma nova estrutura bancária e o surgimento de um sistema financeiro a nível nacional. Com o passar dos anos, esta estrutura propicia uma expansão bastante

---

<sup>1</sup>A conspiração contra o governo Goulart vinha, pelo menos, desde 1961 e se acelera no contexto da luta pelas Reformas de Base. Na complexa trama político-militar, que culmina com o golpe de Estado de 1964, participavam ativamente alguns partidos políticos e também grupos interburgueses, entre os quais ganha relevância o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que, juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), reuniam e articulavam empresários brasileiros e multinacionais ou associados, setores importantes das Forças Armadas e intelectuais orgânicos e políticos da burguesia. Os banqueiros apóiam economicamente e participam do complexo IPES-IBAD. O próprio presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara era um dos principais representantes e articuladores do IPES naquele Estado. Em São Paulo, e em outras capitais, vários banqueiros que ocupavam postos na direção dos órgãos de representação de classe, também participavam ativamente do IPES” (MINELLA, A. *Banqueiros, Organização e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988, p.20).

<sup>2</sup>“O golpe militar de 1964 significou a concretização política de um projeto econômico de uma fração da burguesia brasileira aliada ao capital monopolista internacional, através do qual se procurou criar as condições institucionais necessárias e indispensáveis a sua expansão” (SEGNINI, L. *A liturgia do poder, trabalho e disciplina*. São Paulo, Educ/Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, 1998, p.77).

rápida, jamais interrompida. O crescimento deste setor é sempre superior aos demais setores da economia, a despeito dos períodos de crise ou estagnação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A expansão da participação do sistema financeiro no Produto Interno Bruto ao longo dos anos é uma mostra concreta do crescimento do setor financeiro. Em São Paulo a participação do sistema financeiro no PIB passa de 1,2% em 1950 para 3,4% em 1960, 6,7% em 1970, 12,1% em 1980, 16,8% em 1983 e uma estimativa de 21,2% na década de 1990.<sup>3</sup>

Nos primeiros anos de 1990 há uma queda da participação dos bancos no PIB. Em 1990 o índice é de 12,78%, em 1991, de 10,53%, em 1992, de 12,13%, em 1993, de 15,61, em 1994, de 12,37, em 1995, de 6,94%. Estes dados fornecidos pelo IBGE e Banco Central indicam um decréscimo da participação. Neste período estudado pelo IBGE a participação média decresce. É cedo ainda para afirmar que esta tendência decrescente seja uma perspectiva permanente. Os lucros estrondosos que os bancos tem nos anos recentes podem retomar os índices históricos de alta participação como podemos verificar pelos níveis altíssimos de rentabilidade.

#### Quadro 4 - Rentabilidade dos bancos no Brasil

1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995*	1996**	1997
17,9	13,4	19,8	11,7	15,8	12,6	7,0	8,9	12,3	12,7	9,16	13,58	13,16

Fonte: Austin Assis/Sisbacen

(\*) Não inclui os bancos BB, Banerj e Nacional

(\*\*) Não inclui o Banco do Brasil

A base desta expansão após 1964 é o aproveitamento de um mercado ainda inexplorado sob diversos aspectos. Criam-se inúmeros serviços que passam a ser oferecidos nas agências dos bancos comerciais, que transformam-se em grandes supermercados de produtos financeiros. Amplia-se o tamanho físico do sistema. Em 1964 são 6.826 agências em todo o território nacional. Em 1996 são 16.484 agências, 8.366 Postos de Atendimento Bancário e 863 Postos de Arrecadação e Pagamentos. Para agilizar esse processo de crescimento e expansão continuada, o sistema financeiro investe maciçamente na informatização dos serviços. Em 1998 o Brasil conta com 201 bancos que atuam por intermédio de 16 mil agências e 15 mil postos de atendimentos. A implantação do Plano Real leva a uma pequena redução da base física do sistema, principalmente do fechamento de agências.

Amparados pela ampla oferta de crédito industrial, empresários investem na constituição de um sólido parque industrial e modernizam a agricultura capitalista, enquanto os militares investem numa ampla infraestrutura, com forte presença do Estado em empresas estatais e construção de grandes obras. Nesta fase de

<sup>3</sup>SEGNINI, L. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1998.

expansão do capital internacional em terras brasileiras, os bancos espalham-se por todo o território nacional e, com as benesses de uma política econômica expansiva, o chamado “milagre econômico” da década de 1970, ganham muito dinheiro.<sup>4</sup>

*No início da década de 90, duas centenas de bancos gozavam um faturamento engordado muitas vezes durante a ditadura. Em 1960, as instituições financeiras participavam em apenas 3% do Produto Interno Bruto do país, segundo o IBGE e a subseção do Dieese do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em 1989, a taxa havia crescido para 19,5%, para cair no ano seguinte até 11,4% - uma variação entre quatro e seis vezes maior que três décadas antes.<sup>5</sup>*

Depois da reforma bancária implantada pelos militares em 1964, o sistema financeiro passa por transformações em três direções distintas. A primeira é a centralização financeira, com a redução do número de instituições de 368 bancos, em 1960, para 111, vinte anos depois.<sup>6</sup> A segunda, é a concentração de recursos num pequeno número de instituições financeiras que passam a dominar o mercado. Em 1966 há 225 sedes de bancos e a quarta parte dos depósitos à vista estão sob controle de seis bancos; em 1974, dos 75 bancos que restam do processo de fusões, somente os dois maiores passam a controlar o mesmo percentual dos depósitos. E, finalmente, a terceira, é a internacionalização do sistema financeiro.<sup>7</sup>

A modernização do sistema financeiro brasileiro implica na sua concentração e centralização, na formação de conglomerados financeiros e no estímulo à transnacionalização do capital através de associação com o capital estrangeiro. A multiplicação de agências bancárias vinculadas a uma mesma matriz amplia a área geográfica de atuação dos bancos. Eles tomam dimensão nacional e exercem forte domínio sobre a vida econômica do país. Sua expansão está completamente ligada às técnicas econômicas e políticas implementadas pelo Estado militar.<sup>8</sup>

Com as altas taxas de inflação da economia brasileira, os bancos começam a ganhar dinheiro em abundância através da aplicação financeira dos recursos em trânsito (*floating*) e do financiamento da dívida

<sup>4</sup>O crescimento caracterizado entre os anos de 68 a 73, como ‘milagre econômico’, foi financiado pelo endividamento externo do governo e, permitiu, através da Resolução 63 do Banco Central, um grande salto aos negócios dos banqueiros brasileiros, que puderam a partir disso, contrair empréstimos diretamente do exterior para repasse interno” (PAGOTTO, M. A. *Mito e realidade na automação bancária*. Campinas, Unicamp, 1996).

<sup>5</sup>MICK, J. *Sessenta uma história, 1935/1995*. Florianópolis, Palotti, 1995, p.51.

<sup>6</sup>“Intensifica-se a concentração do capital financeiro no Brasil, diminuindo o número de bancos comerciais existentes no país. Em 1944, por exemplo, são 633 bancos; em 1964, 336 bancos; em 1985, 108 estabelecimentos bancários, sendo 68 de capital privado nacional, 13 estrangeiros, 23 oficiais estaduais e 4 oficiais federais. Antes da Reforma Bancária, os bancos exercem as funções próprias de intermediação financeira, apresentando caráter regional e descentralizado, com várias sedes espalhadas pelo Brasil. Depois, com o sistema financeiro concentrado em mãos de poucos, são os mesmo bancos que se encontram dispersos pelo território nacional. Além disso, no final dos anos 60, os serviços bancários são ampliados de tal forma que se transforma em verdadeiros supermercados de serviços. As agências bancárias tornam-se ponta de lança do conglomerado financeiro, ao qual se acham vinculadas. Os gerentes assumem as tarefas de vendedores de papéis e serviços aos clientes nas agências. Eles põem em andamento o processo de trabalho bancário na medida em que são a fonte e o tomador dos recursos financeiros (...)” (BLASS, 1992, pp.47-48).

<sup>7</sup>MINELLA, A. *Banqueiros, Organização e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

<sup>8</sup>SEGNINI, 1998, p. 81.

pública e ampliam o seu arco de investimentos em vários ramos da economia. A partir do núcleo financeiro, os bancos controlam empresas industriais, agrícolas e comerciais.<sup>9</sup> Neste longo e intenso período inflacionário os bancos concentram renda produzida em outros setores da economia.

Em 1988, uma reforma na legislação permite a criação dos bancos múltiplos e o ingresso no mercado financeiro brasileiro de uma série de bancos que operam com clientes especiais, o que amplia o número de bancos para 240 em pouco tempo, provocando a ira dos grandes banqueiros que defendem a fusão das instituições para enfrentar uma economia sem inflação.<sup>10</sup> Com os ajustes do Plano Real entre os anos de 1994 e 1998 ocorre novo processo de concentração bancária. Em dezembro de 1998 há 201 bancos atuando no país. Há um número de 1.065 empresas que atuam no sistema financeiro em 1993 (bancárias e não bancárias) que cai para 813 empresas em dezembro de 1998.

Sob a inspiração dos vários acordos brasileiros para o pagamento da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional, vários mecanismos são utilizados para aumentar ainda mais a internacionalização do sistema. Um documento do Banco Mundial no ano de 1988 exige a privatização do sistema financeiro público, o fim dos subsídios para pequenos e médios produtores agrícolas e rurais; a elitização do crédito e reformas institucionais no Banco Central com maior abertura para o capital externo. Estas medidas são implementadas de modo mais acelerado no governo Collor/Itamar e no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em particular, com maior intensidade à privatização do sistema.<sup>11</sup> Os bancos já privatizados são “o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, Banco do Estado de Pernambuco S/A e Banco Meridional do Brasil. Outros três bancos são liquidados: Banco do Estado do Mato Grosso S/A, Banco do Estado de Alagoas S/A e Banco do Estado do Amapá S/A. O Banco do Estado de Rondônia teve sua autorização de funcionamento cancelada após 3 anos de administração especial e a Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul é transformada em agência de fomento”.<sup>12</sup>

O objetivo básico das mudanças em andamento no sistema financeiro e que ocorrem à partir do final da década de 80 e início da década de 90 é preservar as altas taxas de rentabilidade dos bancos privados que se vêem ameaçados pelas dificuldades de sustentação de crescimento exclusivamente através da abertura de novas agências. Deste modo torna-se crucial para a sobrevivência da burguesia financeira a privatização dos bancos públicos.

---

<sup>9</sup>Entre os anos de 1975 e 1985 a rentabilidade dos 30 maiores bancos privados foi significativamente superior à das 500 maiores empresas. Ou seja, as taxas de rentabilidade foram de 15,8% e 12,7% respectivamente (BARELLI, W. “Reforma Bancária: um plano para aumentar a exploração”. In: *Folha Sindical* nº39, de 15/03/1988. Florianópolis, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Santa Catarina, 1988).

<sup>10</sup>Os bancos múltiplos são instituições que abrigam sob uma mesma empresa todos os serviços anteriormente espalhados em várias empresas nas diferentes áreas de mercado (poupança, investimento, etc).

<sup>11</sup>Projeto do Banco Mundial e da International Finance Corporation (IFC), *Reforma do Sistema Financeiro Nacional* Washington (EUA), 2.11.1988, p.1-2.

<sup>12</sup>BANCO CENTRAL. *O Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real*. Brasília, dezembro de 1998.

Com as mudanças implementadas os bancos públicos passam a adotar uma estratégia empresarial privada e deixam de ter qualquer objetivo de desenvolvimento econômico e social do país. A redefinição da estratégia de mercado dos bancos privados sobrecarrega os bancos públicos no provimento dos serviços de pagamento e recebimento de taxas públicas e tributos.<sup>13</sup> O resultado deste processo para os bancários e para a população não é fácil. Com os ajustes de mercado, a concentração dos bancos, a privatização dos bancos estatais, milhares de bancários são despedidos nas duas últimas décadas.<sup>14</sup> Para a população o acesso aos serviços bancários fica cada vez mais restringido,<sup>15</sup> pois a utilização dos serviços financeiros fica mais elitizada ainda e exclui os pobres através da cobrança de taxas abusivas e a exigência de depósitos elevados na abertura de contas. A redução do crédito para investimentos no setor produtivo da economia colabora para aprofundar as desigualdades de renda na sociedade brasileira que gera exclusão social, uma vez que o desenvolvimento econômico fica absolutamente comprometido pelas políticas econômicas adotadas.

Fiéis às diretrizes econômicas do Fundo Monetário Internacional, os governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso privatizam bancos e abrem o mercado para o capital financeiro internacional, que junto com a burguesia financeira interna apoderam-se do Estado para fazer valer seus interesses de classe.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup>BARELLI, 1988.

<sup>14</sup>O economista Jorge Mattoso, em entrevista à Folha Sindical nº 39, de 15 de março de 1988 avalia os impactos da reforma bancária para os bancários: “Os bancos estão dificultando bastante a vida dos usuários e também a dos bancários que têm que trabalhar mais intensamente, mais horas, ao mesmo tempo que há um processo de demissões. Quer dizer, os bancos já estão se ajustando à reforma bancária. Eu acho importante que essa discussão seja feita em conjunto com a campanha salarial, porque se tem condições de mostrar que a reforma está sendo feita em detrimento dos bancários, que não foram consultados, e também do conjunto da população que tampouco foi consultada. A reforma não foi encaminhada ao congresso, nem aos sindicatos. Ou seja, foi feita dentro dos corredores do Banco Central...vai mudar a estrutura interna e o funcionamento do trabalho nestes bancos (os bancos estatais) e vai mudar também a qualificação do trabalho bancário, devendo ser intensificada a desqualificação. Então nesse sentido é um problema que atinge a todos os bancários, ou pelo lado do emprego ou pelo lado do trabalho, pela forma, intensidade e desqualificação do trabalho”. O economista Sérgio Goldenstein, também apresenta as mesmas conclusões:” Principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão as matrizes, os bancos médios -Real, Bamerindus, Nacional, Econômico- estão demitindo funcionários e fundindo departamentos. Quando os departamentos são atingidos pega todo mundo: desde o office-boy até o diretor, vão todos pra rua. Todos os bancos privados estão mudando seus conselhos diretores, extinguindo e fundindo departamentos. Inclusive, o Unibanco e o Real mudaram os seus diretores-presidente. Já dá pra sentir o impacto da reforma, que atinge a todos os bancários. Além disso, com as demissões em massa está havendo um grande aumento da carga de trabalho daqueles que ficam” (Folha Sindical nº 40, de 22/03/88).

<sup>15</sup>O próprio Banco Central reconhece que o fechamento de agências de bancos públicos piora os níveis de atendimento. “Outro fato a destacar é a importância do atendimento bancário realizado pelos bancos públicos, que atendem inclusive localidades consideradas deficitárias e cujo fechamento implica queda no nível de atendimento” (BANCO CENTRAL, 1998, p. 7).

<sup>16</sup> “As taxas de juros expressam esta hierarquização entre os países. Mas indicam também as condições que certos governos, e certas classes dominantes interessadas em se integrar à globalização financeira, impõem a suas sociedades para fazer a integração. O caso do Brasil é exemplar, porque houve nos últimos anos uma reviravolta política e econômica notável. Desde a década de 30, a burguesia industrial havia ocupado o centro do poder. A crise econômica de 29, no plano econômico, e o varguismo, no plano político, haviam dado importância secundária aos setores cuja riqueza provinha do escravismo, do latifundismo, de uma relação com o sistema financeiro que vê nos bancos apenas um refúgio para conservação e multiplicação de riquezas. Nos últimos anos, porém, a burguesia financeira assumiu o poder político, e este é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social brasileira. Os interesses próprios desse setor combinam-se com os dos investidores externos e exigem o pagamento pelo Estado, de taxas de juros usurárias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. A burguesia financeira apóia-se no sistema mundial que lhe dá, inclusive enormes oportunidades de fuga, nos momentos de crise” (CHESNAIS, F. “Crise da Ásia ou Crise do Capitalismo?”. In: *Revista da Adusp*. São Paulo, 1998).

Os bancos, que no critério técnico e interesse social deveriam ser todos estatais, passam a ser privatizados em larga escala para atender os interesses da burguesia financeira que comanda o governo federal.<sup>17</sup>

Os bancários que através de suas entidades representativas vem tentando defender um novo modelo de sistema financeiro para o país são acusados de estar na contramão da história. O debate travado entre os parlamentares do Congresso Nacional acerca da regulamentação do artigo 192, da Constituição Federal, que trata do funcionamento do sistema financeiro nacional, se resume em duas tendências. Uma, que é representada pelo atual governo e sua bancada de sustentação no Congresso, é a linha liberal que defende a abertura da economia brasileira, inclusive do mercado financeiro para o capital internacional. A outra, defendida pelos partidos de esquerda, apoiados por sindicatos de trabalhadores da categoria bancária, defende o fortalecimento das instituições públicas financeiras na tarefa de facilitar o acesso ao crédito e privilegiar as operações financeiras de interesse social.

Segundo Fortunatti (1992), três diretrizes devem nortear a reorganização do sistema financeiro brasileiro: aumento do controle social sobre as instituições financeiras; limite do poder discricionário das autoridades reguladoras; fortalecimento das instituições públicas. Diz ele: “a principal função do Sistema Financeiro Nacional, segundo a nossa concepção, deve ser a de fomentar o crédito industrial, comercial, habitacional e agrícola. Distribuir renda, estimular o desenvolvimento e promover a proliferação de empregos”.<sup>18</sup>

O governo federal impede a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (artigo 192, da Constituição Federal) e ao mesmo tempo estabelece formas de funcionamento através de Medidas

---

<sup>17</sup>Para atingir os seus objetivos os banqueiros tem uma poderosa organização de classe. A organização e o poder dos banqueiros no país é analisada por Minella, em entrevista à Folha Sindical. “O que a gente pode constatar é que houve um aperfeiçoamento na estrutura organizativa dos banqueiros no Brasil. Eles, de certa forma, estavam mais atrasados em relação, por exemplo, aos industriais. A partir de 66, entretanto, eles organizaram uma Federação Nacional de Bancos, que é a FENABAN, e em 67 organizaram a Federação Brasileira de Associações de Bancos - FEBRABAN, que são duas instâncias de representação que procuraram articular a nível nacional uma ação unitária dos banqueiros. Antes disso, eles tinham os Congressos de Bancos, que surgiram em 1960 também como resposta à organização dos próprios bancários, que já tinham fundado em 1959, a CONTEC. A partir de 66/67, os banqueiros procuram estruturar mais sua organização a nível nacional. É que embora a FENABAN atuasse na área sindical e a FEBRABAN mais na área civil - onde há um raio de ação muito mais amplo - começou a existir uma certa disparidade entre o que uma e outra diziam. Por isso, eles trataram de criar um espaço maior de articulação, passando a coincidir os mandatos da FENABAN e da FEBRABAN. O mesmo presidente de uma seria o presidente da outra. Por outro lado, a partir de 1985, os banqueiros criam a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, que aí passa a congrega os outros segmentos do mercado financeiro, como setor imobiliário, financeiras, bancos de investimento, etc, verificando se assim um grande avanço na sua organização. O que a gente percebe, portanto, é que a partir de 66/67 há um contínuo aperfeiçoamento da estrutura organizativa e operacional dos banqueiros. Eu acho que, de certa forma, o que aconteceu com os bancários é que eles passaram a enfrentar os banqueiros numa situação de desvantagem em termos de organização. Além disso, os banqueiros têm também ramificações com outros setores da economia. O que a pesquisa revela, nesse sentido, é que eles têm uma articulação com outras instâncias da sociedade, como, por exemplo, instâncias culturais, a igreja, os militares e os meios de comunicação. Isso dá muito respaldo, muita força à sua organização. Eu acho que os bancários nesse caso, deveriam retomar questões que foram levantadas no passado, para que possam se contrapor às propostas político-econômicas dos banqueiros com propostas alternativas. Os bancários hoje, além das reivindicações de tipo salariais e de condições de trabalho, deveriam também pensar em propostas alternativas para o sistema financeiro. E esse é um grande desafio hoje” (Folha Sindical nº 67, de 07/12/88).

<sup>18</sup>Folha Sindical nº 191, 02/06/92.

Provisórias e legislação ordinária, adequando o sistema financeiro aos interesses dos banqueiros, que além de terem tomado parte nos principais ministérios econômicos, também colocam seus representantes em bancos estratégicos para a definição da política monetária e financeira do país (Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES). Conforme conclui Mick no seu estudo sobre a globalização financeira e a regulamentação do sistema financeiro nacional:

*Assim, é profundamente significativo que as grandes mudanças na regulamentação do sistema não tenham tido a participação do Legislativo. As bancadas de apoio ao governo no Congresso Nacional garantiram a aplicação da política da não-decisão na regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal (que remete à lei ordinária a normatização do sistema financeiro). O lobby banqueiro sobre o Congresso mostrou sua importância ao dar amparo à estratégia do governo de implantar as mudanças no sistema à margem da opinião parlamentar, permitindo que o BC e o CMN normatizassem de fato o que, de direito, permaneceria sem regulamentação.<sup>19</sup>*

Numa conjuntura de queda da inflação, os bancos brasileiros concentram-se ainda mais em grandes conglomerados. Vários bancos não têm condições de sobreviver em meio a esta nova conjuntura. Outros adaptam-se aos novos tempos e continuam sendo as molas mestras de um plano de estabilização fundamentado na especulação financeira, o Plano Real. Estes bancos de alta rentabilidade adaptam-se às mudanças econômicas e institucionais, tiram proveito dos altos juros, da inflação e da crise fiscal do Estado. Mesmo após o Plano Real, quando o governo consegue reduzir a inflação, ser dono de banco, no Brasil, ainda continua sendo um ótimo negócio. Os números comprovam resultados positivos, no primeiro trimestre de 1997, quando comparado com o mesmo período do ano de 1996: o lucro dos seis maiores bancos privados brasileiros salta de R\$ 1,4 bilhão (1996) para R\$ 1,9 bilhão.<sup>20</sup> O Bradesco contabiliza um lucro líquido de R\$ 824 milhões, cerca de 53% a mais que no ano anterior. No ano de 1996, conforme o Balanço Social dos Bancos, publicado pela FEBRABAN, os bancos contam com um patrimônio líquido de R\$ 42 bilhões e movimentam mais de 107 milhões de contas.<sup>21</sup>

*(...) as estratégias de mercado foram redefinidas com a criação de novos produtos e serviços. Houve uma retomada da captação de recursos no exterior, o desenvolvimento de uma ampla variedade de fundos de aplicação (renda fixa, commodities, ações, etc.), a estruturação de serviços de administração de patrimônios e de engenharia financeira, passando pela operacionalização de fusões, privatizações e aquisições de empresas. Deve-se ainda agregar a busca de uma diversificação patrimonial pelos principais grupos bancários que se traduziu em investimentos em empresas do setor produtivo.<sup>22</sup>*

---

<sup>19</sup>MICK, J. A *Globalização Financeira e as Mudanças na Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (1994-1996) – Um estudo sob a perspectiva da hegemonia financeira*. Florianópolis, dissertação do Programa de Pós-Graduação em Soc. Política da UFSC, 1998, p. 142.

<sup>20</sup>Gazeta Mercantil, maio 1997.

<sup>21</sup> <http://www.bancnet.com.br/empregos.htm.02/05/99>.

<sup>22</sup>CERQUEIRA, E.H.A.G. e AMORIM, W. A. *Evolução e Características do Emprego Bancário*. Belo Horizonte, DIEESE, 1995, p. 4.



Os ganhos com cobrança de taxas de serviços, aumentam bastante o faturamento dos bancos. O total das receitas obtidas com cobrança de tarifas pelos bancos em 1993, cobrem 6,07% das despesas administrativas dos bancos. Em cinco anos estas receitas passam a cobrir mais de 27% destas despesas. As receitas obtidas no período anterior com a ciranda financeira, são substituídos pelos ganhos com o aumento da taxa de juros praticada pelo Banco Central.<sup>23</sup> Além disto, há redução de custos fixos, demissões, terceirização de serviços e arrocho salarial (as perdas no período 94-98 ficam em 10,49 % conforme o ICV-DIEESE - Folha Sindical, 06/09/99). Assim, no primeiro semestre de 1998 os resultados apresentados pelos grandes bancos são os seguintes: Banco do Brasil, R\$ 415 milhões; Bradesco, R\$ 431 milhões; Itaú, R\$ 394 milhões; Unibanco, R\$ 246,4 milhões; Banespa, R\$ 49,4 milhões; Real, R\$ 112,3 milhões; HSBC, R\$ 54,4 milhões.

O fato de a burguesia financeira compor o bloco de poder político que sustenta o presidente Fernando Henrique Cardoso também facilita a sua adaptação aos novos tempos. Os banqueiros são os sócios privilegiados da crise. Eles não só elegem Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, como participam ativamente da eleição de candidatos ao Congresso Nacional e cargos executivos à nível estadual e municipal.<sup>24</sup> Como analisa Minella (1998) são muito estreitas as relações entre eles e os governos.<sup>25</sup> Desta forma, ficam resguardados os interesses dos banqueiros pelos tecnocratas que comandam o Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda e o Banco Central.<sup>26</sup> Portanto, as políticas adotadas visam a proteção dos interesses privados em

<sup>23</sup> Para manter o plano real, o governo brasileiro estabeleceu uma taxa de juros alta para atrair o capital especulativo ou volátil internacional. O custo econômico e político tem sido a deterioração do quadro fiscal pelo aumento dos encargos da dívida pública interna e externa, a retração da atividade produtiva, o aumento do desemprego e da inadimplência.

<sup>24</sup> Fernando Henrique Cardoso gasta R\$ 45,931 milhões para se reeleger. De cada 10 reais que entram nos cofres da campanha, R\$ 4,30 milhões saem dos cofres dos banqueiros. Além do Banco Itaú, que é o maior contribuinte da campanha com R\$ 2,6 milhões e do Banco Real com R\$ 2,3 milhões, o Unibanco - socorrido pelo Proer com um "empréstimo" de R\$ 5,8 bilhões há dois anos na incorporação do Banco Nacional - também contribui pesado para reeleger FHC, o presidente dos banqueiros. Os outros maiores doadores são a Votorantin, com R\$ 2,4 milhões; a Copesul, com R\$ 2 milhões; a Inepar, com R\$ 1,5 milhão; a Cia Vale do Rio Doce, com R\$ 1,5 milhão; a Volkswagen, com R\$ 1,2 milhão e o grupo Lafonte, com R\$ 1 milhão (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nº 185, 1998).

<sup>25</sup> Estudos realizados em fins dos anos sessenta já evidenciam as estreitas ligações entre os interesses dos banqueiros e do Estado. O empresariado financeiro através da ocupação de postos-chaves no poder estatal obtém benesses para o desenvolvimento de seus negócios. "Os dados específicos indicaram que sete membros da burguesia bancário-financeira foram governadores, senadores, ou deputados federais; se contavam ainda cinco deputados estaduais e prefeitos de grandes municípios, além de trinta empresários financeiros que ocuparam a presidência ou direção do Banco do Brasil, da Superintendência da Moeda e do Crédito (antiga SUMOC), do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); além disso se encontram catorze ministros e outros altos mandos na direção de órgãos públicos federais. Entre os anos 1955 e 1968, de um total de nove ministros da Fazenda, seis eram banqueiros" (MINELLA, 1988, p.12).

<sup>26</sup> "Matrix desbanca Boavista e torna-se o mais rentável". "Banco obteve a maior rentabilidade do ano passado, com retorno de 44,4% sobre o capital inicial e lucro de US\$ 44,6 milhões. Sócio afirma que o segredo foi apostar no diferencial entre juros internos e externos". Alquimistas, com toque de Midas, os gênios do Matrix conseguiram, em apenas três anos, multiplicar o capital dos sócios em 1.239%. "É entre seus fundadores estão dois nomes intimamente ligados ao governo federal: André Lara Resende, ex-diretor do Banco Central, ex-negociador da dívida externa brasileira e um dos formuladores dos planos Cruzado e Real, e Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-diretor do BC e irmão do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros". Em tempo: Luiz Carlos Mendonça de Barros é hoje o presidente do BNDES, portanto, comandante do processo de privatizações. O capital inicial do Matrix pulou de US\$ 7,5 milhões em abril de 1993 para US\$ 100 milhões em 1995. Recursos de terceiros administrados pelo banco passaram de zero para mais de US\$ 1 bilhão no mesmo período. "Essa proximidade com o governo, ditador dos rumos dos juros e do câmbio - as duas principais variáveis econômicas por trás dos lucros do Matrix - garantiria ao banco o que os especialistas chamam de "inside information" (Folha de S. Paulo, caderno especial Folha 500, 27.06.1996).

prejuízo do interesse público, como é o caso da manutenção da mais alta taxa de juros do mundo ou da desvalorização do real ocorrida em janeiro de 1999, em que os dirigentes do Banco Central vazam informações privilegiadas para alguns banqueiros.

A trajetória dos presidentes do Banco Central é marcada historicamente pela estreita ligação com os bancos. Dos dezenove ex-presidentes do Banco Central desde abril de 1965, oito foram trabalhar em instituições financeiras privadas após o término de sua gestão no BC. Para exemplificar esta relação de privatização deste órgão público fiquemos nos três últimos: Pêrsio Arida, Gustavo Franco e Armínio Fraga. Pêrsio Arida, presidente do Banco Central no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, é um dos fundadores do Banco BBA e hoje é um dos donos do Banco Opportunity, controlado por Daniel Dantas e favorecido no leilão da Telebrás por recursos generosos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e Banco do Brasil. Gustavo Franco trabalhou no banco Garantia, em que seu pai Guilherme Arinos Barroso Franco era sócio e foi diretor da área externa do Banco Central. Armínio Fraga é diretor externo do Banco Central no governo Collor, ex-empregado do banco norte-americano Salomon Brothers e do Fundo Soros, de George Soros, o maior especulador do mundo.

O aumento do poderio econômico dos bancos é evidenciado pela sua forte e crescente presença entre os trezentos maiores grupos privados do país. De acordo com o Balanço Anual da Gazeta Mercantil, do ano de 1998, são cinco grupos financeiros entre os vinte maiores grupos privados do país (Bradesco, Itausa, Unibanco, Sul América e Real).

*Entre 1987 e 1994, o número de grupos privados nacionais que operavam em atividades financeiras (incluídas as atividades em seguro) passou de 54 para 75 grupos ( Gazeta Mercantil, 'relatório anual 1995/96'). Esta expansão ampliou o número de pequenos e médios bancos vinculados aos maiores grupos privados nacionais. A situação de alguns grupos financeiros alterou-se no período mais recente, resultando na exclusão do mercado ou absorção por outros grupos.<sup>27</sup>*

Este crescimento relaciona-se com o padrão de financiamento adotado pelo governo, que através das altas taxas de juros contribuem decisivamente para a acumulação dos bancos e de segmentos da sociedade que operam com títulos públicos, consolidando uma nova burguesia financeira que está se fortalecendo para operar numa economia cada vez mais mundializada através do processo de fusões, incorporações e privatizações, e abertura à participação de bancos estrangeiros. Deste modo, aumenta-se a exigência de competitividade no mercado financeiro, pois os bancos passam a enfrentar o desafio da concorrência do capital estrangeiro. Em 1988 existem 26 bancos com controle

---

<sup>27</sup>MINELLA, A (et alii). *No Fio da Navalha ; crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã, 1997, p.165-6.

estrangeiro no Brasil e ao final de 1998 este número amplia-se para 60. A participação estrangeira no sistema financeiro nacional passa de 8,35% para 14,15% ao final de 1998.

*O sistema está mais sólido com a capitalização do Banco do Brasil, os acordos das dívidas dos governos estaduais e a entrada do capital externo, mas faltam ainda a privatização dos bancos estaduais e uma consolidação adicional do setor (...) as qualidades que hoje levam os empresários a ter sucesso são diferentes das exigidas há cinco anos, em vista da mudança na conjuntura econômica: é preciso ser mais competitivo, ter mais flexibilidade e agilidade por causa da abertura da economia (...) Se o país tem moeda nacional e quer uma política monetária autônoma, tem que ter um sistema financeiro predominantemente nacional. Se o capital estrangeiro dominar, ficará difícil controlar o crédito e o fluxo de capital<sup>28</sup>*

O conjunto de medidas adotadas ao longo dos anos ancorada na alta taxa de juros permite rentabilidade elevada para os bancos e investidores, em taxas bastante superiores às médias internacionais. O processo de saneamento do sistema financeiro brasileiro, através do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) que gasta 20,8 bilhões de dólares a partir de 1996, fortalece os grandes bancos que tinham vínculos mais fortes com o capital internacional, como é o caso dos bancos Itaú, Bradesco e Unibanco, participantes ativos na compra dos bancos que não resistem ao processo de ajuste ao Plano Real.<sup>29</sup>

O PROER tem um custo que ainda não foi inteiramente dimensionado para a sociedade brasileira, mas

---

<sup>28</sup>Roberto Setúbal, presidente da FENABAN e do Banco Itaú, em entrevista à Gazeta Mercantil, Balanço Anual 1997, São Paulo, pág. 46.

<sup>29</sup>Segnini (1995/97) assinala que a reestruturação do sistema financeiro que vem sendo coordenada pelo Banco Central vem se ajustando segundo esta instituição regulatória em três modalidades de ajuste. Em primeiro lugar se destacam as falências, fusões, incorporações e privatizações que alteram o número de bancos atuantes no mercado financeiro. Os ajustes neste caso dividem-se em voluntários e não voluntários. No caso dos ajustes não voluntários são 40 bancos que sofrem intervenção do Banco Central a partir da estabilização da moeda decretada pelo Plano Real em 1994. As principais intervenções deste período são sobre o Banco Econômico, da Bahia, o Banco Bamerindus, do Paraná e o Banco Nacional, de Minas Gerais. Este ajuste "involuntário" atinge estes grandes bancos, bem como bancos médios e pequenos que não conseguem sobreviver ao Plano Real, uma vez que a lucratividade que auferem e os dados que ocultam nos balanços financeiros sob convicção do próprio Banco Central os tornam inviáveis economicamente. Para fortalecer o processo de intervenção o Banco Central cria o PROER- Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, em 03.11.95. O objetivo do programa segundo as autoridades monetárias do país é propiciar a estabilidade financeira, livrando o sistema como um todo de um risco sistêmico, cabendo ao Banco Central assumir a parte podre dos bancos e vender os ativos mais interessantes para outros bancos privados que detém mais força no mercado. Os ajustes voluntários ocorrem no segmento de bancos médios, envolvendo aquisições, fusões e incorporações a partir de iniciativas dos próprios bancos, que procuram melhores condições para competir no mercado. Neste caso, mais de 76 bancos passam por alguma forma de ajuste para se adaptar ao programa de estabilização do governo federal. Estes ajustes implicam numa redução da rede bancária no Brasil, que em 1993 é constituída por 245 bancos, 17.194 agências e 13.326 postos de atendimento. Em maio de 1997 há 225 bancos, 16.418 agências e 14.859 postos de atendimento. O processo de ajuste do sistema financeiro aumenta a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro e intensifica a concentração bancária, provocando enorme redução de empregos bancários. Em segundo lugar, o Banco Central aponta os ajustes relativos à composição dos produtos bancários, que se referem às estratégias dos bancos para manter a competitividade, a lucratividade e a atratividade da clientela, num contexto de intensa concorrência intracapitalista. Segundo o Banco Central crescem as receitas advindas de produtos e serviços oferecidos pelos bancos em detrimento da receita de créditos ao cliente.. Em terceiro lugar, o Banco Central modifica uma série de regulamentações do sistema bancário envolvendo mudanças na garantia da concessão de créditos, aumenta a exigência de critérios para abertura de um banco. A partir de 1996 passa a ser exigido 32% dos ativos contra os 8% anteriores que é considerado suficiente. Além disto, o Banco Central aumenta o seu poder de intervenção sobre a administração dos bancos. Com o Plano Real ocorre, portanto, uma reestruturação patrimonial do sistema bancário com as fusões e incorporações de vários bancos. Estas fusões são motivadas por fatores como ganho de escala, ampliação da rede de agências, aproveitamento de tecnologias, conquista da clientela e ampliação da presença em determinadas regiões.

o próprio Governo reconhece as perdas decorrentes de sua generosidade com os banqueiros. O documento “Análise do Ajuste do Sistema Financeiro do Brasil”, na homepage do Ministério da Fazenda, aponta um prejuízo de R\$ 660 milhões, decorrentes da diferença entre o custo de captação pelo Banco Central dos R\$ 20,8 bilhões emprestados e as taxas de empréstimos aos sete bancos beneficiados pelo programa entre outubro de 1995 e março de 1997.

O PROER é feito à margem do debate com o Congresso Nacional e a sociedade, para ocultar as ligações ilícitas do governo com banqueiros. Dinheiro público é utilizado para financiar até grupos financeiros internacionais, como é o caso do HSBC, 100% multinacional, na compra do Bamerindus. Os parlamentares constituintes ao fazer a Constituição não querem a participação de bancos estrangeiros no controle dos bancos brasileiros. Isso está no artigo 52 das Disposições Transitórias. Mas permitem, porém, que o Presidente da República autorize no “interesse do governo” a internacionalização. O interesse vira regra no Governo de Fernando Henrique Cardoso.<sup>30</sup>

Outro aspecto a destacar é que o PROER demonstra a incapacidade do governo em fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras, muitas das quais fraudam os seus balanços sob a cumplicidade do Banco Central – caso do Banco Nacional, da família Magalhães Pinto. A ocupação do Banco Central por banqueiros e tecnocratas ligados ao capital financeiro aprofundam a corrupção que é denunciada para a sociedade brasileira através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pelo Senado, em abril de 1999, para apurar as relações fraudulentas do Banco Central com o mercado financeiro, à partir de denúncias sobre o favorecimento aos Bancos Marka e Fonte Cindam. Nomeia-se Armínio Fraga, assessor de confiança do megaespeculador húngaro, George Soros, para a Presidência do Banco Central, que amplia o favorecimento sem limites ao capital financeiro. Nos dias que seguem-se à desvalorização cambial, o Banco Central usa R\$ 7,6 bilhões para salvar os aplicadores em mercados futuros e outros R\$ 1,6 bilhão para os bancos citados que envolvem-se em aventuras especulativas.<sup>31</sup>

A política de juros altos no ano de 1998 mais uma vez favorece os banqueiros que obtém lucros elevados. O Banco do Brasil apresenta um lucro de R\$ 869 milhões, com uma rentabilidade de 13,12%. O Bradesco tem o maior lucro da história dos bancos brasileiros: R\$ 1.012.420.000,00, com 16,02% de rentabilidade sobre o patrimônio líquido. O Unibanco tem um lucro de 454.137.000,00, com uma rentabilidade de 15,63%. O Itaú lucra R\$ 880 milhões, com uma rentabilidade de 18,9%.<sup>32</sup>

O endividamento externo e interno do governo federal para sustentar a política econômica

---

<sup>30</sup>SANTOS, V. “Pouca transparência”. In: *Mandato Popular*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1998.

<sup>31</sup>Lúis Nassif, Folha de São Paulo, 31/03/99.

<sup>32</sup>Dados publicados no artigo “Bancos: Lucros e Rentabilidade em 1998”, publicado na Folha Sindical extra, 25 de fevereiro de 1999.

é o principal fator de aumento dos lucros dos bancos, pois a maioria deles são credores de títulos da dívida pública. Por conta dos diferenciais das taxas de juros praticadas, os bancos garantem lucros expressivos apesar da retração econômica. Os recursos dos bancos tem sido majoritariamente destinados às aplicações interfinanceiras e em títulos e valores mobiliários, parte deles com proteção cambial. Ao mesmo tempo, diminuem as operações de crédito para reduzir sua exposição ao risco operacional de uma economia em recessão onde milhares de empresas estão falindo.<sup>33</sup> O crescimento da especulação aparece na explosão dos fundos de investimento que passam de 839, em 1993, para 3.615, em 1998.<sup>34</sup>

Em janeiro de 1999, com a desvalorização abrupta do real frente ao dólar, as instituições financeiras lucraram em 20 dias mais do que em todo o ano de 1998. A lista com os lucros dos bancos sistematizadas pelo Deputado Federal Aloísio Mercadante (abaixo), apresentada para a CPI, não é considerada suficiente pelos senadores governistas, que são maioria na Comissão, para aprovar a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para depor.

#### **Quadro 5 – Lucro dos bancos com a desvalorização cambial**

INSTITUIÇÃO .....	VALOR (R\$ MILHÕES)
CITIBANK .....	1.638,2
MORGAN GUARANTY TRUST .....	1.026,2
BANCO ABN AMRO .....	912,2
UNIBANCO .....	702,9
BANCO CCF – BRASIL .....	648,7
BANCO EUROPEU AMÉRICA LATINA .....	624,8
BANCO CHASE MANHATAN .....	577,6
BANCO SANTANDER BRASIL .....	518,2
MULTIBANCO .....	437,0
DEUTSCHE BANK .....	398,5
BANCO SUDAMERIS BRASIL .....	389,9
LLOYDS BANK .....	308,1
BANCO SAFRA .....	301,5
BANCO ITAÚ .....	237,6
BANCO GARANTIA .....	215,2
BANCO DE CRÉDITO NACIONAL .....	177,2
ING BANK .....	175,9
BANCO CACIQUE .....	160,4
BANCO LIBERAL .....	129,4
BANCO MATRIX .....	115,9
MERRYL LYNCH .....	114,6
NATIONAL BANK .....	98,3
BANCO PACTUAL .....	98,2
BANCO FLEMING GRAPHUS .....	94,6
TOTAL .....	10.101,1

<sup>33</sup>DIEESE. *O Desempenho dos Bancos e a Economia no Brasil em 1998*. Curitiba, subseção FETEC/PR, 1999.

<sup>34</sup>BANCO CENTRAL, 1999.

Dando sequência ao programa de ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional, em 1998, para receber um empréstimo de 41,5 bilhões de dólares, o governo brasileiro assina um Memorando de Política Econômica, em 08 de março de 1999, se comprometendo em privatizar os bancos públicos federais e estaduais.

*“Com determinação, o governo dará continuidade à sua política de modernização e redução do papel dos bancos públicos na economia. O Banco Meridional, uma instituição federal, foi privatizado em 1998 e, em 1999, o sexto maior banco brasileiro, o BANESPA, agora sob administração federal, será privatizado. Ademais, o Governo solicitou à comissão de alto nível encarregada do exame dos demais bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB e BASA ) a apresentação, até o final de outubro de 1999, de recomendações sobre o papel futuro destas instituições, tratando de questões como possíveis alienações de participações nessas instituições, fusões, vendas de componentes estratégicos ou transformação em agências de desenvolvimento ou bancos de segunda linha. Essas recomendações serão tomadas pelo Governo antes do final do ano, sendo que as determinações serão implementadas no decorrer do ano 2000. O Governo já se decidiu sobre a privatização da administradora de ativos afiliada ao Banco do Brasil (BB/DTVM) e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB BRASIL-RE). Ao mesmo tempo, continuará o processo de privatização, fechamento ou transformação dos bancos estaduais restantes em agências de desenvolvimento. A privatização dos bancos dos grandes estados, especialmente os da Bahia e do Paraná, deverá ocorrer em 1999, dando seguimento às privatizações bem sucedidas dos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, entre outros, nos últimos dois anos”<sup>35</sup>*

As medidas adotadas pelo governo federal de desregulamentação econômica, abertura financeira e cambial, renegociação das dívidas externas e internas, monitoradas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, objetivam favorecer o capital internacional. A virtual liquidação dos bancos públicos e de fomento, além de cumprir o papel de entregar o mercado financeiro aos banqueiros de forma irrestrita, também impossibilita o governo federal de executar políticas econômicas determinadas pelas necessidades sociais, e demonstram uma completa subordinação aos interesses da burguesia financeira.

## **2. Os bancos na era da mundialização financeira**

Com a crise do capitalismo em escala mundial, aprofunda-se a mundialização da economia e desenvolve-se um sistema financeiro mundial que organiza a livre circulação e acumulação de capitais. A mundialização constitui-se a partir de dois movimentos: por um lado, a acumulação e a centralização ininterrupta de capital, e por outro a imposição, por parte do Fundo Monetário Internacional aos países

---

<sup>35</sup><http://www.fazenda.gov.br/portugues/ajuste/fnmimp.html>.

em desenvolvimento de políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais e democráticas. A mundialização pode ser compreendida como uma resposta à crise que agudiza-se na década de 70, e mostra-se mais visível no sistema financeiro.

Segundo Chesnais (1996), o capitalismo nesta sua fase mais recente têm como base da reprodução da sua acumulação a crescente financeirização através do predomínio do grande capital financeiro. A riqueza continua a ser gerada na produção, mas é a esfera financeira que comanda cada vez mais a sua repartição e destinação social. O capital adquire uma liberdade inédita, podendo escolher livremente as partes do planeta que lhe interessam explorar. A globalização não implica em acesso de todos os países ao mercado mundial. A reconcentração dos fluxos de capitais nos países imperialistas levam a dramáticas regressões econômicas, políticas, sociais e humanas nos países periféricos.<sup>36</sup>

As mudanças no mercado financeiro aumentam a velocidade de circulação dos capitais especulativos, diminuem as taxas de crescimento das economias capitalistas, submetem os Estados à livre circulação de recursos e aumentam a instabilidade macroeconômica em nível nacional e internacional.<sup>37</sup>

Neste contexto, a desregulamentação do sistema e as inovações do setor bancário vêm sendo compreendidas como condição de sobrevivência de qualquer centro financeiro, inserido num sistema global integrado por um sistema telemático instantâneo. Uma estratégia para o enfrentamento da crise é a racionalização e a reestruturação dos serviços, expressos pela flexibilização do trabalho e pela diversificação dos produtos.

Segundo Harvey (1992), a capacidade para respostas instantâneas é essencial para a sobrevivência das corporações, constituindo-se num dos pontos centrais do atual processo de mudanças que o capitalismo vem passando. No caso financeiro isto é ainda mais evidente. Surgiram novos negócios que dependem de informações cada vez mais rápidas para analisar as tendências de mercado, avaliar os dados e subsidiar a tomada de decisões dos clientes.

Verifica-se uma ascensão das transações financeiras que são realizadas por firmas com reduzido quadro de pessoal que movimentam bilhões de dólares no mundo todo, colocando em cheque o conceito tradicional de grandes bancos com milhares de funcionários.

---

<sup>36</sup>Mais recentemente Chesnais (1997) vem caracterizando este novo período do capitalismo como um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, por ter o seu funcionamento ordenado sobretudo pelas operações e pelas escolhas de formas de capital financeiro mais concentradas e centralizadas do que em qualquer período anterior do capitalismo.

<sup>37</sup>KURTZMAN, J. *A Morte do Dinheiro*. São Paulo, Editora Atlas, 1995.

*(...) a ascendência da colocação de papéis, amplamente definida como a habilidade de realizar transações eletrônicas rápidas, numa grande variedade de mercados financeiros e bolsas de valores em todo o mundo, é responsável pelo aumento do faturamento das grandes firmas de Wall Street. E também pelo aumento da participação desse setor na atividade econômica geral do mundo. De acordo com Van Slyke, nossos bancos e nossos mercados financeiros agora estão competindo em termos de sua tecnologia; é aí que ganham sua eficiência. As redes não apenas permitem que os bancos compensem cheques e movimentem dinheiro mais rapidamente e, portanto, tenham mais dinheiro em mãos, como também diminuem os custos.<sup>38</sup>*

Kurtzman caracteriza esse momento como a era do dinheiro megabyte, em que cada vez menos as moedas tangíveis em metal e papel são utilizadas. O dinheiro eletrônico que circula mundialmente decreta a morte do dinheiro tradicional.

*O dinheiro é uma rede formada por centenas de milhares de computadores de todos os tipos, conectados em lugares tão inacessíveis quanto o Federal Reserve - que todos as noites acerta as contas entre bancos, envolvendo trilhões de dólares - e tão comuns como as milhares de bombas de gasolina em todo o mundo que aceitam cartões de crédito e cartões de débito em conta corrente.<sup>39</sup>*

### **3. Mudanças tecnológicas e organizacionais**

A automação e as mudanças na organização do trabalho mais recentes, são aspectos que conjugados às transformações políticas e econômicas possibilitam a conformação de outro regime de acumulação que mostra-se mais adequado para enfrentar a crescente instabilidade presente neste momento histórico do desenvolvimento do capitalismo. Fala-se da transição da era fordista<sup>40</sup> para uma era de acumulação flexível, cujo paradigma organizacional é o toyotismo, em alusão clara aos processos de organização da produção e do trabalho originalmente empregados na empresa Toyota, no Japão.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup>KURTZMAN, p.162.

<sup>39</sup>KURTZMAN, p.11.

<sup>40</sup>O modelo fordista de organização do trabalho idealizado inicialmente por Henry Ford, no início do século, nas suas fábricas, consolidou-se mundialmente após a segunda guerra mundial. Neste modelo de organização, o trabalho é rígido, há uma separação entre a gerência e a execução das tarefas, a produção é seriada e em massa, há a parcelização das tarefas e conseqüente intensificação do ritmo do trabalho, elevando significativamente as taxas de produtividade do capital.

<sup>41</sup>A produção neste modelo é flexível, isto é, fabricam-se muitos modelos, em pequenas quantidades (lotes), porém em grande número agregado. A reposição do produto ocorre à medida que o mesmo vai sendo consumido. A produção só acontece se estiver acontecendo consumo. É o sistema just-in-time, que envolve fornecedores, interior da fábrica e comercialização. As empresas trabalham com estoque de dias, ou mesmo, horas. O kan-ban, que é uma plaqueta informativa que alimenta o funcionamento da produção just-in-time, possibilita um fluxo contínuo entre fornecedores de componentes e a fábrica. O trabalho é preferencialmente polivalente. Um trabalhador tem múltiplas tarefas no processo produtivo, tendo que operar simultaneamente várias máquinas ou executar várias tarefas numa mesma máquina, eliminando os poros da jornada de trabalho e aumentando a intensidade do trabalho, que leva milhares de trabalhadores a morte súbita por trabalho, denominada karoshi (HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. 4a. ed. São Paulo, Loyola, 1995).



A acumulação flexível implica num dramático retrocesso em direitos sociais. No campo das relações de trabalho, amplia a precarização dos direitos e intensifica a exploração do tempo de trabalho, ampliando ao máximo as taxas de mais valia absoluta criadas pela exploração científica do trabalho inauguradas por Taylor.<sup>42</sup>

*(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção totalmente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas.*<sup>43</sup>

As novas tecnologias são um instrumento do capital para adaptar-se as condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, ou seja, do aumento da exploração dos trabalhadores.

*(...) elas integram um momento muito específico de atualização das condições de reprodução ampliada do capital, o qual tem nas inovações tecnológicas e organizacionais, nas novas condições emergentes do sistema financeiro, e na recomposição da classe trabalhadora, uma nova base consistente para a renovação dos mecanismos de exploração, e, sobretudo de dominação política.*<sup>44</sup>

No marco teórico marxista a tecnologia é compreendida como a forma material adotada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Marx (1997), a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente as forças produtivas. O mercado submete os capitalistas a uma feroz concorrência, que é enfrentada pela inescotável rivalidade tecnológica. A busca por parcelas cada vez maiores de taxas de mais-valia está associada a aceleração do processo inovador. O desenvolvimento da indústria veio acompanhado do desenvolvimento tecnológico que diminui o tempo de trabalho vivo, pois as máquinas passam a ter papel central na produção dispensando, parcialmente, a atividade do homem na produção. Ou seja, não é mais o trabalho direto realizado pelo homem que aparece como o pilar da

---

<sup>42</sup>Taylor, um ex-operário, estudou o movimento dos trabalhadores, pensando a eliminação radical dos tempos mortos na produção na perspectiva de eliminar a resistência operária e ampliar ao máximo a exploração da força-de-trabalho. O fordismo ampliou a dominação, subordinando as formas familiares, os tempos, os gestos, a sexualidade e a convivência disciplinada, na lógica da fábrica.

<sup>43</sup>HARVEY, p. 140.

<sup>44</sup>PAGOTTO, p.171.

riqueza e da produção, mas a aquisição pelo capitalista do poder geral de produção que lhe é propiciado pelo trabalho coletivo – social – de milhares de trabalhadores, que historicamente vai incorporando-se ao capital como trabalho morto.

A procura sistemática de inovações constitui-se num elemento dinâmico do desenvolvimento capitalista que é impulsionada pela concorrência permanente no regime capitalista de produção. Embora o marco da inovação tecnológica seja a busca incessante da maior valorização possível do capital, esta termina por mover-se contra os trabalhadores como resultado da sua apropriação privada, transformando-se em potência hostil ao trabalhador.

A apropriação do tempo de trabalho do trabalhador passa a aparecer como uma base não mais preponderante em relação com o tempo que é economizado pela introdução de máquinas no processo de trabalho. O desenvolvimento da ciência e sua aplicação à tecnologia permite a diminuição da necessidade de trabalho do homem. A força corpórea que aplica-se sobre os meios de trabalho passa a ser dispensada em função da introdução das máquinas. A capacidade de produção das riquezas sociais passa a ser objetivada na economia automatizada da sociedade, na ciência e na tecnologia. A produção social torna-se estranha aos trabalhadores.

*A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo, a menos que a sua ação não seja determinada pela necessidade do capital.<sup>45</sup>*

Mas, o capital é uma contradição em processo, ao mesmo tempo em que entrava a redução do tempo de trabalho a um mínimo, instaura o tempo de trabalho como a única medida de riqueza. Ele diminui o tempo de trabalho na sua forma necessária para o aumentar na forma de sobretrabalho.

Para Marcuse (1996), a tecnologia como modo de produção, como totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções caracterizadoras da era das máquinas, é ao mesmo tempo um modo de organizar e perpetuar (ou mudar) relações sociais, uma manifestação de padrões de pensamento e comportamentos dominantes, um instrumento de controle e dominação.

A eficiência competitiva que é requerida dos capitalistas para sobreviverem no mercado depende da aquisição das tecnologias. Quanto mais concentrado for o poder tecnológico, maior será a concentração do poder econômico em grandes empresas, que produzem grandes quantidades de mercadorias.

Ele descreve como o desenvolvimento da indústria e das máquinas no processo de instauração da sociedade burguesa vai levar ao aniquilamento do homem como indivíduo, transformando-o num sujeito

---

<sup>45</sup>MARX, K. *As Consequências Sociais do Avanço Tecnológico*. Obras Completas, vol 1. São Paulo, Edições Populares, 1980, p.41.

sem autonomia, dependente do sistema automático de máquinas. O trabalho do trabalhador passa a ser suplementar ao trabalho da máquina automática.

Marcuse considera que a mecanização e a padronização podem um dia ajudar a deslocar o centro de gravidade das necessidades de produção de mercadorias para a arena da livre realização humana, ou seja, o progresso tecnológico possibilitará a diminuição do tempo e energias humanas gastos no processo de produção libertando o homem das atividades competitivas instauradas pela sociedade burguesa e possibilitando-lhe seu desenvolvimento a partir de suas bases naturais.

Lojkin menciona que a revolução informacional é uma revolução tecnológica de conjunto. Ela nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação de certas atividades manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas atividades cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial. As novas tecnologias da informação, não garantem, mas, anunciam possibilidades de emergência de uma sociedade pós-mercantil, pois podem possibilitar efetivamente o rompimento das divisões hierárquicas e da divisão social do trabalho próprias do capitalismo.

*Uma revolução tecnológica de conjunto não se reduz à revolução do instrumento de trabalho, ainda que esta seja essencial. Nascida no e com o capitalismo, a revolução industrial, com efeito, foi marcada, inicialmente, pela divisão de atividades, de funções e de homens: divisão, é claro, não só entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo de valor (e de mais-valia), mas, também, entre a indústria e os serviços, entre o tempo de trabalho “necessário” e o tempo de trabalho “livre”, entre a atividade profissional e a atividade doméstica, entre o espaço público e o espaço privado.<sup>46</sup>*

A revolução informacional é caracterizada por uma importância crescente da informação, neste final de século. A objetivação crescente de atividades intelectuais nas tecnologias de informação, no entanto, não suprimem o seu caráter de força produtiva.

Para Rifkin a revolução tecnológica pode significar: “(...) menos hora de trabalho, maiores benefícios para milhões. Pela primeira vez na história moderna grandes quantidades de seres humanos poderiam ser libertados de longas horas de trabalho no mercado de trabalho formal e serem livres para se dedicarem a atividade de lazer”.<sup>47</sup>

As mudanças tecnológicas trazem resultados negativos para o trabalhador, com a instituição de uma maior rigidez e controle. Ao mesmo tempo em que tarefas antes consideradas insalubres e perigosas passam a ser feitas pelas máquinas, o capitalista intensifica o ritmo de trabalho, tornando via de regra,

---

<sup>46</sup>LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo, Cortez, 1995, p.5.

<sup>47</sup>RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995, p. 14.

o trabalho insuportável e penoso. A vigilância eletrônica impõe uma disciplinarização e padronização do ritmo de trabalho “ que eliminam não somente as individualidades, mas também a comunicação horizontal. O trabalhador não pode parar de trabalhar, por alguns minutos, a fim de pensar, tomar um cafezinho, ou conversar com um (a) colega de trabalho”.<sup>48</sup>

#### **4. As novas tecnologias e o trabalho bancário**

A automação representa para os bancos uma importante estratégia de competição no mercado financeiro, buscando passar aos clientes a idéia de agilidade e confiabilidade no atendimento. Ely (1993) analisa as transformações do sistema financeiro brasileiro e a automação nos bancos comerciais, dividindo-a em três fases.

A primeira se inicia em 1964, com a Reforma Bancária que cria o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional que delimita os espaços de atuação das instituições segmentando o mercado financeiro. Com a implantação destas mudanças há falências, associações e fusões, configurando-se um processo de centralização do capital bancário no segmento privado nacional. Paralelamente ocorre um movimento de concentração de capital desencadeando o nascimento de conglomerados financeiros. Em consequência destas medidas impõe-se uma centralização do processo administrativo dos bancos, acompanhada da padronização de procedimentos de contabilidade e de uma reorganização nas estruturas dos bancos. Nesta fase os bancos criam os CPD - Centros de Processamento de Dados. Na primeira fase, a ênfase do desenvolvimento tecnológico é o aprimoramento das informações dentro do CPD, mas no final da década de 70 busca-se a integração entre o acolhimento das informações nas agências e o processamento dos dados.

Uma segunda fase é constituída no final da década de 70, quando é implantado o sistema *on-line* nos grandes bancos, e na primeira metade dos anos 80, quando ocorre sua difusão. A expansão dos serviços financeiros e das agências no país, a necessidade de processar as informações com rapidez e eficiência e a disponibilidade de capital para investimento (advindo de altas taxas de lucros das instituições financeiras) marcam esta fase em que são criados os sistemas de apoio às decisões e implementados os terminais de consulta aos clientes.<sup>49</sup>

A terceira fase da automação bancária que se dá a partir de 1986, reflete-se na redução dos funcionários e na mudança do perfil da categoria. Os bancos reduzem custos racionalizando as atividades bancárias

---

<sup>48</sup>SOARES, J.L. Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e Perspectivas do Movimento Sindical. In: DIAS, E. (Org). *Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Luta de Classes*. Brasília, Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996, p. 67.

<sup>49</sup>Um documento da FEBRABAN, do ano de 1970, já elenca a necessidade da automatização das operações diante dos processos de concentração financeira e ampliação dos serviços bancários propiciados pela reforma bancária. Eram três os aspectos sublinhados pela FEBRABAN que demandavam a urgente automatização do setor: a sobrecarga de reclamações dos clientes diante da ineficiência dos serviços atuais; a necessidade de reduzir os custos operacionais para reduzir custos internos e ao mesmo tempo aumentar as operações; a necessidade de oferecer serviços dirigidos para os clientes, tais como cartões de crédito. A FEBRABAN conclui: o computador surge, então, como opção única para os bancos que desejarem participar em igualdade de condições com seus concorrentes já em fase de automação (PAGOTTO, 1996).

através do emprego de tecnologias microeletrônicas. As novas tecnologias dispensam a força de trabalho que realiza serviços repetitivos nos setores de preparação, digitação e conferência de documentos. Nesta fase ocorre uma difusão intensa do sistema *on line*, exigindo o aperfeiçoamento das telecomunicações no Brasil. Aumentam-se os postos de auto-atendimento e o número de *home banking* e *office banking*

Na atualidade há fortes investimentos dos bancos em auto-atendimento, levando os serviços para a empresa e a casa do cliente, usando a informática para a troca de informações via internet. Já inicia-se a utilização de fibras óticas que facilitam as comunicações. Os serviços bancários contam com uma circulação de informação muito grande. A velocidade das transações aumenta o lucro das instituições mais equipadas tecnologicamente.

*Em breve, a rede de compensação será completamente automatizada com novas máquinas que estão sendo desenvolvidas pela IBM, DEC, Unisys, TRW e outros fabricantes de computadores. Essas novas máquinas conseguem ler, interpretar, transferir e até armazenar na memória valores escritos à mão nos cheques. Elas examinam os cheques com videocâmaras de alta velocidade à medida que passam por uma esteira rolante. Essas câmaras e computadores até melhoram a imagem e convertem-na em um código que os computadores conseguem ler. Os novos computadores também podem armazenar a imagem completa do cheque em cores (seja um barco à vela, um inverno na Nova Inglaterra, uma baleia da Califórnia, Mickey Mouse, uma caligrafia ilegível, um endosso e assim por diante) e mandar esta imagem para qualquer lugar do mundo.<sup>50</sup>*

Os bancos entram numa desenfreada corrida tecnológica. Os investimentos em tecnologia são cada vez maiores. Os dados apresentados pela FEBRABAN dizem que os bancos investem 4,3 bilhões de dólares em automação no ano de 1995, quando contam com 53.000 equipamentos de auto-atendimento nas agências e 11.000 fora das agências.<sup>51</sup> Em 1999 os bancos contam com 89.829 equipamentos de autoatendimento conforme dados publicados na revista Carta Capital, de 23 de junho de 1999.

Na década de 90 aparecem agências totalmente automáticas onde os clientes realizam operações sem auxílio de funcionários. Recursos de multimídia que integram som, recursos gráficos, textos, figuras de animação e imagens fotográficas são utilizados pelo Unibanco. A multimídia é interativa, ou seja, o cliente faz a pergunta ou comanda a operação e recebe no vídeo o resultado de sua requisição. Além disto, aparecem as primeiras agências e bancos virtuais. O Unibanco criou agências em que não há circulação de clientes. Todo o serviço é feito por telefone ou fax.

---

<sup>50</sup>KURTZMAN, p.163.

<sup>51</sup>Gazeta Mercantil, 13/05/96, p. B-1.

Apesar de todo este aparato tecnológico há muitos clientes insatisfeitos com os bancos. Uma pesquisa do Datafolha (1996) realizada para a Executiva Nacional dos Bancários comprova esta insatisfação. Para 63% dos correntistas (pessoa física) pesquisados a tecnologia não resolve o problema das filas e 59% acham que o número de funcionários para atendimento é baixo.

A introdução de máquinas modernas no sistema financeiro acarretam uma agilização dos serviços financeiros. Por outro, para o trabalhador bancário as consequências sentidas com a exigência de maior intensidade no ritmo de trabalho são o aumento das doenças ocupacionais.<sup>52</sup>

Setores como a compensação são drasticamente encolhidos com a introdução de máquinas eletrônicas. A intensidade do trabalho e da exploração aumentam para os trabalhadores que ficam. O controle das máquinas sob a produção dos trabalhadores piora suas condições de vida.

*A compensação funciona durante 24 horas por dia. No dia de menos movimento de cheque tinha cerca de 90 mil cheques. Em uma terça-feira, onde a movimentação era maior devido ao final de semana, eram cerca de 150 mil cheques. Na época, na compensação trabalhavam cerca de 400 pessoas. Por exemplo, a própria divisão porque se dividia os cheques por agência, era feita em uma forma, onde estava escrito o nome dos Estados e das agências. Então cada funcionário tinha que separar os cheques. Então, era feita a separação dos cheques, para primeiro, checar os dados, os valores, e caso zerasse, tinha que se fazer além disso também a microfilmagem. Quando eu passei a trabalhar em meados de 87 na compensação as únicas máquinas que tinha eram no setor de digitação do banco onde se tinha uma quantidade muito grande de pessoas trabalhando. E fora da digitação, a única máquina que se tinha era a máquina de microfilmagem que já tinha uma peça onde já carimbava os cheques. Nesse período 88/89, chegou uma máquina no Bradesco que fazia a divisão dos cheques por agência com um único funcionário. Quando não existia essa máquina de divisão de cheques, trabalhavam durante o dia cerca de 20 bancários. Ia chegando a movimentação, o pessoal ia abrindo os malotes, o pessoal de determinado horário fazia a divisão para adiantar o serviço de quem vinha a tarde ou a noite. O ritmo de trabalho não mudou muito, o que houve foi o acúmulo de serviços em relação aos funcionários. Porque houve um número muito grande de demissões. Para quem estava no banco, ele passou a trabalhar em outras áreas. Você que era especializado em um determinado tipo de serviço passou a ter uma noção geral sobre todos os setores. As pessoas que trabalhavam na área de digitação passaram a ter uma cobrança maior, porque tinha um processo muito rápido. E passou a ter por parte do Bradesco uma cobrança maior para os digitadores, porque a partir do momento que as pessoas chegavam e o serviço já estava pronto, as pessoas em um período menor tinham que dar conta de todo o serviço que a máquina havia preparado. A produtividade no que se refere a digitação e no que se refere a rapidez foi mais exigida do que era antes. A partir de 88 também teve os planos econômicos. Então, foi diminuindo ano a ano a emissão de cheques e diminuindo a quantidade de cheques nos processamentos de dados e nas próprias agências bancárias. Hoje o próprio serviço de processamento dos bancos é feito praticamente de forma computadorizada, onde o que é*

---

<sup>52</sup>Vários trabalhos vem sendo realizados evidenciando as relações de trabalho bancárias com as doenças ocupacionais. O primeiro trabalho sobre o assunto foi realizado pelo DIESAT-Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas em Saúde e Ambientes de Trabalho, em 1985. Nesta pesquisa foi constatado que os maiores problemas não estavam relacionados à acidentes, e sim a doenças mentais, psicossociais, psicossomáticas, decorrentes do dia-a-dia do trabalho bancário. Não é à toa, portanto, que o trabalho bancário foi regulamentado em 6 horas. No entanto, o descumprimento da jornada pelos bancos e a intensificação dos ritmos de trabalho implementados pelas novas técnicas gerenciais e pela introdução da informática agravam a situação. O recurso de bancários ao suicídio, ao alcoolismo e às drogas pesadas se explica, portanto, pela penosidade do trabalho.

*feito só é a abertura do malote, o fechamento e a microfilmagem. O Bradesco investiu não só na área de compensação, mas em auto-atendimento que fez com que diminuísse o número de documentos para a compensação. Nesse período 87, 88, 89 e meados de 90 aconteceram grandes greves no setor bancário e os banqueiros vendo isso, pensaram uma nova estrutura em relação aos bancários. Hoje um só bancário pode tocar praticamente todo o serviço em qualquer área do banco.<sup>53</sup>*

Do processo de trabalho mecanizado que ainda verifica-se na década de 80 pelo funcionário entrevistado, passa-se a era eletrônica com mudanças significativas no trabalho bancário, com aumento da produtividade e da intensidade do trabalho.

*Fui o primeiro operador de telex da minha cidade. Então era um orgulho enorme, o cara saber operar um telex, naquele tempo. E o telex, o telefone, o fax, os computadores, eles entram no sistema financeiro, pela porta da frente e com a velocidade enorme. Nós fazíamos um grande relatório, para mandar para a matriz, à mão, e nós usávamos máquinas um pouco grandes. Então, era disputa no final da noite para fechar relatório. Peguei exatamente uma transição fulminante das novas tecnologias com o sistema bancário ainda mecanizado. Na década de 80, final da década de 70 e início da década de 80, foi a época que teve o boom das novas tecnologias. O ritmo não tinha essa mesma velocidade de hoje, mas tinha uma pressão, do ponto de vista psicológico, muito forte. Porque você trabalhava com um dado objetivo, de precisar controlar algumas variáveis, com elementos que você ainda não tinha tão disponíveis como você tem hoje. Um caixa, ele precisava controlar defeitos de determinadas variáveis do processamento do caixa, tipo assim: entrada de dinheiro, a saída de um documento, a autenticação desse documento, carimbar esse documento, ele precisava fazer troco, ele tinha que fechar. Ele tinha uma série de elementos que ele precisava se movimentar num guichê de caixa para poder atender ao cliente. Esse ritmo é fundamental para você compreender as doenças tecnológicas construídas nesse tempo. Se você for perceber o movimento de um bancário, ao longo do tempo, ele tinha dois desgastes que seriam inevitáveis: um desgaste psicológico enorme; e um desgaste físico intenso. Aumentou de forma assustadora a produtividade do trabalhador bancário. Os números comprovam isso. Era possível autenticar, por exemplo, 200, 300 documentos, no dia. Hoje, o trabalhador tem uma capacidade de realizar coisas em uma agência bancária de forma fantástica. Tanto do ponto de vista da quantidade de materiais que ele opera, como também do ponto de vista de operações. E você tem uma intensidade muito grande de trabalho, ao mesmo tempo que opera com coisas que são práticas e sintetizam o trabalho. O ritmo do trabalhador, a qualidade, a intensidade, a quantidade, a realização do trabalho é muito maior do que naquele tempo. Ele realiza um lucro muito maior do que um funcionário na década de 70 ou na década de 80.<sup>54</sup>*

---

<sup>53</sup>Fábio da Silva, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, em entrevista concedida em 27/04/98.

<sup>54</sup>João Carlos Nogueira, diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, em entrevista realizada no dia 28 de abril de 1998.

Um dado positivo ressaltado pelos funcionários do Bradesco é a agilização dos trabalhos burocráticos com a chegada do computador. Mas, ocorre uma mudança no processo de trabalho, com o bancário passando a assumir a realização de tarefas de vários setores ao mesmo tempo.

*A gente tinha o micro que instalaram 06 meses após a inauguração. E quando me transferiram para a capital em 87, todo o sistema era informatizado. Antes quando tu começava, abria o setor de carteira de financiamento. Para abrir um financiamento tinha que pegar toda a parte burocrática do banco. No caso o cliente ia lá, eu abria. A guria abria a conta corrente e a partir dali, eu tinha que fazer o cadastro dele, pessoa física. Os clientes abriam a conta corrente, daí eu pegava o cadastro. Aí depois batia o financiamento em duas, três páginas de financiamento que era um empréstimo pessoal. Quando informatizou, a conta corrente era aberta direto no computador. O cadastro a gente fazia o básico, o restante a gente digitava tudo. Nós exercíamos mais funções. À partir do momento que informatizou nós tivemos que ajudar no setor de cobrança, na conta corrente. O cliente tinha o primeiro contato com o gerente. E o gerente ia ver se o cliente tinha condições de pagar o financiamento, fazia toda aquela parte de relações públicas. A partir desse momento passava para o setor de financiamento. Ali a gente pegava todos os dados do cliente, fazia os cadastros, mandava para a aprovação na matriz e quando liberava era feito todo o acompanhamento. No sistema de depósitos, transações, caixa dia e noite, cartão, isso foram mudanças muito bruscas. Antes todo mundo tinha que ir lá no caixa e de repente informatizaram tudo.<sup>55</sup>*

Outro fator realçado nas entrevistas é a qualidade das informações. Este funcionário afirma que há uma diminuição da responsabilidade frente a introdução do computador: “A responsabilidade é menor em virtude do computador te dar mais certeza das informações. Antes você poderia errar em transcrever uma informação de um local para outro”.<sup>56</sup>

Na década de 80 grande parte dos trabalhos realizados nas agências é de modo mecanizado exigindo bastante força de trabalho. Com a entrada das primeiras máquinas eletrônicas ocorre o choque com os trabalhadores que inicialmente têm dificuldades para se adaptar. Com o computador aumenta a exploração do trabalho.

*“Entre em 1981, 1980. A rotina de trabalho que eu realizava no início era uma rotina bastante diversificada em termos de burocracia. Eram aquelas máquinas Burroughs que autenticavam. Tinham algumas máquinas da Facit de manivela, e você fazia cálculos de juros. As tarefas eram bastante diversificadas em datilografia, separação de extrato, entrega de correspondência, débito em conta, pendências. Existia na época dentro dos centros de computação bancários, aqueles computadores*

---

<sup>55</sup>Izabel Bridi, ex-funcionária do Bradesco, entrevistada em 26/04/98.

<sup>56</sup>Funcionário do do Bradesco, agência Praça XV, entrevistado em 29/04/98.



maiores que ocupavam salas e salas na matriz. Dentro da agência era mais mecanizado e exigia mais mão-de-obra. Depois de um ano que eu estava no caixa o banco lança o Bradesco Instantâneo. Foi em 83 mais ou menos. Dentro do grupo de funcionários tinha resistência. Tinha aqueles que tinham uma facilidade muito grande de desenvolver o trabalho utilizando equipamentos que substituíram as máquinas mecânicas e eletro-mecânicas. O microcomputador mesmo, ficava na agência, num determinado local, num determinado ambiente. E esse microcomputador tinha as suas extensões que eram os terminais de computador. E o Bradesco foi pioneiro na informatização das rotinas. Bastante coisa facilitou em termos de fechamento e abertura de caixa, transferência de dinheiro. Aqueles que tinham bastante resistência com relação a esse novo nem queriam chegar perto do terminal. Mas com o tempo foi se adaptando. A rotina fez com que as pessoas fossem obrigadas a ser mais capacitadas. A velocidade do trabalho aumentou. Antigamente tinha em todo sistema contábil: 'houve uma falha, esse lançamento foi feito errado'. Mas, isso você ia ficar sabendo depois de 2 dias, 3 dias, e com a informatização a coisa se tornou mais rápida. Já no dia seguinte, você tinha documentos estomados. Um documento que voltava para você dizendo: 'isso aqui foi digitado errado, isso aqui foi feito errado'. O sistema trouxe a eficiência nas rotinas de trabalho. Isso fez com que aumentasse a atenção e a responsabilidade naquilo que está fazendo.<sup>57</sup>

As máquinas automáticas imprimem maior controle ao trabalho que além de mais intenso é vigiado pelo controle eletrônico dos registros contábeis do caixa. A tecnologia neste caso apresenta-se como um pesadelo na vida do trabalhador que tem diminuída as porosidades do trabalho. No entanto, no depoimento deste trabalhador há uma resignação diante das novas tecnologias. O banco está mais moderno e o desemprego vai aumentar, é a sua conclusão. Mas ele acha que a situação pode melhorar fazendo cursos de informática para adaptar-se ao mundo do capital.

*Hoje a produtividade não existe em termos de quem produz mais, ganha mais. A nossa média de autenticação é 220 autenticações e claro que tem caixas que fazem menos, e outros fazem mais. É 220 autenticações por caixa, eles fazem uma relação e colocam no mural, e quem alcança fica no bom patamar, e quem não alcança é anotado em vermelho, chamando a atenção do caixa para se orientar mais. Chegaram nessa semana ainda, os dezoito terminais de computadores Pentium multimídia. Eu acho que vieram para acabar com alguns setores do banco. Tem máquina funcionando 24 horas por dia. Tanto é verdade que a gente sabe que uma máquina tira o lugar de duas pessoas, mas o mundo da informática está aí e a gente tem que lutar por uma vida melhor fazendo cursos de informática.<sup>58</sup>*

As mudanças tecnológicas são constantes no sistema financeiro. O computador está presente no sistema financeiro há muito tempo. O Bradesco foi o pioneiro na década de 60.

---

<sup>57</sup>Entrevista realizada com o funcionário da área de treinamento do Bradesco, em Florianópolis, no dia 28 de abril de 1998.

<sup>58</sup>Entrevista realizada com o funcionário, do Banco Bradesco, da Praça XV, no dia 08 de maio de 1998.

*As mudanças eram paulatinas. De vez em quando aparecia alguma novidade. Mas uma mudança radical que marcasse por si só não me lembro. Era devagar, gradual, mas sempre aparecia alguma coisa. No dia a dia mesmo. Na entrega de cheque, na confecção de cheques, nas máquinas dos caixas, mais rapidez nos sistemas de caixa, de contabilidade. O atendimento dia e noite foi uma coisa negativa para nós. Fez com que nós supervisores tivéssemos que trabalhar nos finais de semana. Todo mês a gente tinha que trabalhar um final de semana, um sábado, um domingo, nesse Bradesco Dia e Noite.<sup>59</sup>*

A introdução das máquinas exige mais esforço e dedicação dos funcionários ao banco sem recompensa financeira, além comprometerem o final de semana com a família. Na fase de introdução de novas tecnologias o bancário é mais explorado ainda, aumentando as doenças do trabalho.<sup>60</sup> A subordinação do trabalho ao capital é intensa. Maurino lembra-se que o banco começa a mudar em 1982 quando se transferem da rua Trajano para a Praça XV e instalam o sistema on-line. Nessa época o Bradesco tinha em torno de 65 caixas. Logo começam a aparecer os primeiros computadores – no ano de 1983- e a tecnologia começa a avançar dispensando funcionários. A realidade é de muito trabalho para o banco ao qual se entrega de corpo e alma.

*Foi o primeiro banco a colocar o sistema 'on-line' aqui. Depois passei a Supervisor, e aí foi uma das épocas mais difíceis. Uma época mais carregada. Nessa época, quando o movimento não batia tinha que ir para Itajaí, para o Centrefor, à procura dessas diferenças. A gente às vezes passava a noite em Itajaí e no outro dia, de madrugada se retornava, às vezes direto para a agência trabalhar. Quando começou a haver os BDN – os caixas eletrônicos, eu e o Almir Prado começamos o sistema de caixas eletrônicos pelo Bradesco. Nós éramos os atendentes. Nessa época, o período nosso de trabalho, o início era às 06 horas da manhã às 15 horas. O outro pegava das 15 às 24 horas. O Almir trabalhou mais ou menos 15 ou 20 dias nesse sistema. Eu fiquei trabalhando no BDN em torno de 3 anos e meio. Durante 3 anos nunca tive um dia de folga. Isso foi no período de 85 a 86. Foi em torno de 4 anos. De 86 até 90. No último ano começamos a ter uma folga, mas durante 3 anos eu trabalhava 30 dias por mês, não tinha um dia de folga. Eu só tinha os meus 30 dias de férias por ano, trabalhava sábado, domingo, feriado, natal, 1º de ano, páscoa, sexta-feira santa, carnaval. Esse foi o período que mais me castigou no Banco.<sup>61</sup>*

---

<sup>59</sup> André Luiz Silva, ex-funcionário do Bradesco, em entrevista realizada no dia 04/05/98.

<sup>60</sup> "De janeiro de 1996 a agosto de 1997 são registrados 2.964 incidências de lesões por esforços repetitivos (L.E.R) somente nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Porto Alegre e São Paulo" (CNB/CUT, 1997).

<sup>61</sup> Entrevista realizada com o ex-funcionário do Bradesco, Maurino Inácio Pereira, em 23.04.98.

## 5. O bancário: do papel-moeda ao dinheiro eletrônico

Segnini (1998) assinala que neste século são intensas as mudanças tecnológicas ocorridas nas relações de trabalho bancárias, ocorrendo o que chama de passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital. O desenvolvimento tecnológico traduz as relações sociais engendradas pelo capitalismo. Da caneta de pena que possibilita os registros contábeis de forma manuscrita até os dias de hoje onde os registros contábeis são informatizados, sempre está presente a exploração dos trabalhadores.<sup>62</sup>

As relações entre bancários e banqueiros no começo do século são de total dominação. Os banqueiros oriundos da aristocracia rural paulista exercem uma administração paternalista, incentivando o carreirismo através da lealdade aos patrões. A gestão paternalista predominante em vários ramos da economia é uma marca predominante no sistema financeiro.

Até a década de 20 o trabalho bancário é realizado manualmente. Não há máquinas de calcular e os bancários muitas vezes ficam até de madrugada na agência contando juros. Não se pode deixar erros para o dia seguinte. Para fazer isto são distribuídos livros de conta corrente, marcados de A à Z, aos funcionários. A letra A é o mais grosso e quem fica com esse livro geralmente são os funcionários menos queridos pelos chefes e gastam em torno de dois ou três dias para fazer o serviço.

Já na década de 30 o trabalho é facilitado com o aparecimento de copiadores de gelatina e a escrituração à máquina. A partir desta década inicia-se um lento e gradual processo de racionalização do trabalho bancário. Mudanças tecnológicas e organizacionais passam a ser implementadas visando a adequar-se a expansão das atividades financeiras e permitir a redução dos custos do trabalho pela intensificação do trabalho. São concebidas as primeiras máquinas de contabilizar valores, capazes de economizar tempo e fazer evoluir o sistema de contabilidade bancária. As máquinas são fabricadas pela IBM, Burroughs e Remington que hoje estão vinculadas à produção informática.<sup>63</sup>

Com as mudanças econômicas e políticas que ocorrem no Brasil possibilitando a expansão do parque industrial, as transações financeiras se expandem. Os bancos ampliam a força de trabalho bancária e introduzem máquinas para realização dos registros bancários e a divisão das funções.

A Caixa Econômica Federal em 1933, introduz o serviço Hollerith, destinado ao controle das contas dos depositantes. As propostas de entradas e retiradas, depois de processadas no Departamento de Depósitos, são encaminhadas à Seção Hollerith para perfuração dos cartões e conferência.

---

<sup>62</sup>“O trabalho bancário foi, no decorrer deste século, sofrendo alterações impostas pela dinâmica das relações entre o capital-financeiro e a dinâmica de reprodução do capital. Sendo assim, as mudanças no trabalho bancário referem-se às mudanças observadas no papel atribuído ao sistema financeiro no processo de expansão do capital, neste século, tanto no país como em nível internacional” (SEGNINI, 1998, p.61).

<sup>63</sup>PAGOTTO, 1996.

Estas máquinas perfuram em média 6.000 cartões por dia. O cartão perfurado segue seu curso normal, passando pelas máquinas separadoras, multiplicadoras, tabuladoras e interpretadoras. As máquinas perfuradoras e conferidoras perfuram e conferem os cartões referentes às operações que se efetuam. As separadoras têm por função a ordenação rigorosa, por número e série, dos cartões perfurados, separações para fins de estatística ou outros que sejam necessários. As tabuladoras empregadas na soma, listagem dos cartões, extração de saldos das contas operadas, são máquinas que executam o serviço mais importante do sistema. Somam 150 cartões por minuto, e as operações delas exigidas atingem diariamente mais de 30.000. As multiplicadoras destinadas ao cálculo de juros executam 6.000 operações diariamente. Para a escrituração de cadernetas e fichas de contas correntes é utilizado o método mecânico, as máquinas registradoras “*National*”.<sup>64</sup>

Nestes serviços que expressam parte do fluxo bancário de uma agência está expressa a racionalização da atividade através da maior segurança nos controles e intensificação do trabalho. Para isto contrata-se funcionários que não precisam de conhecimentos dos procedimentos bancários, mas que têm condições de ser responsáveis pelo registro dos dados nestas máquinas.

O serviço de entrega de correspondência é feito pelos próprios funcionários da agência que trabalham na expedição. Posteriormente, com o monopólio dos Correios na década de 60, esse serviço é extinto.

A diferença na organização do trabalho de agência para agência era mínima. Os serviços contábeis são realizados na própria agência, tais como: cálculo dos juros dos depósitos, elaboração dos balancetes enviados diariamente à matriz, atualização das conta correntes e arquivos. A agência possui elevado grau de autonomia em relação à administração central do banco. As tarefas realizadas são assim descritas:

*A gerência (gerente e subgerente) era, assim como nos dias atuais, responsável pelos negócios bancários que compreendiam naquela época tão somente a captação de depósitos e concessão de créditos em conformidade com limites e critérios definidos pela matriz. O gerente representava a maior autoridade na agência; detinha conhecimento a respeito de todas as funções realizadas no seu âmbito. Normalmente era um ‘funcionário de carreira’, que gozava de muito prestígio junto aos funcionários e clientes. O contador era responsável pelos serviços administrativos e pela gestão dos funcionários da agência. Para tanto, conhecia profundamente os procedimentos contábeis e as normas dos bancos. Estavam a ele subordinados o subcontador, o chefe do expediente, caixas, escriturários, contínuos e pessoal de apoio. Esta relação hierárquica determinava que os contadores quase se equiparassem aos gerentes em termos de autoridade e que fossem respeitados (e temidos) pelos bancários.*<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup>SEGNINI, 1998.

<sup>65</sup>SEGNINI, 1998, p. 63-4.

O fluxo de trabalho é descrito através dos procedimentos necessários para o desconto de um cheque. O portador dirige-se ao balcão de atendimento, onde troca o cheque por uma chapa de metal numerada que é a sua senha. Enquanto se aguarda o atendimento, o cheque é enviado ao controle de caixa para anotação de seus dados. Em seguida é levado para o setor de firmas para conferência da assinatura e ao setor de conta correntes para a verificação do saldo. Só então chega ao caixa para o pagamento. O cliente chega a esperar uma hora para ter o atendimento completado. Após a liquidação o cheque é enviado para o setor de contabilidade da agência. O escriturário do balcão de atendimento encaminha duplicatas para desconto e cobrança, abonos de assinaturas, documentos em geral e cheques visados. O controle de caixa registra a entrada de todos os documentos de caixa e fica responsável pela operação “bate” ao final do dia. O caixa corrente faz os lançamentos na ficha do cliente e os fechamentos no final do dia. O caixa recebe e paga e é entre todos os funcionários da agência o que menos conhece a rotina geral do serviço, trabalhando num local fechado, com um quichê de acesso ao público.

Aos poucos o trabalho em bancos agrupa-se em unidades funcionais estruturadas nas quais a mecanização e a organização científica do trabalho estabelecem a divisão entre funcionários qualificados, que executam tarefas com maior grau de responsabilidade técnica e bancários com menor qualificação encarregadas de tarefas mais simples, que não demandam um longo processo de aprendizagem, mas apenas um treinamento dentro do próprio trabalho, e o cumprimento de normas impostas pela administração do banco. A disciplina dentro dos bancos que originalmente se baseava na autoridade patriarcal é substituída pela organização científica do trabalho.

A partir da década de 60, com a reforma bancária de 1964 inicia-se um processo de expansão do sistema financeiro que produz novas alterações nas relações de trabalho bancárias. O processo de gestão altera-se substancialmente, destacando-se as novas formas de organização do trabalho, o desenvolvimento de novas formas de relação empregatícias (trabalho em tempo integral, subcontratado, terceirizado, instável) a informatização e a feminização do trabalho bancário.<sup>66</sup>

As condições para a automação ser implantada são dadas pela homogeneização dos procedimentos contábeis realizada pelo Banco Central do Brasil, em 1967, possibilitando o controle, a fiscalização diária dos bancos, a normatização e a rotinização dos serviços.

A expansão e a descentralização das agências demanda a centralização do planejamento e o controle dos processos de trabalho nos departamentos. O trabalho bancário subdivide-se em termos de localização. O pessoal administrativo trabalha nos departamentos do banco, e o pessoal operacional, nas agências. Funções técnicas são inseridas nos departamentos para subsidiar a formulação das políticas dos bancos que devem ser cumpridas pelas agências.

---

<sup>66</sup>SEGNINI, 1998, p.82.

As agências perdem então autonomia em relação à administração central e passam a ser o local de venda dos produtos do conglomerado financeiro que privilegia os serviços especulativos em detrimento da prestação de serviços de intermediação do crédito para os setores produtivos.

Até a introdução dos primeiros computadores na década de 60, o bancário exerce manualmente e mecanicamente a maior parte das tarefas, utilizando máquinas de escrever e calculadoras.

*A diversidade de atividades nas agências, embora limitada a um determinado número de operações que os bancos realizavam no mercado financeiro, requeria, dos funcionários, formação no curso secundário, noções de contabilidade e comércio. O conhecimento profissional era adquirido no cotidiano do trabalho, na relação de aprendizado com o chefe imediato. Ao longo dos anos, o bancário ia conhecendo as diversas tarefas que compunham o processo de trabalho. A ascensão na hierarquia da empresa era baseada nesta experiência do trabalhador, que enxergava no banco uma possibilidade real de crescimento profissional. Para ingressar na organização, o sujeito tinha que ser apresentado por alguma pessoa que fosse da confiança do banco, mobilizando a rede de relações sociais de sua família (...) Em geral as pessoas que ingressavam na carreira bancária eram filhas de donos de bar, de açougue, de pequenos varejistas, de funcionários públicos ou funcionários de grandes empresas. O sonho de ingressar na carreira bancária fazia parte das aspirações das classes médias urbanas.<sup>67</sup>*

Com a introdução dos CPDs ocorre uma mudança no conteúdo do trabalho bancário. O trabalho fica monótono e repetitivo, e o saber é apropriado pela organização científica do trabalho.

*O trabalho qualificado do contador foi apropriado pela direção do banco, com o objetivo de homogeneizar os procedimentos das diversas seções da empresa e facilitar a introdução do processamento eletrônico de dados. Esta apropriação dos conhecimentos operacionais do metier bancário foi feita através de estudos de organização e métodos realizados nos bancos ao longo da década de 60 e 70 (...) Com as mudanças que ocorreram, o trabalho do bancário adquiriu um caráter parcelado, sequencial e redundante. No fluxo do trabalho, cada indivíduo ou setor ficou responsável por uma atividade parcial do processo, tornando, em muitos casos, o trabalho do bancário no CPD monótono e repetitivo.<sup>68</sup>*

Com a difusão da automação, eliminam-se postos de trabalho na retaguarda das agências, reduzem-se as rotinas de trabalho e uma série de procedimentos passam a ser realizados pelo caixa, que tem o seu trabalho intensificado, embora com maior segurança na execução de suas tarefas. Um pessoal especializado em informática é demandado para criar e implantar *softwares* para o sistema. A redução massiva da categoria bancária, molda um outro trabalhador: “A maior integração com o cliente requer do banco, além da qualidade tecnológica e de uma imagem sólida de credibilidade, equipes de profissionais qualificados com capacidade de dar assessoria financeira e de intermediar negócios entre as grandes empresas”.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup>ELY, H. B. *As Transformações no Sistema Financeiro Brasileiro e a Automação nos Bancos Comerciais*. São Paulo, 1992, p. 5.

<sup>68</sup>ELY, 1992, p.22.

<sup>69</sup>ELY, 1992, p.49.

As novas exigências do capital alteram significativamente o perfil do trabalhador bancário. Em um trabalho recente, o DIEESE apresenta as mudanças que vêm ocorrendo no perfil da categoria bancária quanto à ocupação, gênero, escolaridade e faixa etária. O estudo que abrange o período 1986-1994 demonstra a evolução histórica destas alterações que vêm ocorrendo por conta das novas exigências do capital. O trabalho se apóia em material fornecido pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS<sup>70</sup> que são classificados em grupos de ocupações com base na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO.<sup>71</sup> O setor bancário é definido de acordo com a subatividade “Bancos Comerciais, de Investimento, etc.”, da classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Ou seja, ficam excluídos desta análise os bancos de desenvolvimento e as financeiras.

As ocupações da categoria (direção e gerência, chefias intermediárias, escriturários e auxiliares, caixas e pagadores, analistas e programadores, assessores econômicos e jurídicos, operadores de serviços telefônicos) são analisadas para compreender-se as mudanças.

O grupo ocupacional de direção e gerência tem em 1986, 5,7% do total de postos de trabalho no setor. No decorrer do período estudado sua participação se amplia, atingindo no ano de 1994 o percentual de 9,8%, correspondente a uma elevação de 70% em 8 anos.

A disputa dos bancos de forma acirrada pelas fatias do mercado nos últimos anos traduz-se no desenvolvimento de atendimento seletivo e diferenciado à clientela. O autoatendimento possibilitado pela automação amplia os serviços prestados. Este processo implica na necessidade dos bancos contarem com profissionais que dominem as características desse conjunto de produtos alternativos. Por isso, o aumento do número de gerentes está associado a mudança de perfil do sistema financeiro, que passa a selecionar mais os clientes. Além é claro da diminuição da necessidade de trabalhadores que realizam tarefas repetitivas que são automatizadas ao longo do tempo.

Quanto ao gênero, é importante observar que no segmento de direção e gerência é onde há menor participação de força de trabalho feminina. Em 1986 a participação das mulheres é de 10%. Em 1994 já se amplia para 24% do total de diretores e gerentes. Há avanços, mas longe ainda de se atingir uma posição mais equilibrada ou equivalente à média da participação feminina que chega a 42, % no ano de 1994.

---

<sup>70</sup> A RAIS foi criada pelo decreto no. 76.900/75 com o objetivo de servir de base para o cálculo das cotas do PIS e PASEP e no controle do FGTS e Previdência Social. Atualmente é utilizada para viabilizar o pagamento do abono salarial referido no artigo 239, da Constituição Federal de 1988. A periodicidade da fonte é anual e abrange trabalhadores celetistas, estatutários, temporários e avulsos. Todas as empresas com funcionários devem declarar a RAIS. Outra característica da fonte é a de tratar-se de registros administrativos, isto é, informações prestadas pelas empresas através de formulários padronizados pelo MTb. As principais limitações desse tipo de base de dados são conhecidas dos usuários: imperfeição no preenchimento pelas empresas, rasura, atraso, ‘má interpretação’ de critérios de preenchimento pelas empresas, etc” (DIEESE. *Mudanças no perfil da categoria bancária: ocupação, gênero, escolaridade e faixa etária (1986-1994)*. Subseção do SEEB/SP. São Paulo, 1997).

<sup>71</sup> “Os grupos ocupacionais de base da CBO (323 grupos) foram agrupados de modo a permitir uma melhor análise das principais ocupações do setor. Para a agregação dos grupos foram realizadas consultas a dirigentes sindicais e funcionários de RH dos bancos, de modo a conciliar os dados e melhor apreender as diferentes interpretações dos RH acerca de tais registros” (DIEESE, 1997).

As chefias intermediárias formam um segmento bruscamente afetado pelas mudanças gerenciais implantadas pelos bancos. O chamado *downsizing*, ou seja, a diminuição dos números hierárquicos, determina uma redução do contingente de chefias. Além deste fator, a introdução de programas de qualidade total, que buscam promover maior envolvimento dos trabalhadores na execução das tarefas, reduz a necessidade de chefias. O processo de automação também passa a dispensar muitas tarefas de controle e supervisão anteriormente executadas por bancários. Em 1986, as chefias intermediárias representam 16,0% do total de postos de trabalho da categoria. Até 1994, há um recuo nesta participação que cai para 11,6%.

Neste grupo de trabalhadores é constatado também um aumento da participação feminina entre os bancários. No ano de 1986 as mulheres representam 22,0% das chefias, em 1994 já ultrapassam 30,0%.

Quanto aos escriturários e auxiliares, que constituem o maior grupo, há uma redução ao longo do período. Em 1986 eles correspondem a mais da metade dos bancários, com 54,8% do total, caindo para 47,0% em 1994. Estes profissionais são os mais atingidos pela automação dos serviços bancários.

Quanto ao gênero é o extrato da categoria onde há maior predominância de mulheres. Em 1986 esta participação era de 42,0% passando a 46,0% em 1994. Entretanto, observamos que este grupo de trabalhadores é a base piramidal da categoria. Entre os cargos mais elevados hierarquicamente, a participação feminina decai.<sup>72</sup>

Quanto aos caixas e pagadores observa-se um pequeno crescimento no seu peso relativo ao longo do período. Em números absolutos estes profissionais representam 120.920 bancários em 1986, caindo para 112.939 em 1994.

O aumento dos serviços de auto-atendimento e a crescente seletividade da clientela são indicadores da diminuição da participação destes trabalhadores. A participação das mulheres aumenta também neste grupo de trabalhadores. Em 1986 elas representam 38,3% do total dos bancários deste grupo. Em 1994 o percentual evolui para 45,7%.

Amplia-se o número de analistas e programadores que passam a ser profissionais indispensáveis para o funcionamento do sistema financeiro, devido ao avanço das mudanças tecnológicas que tem como suporte o processamento de informações. Em 1986, estes profissionais correspondem a 0,4% da categoria. Em 1994 correspondem a 1,8%. Na análise desagregada, verifica-se uma diminuição dos programadores de computadores dos bancos. Um fator causal é a concentração cada vez maior das informações em Centros de Processamento Centrais, em ligação direta com as agências bancárias. Entre estes trabalhadores a participação feminina também cresce, passando de 24,0% em 1986 para 29,0% em 1994.

---

<sup>72</sup>Sobre a feminização crescente da força de trabalho em bancos e as suas dificuldades em subir na carreira hierárquica, ver "Mulheres no Trabalho Bancário", de Lilians Segnini, publicado em 1998.



Quanto aos assessores econômicos e jurídicos ocorre uma elevação da participação. Se em 1986 o percentual é de 0,6%, em 1994 chega a 1,0% da categoria. A participação feminina também tem um aumento neste segmento. Em 1986, as mulheres compõem cerca de 26,0% do total destes profissionais, e em 1994 chegam a 35,0%.

Quanto aos operadores de serviços telefônicos há também um considerável acréscimo devido ao aumento da forma de acesso aos serviços bancários através do telefone. A estratégia dos bancos em promover o auto-atendimento através de serviços como o telemarketing propicia este crescimento. Em 1986 eles representam 0,29% da categoria. Em 1994 evolui o seu grau de participação para 0,67%. A participação feminina neste grupo de trabalhadores é uma das maiores registradas, nunca ficando abaixo dos 89,0%.

Estes dados confirmam a mudança que vem ocorrendo no perfil do bancário nos últimos anos. Por um lado, há uma redução massiva da categoria bancária, por outro, há segmentos dentro da categoria que até crescem em números absolutos, como é o caso dos gerentes.

Algumas tendências a partir destes dados são destacadas. Há um crescimento da participação do grupo de direção e gerência, bem como do número absoluto destes profissionais; ocorre uma redução significativa das chefias intermediárias; observa-se uma redução das retaguardas, expressa pela queda na participação de escriturários e auxiliares; há uma relativa estabilidade na participação dos caixas ao longo do período e uma evolução na participação feminina no total da categoria.<sup>73</sup>

Outro ponto deste estudo diz respeito as mudanças no grau de instrução da categoria bancária. Neste caso, o DIEESE estuda os três principais grupos de trabalhadores bancários (gerentes, caixas e pagadores, escriturários e assistentes) chegando a conclusões interessantes.

O nível médio de instrução dos gerentes apresenta um crescimento no período estudado. Em 1986, 45,0% dos gerentes têm escolaridade superior (completa ou incompleta). Em 1994, esta proporção atinge 55% do total. O contingente com nível superior completo passa de 26,5%, em 1986, para 34,6%, em 1994.

Os caixas e pagadores com nível superior (completo ou incompleto) em 1986 chega em 21,0%. Já no ano de 1994 este percentual passa para 32,0%. O contingente de trabalhadores com segundo grau representa a maioria dos bancários deste grupo. Em 1986 são 42,0% do total. Em 1994 são 44,0%.

---

<sup>73</sup>DIEESE, 1997.

Os escriturários e assistentes têm uma evolução no seu grau de instrução ao longo deste período. Em 1986 a parcela com escolaridade até o primeiro grau (completo ou não) representa cerca de 13,0% dos bancários do grupo. No ano de 1994 ela decresce para 10,5%. Os profissionais deste segmento que têm curso superior completo ou incompleto em 1986, representam 30,8% do total. No ano de 1994 passam a representar 46,4% do total. Há, portanto, um aumento considerável do grau de instrução em todas as ocupações.

*A exigência das instituições financeiras de que seus empregados sejam cada vez mais polivalentes, flexíveis, parece estar entre os motivos da busca por empregados com maior escolaridade, supostamente uma condição necessária para a absorção das inovações no processo de trabalho bancário. Tal exigência transparece nos processos de seleção e admissão de novos empregados. Desta forma, associada à forte redução do número de postos de trabalho na categoria, os bancos perseguiram uma mudança no perfil dos bancários, inclusive no que diz respeito ao quesito escolaridade.<sup>74</sup>*

Outro ponto abordado pelo DIEESE são as mudanças na faixa etária da categoria bancária. Novamente notam-se mudanças significativas em três grupos analisados (gerentes, caixas e escriturários) de maior peso quantitativo e qualitativo do ponto de vista da ação sindical.

No período analisado, a faixa etária predominante dos gerentes é a de 30 a 39 anos, agrupando quase a metade dos gerentes em 1994, seguida pela faixa de 40 a 49 anos, que reúne 26,3% dos membros. Juntas, estas duas faixas etárias correspondem a três quartos deste setor. A evolução observada é a seguinte : a faixa etária de 30 a 39 anos passa de 40,2% em 1986 para 49,1% em 1994. A faixa etária de 40 anos a 49 que em 1986 representa 30,8% do total dos gerentes passa a representar 26,3% em 1994.

Nos caixas, há uma alteração considerável no perfil etário. Se em 1986, 45,7% deles tinham entre 18 e 24 anos, a proporção dos caixas nesta mesma faixa etária cai pela metade ao final do período analisado. Em 1994, eles chegam a 23,9%. Os dados demonstram um aumento da idade média destes profissionais. A participação relativa da faixa etária de 25 a 29 anos apresenta um pequeno aumento, passando de 26,2%, em 1986, para 29,8%, em 1994. Os bancários na faixa dos 30 aos 39 anos de idade compunham 23,1% do segmento em 1986 e passam a representar 32,6%, em 1994. No estrato com 40 a 49 anos de idade, que em 1986 representa 4,6% dos caixas, em 1994, passa para 13,7%.

Quanto aos escriturários observa-se um crescimento na idade média deste segmento. Majoritariamente concentrados na faixa dos 18 aos 25 anos, no ano de 1986, eles passam a

---

<sup>74</sup>DIEESE, 1997.

se concentrar na faixa dos 30 aos 39 anos de idade no ano de 1994. Os escriturários entre 18 e 24 anos passam de 39,5%, em 1986, para 14,8%, em 1994. Os escriturários que estavam na faixa etária de 30 a 39 anos passam de 26,5%, em 1986, para 43,4%, em 1994. Os escriturários da faixa de 40 a 49 anos de idade passam de 4,6%, para 19,3%, em 1994.

Estas mudanças evidenciam um envelhecimento da categoria bancária, correspondendo a dois movimentos. Por um lado, a diminuição mais acentuada das ocupações que reúnem bancários mais jovens, e por outro lado, a elevação da idade média em alguns grupos analisados, especialmente, os caixas e escriturários. Repara-se ainda, um processo de concentração dos bancários na faixa etária que vai dos 30 aos 39 anos de idade, que pode ter como uma de suas causas principais a maior exigência de escolaridade por parte dos bancos e a demissão de profissionais que apresentam grau de instrução aquém das novas exigências da burguesia financeira. Há no período uma diminuição da rotatividade, determinando uma elevação da idade média do bancário.

As demissões são mais intensas nos bancos privados, onde se concentram a maior parte dos bancários de faixa etária jovem. Nos bancos estatais, o congelamento dos concursos e as demissões massivas através dos planos de demissão voluntárias implementadas com vistas à privatização também colaboram para a redução de faixas etárias mais jovens na composição da categoria.

Podemos verificar pelo resultado da pesquisa do DIEESE que os postos de trabalho passíveis de um elevado grau de normatização, como por exemplo caixas e escriturários, foram os mais atingidos pela racionalização do trabalho que transfere a realização de várias tarefas que eles executavam anteriormente para os próprios clientes no momento da realização da operação bancária.

A flexibilização funcional do trabalho e a redução dos níveis hierárquicos determinam o crescimento da produtividade do trabalho bancário, sem contudo alterar a jornada de trabalho dos que permanecem empregados, que de um modo geral continuam realizando um número excessivo de horas extras. A pesquisa do Datafolha (1996) verifica que 53% dos bancários de agências faziam uma média de 27 horas extras mensais. 21% dos bancários não recebiam pelas horas trabalhadas.

Os dados demonstram um aumento do nível de escolarização. Os índices de escolaridade mais elevados referem-se não à uma exigência do conteúdo dos postos de trabalho, mas a um longo processo de desemprego que privilegia a permanência no emprego dos bancários mais escolarizados. A importância do diploma universitário é relativizada em termos de conteúdo, adquirindo muito mais um caráter legitimador do posto de trabalho ocupado do

que mobilizador de conhecimentos.

Ocorre um processo de permanente desqualificação do trabalhador bancário neste contexto de desenvolvimento tecnológico e de mudanças organizacionais. O saber bancário foi gradativamente esvaziado de conteúdo e apropriado pela direção dos bancos através da organização científica do trabalho e da introdução do computador.

*O que se observa é que os procedimentos para executá-los tendem a ser cada vez mais simplificados e seguros, com a difusão das tecnologias da informação e, submetidos a controles mais rígidos, tanto para os postos de trabalho passíveis de alto grau de normatização (escriturário, caixa, compensador) como para aqueles que vivenciam forte tensão entre a norma e a particularidade, ou seja, aqueles que estabelecem relação direta com o cliente. Por exemplo: na função gerente, a particularidade que cada caso, cada cliente representa é minimizada pela construção de softwares que, através do preenchimento de ficha cadastral informa o 'valor' (em termos de riscos e rentabilidade) deste cliente. Assim, no limite de sua alçada, o gerente pode autorizar ou não a transação financeira. Para as operações de valores mais elevados, comitês de crédito (grupo de gerentes ou diretores) aprovam a operação. Outros tantos exemplos foram registrados ao longo deste relatório. Neste sentido, torna-se necessário saber utilizar estes programas, de comandos simples, que não demandam longo processo de formação, ao contrário, muito comumente é o próprio colega que, no dia a dia, informam como proceder.<sup>75</sup>*

Na perspectiva dos bancos a qualificação expressa a capacidade dos bancários em competir entre si na busca de sucesso interno e na venda de produtos bancários aos clientes. Na ótica dos bancos significa, portanto, que o bancário deve ser capaz e ter disposição para competir e ser um vencedor. Estes atributos identificariam a competência compreendida como qualificação que é demandada dos bancários.

Segnini (1997) destaca três aspectos relevantes sobre o trabalho bancário que são identificados à partir da informatização e da introdução de formas de trabalho flexíveis. Em primeiro lugar o estabelecimento de metas de produção mensuráveis diariamente pelos bancos; em segundo lugar a intensificação do controle do trabalho bancário pela utilização de cartões magnéticos; em terceiro lugar que o trabalhador bancário realiza um trabalho cooperativo, embora apareça para o cliente apenas individualmente.

Quanto à qualificação Segnini (1997) nota que há uma combinação de distintas situações. Alguns postos de trabalho submetidos a tempos impostos, como é o caso dos compensadores, passam por um processo de desqualificação técnica e social; enquanto outros como é o caso dos caixas, que passam por uma exigência de muita concentração e responsabilidade, são semiqualeificados; e finalmente há uma exigência de qualificação permanente para os funcionários da área de gerência que além de acompanhar

---

<sup>75</sup>SEGNINI, L. *Novas formas de relações empregatícias e qualificações requeridas em um contexto altamente informatizado: análise do sistema financeiro no Brasil*. Projeto de Pesquisa. Convênio CEDES/UNICAMP financiado pela FINEP, CNPq, FAE/UNICAMP. 1995/1997, p.478.

as mudanças técnicas, também precisam compreender as mudanças que ocorrem na conjuntura política, econômica e social que resultam em mudanças nas regras do mercado financeiro.

Como vemos, há alterações no perfil da categoria bancária que são muito importantes para aprofundar-se a compreensão sobre a profissão, as mudanças em curso e as tendências do seu futuro. Estas alterações vão implicar num maior grau de dificuldade para os sindicatos mobilizarem os trabalhadores do sistema financeiro para lutarem pelos seus direitos.

*Hoje, os bancários são mais velhos, mais escolarizados, como revelam os dados estatísticos. Porém a intensa pressão por produtividade, competição entre os próprios colegas marca a precariedade do vínculo com a instituição, a possibilidade real de desemprego a qualquer momento. Desta forma, no contexto da reestruturação produtiva o emprego nos bancos deixa de ser caracterizado como algo provisório que se transforma em definitivo para se constituir em definitivamente provisório.<sup>76</sup>*

## **6. A flexibilização através da terceirização**

A terceirização é parte integrante da ofensiva global do capital sobre o trabalho em uma época histórica onde a combinação das desigualdades sociais, do avanço tecnológico, do desenvolvimento do capitalismo conduzem o retorno ao passado quanto às relações sociais e de trabalho.<sup>77</sup> A volta do trabalho a domicílio, o salário por peça, bem como a subcontratação, a terceirização e a precarização do trabalho, associadas às inovações tecnológicas e organizacionais, compõem uma nova fase do capitalismo, que Harvey chama de acumulação flexível.

As práticas flexíveis de processos de trabalho tem por objetivo aumentar a exploração da força de trabalho e a extração de taxas de mais-valia, que trazem como contrapartida o enfraquecimento do poder sindical. A terceirização é uma estratégia capitalista que se implanta num contexto de fragilidade dos sindicatos. Acossados pela recessão e pelo desemprego eles não conseguem impedir esta prática patronal, que mais adiante trará efeitos nefastos para a categoria representada.

No setor bancário podem se considerar terceirizados todos os serviços executados por terceiros-trabalhadores que não mantém vínculo empregatício com a tomadora de serviços. Com base nesta definição podemos verificar várias formas em que ocorre a terceirização nos serviços bancários: empresas criadas pelo próprio grupo econômico, mão-de-obra temporária, estágios e contratações de terceiros.<sup>78</sup> Vários serviços são terceirizados: vigilância, asseio e conservação, compensação de cheques, processamento de dados, serviços de advocacia etc.

---

<sup>76</sup>SEGNINI, 1997, p.480.

<sup>77</sup>Chama-se terceirização, a contratação de terceiros, sejam eles outras empresas ou trabalhadores autônomos, para realizar atividades que, pelo menos em princípio, não estão diretamente relacionadas com a atividade-fim de uma empresa.

<sup>78</sup>BLANCO, M. "O Processo de Terceirização nos Bancos". In: SOUZA MARTINS, H. e RAMALHO, J.R. *Terceirização: Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1994.

O objetivo é eliminar os custos diretos do trabalho, dentre os quais admissão, demissão, treinamento, benefícios sociais e redução de encargos sociais.<sup>79</sup> Segundo estimativas da FENABAN–Federação Nacional dos Bancos, no seu balanço social de 1996, passam de 90 mil os trabalhadores terceirizados. Embora exista um termo aditivo a Convenção Nacional de Trabalho dos bancários que garante legalmente os mesmos direitos dos bancários a estes trabalhadores, ele não vem sendo respeitado. Torna-se um desafio para os sindicatos a incorporação destes trabalhadores ao seu quadro de associados para defender os seus direitos como bancários, uma vez que o trabalho realizado por eles está diretamente ligado ao lucro dos bancos.

## 7. Os programas de qualidade

As diferentes propostas referentes à política industrial, tecnológica e de comércio exterior que são adotadas pelo governo brasileiro referem-se implícita ou explicitamente a modelos internacionais de organização e desenvolvimento industrial. A referência ao modelo japonês, o toyotismo, é muito recorrente nos discursos e documentos governamentais que orientam estas políticas. Novos modelos de produção são apontados como alternativas ao modelo taylorista-fordista, propondo soluções para o problema da qualidade e recorrendo a formas organizacionais que redundam em forte competitividade, indicando pistas para o desenvolvimento de uma produção flexível, com mão-de-obra qualificada e polivalente, capaz de responder às demandas criadas pela abertura do mercado à concorrência internacional.

Ao modelo taylorista-fordista do capitalismo em crise, gestam-se alternativas que têm como característica o privilegiamento do trabalho em grupo e em equipe, da polivalência e da rotação de tarefas, contrariamente ao modelo taylorista-fordista de especialização e divisão do trabalho. Segundo Hirata (1994) estes novos modelos têm como característica a proposição de uma modalidade de envolvimento do trabalhador que não seja imposto ou autoritário, mas que seja um envolvimento incitado (caso do modelo japonês) ou negociado, com participação sindical (caso dos modelos sueco ou italiano e, também, alemão ou francês).

As abordagens de vários autores denunciam que a qualidade total é apenas mais um elemento que se desenvolve num contexto da ‘via japonesa de racionalização do trabalho’ e que depende para sua implementação de uma condição essencial: o envolvimento individual dos trabalhadores. A implantação dos programas de qualidade tem por objetivo maximizar a produtividade da empresa e minimizar custos oriundos dos conflitos de classe.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup>LARANJEIRA, S. “Reestruturação produtiva no sindicalismo bancário a realidade dos anos 90”. In: *Educação e Sociedade*, ano XVIII, no. 61, dez/1997.

<sup>80</sup>SEGNINI, 1997, p.165.

*O programa de Qualidade Total no que diz respeito a individualidade é um erro, porque faz com que as pessoas produzam mais, as pessoas produzindo mais, o que é que vai ocorrer nessa produção, assim que visa só ao lucro? Ocorre um maior número de pessoas doentes, aí ocorre as lesões por esforços repetitivos, ocorre a depressão, ocorre uma série de doenças relacionadas ao serviço bancário.*<sup>81</sup>

No setor bancário os programas de qualidade e produtividade iniciam-se na década de 90. Os bancos médios e de grande porte começam a implantação destes programas através de palestras, seminários e cursos externos que envolvem funcionários e a alta direção. A introdução de programas de qualidade total redefine o perfil operacional dos bancos, que passam a priorizar o atendimento ao cliente e a venda de produtos financeiros, rompendo com o atual modelo “prestador de serviços”.<sup>82</sup> O objetivo é melhorar a produtividade e a qualidade que não são alcançadas apenas pela utilização de tecnologias de informatização.

*(...) a maior parte dos programas de qualidade total, desenvolvidos nos bancos de médio e grande porte, constava da revisão de processos sob a ótica dos clientes e da identificação de deficiências em seus fluxos operacionais; da criação do conceito de cliente interno e novos canais de comunicação com os clientes externos (central de atendimento e pesquisas de feedback); da promoção de ações voltadas aos funcionários (programa de reconhecimentos, pesquisas, canais de comunicação); e de mudanças nos critérios de seleção de Recursos Humanos. Os bancos apresentaram como resultado dos programas: melhor relação entre os funcionários, melhoria do atendimento ao cliente externo, redução do retrabalho e decisões mais ágeis.*<sup>83</sup>

Os bancos através destes programas buscam o envolvimento dos trabalhadores com as propostas de qualidade total e criam canais para que os funcionários participem da “melhoria da empresa”. O problema é que estas propostas limitam-se ao local de trabalho e não se criam canais de participação deliberativa e participativa dos funcionários na política global da empresa. Desta forma, o mecanismo acaba sendo utilizado muito mais para maximizar a produtividade do trabalho do que para levar a qualidade de vida para os locais de trabalho.

---

<sup>81</sup>Fábio da Silva, em entrevista concedida em 1998.

<sup>82</sup>“Nessa definição se propõe um novo modelo para o setor bancário, o qual seria viabilizado pelas seguintes ações estratégicas: reengenharia de processos, onde a interferência dos funcionários seja reduzida ao mínimo; redução gradativa da prestação de serviços ao setor público; orientação da demanda de prestação de serviços para o auto-atendimento e “atendimento alternativo”; total reciclagem de recursos humanos e redução da rotatividade com investimento na formação do RH polivalente; revisão do layout das agências com a introdução do “sistema de plataformas” (DIEESE. *Os programas de qualidade total e o setor bancário*. Vitória, Subseção do DIEESE do SEEB/ES, 1994, p.7).

<sup>83</sup>ELY, H. B. *O Olhar Sindicalista sobre os Programas de Qualidade nos Bancos*. Caxambu, ANPOCS, outubro de 1996, p.04.

A instabilidade no emprego, o arrocho salarial e a degradação das relações trabalhistas que tem se observado nos bancos, são fatores que desestimulam a participação dos trabalhadores neste processo. Os grupos constituídos nos locais de trabalho para discutir a qualidade total cumprem um papel de fiscalização dos colegas de trabalho para atingir as metas de produção definidas pelos bancos, intensificando a degradação das condições de trabalho.

## **8. A estratégia empresarial do Bradesco**

O Banco Brasileiro de Descontos S.A é conhecido como um dos bancos que mais demitem nos últimos vinte anos, bem como o que mais implanta novas tecnologias.<sup>84</sup> Como maior banco privado do Brasil e da América Latina e um dos maiores do mundo, o Bradesco desenvolve vínculos fortíssimos com o capital financeiro internacional. Sua aliança estratégica com os políticos que fazem parte da coalizão conservadora no país lhe garante benefícios na consecução de seus objetivos estratégicos.<sup>85</sup>

A seguir apresentamos alguns dados históricos do banco, aspectos da sua evolução tecnológica, seus principais negócios, a importância das relações com o poder para o alcance de seus objetivos empresariais, suas relações com o capital internacional e a política de recursos humanos. Parte deste capítulo também dedica-se ao desvendamento dos processos de dominação da força de trabalho que estão implícitos na cultura organizacional do banco, além de breve abordagem da atuação da Fundação Bradesco.

O banco, com sede em São Paulo, foi constituído e fundado na cidade de Marília, São Paulo, em 10 de março de 1943, com capital inicial de Cr\$ 10.000.000,00. O Bradesco incorpora inicialmente a Casa Bancária Almeida & Cia., também fundada em Marília, em 1934. No ano de sua fundação contava com 6 agências, nas cidades de Getulina, Garça, Pompéia, Rancharia, Tupã e Vera Cruz. Em 2 anos de existência, amplia o número de agências para 44.

Em 1951, o banco bate todos os recordes de depósito à vista tornando-se o primeiro no ranking dos bancos privados. Em 1967, cobre 11 Estados do país, com uma rede de 326 agências. Em 1978 chega a mil agências, com duas inaugurações, uma no Oiapoque, outra no Chuí. Em 1980, a rede de agências chega a 2.200, no auge da expansão do sistema financeiro. Na década de 90, há um encolhimento desta rede, mas posteriormente passa por nova expansão chegando ao final do ano de 1998 com 2.088.

---

<sup>84</sup>Walter Haagen, representante no Brasil, do Dresdner Bank, ao falar da sua experiência de quatro décadas com o Bradesco diz: "Chama a atenção que o Bradesco não só é considerado o melhor do Brasil, como é uma das poucas empresas que conseguiram aproveitar ao máximo a rápida evolução da informática no mundo" (Revista Bradesco nº 1, 1999, p.32).

<sup>85</sup>No ranking das empresas mais admiradas no Brasil, pela revista Carta Capital, o Bradesco ganha o prêmio como a empresa mais admirada no setor financeiro. O ranking é elaborado a partir de entrevista com 1.061 empresários e executivos de 449 companhias de 28 segmentos (Revista Bradesco nº 04, 1998).



Na sua trajetória de crescimento e expansão, o Bradesco incorpora vários bancos, como o Banco Mobilizador de Crédito (1948), o Banco Comercial do Estado de Goiás (1961), os bancos associados Corrêa Ribeiro (1965), o Banco Inco de Santa Catarina (1968), O Crédito Comercial do Ceará (1972), o Banco Mercantil de Pernambuco (1966).

Com o processo de fusões e incorporações que intensifica-se a partir do Plano Real, o Banco Bradesco adquire em 1997, o controle acionário do Banco de Crédito Nacional, o Credireal- Banco de Crédito do Rio Grande do Sul e o Credireal de Minas Gerais. Em fevereiro de 1998 o Bradesco anuncia que integrará as agências do Credireal/RS à sua rede de atendimento e que o Banco de Crédito Nacional (BCN) continuará operando de forma independente. Com a participação do BCN a rede de atendimento do Bradesco é a seguinte: 2210 agências, 807 postos de atendimento bancário em empresas, 16.204 equipamentos de auto-atendimento da Rede Bradesco Dia e Noite, 3 agências no exterior, sendo 1 em Nova Iorque e 2 em Grand Cayman. Nesta rede 3,687 milhões de clientes são atendidos diariamente pelo Bradesco, sendo 3,115 milhões nos guichês e 572 mil por teleatendimento.

O Bradesco é a primeira instituição financeira que organiza-se como conglomerado, desde 1966, incorporando outros 15 bancos para promover o seu crescimento. Atua desde 1988, como banco múltiplo. No ano de 1998 conta com um Patrimônio Líquido de R\$ 6,321 bilhões, e movimenta um total de ativos de R\$ 49,375 bilhões. Esta situação assegura ao Bradesco a posição de segundo maior banco do país e de maior banco brasileiro de capital privado. Ele é o segundo maior do país em número de agências, pois em primeiro lugar encontra-se o Banco do Brasil com 2.828, conforme dados estatísticos apresentados pelo Banco Central.

Como grande banco de varejo, o banco continua com a característica de banco de massa, ao mesmo tempo que combina a informática com o refinamento da qualidade dos serviços, amplia as possibilidades de atendimento, bem como o espectro do mercado a ser atingido pelo banco.<sup>86</sup>

O Bradesco assume a liderança do crescimento no setor financeiro, e torna-se o maior empregador privado do país: se em 1964 emprega 4.000 bancários, em 1985 atinge o número de 159.000. O desemprego intenso que assola a categoria bancária provoca uma drástica redução. O total em 1998 é de 47.233 bancários.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup>A designação de banco de massas é utilizada pelo banco para referir-se ao fato do banco atuar no varejo, buscando atender o maior número de clientes possível. Com a elitização do atendimento que vem ocorrendo no sistema financeiro, o Bradesco tem marginalizado o atendimento aos clientes de baixa renda, conforme declarações dos próprios funcionários: "Tinha clientes vip na agência, que tinham atendimento especial. Tinha cliente que chegava e que não pegava fila. Se ele precisasse do depósito na hora, ia lá, deixava o cliente da fila esperando, fazia todo o atendimento dele por trás. E tinha o cliente tradicional, esse que vai no banco e pega fila e não tem exclusividade nenhuma. Os clientes especiais eram atendidos de maneira diferente no banco. Sempre. Desde que eu entrei no banco, mesmo em agência pequena, sempre houve. Os clientes que davam mais dinheiro ao banco, que movimentavam mais, eram considerados vip. Desde a agência do interior. O atendimento era totalmente outro" (Izabel Bridi, ex-funcionária do Bradesco, em entrevista concedida ao autor, em 1998).

<sup>87</sup>Revista Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, Outubro de 1998.

Em 1998 chega a um lucro recorde em sua história. Superando o ano de 1997, em 21,9%, chega a um faturamento de R\$ 1,012 bilhão, registrando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 16%, comprovando que os bancos continuam sendo os maiores beneficiários da crise e das políticas econômicas implementadas pelo Governo. A rentabilidade do banco se mantém alta nos últimos anos, dando ao Bradesco a condição de segundo maior grupo privado do país.<sup>88</sup> De 1993 a 1998 os índices de rentabilidade são respectivamente: 13,7%, 12,2%, 11,2%, 15,1%, 14,9%, e 16%.

## 9. A automação no Bradesco

O Bradesco é o primeiro banco brasileiro a introduzir a informática em seu cotidiano. No ano de 1962 compra o primeiro computador. Com o passar dos anos o Bradesco expande sua Rede de Agências e aumenta a modernização tecnológica, passando das máquinas \$0\$ Bradesco, para o versátil BDN-Bradesco Dia e Noite e as salas de auto-atendimento nas agências.

As salas de auto-atendimento combinam múltiplos equipamentos num espaço nobre onde o cliente pode ele próprio fazer várias operações como saques, consulta de dados, solicitação de talões de cheques, retirada de extratos, transferências, movimentação de fundos e saques emergenciais.

O ponto de partida desta implementação de tecnologia é um IBM 1401, instalado na matriz do banco na Cidade de Deus, em Osasco, em 1962, que tem por objetivo aperfeiçoar os serviços de cobrança e desconto de duplicatas. Expande-se no ano de 1968, quando passa a dispor de 8 computadores e sete anos mais tarde já centraliza por satélite os serviços de 500 agências, com centros regionais de processamento distribuídos por Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Na década de 70 cria o seu Laboratório Digital para pesquisas e desenvolvimento de projetos com o fim de produzir equipamentos eletrônicos para o banco. Este laboratório é o embrião da Digilab, empresa do banco criada para atuar na área de informática e telecomunicações.

O Bradesco implanta o Auto-Atendimento em 29 de maio de 1970, quando instala o \$0\$ Bradesco, primeira caixa pagadora automática no país, funcionando dia e noite, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Na década de 80 implanta as pioneiras ATMs (Automated Teller Machine) que evoluem para versões modernas e versáteis que hoje compõem o Bradesco Dia e Noite, permitindo ao cliente realizar as mais variadas operações bancárias.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup>O banco perde a posição de maior grupo privado nacional para a Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa estatal privatizada no ano de 1998 pelo governo federal.

<sup>89</sup>(...) operações de saque, depósitos de valores, consultas de saldo, transferências de valores entre contas, pagamentos de contas, aplicações e resgates de investimentos, pedidos de talões de cheques, saques emergenciais com os Cartões de Crédito Bradesco e demais cartões da Rede Visa, além do saque das pensões e proventos dos aposentados e pensionistas do INSS (Revista Bradesco, 1996, p.12).

Hoje o parque de computação do Bradesco tem uma capacidade de processamento de 4.662 MIPs (milhões de instruções por segundo). O número de registros processados diariamente é de 50,7 milhões. Este parque está inserido em um moderno Sistema de Comunicação de Dados, via Satélite e via Rede de Pacotes, onde os dados são transmitidos por linha telefônica e concentrados num único tronco, de onde são redistribuídos por satélite. O sistema é reforçado com a implantação inédita no país, da Rede de Comunicação de Alta Velocidade, com tecnologia *Cell Relay*. Esta tecnologia permite a integração de voz, dados e imagem numa única estrutura de longa distância à velocidade de dois milhões de bits por segundo.

Em 1991 a Rede Bradesco Dia e Noite passa a emitir talões de cheques personalizados no momento em que o cliente precisa, realizando, segundo dados do mês de dezembro de 1995, 26 milhões de operações e emitir 600 mil talões de cheques. Em 1998, as estatísticas de auto-atendimento realizadas pelo Bradesco apontam a realização de 72.046.000 transações realizadas no ano de 1997.

O Bradesco amplia o *Home Banking* e o *Office Banking*, uma extensa rede de serviços à disposição na casa ou escritório dos clientes. O número de clientes do *Home-Banking* passam de 41.000, em 1994, para 311.056, em 1996. Os clientes do *Office Banking* passam de 7.158 para 13.905. Em 1998 o sistema *Home/Office Banking* atende 500 mil clientes na residência ou em seus escritórios. Através do Telebradesco Residência e do Telebradesco Empresa, o cliente pode obter saldos e extratos de conta corrente e poupança, verificar investimentos, acompanhar movimentações do Cartão de Crédito Bradesco e até solicitar talões de cheques. As pessoas jurídicas podem verificar a posição de títulos liquidados e em cobrança, dar instruções sobre a carteira e acompanhar o seu Sistema de Ações Escriturais, e transferir valores entre contas.

O *software Money for Windows 95* é vendido aos clientes do Bradesco que podem com ele fazer o gerenciamento eletrônico de suas contas. O banco cria linhas de crédito para financiar a compra de microcomputadores com o suporte tecnológico em português. O *software* dá acesso à Internet e à Microsoft Network. A montagem do sistema na casa ou empresa do cliente é feito pela Scopus<sup>90</sup>, outra das inúmeras empresas do grupo Bradesco

Pela quantidade de serviços que o banco vem ofertando aos clientes, através da automação crescente de suas atividades, o Bradesco considera que a utilização da informática é uma estratégia decisiva para manter a sua liderança entre os bancos brasileiros no mercado financeiro. De olho no futuro, o Bradesco consolida uma aliança com o megamilionário Bil Gates, o fundador da *Microsoft*

---

<sup>90</sup>A Scopus, tradicional empresa de informática controlada pelas Organizações Bradesco é a responsável pelo suporte à informatização do Bradesco desenvolvendo e integrando sistemas, além de dar apoio técnico aos equipamentos do Sistema Bradesco Instantâneo e Terminais Gerenciais instalados na Rede de Atendimento Bradesco, com mais de 4.800 pontos de atendimento no país. Além de desenvolver softwares, compatibilizar aplicações, dar treinamentos e manutenção, a empresa participa como comercializadora dos produtos da Microsoft no Brasil.

*Corporation*. O Bradesco é o maior usuário da plataforma *Windows NT*, que interliga os Terminais de Caixa e os equipamentos da Rede de Agências Bradesco. E dentro do desenvolvimento do Telebradesco Residência/Empresa é o distribuidor do software de controle financeiro da *Microsoft*, o *Money for Windows 95*. O projeto da plataforma começa a ser implantado no Bradesco em 1995 e a previsão é de atingir todas as agências Bradesco até o ano 2.000.

O Bradesco junto com 5 bancos no mundo usa 100% dos recursos de *Internet* para *Home Banking*. É o primeiro banco brasileiro a usar a *Internet*. Entre os serviços oferecidos estão a consulta a saldos de conta corrente e poupança, investimentos em fundos, transferências de fundos entre contas, visualização de cheques compensados e solicitação de talão de cheques.

Em 1996 o Bradesco compra da CPM, distribuidora de mainframe e periféricos da *Hitachi Data Systems* (HDS), dois computadores de grande porte *Skyline 52*, com velocidade de 532 milhões de instruções por segundo. Cada um dos computadores fica interligado com metade das agências. No caso de falha de um deles, o processamento passa automaticamente para o outro, sem queda do sistema.<sup>91</sup>

Mais recentemente o Bradesco entra na era do comércio eletrônico e dos *shoppings* virtuais criando a carteira eletrônica Bradesco que é acessada pelo Sistema Bradesco *Net-Internet Banking* que já conta com 765 mil contas com previsão de chegar a 1,2 milhão de contas. Neste *shopping* virtual, o cliente faz compras e escolhe a forma de pagamento utilizando os Cartões de Débito e o PoupCard Bradesco, cartão de compras vinculado à caderneta de poupança, e cartões de Crédito Bradesco Visa.

O Bradesco cria também, o Fone Fácil Bradesco, um serviço de atendimento personalizado aos clientes que atende diariamente cerca de cinco mil chamadas. Este teleserviço está à disposição do cliente para o que for necessário: solicitação de cheques, aplicações em fundos de investimentos, transferências de fundos, pagamento e agendamento de papeletas de cobrança, consulta e lançamento de extratos, informações sobre produtos e serviços do banco.

Outra novidade implantada pelo banco é o Bradesco *Net-Internet Banking* para deficientes visuais à partir da sugestão de Laercio Sant'Anna, um correntista do banco que é portador da deficiência, analista de sistemas que há quase uma década utiliza-se das vantagens de um sintetizador de voz. O equipamento anuncia pausadamente os comandos no teclado e faz a leitura da tela dando aos clientes acesso à *Internet*. Segundo cálculos da Organização Mundial da Saúde, existem no Brasil cerca de 150 mil deficientes visuais e um número elevado de pessoas com menos de 20% da visão normal.

---

<sup>91</sup>Gazeta Mercantil, 28-30/06/96.

O investimento tecnológico do Bradesco aumenta suas potencialidades de atendimento interativo aos clientes, reduzindo a necessidade de um grande contingente de trabalhadores e colocando-o em condições privilegiadas de disputa do mercado financeiro em nível nacional e internacional.

## 10. A qualidade como estratégia de atração de novos clientes

Desde o final dos anos 80 a busca pela qualidade total vem integrando as novas formas organizacionais de exploração da força de trabalho das empresas brasileiras, que assim se integram aos novos paradigmas de produção que preconizam empresas mais flexíveis. Vários bancos vem implantando programas com este objetivo, inclusive o Bradesco. O banco repassa as informações para os funcionários e realiza cursos de treinamento em qualidade total com o objetivo de melhorar o atendimento ao cliente e manter a competitividade no mercado.

*Ele tem um programa de qualidade total já desenvolvido. Alguns certificados já atingidos na área de cobrança, no Bradesco Dia e Noite. Pretende atingir outros departamentos e para isso ele criou uma comissão de qualidade total, que está sediada em São Paulo, na Matriz, onde tem um representante de cada departamento do banco, e este representante vem desenvolvendo com os seus departamentos os parâmetros da qualidade total. Quando a gente fala qualidade total, no que se refere à bancos ela está na linha de serviços, na linha de produtos e na linha de atendimento. E dentro da área de equipamentos existe um programa de qualidade total Tem que ter a totalidade do banco em nível de qualidade máxima, e estamos trabalhando em setores. Primeiro cartão de crédito, depois BDN, depois cobrança, depois isso, depois aquilo<sup>92</sup>*

Como vemos pelo depoimento deste funcionário que trabalha no departamento de treinamento do banco, o Bradesco, como grande parte das empresas que desenvolvem os programas de qualidade total, justificam sua implantação na busca da melhoria do atendimento ao cliente. A qualidade está embutida no discurso ideológico da direção do banco como algo essencial para a atividade financeira, que cada vez mais tem se voltado para a prestação de serviços.

Em 1996, o banco recebe o certificado ISO-9002 para o serviço de auto-atendimento dos clientes. A certificação é feita pelas empresas Vanzolini e DQS, verificando o padrão de serviço em 2.700 máquinas de saque e depósito e 313 máquinas de cheques expressos nos caixas eletrônicos e agências do banco.

Em 1998 o banco recebe a Certificação ISO 9002 para a Rede de auto-atendimento Bradesco Dia e Noite, Cartões de Crédito Bradesco, Poupança Fácil Bradesco, Cobrança Escritural Bradesco, Pag-For Bradesco-Pagamento Escritural a Fornecedores, Bradesco Net-Internet Banking, Fone Fácil Bradesco e

---

<sup>92</sup>Funcionário do Bradesco, entrevistado em 28/04/98.

Fax Fácil Bradesco. Todos estes serviços recebam os certificados da *IQNet- International Certification Network*, representada no Brasil pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini.<sup>93</sup>

## 11. O Bradesco e os negócios bancários

Em 1997 há um crescimento de 30% no volume dos recursos intermediados pelo Bradesco. Na composição dos ativos não há grandes mudanças. Cerca de 75% dos recursos continuam a ser constituídos por aplicações de curto prazo, ou seja, não há alongamento significativo dos prazos das operações bancárias que imaginava-se que ocorreria com a estabilização financeira proporcionada pelo Plano Real.<sup>94</sup>

Quanto à composição das aplicações verifica-se que o valor real das Operações de Crédito que em 1993 representam 23%, passam a representar, em 1997, 40% dos ativos. Situação explicada em parte pela retomada dos financiamentos que segue-se à estabilização financeira. Os altos índices de inadimplência após o Plano Real aumentam o total de Créditos de Liquidação Duvidosa. Em 1993 representam 3,1% do patrimônio líquido do banco. Em 1997 chegam a 5,3%. Na análise do balanço de 1998 nota-se que o banco expressa uma postura mais conservadora quanto às operações de crédito, paralisando a trajetória ascendente dos anos anteriores para precaver-se de uma possível onda de inadimplências decorrentes da recessão projetada para 1999, como informa o presidente Lázaro de Mello Brandão, em entrevista à Folha de São Paulo, de 08 de novembro de 1998: “Crescemos e teríamos crescido mais em crédito se não fosse o momento da economia, que exige mais cuidado por causa da inadimplência”.

O Bradesco amplia sua participação em empresas coligadas e controladas que representam 10% dos ativos. As aplicações interfinanceiras de liquidez e dos títulos e valores mobiliários caem bastante. Em 1993 representam 41%. Em 1997 caem para 27% do total dos ativos.

Em 1997 os depósitos passam a representar 50% do Passivo Total, demonstrando a importância da capilaridade da rede de atendimento do Bradesco. Há um crescimento notável das Obrigações por Empréstimos e Repasses, explicado pelo aumento das Operações de Crédito realizadas com recursos de instituições financeiras oficiais, como BNDES, Fname, CEF, bem como o repasse de recursos captados no exterior a juros bastante inferiores aos praticados internamente.

O banco continua privilegiando o curto prazo, confirmando uma tendência histórica dos bancos privados brasileiros, apesar da estabilização econômica. A perda de receitas inflacionárias redireciona a atividade do banco para Operações de Crédito, diminuindo a importância das aplicações

---

<sup>93</sup>A Fundação Carlos Alberto Vanzolini é credenciada pelo PEGQ- Projeto de Especialização em Gestão da Qualidade, diretamente vinculada ao PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IZUMI, P. K. *O bancário frente a exigência de um novo perfil de qualificação*. São Paulo, PUC, 1996, p.33).

<sup>94</sup>DIEESE. *Banco Bradesco: Desempenho em 1997*. Belo Horizonte, março de 1998.

interfinanceiras. A disputa pelo mercado leva o Bradesco a ampliar os prazos de financiamento para carros, de 24 para 48 meses.<sup>95</sup> Para manter recursos sob sua administração, o Bradesco lança o fundo automático. O dinheiro parado na conta corrente é aplicado automaticamente neste fundo, voltando para a conta corrente sempre que necessário. Esta operação dá um retorno de 6% de taxa de administração para o banco.<sup>96</sup>

A capacidade que o Bradesco tem de manter sua rentabilidade histórica deve-se a três movimentos: intensos cortes no emprego que levam a diminuição das despesas de pessoal; o crescimento de outras receitas operacionais, particularmente das Receitas de Prestação de Serviços e dos Resultados de Participações; e o crescimento do volume de recursos intermediados (com o aumento da alavancagem).

A outra ponta do crescimento do banco está relacionada com o aumento de suas participações acionárias em companhias de fora do grupo, que são os chamados investimentos de longo prazo. Além disto, as empresas de seguros, previdência e capitalização do Bradesco têm grande parte de suas reservas aplicadas em ações e o banco amplia sua participação no processo de privatizações.<sup>97</sup> Merece destaque neste particular, a participação do Bradesco, juntamente com os grupos Vicunha, Globopar e Itália Telecom, no Consórcio Maxitel que adquire o direito de operar a banda B da telefonia celular na área 4 (Minas Gerais) e na área 9 (Bahia e Sergipe), negócios que custam R\$ 520 milhões e R\$ 250 milhões respectivamente.<sup>98</sup> Com esta compra o Bradesco adquire controle sobre um dos negócios mais lucrativos da atualidade e fundamentais para garantir a infra-estrutura tecnológica do banco.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup>Folha de São Paulo, 07/02/97, 2-6.

<sup>96</sup>Folha de São Paulo, 23/07/97, 2-12.

<sup>97</sup>"Se o mesmo dinheiro (colocado nas privatizações) tivesse sido aplicado em títulos de renda fixa, daria um retorno inquestionável no momento. As privatizações são investimentos que tem maturação de longo prazo, mas são presenças em áreas da economia com muita substância" (Lázaro Brandão em entrevista à Folha de São Paulo, de 8 de novembro de 1998, p.2-4, "Crise inibe empréstimo dos bancos"). 98DIEESE. *O Bradesco em 1998*. São Paulo, Subseção CNB-CUT, fevereiro de 1999.

<sup>99</sup>Ao ser privatizada, a Telebrás é a 17ª empresa do mundo em receita, e a 16ª em linhas de telefones. A empresa teve um lucro de 4,3 bilhões de reais em 1997. Neste mesmo ano investiu 7,5 bilhões de reais. Repassa anualmente 8 bilhões de reais em impostos ao governo e é responsável por 60% do movimento financeiro de aplicações nas bolsas de valores do Brasil (Jornal Sem Terra, agosto de 1998).

## 12. O Bradesco e suas relações com o capital internacional

São intensas as relações do banco com empresas de capital internacional e nacional dos variados setores da economia. Nas suas operações financeiras e na diversificação de suas atividades busca a sustentação de seus lucros cada vez maiores como vemos a seguir.

O Bradesco tem operado intensamente com os repasses de recursos internos e externos para empresas de vários segmentos econômicos. Os recursos são originários, em sua maioria, do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Entre as fontes internacionais merecem registro, o BIRD - Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento e as captações realizadas para repasse interno, através das resoluções 63 e 2483 (63 caipira) do Banco Central. Estas resoluções permitem a busca de recursos no exterior para serem emprestados aos clientes dos bancos.

O Bradesco tem investimentos associado ao capital estrangeiro em várias empresas. O banco tem agências em Nova Iorque (EUA) e Grande Caiman.<sup>100</sup> Com o passar dos anos a participação do Bradesco diversifica-se em vários setores da economia, mas continua marcado pela associação com bancos internacionais e empresas nacionais e multinacionais.

Os interesses dos grandes bancos brasileiros, incluído o Bradesco, estão vinculados aos capitais externos representados sobretudo por bancos estrangeiros. O Bradesco é associado ao Deutsche Bank A.G. (Alemanha) e ao Sanwa Bank (Japão). Na área de leasing, tem associação com a Orix Corporation (Japão) e no segmento de cartões de crédito com a Visa Internacional. No segmento de seguros, o Bradesco Seguros têm parcerias com os grupos Prudential (EUA), Balaise (Suíça) e Allianz (Alemanha).

O tradicional banco possui 25% da composição de cada veículo produzido no Brasil. A incursão do banco na área automotiva é estratégica e ocorre nos últimos 4 anos. O Bradesco participa nas seguintes empresas: Newtechnos, a única fábrica de catalisadores no Brasil, com metade das ações; Cofap, com 40% das ações; Metal Leve, com vendas anuais de US\$ 1 bilhão; Fundação Tupy; Brosol, carburadores para o mercado de reposição, com 100% de participação. O investimento estratégico explica-se pela importância econômica do setor automotivo, que é responsável por 11 % do PIB industrial do país.

---

<sup>100</sup>Grande Caiman fica nas Ilhas Caiman, um pequeno arquipélago do Caribe e conhecido paraíso fiscal, onde atuam mais de 600 bancos de todo o mundo. Aproximadamente 120 operam diretamente lá, sendo que o restante são bancos virtuais cuja contabilidade é feita nos países de origem. As ilhas sobrevivem com as operações do sistema financeiro e por isso não cobram impostos, constituindo-se em atração para os bancos que querem captar recursos com custos mais baixos que os cobrados em seus países. Além disso, o sigilo bancário encobre o acesso das autoridades governamentais de outros países às informações sobre a movimentação das contas (Folha de São Paulo, 23/08/98, 2-5, Caiman acerta acordo com o BC brasileiro).



O Bradesco entra no mercado de fusões intermediando operações de compra de bancos (Antonio de Queiroz pelo United e do Batistella pelo Dibens) e intermedia a venda do Digibanco, do grupo Sharp, para o Banco Pontual, em 1994. Além de bancos, participa também da intermediação de fusão e incorporação entre empresas do setor alimentício. Em 1996 o Bradesco compra um título para operar na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) dispensando intermediários. Com esta estratégia o Bradesco pretende diversificar ainda mais seus investimentos, pois conclui que após o Plano Real o varejo não é necessariamente o negócio mais rentável.<sup>101</sup> O banco também é líder em lançamento de ações e debêntures. Em 1995, 18,6% das emissões registradas na Comissão de Valores Mobiliários tinham as digitais do Bradesco. A participação do Bradesco nessas áreas é facilitada pela participação minoritária que detém em mais de 50 empresas privadas, que totalizam em 1995, R\$ 1 bilhão.<sup>102</sup>

Em 1997, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos, instalada pelo Congresso Nacional para apurar as fraudes na emissão de títulos públicos por Estados e Municípios nos anos de 1995 e 1996, detecta irregularidades e ilegalidades na emissão e comercialização dos títulos envolvendo o nome do Bradesco. Uma parcela dos setores políticos e financeiros nacionais, obteve recursos públicos para entes privados ao arrepio da lei com o objetivo de obtenção fraudulenta de meios financeiros.

Segundo o relatório final da CPI, o esquema montado tinha a seguinte lógica em Pernambuco, por exemplo: “o iniciador – Banco Vektor – que mantém sigilo com o Governo emissor o receptor dos lucros – a Split DTVM, e o comprador final – o Bradesco. O Bradesco foi o maior comprador dos títulos do esquema, detendo em sua carteira o montante de R\$ 407 milhões. Nenhuma autoridade política e nenhum dos banqueiros envolvidos está na cadeia apesar de terem assaltado os cofres públicos.”<sup>103</sup>

Além de sua atuação voltada prioritariamente para o varejo bancário o DIEESE o banco amplia suas alianças em vários setores da economia nacional:

*i) juntamente com os grupos Votorantim e Camargo Corrêa, desenvolveu a VBC Energia, que adquiriu o controle acionário da CPFL e de outras empresas do setor energético; ii) associou-se ao The Franklin Templeton Group, quinto maior gestor de ativos nos EUA, para criar a Bradesco Templeton, empresa de gestão de recursos de fundos de pensão fechados; iii) através da Bradesco Seguros, associou-se à Prudential Insurance, a maior seguradora americana e com a qual o Bradesco já mantinha associação, para atuar no ‘ramo de vida’; e iv) adquiriu, mais uma vez através da seguradora, a Companhia União de Seguros Gerais, além do controle acionário da Indiana Companhia de Seguros Gerais.*<sup>104</sup>

<sup>101</sup>“Participou da reestruturação financeira e capitalização das Indústrias Villares. Operações de capitalização e reestruturação do grupo Bunge Brasil. Intermediação da venda de 10% das ações com direito a voto da Casa Anglo Brasileira, o Mappin, para o Banco MP Morgan. Capitalização da Tupy S/A para compra da Sufunje. Reestruturação financeira da Agrale e Fras-le e posterior venda desta à Randon. Aquisição de 100% do capital da Brosol, do setor de Autopeças, o que evitou o fechamento da empresa, em concordata. Participou de abertura de capital do grupo Fenícia, controlador da rede de lojas Arapuá. Garantiu o lançamento de ADRs da Aracruz, no mercado internacional, com aquisição de ações no valor de US\$ 16 milhões que os bancos estrangeiros rejeitaram. Esse valor foi em seguida dividido com o Banco Safra. Lançou o primeiro fundo imobiliário do país, o Panamby” (Jornal do Brasil, 06/06/96).

<sup>102</sup>Jornal do Brasil, 06/06/96

<sup>103</sup>CNB/CUT. *Balanço Antisocial dos Bancos*. Campanha Salarial dos Bancários/97.

<sup>104</sup>DIEESE, 1997.

### 13. As relações do Bradesco com o poder político

Com a aprovação de uma reforma bancária de acordo com seus interesses em 1964, os banqueiros participam ativamente dos principais órgãos de decisão econômica. Direta ou indiretamente exercem o seu poder de forma bastante clara.<sup>105</sup> No caso do Bradesco é relevante destacar a participação do diretor executivo Alcides Lopes Tápias, no Conselho Monetário Nacional, nos anos de 1991 a 1992 e do seu presidente Amador Aguiar, também no CMN, entre os anos de 1983 a 1985. Um de seus diretores executivos, Fernão Bracher, foi presidente do Banco Central, entre agosto de 1985 e fevereiro de 1987.

O apoio do Bradesco ao programa econômico de Fernando Henrique Cardoso, de inserção subordinada à economia mundial faz parte da lógica de sobrevivência da burguesia financeira no país. Qualquer alternativa diferente encontra enorme resistência dos banqueiros, pois seus lucros sustentam-se nas altas taxas de juros e estariam ameaçados. Depois que Itamar Franco, assume a presidência da República, em 1992, após o impeachment do presidente Collor, o banqueiro Lázaro de Mello Brandão assim manifesta-se sobre a conjuntura econômica do país: “Evidentemente, o ajuste da economia brasileira exigirá sacrifícios. Mas o passo mais importante já foi dado. Há um clima de segurança. É disso que os investidores necessitam.”<sup>106</sup>

Na campanha presidencial de 1994, eles são os maiores doadores de dinheiro a campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme escreve Elio Gaspari, na Folha de São Paulo, de 14 de junho de 1998, em artigo intitulado: “Um pesticida para o caixa dois”, o Bradesco é o maior doador dos tucanos, com R\$ 2,3 milhões. Dos R\$ 33,6 milhões recebidos por Fernando Henrique na campanha eleitoral, R\$ 10 milhões são dos banqueiros. Os banqueiros e seus acionistas são generosos com quem legisla sobre seus patrimônios. A relação com políticos que conduzem o país é essencial para o banco manter sua competitividade demonstrando desta forma os laços estreitos que unem os interesses do Bradesco e o poder das classes dominantes.

Em 1994 o Bradesco exerce o poder de influenciar o governo e o mercado, financiando o Banespa com o giro de títulos do Estado até setembro deste ano quando suspende a ajuda temendo um calote do governador eleito Mário Covas. Esta decisão do Bradesco leva o Banco Central a intervir no Banespa e decretar o Regime de Administração Especial Temporária (RAET). Quando ocorre a crise bancária de 1995 ele empresta mais de 1 bilhão de dólares ao dia para sustentar os bancos Econômico e Nacional que estavam à beira da falência, enquanto o Banco Central prepara a intervenção e a venda dos dois bancos.

Este poderio coloca o Bradesco como interlocutor privilegiado do Presidente da República, do presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda. Segundo a revista Veja, de 22 de janeiro de

---

<sup>105</sup>MICK, 1998.

<sup>106</sup>Informe publicitário do Bradesco, 1993.

1997: “ (...) nos momentos de maior tensão, o presidente Fernando Henrique chamou Brandão pelo menos duas vezes à Brasília, para ouvir sua opinião. Os telefonemas do presidente do BC, Gustavo Loyola, ao banqueiro paulista foram frequentes”.

Na mensagem aos acionistas, em 26 de janeiro de 1999, o presidente do Banco reafirma o seu compromisso com o projeto neoliberal do governo federal. Para Brandão os desafios da atualidade dão sentido de urgência às reformas macroeconômicas. Com estas reformas: “ além de assegurar a estabilidade, a tendência é inserir o país num saudável contexto de confiança, capaz de motivar a sociedade e os investidores, contribuindo para que se realizem as oportunidades de crescimento sustentado”.

A similaridade de discurso entre a equipe econômica do governo federal e dos banqueiros denota claramente que o Estado brasileiro foi apropriado pela burguesia financeira, que encastela-se no Banco Central e no Ministério da Fazenda..

#### **14. A terceirização no Bradesco**

A adoção da terceirização em vários bancos transforma-se numa estratégia quase comum a todos. Na perspectiva do banco está a consolidação da terceirização dos serviços chamados de retaguarda.<sup>107</sup> Com este objetivo é terceirizada a gráfica do banco. Mas, ao contrário dos demais bancos, o Bradesco não chega a terceirizar ainda a compensação de cheques. Nestes setores tem investido bastante em modernas máquinas que agilizam o trabalho e dispensam força-de-trabalho. As consequências destas novas técnicas administrativas são absolutamente nefastas para os trabalhadores terceirizados , prejudicando suas condições de trabalho, gerando insegurança e desmonte de direitos sociais.

Além da terceirização, o Bradesco vinha utilizando-se também da prática fraudulenta de contratação de estagiários que realizam funções sem relação com o conteúdo de seu curso. Após o Sindicato dos Bancários de São Paulo acionar o Ministério Público, o banco adota providências para regularizar a situação, passando a contratar de acordo com a legislação (Lei 6.494/77).

Os estagiários contratados pelo banco eram dos cursos de Direito, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, e as tarefas que eles executavam no banco não tinham relação com o conteúdo dos respectivos cursos.<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup>Bradesco, edição comemorativa dos cinquenta anos, 1993

<sup>108</sup>RAIOS. Jornal dos funcionários do Bradesco, julho de 1997.

## 15. Formas de dominação da força de trabalho

Segnini no livro “A liturgia do poder; trabalho e disciplina” empreende uma vigorosa análise desta instituição buscando desvendar os mecanismos utilizados para a expansão de uma das maiores empresas capitalistas do país. Ela caracteriza o Bradesco externamente como expressão das políticas econômicas implantadas no país que objetivam o desenvolvimento do capital monopolista, notadamente o financeiro. Este banco que obtém altos índices de crescimento é beneficiário direto destas políticas implementadas por militares, tecnocratas e grupos econômicos vinculados ao capital internacional. Internamente o banco viabiliza formas de exploração e dominação muito sofisticadas de sua coletividade de trabalhadores, com o objetivo de maximizar sua produtividade.

As profundas desigualdades sociais da realidade brasileira permitem ao Bradesco estabelecer as bases da exploração da sua força de trabalho, através da instituição de controles disciplinares e organizacionais, objetivando uma total adesão do trabalhador a empresa.

*E, através dos mecanismos de controle que estabelece, procura ocultar essas desigualdades ao mesmo tempo que as reproduz: semi-qualifica trabalhadores, remunera-os com os mais baixos salários do mercado, determina-lhes as mais longas jornadas de trabalho. Efetivamente, através do poder disciplinar, minimiza os custos do funcionamento da organização intensificando os lucros obtidos.<sup>109</sup>*

Como critérios de seleção Segnini (1988, p.141) enfatiza que o Bradesco privilegia a força de trabalho “oriunda de família de baixa renda, sem experiência profissional, a organização procura exercer controle sobre homens temerosos em relação à ameaça de perda de emprego, mais dóceis em relação às exigências do trabalho sob o controle do capital”.

A crença religiosa como critério de seleção, torna o exercício de poder menos custoso nas organizações Bradesco uma vez que as desigualdades e as misérias sociais possam ser explicadas pela vontade divina e resgatadas apenas na vida eterna.<sup>110</sup> Como este funcionário afirma: “todo direito tem um dever, não existe direito sem dever. Então é a minha cultura, a minha filosofia de vida, o meu princípio, a religião que participo. Nunca participei de greve porque nunca achei que resolvia”.<sup>111</sup>

Os processos de treinamento que sedimentam os objetivos implícitos no processo de seleção de pessoal e educação para o trabalho objetivam a minimização dos conflitos e a maximização da produtividade.

---

<sup>109</sup>SEGNINI, 1988, p.140.

<sup>110</sup>O diretor Ageo Silva é pastor protestante e costuma passar suas férias na Amazônia onde fica o núcleo da Igreja a que pertence. Muitos gerentes do Bradesco são pastores (Jornal do Brasil, 09/02/96, pág.13).

<sup>111</sup>Funcionário do Bradesco, entrevistado em 28/04/98.

*A proposta de colaboração harmoniosa do trabalhador com o capital, é concretizado no sistema de carreira fechada. Através dele acena-se com a possibilidade do 'contínuo' sonhar com a 'presidência' desde que assuma para si os valores organizacionais, submeta-se às normas e dedique-se, sem contestação ao trabalho proposto.<sup>112</sup>*

No desenvolvimento do processo de trabalho são instituídos controles disciplinadores para garantir a homogeneização do conjunto dos trabalhadores em termos de minimização do potencial contestatório e maximização da sua utilidade para a produção do excedente econômico (regulamento, declaração de princípios, e vigilância hierárquica).

O regulamento interno é uma das normas que regem a divisão do trabalho assentada sobre o princípio da hierarquia, determinando a divisão de funções, dos deveres e das relações de mando e subordinação dentro da empresa. O objetivo do estabelecimento de uma rígida hierarquia é ocultar a divisão entre trabalho manual e intelectual, bem como a relação capital/trabalho, possibilitando o controle da força de trabalho pelos detentores do capital.

A Declaração de Princípios reforça a necessidade da hierarquia como instrumento de aprimoramento do homem, incitando os funcionários à respeitá-la e mantê-la. Trata-se de regulamentar as relações internas dos funcionários para submetê-los à exploração capitalista.

Tanto o regulamento como a Declaração de Princípios são instrumentos usados pelo banco para instituir um poder disciplinar que irá gerir a vida dos homens que trabalham no Bradesco, controlando suas ações ao máximo e aproveitando as suas potencialidades para produção de lucro para o banco.

A vigilância hierárquica é um dos instrumentos do poder disciplinar para obter homens dóceis e úteis ao capital. Para ser eficaz ela deve ser permanente e constante. No Bradesco esta vigilância institui-se tendo como base o sistema de carreira fechada adotada pela organização. Como o critério de ascensão na carreira passa pela integral dedicação do trabalhador à empresa, estabelece-se um alto grau de dependência entre superior e subordinado. Para que ocorram as promoções, os funcionários tem que submeter-se a filosofia do banco. Então estabelece-se uma vigilância hierárquica direta pelas chefias, pois os comportamentos adotados pelos funcionários no cotidiano são determinantes para a possível promoção hierárquica.

Além da vigilância hierárquica, o Bradesco é o primeiro banco a eliminar paredes divisórias, colocando todos juntos trabalhando próximos ao cliente. Assim, estabelece-se um controle visual da produtividade de cada trabalhador. O espaço arquitetônico expõe todos aos olhares do chefe ou do gerente, inibindo movimentos autônômicos dos funcionários. Nos espaços físicos do Bradesco não existem barreiras ao olhar disciplinador.

---

<sup>112</sup>SEGNINI, 1988, p. 42.

Num processo de socialização de trabalhadores carentes, o Bradesco prepara-os para o trabalho tanto moral como fisicamente. A higienização do espaço físico e do trabalhador (corte de cabelo, barba, vestuário, postura) procura estabelecer o grau de dignidade que o trabalho assume para a organização. Assim: “A limpeza física procura promover a limpeza moral das formas de descontentamento no espírito do trabalhador”.<sup>113</sup>

As imposições quanto a higiene pessoal procuram homogeneizar a força de trabalho para posteriormente instaurar-se a hierarquia e recompensar os méritos individuais. A disciplina somente poderá efetivamente submeter a todos os trabalhadores, se aparentemente ela submeter todos a uma mesma norma.

Além da limpeza pessoal, o Bradesco esmera-se pela limpeza física do seu espaço de trabalho. Todos os funcionários devem estar limpos e discretamente vestidos. Todos os ambientes de trabalho precisam estar limpos e discretamente decorados, sem exceção.<sup>114</sup>

O sentimento do dever profissional acima de tudo, obriga o trabalhador bradesquiano, por força do cumprimento do regulamento interno e da declaração de princípios do banco, a ter uma vida comedida, a evitar discussões sobre temas como religião e política, considerados polêmicos. Sujeitando o trabalhador ao ideário da harmonia social, o Bradesco canaliza suas energias para o trabalho, submetendo os trabalhadores à todo tipo de controle de sua subjetividade e vida familiar.

O banco incentiva a delação orientando os trabalhadores a denunciarem infrações independentemente do cargo do infrator, como assevera Segnini (1988): “A relação entre companheiros é marcada pela competição e vigilância mútua constante: a delação inscreve-se no cotidiano das relações sociais, juntamente com o sentimento de insegurança e o medo de perder o emprego”.<sup>115</sup>

## 16. A Fundação Bradesco

A educação é uma esfera da atividade humana que historicamente está ligada ao desenvolvimento das relações de produção. Já no século XIX a introdução da técnica, a ampliação da divisão do trabalho com a instauração do capitalismo, leva à necessidade de universalizar a educação (ler, escrever, contar). A educação torna-se uma fábrica de homens utilizáveis, que irão sob o taylorismo ser transformados em máquinas, em autômatos sem nenhum poder de decisão.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup>SEGNINI, 1988, p.143.

<sup>114</sup>Paralelamente a este processo se instaura o processo da construção de um imaginário, por mediação da organização, em direção aos seus clientes. O campo publicitário organizacional apresenta um universo em que a organização se constitui como ‘prestação de serviços’ e para o qual o ‘cliente’ tem sempre razão e manda. A organização é atenciosa e asséptica, benevolente com os caprichos da clientela. O desejo se constitui elemento fundante da conduta do cliente. Nada lhe é recusado, tudo é permitido; ele pode satisfazer-se na sua imediatez e plenitude. Ela substitui o espetáculo do lucro pelo da gratuidade. Para tal constitui uma área onde o dono tem cidadania, pequenos bônus anexos às mercadorias, que possuem uma importância básica na definição da marca” (TRAGTEMBERG, 1982, p.51).

<sup>115</sup>SEGNINI, 1988, p. 144.

<sup>116</sup>TRAGTEMBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo, Cortez Editora, 1982.

Nos dias de hoje, a preocupação maior da educação sob direção hegemônica da burguesia, é formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, porém, capacitados a mudar seu comportamento diante das transformações superficiais do capitalismo. Trata-se de formar uma força de trabalho com um conhecimento que possa adaptar-se flexivelmente às necessidades do capital. Por isso o aparelho escolar e educacional, quer seja governamental, quer seja empresarial está definido pela sua função de reprodução das relações sociais de produção.

*Para Marx, as relações sociais de produção são a combinação social das forças produtivas, a maneira pela qual os instrumentos de produção e o próprio trabalho produtivo se repartem socialmente entre os vários agentes da produção. O essencial é a relação de propriedade. Daí as relações sociais da produção capitalista se definirem pela separação entre trabalho produtivo e os meios de produção, exploração de trabalho pelo capital.* <sup>117</sup>

O trabalhador reproduz-se enquanto tal, pois não tem elementos para acumular capital, mas somente para reproduzir sua força de trabalho. Para reproduzir sua força de trabalho tem que sujeitar-se às exigências do capital quanto à escolarização e formação profissional. Assim, segundo Tragtemberg, o aparelho escolar reproduz as relações sociais, contribuindo no processo de formação da força de trabalho; na modelização dos pensamentos sob a ideologia hegemônica; na reprodução material da divisão em classes; na manutenção das condições ideológicas das relações de dominação.

Considerando-se os esforços do Bradesco em criar uma rede de educação através da Fundação Bradesco, funcionando sob incentivos fiscais e como complemento ao sistema educacional oficial, observamos que estas contribuições são atingidas, proporcionando à empresa força de trabalho inteiramente adaptada à ideologia dominante e às relações sociais de produção capitalista da sociedade brasileira.

O banco dá especial atenção à formação de um trabalhador disciplinado através de seus centros de treinamento e escolas espalhadas por todo o Brasil. De acordo com os objetivos empresariais, o Bradesco adota um enfoque tecnicista, assentado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade; que encontra no ideário da neutralidade científica seu marco teórico básico.

Contraditoriamente, o banco articula o discurso da harmonia social num contexto de concentração e centralização de capital que agudiza os conflitos sociais. A meritocracia, baseada na educação e no treinamento para o trabalho passa a ser entendida como a forma de neutralizar o conflito de classes e legitimar a harmonia social. A visão da educação como condição de

---

<sup>117</sup>TRAGTEMBERG, p.43.

solução para todos os problemas passa a ser internalizada pelos funcionários, minimizando-se a visão do conflito entre capital e trabalho.

A primeira escola Bradesco é criada em 1962, na Cidade de Deus, em Osasco, para educar os filhos de funcionários para posterior ingresso na Organização, porém até o ano de 1971 não amplia o número de Escolas. É a partir deste ano que contando com os benefícios fiscais do Estado passa a ampliar as Escolas com o objetivo de preparar sua própria força-de-trabalho. Em 1974 tem 4.000 alunos, em 1980, 14.000 alunos, em 1985 conta com 33.000 alunos, e ao final do ano de 1997, 95.000 alunos.

Há três tipos de educação desenvolvidos pela Fundação. O primeiro é a formação básica regular, com caráter profissionalizante. São os cursos da pré-escola até o 2º Grau. O Bradesco oferece gratuitamente material didático, alimentação, uniforme e calçados. O segundo são os cursos supletivos por teleaprendizagem, os telecursos, utilizando os módulos da Rede Globo. O terceiro são os cursos de capacitação profissional de curta duração desenvolvidos nas comunidades em que estão inseridas as escolas.

A formação de força de trabalho é adequada as exigências do empresariado: “ (...) o ensino mantém perfeita sintonia com os referenciais contemporâneos de educação, visando ao preparo para o pleno exercício da cidadania, incluindo o desenvolvimento de habilidades básicas para a empregabilidade”.<sup>118</sup> As habilidades básicas do trabalhador disciplinado formado pelo Bradesco são complementadas pela construção de uma ética marcada pela obediência às leis, respeito ao superior hierárquico, às autoridades constituídas, e à disciplina.

## 17. O treinamento do bradesquiano

O Bradesco utiliza-se de seus mecanismos de formação profissional e educacional para “adestrar” sua força de trabalho de acordo com os seus princípios ideológicos. Os cursos de treinamento do banco tem por objetivo a formação de uma força de trabalho “dócil”, “obediente”, “correta”, “decente”.<sup>119</sup>

*“Coerente com as exigências contemporâneas de melhoria crescente da qualidade, diversificação e ampliação do rol dos seus produtos e serviços, a Organização Bradesco proporciona treinamento aos funcionários, sempre associando o aprendizado aos seus valores, filosofia, cultura e estratégias (...) Os programas de capacitação profissional estão voltados principalmente às áreas operacionais, técnicas e comportamentais e atendem a todos indistintamente. Os novos cenários econômicos e os avanços tecnológicos são tratados com ênfase pelas equipes de instrutores especializados, apoiados em infraestrutura adequada”.*<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup>Revista Bradesco, 1998, p.13.

<sup>119</sup>SEGNI, 1988.

<sup>120</sup>Revista Bradesco, 1999.



Inserir-se nos marcos de um discurso empresarial e governamental que preconiza o investimento no chamado “fator humano”, para garantir um perfil de trabalhador: participante, consciente, responsável, competente, polivalente, adequado ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, o treinamento da força de trabalho torna-se fator preponderante nas estratégias de mudanças organizacionais visando a manutenção ou elevação da produtividade das empresas.<sup>121</sup>

Entre os anos de 1993 e 1997 o banco amplia consideravelmente os gastos com treinamento. Há um crescimento de 126% nos gastos. A participação média que em 1993 era de 1 treinamento/ano por empregado chegou a 1,87 treinamento/ano por empregado em 1997. Em 1998 o banco gasta R\$ 25,560 milhões no programa de treinamento, obtendo 86.061 participações. O objetivo é preparar seus bancários para o primado da competitividade e da qualidade requeridos pelo capitalismo.<sup>122</sup> A empresa modela ideologicamente os trabalhadores integrando-os nestes objetivos: “Cada vez mais as pessoas vão ter que fazer bem feito o que faz porque vai ser exigido mais. Em ter o conhecimento de todos os serviços que o banco presta. O conhecimento é importante. O futuro do trabalho vai estar no conhecimento”.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup>IZUMI, 1996.

<sup>122</sup>Segundo Bühr (1998, p.90) as mutações no processo de trabalho contemporâneo promovem uma transformação das qualificações e do nível de formação geral e profissional dos trabalhadores. Os objetivos de produtividade e qualidade das empresas requerem um forte envolvimento dos trabalhadores em seu trabalho e sua integração à empresa e ao “espírito de casa”.

<sup>123</sup>Funcionária do Bradesco, entrevistada em 18/05/98.

## Capítulo III

### A luta dos sindicatos na atualidade

#### A Sangue Quente

“Nosso sindicato (Sindicato dos Bancários de Florianópolis) forneceu uma sala para o Comando de Greve. Fizemos um trabalho exaustivo na categoria chamando para a Greve Geral, e no dia anterior realizamos uma Assembléia para deflagrar a Greve Geral do dia 20 de agosto de 1987. Não foi uma assembléia massiva, mas deliberamos pela greve com expressiva maioria, mas já sabendo de antemão que grande parte dos bancários não paralisariam. Os vacilos da CUT na marcação da data desmobilizaram os bancários, pois nós estávamos na base quase que diariamente, e a gente chamava a Greve Geral para uma data e na semana seguinte se mudava a data, e isto foi desmoralizando a Greve Geral. A estratégia aqui era parar o setor de transportes, mas não foi possível. A repressão policial foi intensa. O setor do comércio não parou. Do nosso setor, o bancário, poucas pessoas aderiram ao movimento, mas mesmo assim paralisamos algumas agências. Nas duas maiores - Bradesco Praça XV e agência Centro do Banco do Brasil - houve uma aglomeração de ativistas para tentar garantir os piquetes. A greve ficou concentrada na porta desses bancos, em Florianópolis. Mas não resistimos por muito tempo. Um enorme contingente de policiais conseguiu após vários confrontos tirar as pessoas do piquete e se postaram a frente da agência. Com isso vários bancários entraram. A resistência se concentrou na porta do BB. Mais de 150 pessoas, entre bancários, militantes do movimento estudantil e de partidos, tentavam garantir o último reduto. Eu estava num piquete no banco Nacional da Praça XV de Novembro, quando ouvi o primeiro estouro de uma bomba de gás lacrimogêneo. O pelotão de choque da Polícia Militar entrou pela porta dos fundos do banco e saiu pela porta da frente, espremendo, batendo e empurrando as pessoas. As bombas de gás lacrimogêneo foram jogadas simultaneamente sobre o piquetão, o pessoal correu para a praça XV de Novembro. O batalhão de choque da PM, em formações especiais de repressão investiu sobre os manifestantes em várias direções tentando espremer e limpar a área (isso era por volta das 14 horas). Várias pessoas correram para dentro da Igreja, e um pelotão de policiais militares foi até a porta e não deixou ninguém sair dali. Um de nossos diretores (Arthur Ruffs Machado) foi atingido na cabeça por um cacete e teve que ser hospitalizado. Quatro militantes foram presos, entre eles: um militante do Partido Democrático Trabalhista (Wilson Pizeta) e um companheiro da Central Única dos Trabalhadores (Nelson Brum Mota). Uma linha de cavalariáos investiu sobre a população que estava na Praça XV de Novembro. O Comando de Greve entrou em contato com alguns parlamentares para solicitar a retirada do policiamento ao Governador Pedro Ivo Campos e ao Comandante da Polícia Militar. Por volta de 15 horas e 30 minutos a Polícia Militar se retirou, com dificuldades, porque a massa estava partindo para cima deles com pedradas. O povo voltou à Praça, e todos gritavam o slogan “O povo na praça já conquistou a praça”. Dali saímos em passeata e no retorno encerramos com um ato público. Politicamente temos o ganho do grau de consciência política das pessoas que participaram da greve e realmente puderam sentir na pele a utilização do aparato repressivo do Estado. Tivemos falhas na condução da greve, pois o

*Comando praticamente não existia e não soube nas horas mais difíceis dar direção ao movimento. Nós bancários, não éramos o Comando formal do movimento mastivemos que intervir nos rumos dele, pois os dirigentes da CUT estadual não sabiam o que fazer. Com relação ao Comando, também aqui, o pessoal da CGT e do PC do B só apareceram no penúltimo dia. A gente saiu convicto deste enfrentamento para estarmos mais preparados para o embate com a PM, pois este tipo de confronto será frequente nos próximos movimentos (...) A tese agora é unificar a luta com outras categorias: petroleiros, químicos, têxteis etc, pois as últimas greves têm nos demonstrado como a burguesia está preparada para o enfrentamento. Temos de elevar a nossa luta a um patamar de organização mais elevado, que passa necessariamente pela unificação da luta entre os trabalhadores. Essa luta não pode mais ser uma luta econômica que só contemple a luta por melhores salários, tem que ser uma luta política. Temos de mobilizar os trabalhadores para conquistar suas reivindicações imediatas, mas não esquecer da luta política por Diretas Já, Não Pagamento da Dívida Externa, Reforma Agrária, Por um Governo Popular e Pelo Socialismo.” (SILVA, 1988, p. 1-4).*

## **1. Sindicalismo na defensiva**

No contexto da crise do capitalismo há uma pressão para os sindicatos acomodarem-se à ordem burguesa. Os sindicatos outrora poderosos, estão lutando para deter a perda dos filiados e da influência política. As organizações trabalhistas construídas no começo do século XX estão passando também por uma profunda transformação organizativa e ideológica ao sofrerem os impactos das transformações ocorridas no capitalismo nos últimos anos.<sup>1</sup>

As inovações tecnológicas e organizacionais conjugadas às outras transformações políticas e econômicas possibilitam a conformação de outro regime de acumulação que mostra-se mais adequado para enfrentar a crescente instabilidade presente neste momento histórico do desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de uma nova ordem produtiva – a acumulação flexível- onde o capital vai além da fábrica fordista instaurando novas formas de exploração e dominação da força de trabalho: “Ou seja , ao mesmo tempo novos meios de trabalho (uma nova tecnologia), novas formas de organização do processo de trabalho (emancipando-se dos limites da organização taylorista e fordista), novas formas de contrato de trabalho, novos modos de mobilização (desenvolvimento e de integração) da força de trabalho na empresa e, como consequência novas formas de disciplina de trabalho’ etc”.<sup>2</sup> Assim, a acumulação flexível vem sendo construída como estratégia do capitalismo e das classes dominantes para enfrentar esta crise. Este novo regime:

*“(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos*

---

<sup>1</sup>ARRIGHI, G. “Trabalhadores do Mundo no Fim do Século”. In: *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1997.

<sup>2</sup>BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa; o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

*padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção totalmente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas”*<sup>3</sup>

Outros elementos que caracterizam este regime de acumulação são: a diminuição drástica do emprego estável, o aumento do trabalho precário, terceirizado, instável; a compressão espaço-tempo na tomada de decisões (atividades como a bancária em função do avanço tecnológico se tornam cada vez mais dinâmicas e as transações se dão de forma instantânea em diferentes espaços geográficos e zonas de tempo); o aumento do controle ideológico da força de trabalho; regressões salariais; diminuição do poder sindical e a desregulamentação da economia.

A fragmentação da classe trabalhadora enfraquece o poder de resistência sindical, incentivando o individualismo e a concorrência entre os próprios trabalhadores. O domínio da burguesia: “assenta necessariamente na concorrência dos operários entre si, quer dizer, na divisão do proletariado e na oposição entre grupos individualizados de operários”<sup>4</sup>. Os trabalhadores dividem-se em: “proletários estáveis e com garantias(...) proletários excluídos do trabalho(...) massa flutuante de trabalhadores instáveis: trabalhadores das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda (...) trabalhadores em domicílio(...) trabalhadores em tempo parcial (...) trabalhadores temporários (...) trabalhadores estagiários (...)e trabalhadores da economia subterrânea”<sup>5</sup>.

Além dos problemas clássicos enfrentados pelo movimento sindical, como o corporativismo e a falta de organização por local de trabalho, os desafios para a ação sindical tornam-se mais agudos diante desta realidade:

*“1. Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos da atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa, e dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada (...)  
2. Uma fortíssima corrente no sentido de desregular e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho(...)  
3. O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, na última década pelo sindicalismo de participação e que agora contabilizam prejuízos de grande envergadura, entre os mais evidentes o desemprego estrutural (...)  
4. Uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais voltada para a institucionalidade, ganhando, com isso, ‘legitimidade’ e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anti-capitalistas e*

---

<sup>3</sup>HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. 4a. Ed. São Paulo, Loyola, 1994, p. 140.

<sup>4</sup>MARX, K., ENGELS, F. *Sobre o Sindicalismo*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, Coleção “Pontos de Vista”, 1974.

<sup>5</sup>BIHR, p.84-5.

*a consequente perda de radicalidade social (...) 5. Junto ao culto exacerbado do individualismo e da resignação social, o capitalismo amplia enormemente por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos, estes preservados somente para os momentos mais necessários – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas adotadas de dimensão anticapitalista (...).<sup>6</sup>*

Para Antunes (1997) o sindicalismo passa por uma fase defensiva, marcada pela postura participacionista e de negociação, abandonando o sindicalismo de classe dos anos 60/70, as perspectivas emancipatórias, a luta pelo socialismo. Abandona-se a postura de resistência ao capital e passa-se para uma linha de colaboração através da proposição de reformas dentro do capitalismo que são assimiladas pelo sistema. Enquanto o capitalismo ataca os direitos dos trabalhadores e abandona a arena da negociação, parcelas consideráveis do sindicalismo abandonam a perspectiva da mobilização e do confronto de classes .

*Ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A postura brutalmente defensiva dos sindicatos diante da onda privatista é expressão do que estamos nos referindo. A derrocada do Leste europeu, do stalinismo e da esquerda tradicional- que a mídia da ordem chamou de ‘fim do socialismo’ ainda não foi suficientemente assimilada e analiticamente enfrentada pela esquerda que se vê também na defensiva. Tem sido incapaz, até o presente, de mostrar que o fim do Leste europeu não é o fim do socialismo, mas sim o fim de uma tentativa inglória de construção de uma sociedade que não conseguiu ir além do capital (...). Os sindicatos e também os partidos- operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Esquecem a luta pelo controle social da produção, tão intensa nos anos 60/70, e subordinam-se à ação pela participação dentro da ordem.<sup>7</sup>*

Esta postura de recuo ocorre intensamente no Brasil na década de 1990 quando diminui as greves de resistência e a Central Única dos Trabalhadores deixa de ser a principal expressão da rebeldia do trabalho, adotando o caminho da luta pela cidadania nos marcos do capitalismo. É o que vemos a seguir num breve retrospecto do sindicalismo desde 1964, tomando como pano de fundo a análise de Petras (1999).

---

<sup>6</sup> ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1995.

<sup>7</sup> ANTUNES, R. (et alii). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.

## 2. Sindicalismo brasileiro: avanços e retrocessos na história do trabalho

O declínio dos direitos trabalhistas e sociais e o avanço do poder e lucro capitalista devem ser verificados no contexto histórico, onde se localizam três períodos nos últimos 30 anos: o período de reação, 1964-78; o período de avanço, 1979-89; e o período de retirada, 1990-96.<sup>8</sup>

Os direitos sociais e trabalhistas sofrem um retrocesso com a implantação da ditadura militar no Brasil desde o ano de 1964. O golpe militar de 31 de março deste ano, apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da Igreja, pela burguesia internacional e pela burguesia nacional, entre outros, contém o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base, sob a direção do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Trabalhista Brasileiro.

O golpe é a resistência capitalista a este avanço social por meios violentos: prisão de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos.<sup>9</sup> Sob o contexto da Guerra Fria e em nome do anti-comunismo, as forças reacionárias do país instituem uma ditadura militar que tem por principal objetivo promover a internacionalização da economia e a reconcentração de renda,

<sup>8</sup>PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, Furb, 1999.

<sup>9</sup>O perfil dos atingidos pela repressão política entre os anos de 1964 e 1979 está construído pela análise de 695 processos do conjunto de processos do regime militar contra cidadãos brasileiros. Vários cidadãos responderam por mais de um processo. A repressão esteve concentrada em duas fases. Na primeira, entre 1964 e 1966, no governo de Castello Branco, somam-se 2.127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde ao governo de Garrastazu Médici, quando registra-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, numa avalanche repressiva que instala-se após o Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968. Em números aproximados, 88% dos réus eram de sexo masculino e apenas 12% eram mulheres. Grande parte dos atingidos pela repressão eram jovens: 38,9% tinham idade igual ou inferior a 25 anos. A juventude mostra a sua disposição de luta e enfrentamento de riscos. Em meio a esses 2.868 jovens processados em idade inferior a 25 anos, 91 não tinham sequer atingido os 18 anos quando começa a ser formada a ação penal. A origem geográfica dos atingidos pela repressão era predominantemente urbana: 4.077 residiam nas capitais e apenas 1.894 no interior. Entre as capitais, o Rio de Janeiro ocupa o primeiro lugar, com 1.872, seguindo-se São Paulo, com 1.517. O grau de instrução dos processados era predominantemente de classe média. Entre 4.476 réus, cujo nível de escolaridade aparecia registrado nos processos, 2.491 possuíam grau universitário. Mais de metade haviam atingido a Universidade num contexto em que menos de 1% da população chega até ela. O Exército foi o principal agente de repressão, sendo responsável direto por 1.043 prisões, além de outras 884 efetuadas pelos DOI-CODIS, comandados por oficiais desta Arma. Há um elevado número de casos – 3.754 (51%) – sem registro de quem efetuou a detenção. A frequência de acusação demonstra que em primeiro lugar aparece a militância em organização partidária proibida: 4.935 casos. Em segundo lugar, a participação em ação violenta ou armada, com 1.464. Por manifestação de idéias artísticas há 18 pessoas processadas. Em 145 casos foram incriminados cidadãos por manifestação de suas idéias em meios legais (imprensa, aulas, sermões, etc.). Antes de 1968 o maior grupo de acusações encontra-se no item referente à participação em movimentos sindicais, mobilizações nacionalistas entre militares, atividades estudantis e órgãos de representação da sociedade civil. A ilegalidade das prisões efetuadas é flagrante. A repressão política deixa de comunicar aos juizes mais de 84% dos casos (6.256). Comunica fora do prazo 12% das prisões (816) e comunica no prazo legal apenas 4% dos casos (295). Consta que 1.918 cidadãos ao deporem em pleno Tribunal Militar denunciaram torturas na fase do inquérito. No auge do “Milagre Brasileiro” e do “Brasil Ame-o ou Deixe-o” 1.558 cidadãos foram torturados pela ditadura militar. Além dos 7.367 nomes que os computadores coligiram a partir dos 695 processos, de pessoas que enfrentaram investigação sobre suas atividades políticas até a etapa dos tribunais, deve-se acrescentar outros 10.034 envolvidos exclusivamente na fase de inquérito. Desse total, 6.385 responderam como indiciados nos inquéritos que deram origem aos processos, sendo excluídos da lista de acusação quando apresentada a denúncia judicial. Os 3.649 restantes aparecem na fase de inquérito como testemunhas ou declarantes, mas não podem ser excluídos da condição de atingidos, pois muitos deles também foram torturados e detidos durante o inquérito. Cerca de dois terços desses 6.385 indiciados constam nos autos com dados que comprovam que estiveram presos sem comunicação regular à autoridade judicial, comprovando o desrespeito constitucional e às próprias leis do regime militar, para assegurar aos órgãos de repressão um domínio absoluto sobre seus investigados. Confirma-se o verdadeiro sequestro que estava presente na maioria das detenções. (Brasil Nunca Mais, 1985, pp.85-88).

poder e propriedade nas mãos de corporações multinacionais, monopólios estatais e privados e grandes latifundiários, aprofundando sua integração com o mercado mundial e suas ligações com o capital financeiro e industrial internacionais.<sup>10</sup>

Num primeiro momento, há a intervenção nos sindicatos e a perseguição contundente sobre a militância de esquerda, principalmente das dissidências internas do Partido Comunista Brasileiro que optam pela resistência armada ao regime. Mais de mil trabalhadores são torturados e assassinados pelos serviços de segurança dos governos militares.

Com o ressurgimento do movimento sindical combativo, principalmente em São Bernardo do Campo, onde desenvolve-se o parque automobilístico, forma-se uma nova classe operária que passa a contestar o regime militar, e a lutar por liberdades democráticas e pelos seus direitos econômicos, sociais, culturais, educacionais etc. “A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política”.<sup>11</sup>

Os sindicalistas passam a exigir autonomia e liberdade sindical, fim do arrocho salarial e melhores condições de vida. Propiciam no refluxo da ditadura, um novo avanço dos trabalhadores entre os anos de 1979 e 1989. Este avanço ocorre em duas fases: um avanço social baseado nas lutas pela terra, pelas greves massivas de sindicatos, e lutas urbanas, em organização e ação entre 1979-85; e um período subsequente de avanço político e econômico (1986-89), com progressos na legislação social através da Constituição de 1988 e um aumento do poder eleitoral dos trabalhadores através do Partido dos Trabalhadores.

O sindicalismo brasileiro vive nesta década um momento positivo, com o avanço das greves, a criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, as tentativas de organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, o avanço do sindicalismo rural e do sindicalismo no setor público, o aumento da sindicalização em contratendência ao movimento de dessindicalização que vem ocorrendo em nível internacional.<sup>12</sup> Assim mesmo, as taxas de sindicalização no Brasil são muito baixas em comparação com outros países. Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta que apenas 13,8% da população ocupada do Brasil está sindicalizada, representando 7,12 milhões de trabalhadores ocupados num total de 51,73 milhões de trabalhadores (os dados excluem os funcionários públicos). Em 1995, de acordo com o Anuário dos Trabalhadores 1996-97, publicado pelo DIEESE, a porcentagem de sindicalizados da população

---

<sup>10</sup>PETRAS, 1999.

<sup>11</sup> ANTUNES, R. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1991, p.15

<sup>12</sup>Sobre este tema consultar ANTUNES, 1991 e BOITO JÚNIOR, 1991.

economicamente ativa (69.622.241) no Brasil chega a 16,2%. Os índices por região são diferenciados. Na região Norte a taxa é 12,7%, na região Nordeste é 14,4%, na região Sudeste é 16,0%, na região Sul é 22,1% e na região Centro-Oeste é 12,6%.

Enquanto nos países europeus o movimento sindical tem amplo declínio, o movimento sindical brasileiro na década de 80 vive um dos maiores ascensos da história. São criados centenas de sindicatos oficiais e associações livres do funcionalismo público. Os trabalhadores das classes médias urbanas e os trabalhadores agrícolas são incorporados e demonstram grande capacidade de luta e mobilização. Amplia-se a liberdade sindical com a promulgação da Constituição de 1988, embora permaneçam elementos do sindicalismo corporativo, como os juízes classistas dos Tribunais do Trabalho, o imposto sindical e a unicidade sindical. Há um grande número de greves que demonstra o potencial contestatório dos trabalhadores.

**Quadro 6 - Greves e grevistas nos anos 80**

<b>ANO</b>	<b>GREVES</b>	<b>GREVISTAS</b>
<b>1982</b>	<b>147</b>	<b>695.930</b>
<b>1983</b>	<b>330</b>	<b>3.187.130</b>
<b>1984</b>	<b>443</b>	<b>1.616.790</b>
<b>1985</b>	<b>676</b>	<b>6.071.214</b>
<b>1986</b>	<b>1.267</b>	<b>8.254.140</b>
<b>1987</b>	<b>1.052</b>	<b>12.047.000</b>
<b>1988</b>	<b>849</b>	<b>8.213.899</b>
<b>1989</b>	<b>1.548</b>	<b>10.082.330</b>

Fonte: ARAÚJO, J. P. *A construção do sindicalismo livre no Brasil*. Belo Horizonte, Lê S/A, 1993, p.119.

Do ponto de vista das reivindicações o que motiva as greves é a centralidade da luta contra a exploração do trabalho e pela reposição das perdas salariais.



“Isto colocou, para o movimento grevista uma situação complexa, difícil, contraditória. Sabe-se desde Marx, que a luta sindical é uma luta contra os efeitos mas não contra as causas do sistema de salários. É como disse, parte incessante das ‘lutas de guerrilha’, das lutas diárias, contingências provocadas pelos abusos do capital ou pelas flutuações do mercado. Porém, na particularidade brasileira, estas lutas ganham ainda mais essencialidade porque dizem respeito à própria sobrevivência do trabalhador. A degradação salarial intensa e extenuante obriga o movimento operário, através da ação sindical grevista, a centrar o eixo de sua ação neste universo. Portanto, este traço de luta social, presente em sua universalidade capitalista agudiza-se na concretude do capitalismo brasileiro. Não pode abandonar a luta econômica, salarial, pois isso seria o fim do movimento sindical – e, de outro lado, esgota-se, dada a intensidade com que o realiza, mesmo sabendo que atinge mais os efeitos, as consequências, do que suas causas. Como há uma tendência incessante do capital em diminuir o quantum referente à reprodução da força de trabalho foi absolutamente inevitável que as greves da década de 80 tivessem uma enorme centralidade nas ações econômicas salariais (...) Se esta é uma marca intrínseca a ação rebelde do trabalho na sociabilidade do capital, na particularidade do capitalismo do Terceiro Mundo intermediário e industrializado, onde articula-se incessantemente o recolhimento relativo e absoluto do sobre-trabalho, a ênfase nesta instância da luta é gritante e acaba muitas vezes por sobrepor-se às outras reivindicações que germinam no mundo do trabalho e que dizem respeito a melhores condições de trabalho no universo fabril, à organização de comissões de fábricas ou de trabalhadores em seus estabelecimentos, à liberdade e autonomia sindicais, ao cumprimento de legislações e acordos existentes, pontos de reivindicações constantes em nosso movimento grevista”.<sup>13</sup>

#### **Quadro 7 - Participação percentual das principais reivindicações dos movimentos grevistas em relação ao total de greves. Brasil, região urbana. 1978/86**

QUANTO A .....	(%)
<b>REAJUSTE SALARIAL .....</b>	<b>63,4</b>
<b>NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E ACORDOS .....</b>	<b>23,3</b>
<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL .....</b>	<b>19,9</b>
<b>CONDIÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>17,3</b>
<b>ADICIONAIS E ABONOS .....</b>	<b>13,7</b>
<b>PODER SINDICAL .....</b>	<b>8,9</b>
<b>BEM ESTAR NA EMPRESA .....</b>	<b>5,5</b>

Fonte: Ricardo Antunes. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1991, p. 34

<sup>13</sup> ANTUNES, 1991, p.33-5.

Antunes diz que apesar desta causalidade econômica, motivadora deste enorme volume de greves desencadeadas no período, elas são permeadas de uma dimensão política anticapitalista na medida em que ao reivindicar melhores condições de salário e trabalho e o fim do arrocho, assume uma forma de confronto com as bases de uma política econômica à serviço do capital.

No final deste período a luta dos trabalhadores desloca-se do plano das lutas diretas e de classe para o terreno da luta eleitoral, que é hegemonicamente controlado pela burguesia através do poder econômico e da mídia. A partir de 1989, com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, inicia-se um período de retrocessos. A honrosa e notável exceção é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que amplia a cada ano as ocupações de terra reivindicando a Reforma Agrária e despertando a simpatia de amplas parcelas da população brasileira. O MST combina negociação com mobilização e forma uma geração de novas lideranças referenciadas nos ideais do socialismo e na teoria marxista.

Três hipóteses são explicativas sobre a retirada dos direitos sociais e conseqüentemente do avanço do problema do desemprego sem um conseqüente enfrentamento pelos sindicatos: o apoio internacional do capital ao governo de Fernando Henrique Cardoso; a desmobilização interna do trabalho que se dá através da burocratização dos sindicatos e a dissociação das políticas eleitorais das lutas urbanas de massa; e a liderança política e “vontade” da burguesia liberal para quebrar decisivamente o contrato social dos anos 80, primeiramente com o presidente Fernando Collor de Melo e mais tarde, com Fernando Henrique Cardoso.<sup>14</sup>

Em fins da década de 80 inicia-se uma fase de retrocesso, acentuando-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inserem o nosso sindicalismo na onda regressiva. As mudanças aceleradas no processo produtivo, desenvolvidas dentro de uma conjuntura recessiva, impulsionam a desproletarização de importantes contingentes operários, e particularmente a precarização ainda mais intensificada da força de trabalho. “Combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, com mutações no processo produtivo. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão da força de trabalho estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo ainda dominante também aqui mescla-se com novos processos produtivos”.<sup>15</sup> Segundo Antunes (1997), as propostas de privatização, de flexibilização, desregulamentação e a desindustrialização tiveram forte impulso e arrefecem e tornam mais defensivo o novo sindicalismo. O aumento do desemprego é um fator preponderante no influxo das greves na década de 90, como comprovam os estudos que relacionam as taxas de desemprego às greves.

---

<sup>14</sup>PETRAS, 1997.

<sup>15</sup> ANTUNES, 1997, p. 79.

**Tabela 2. Taxas de Desemprego, PIB e PIB per capita <sup>16</sup> Brasil e Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998 – (em %)**

TAXA	90	91	92	93	94	95	96	97	98 <sup>17</sup>
DESEMPREGO RM/SP	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,3
PIB BRASIL	-4,3	1,0	0,5	4,9	5,9	4,2	2,8	3,0	0,7
PIB PER CAPITA BRASIL	-5,5	-0,6	-2,1	3,4	4,3	2,8	1,4	1,5	-0,7

Fonte: DIEESE/SEADE. PED-SP Pesquisa de Emprego e Desemprego e Banco Central do Brasil. Relatório 1997

A maioria dos sindicatos são envolvidos pelas políticas de pacto com as elites, não sendo capazes de contra-ataque. Na Central Única dos Trabalhadores isto se evidencia pela disposição manifestada de discutir o Entendimento Nacional –versão disfarçada das propostas de Pacto Social -, proposto pelo presidente Fernando Collor, em agosto de 1990, que materializa-se na visita do presidente desta central, Jair Meneghelli, ao Palácio do Planalto.

O passo à direita dado pela Central Única dos Trabalhadores ocorre no IV CONCURT, de 1991, quando aprova-se a filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) que fora o braço direito do imperialismo norte-americano no movimento sindical brasileiro durante a ditadura militar e a ida ao Entendimento Nacional.

O bancário Gilmar Carneiro, eleito Secretário Geral, exulta ao final do Congresso, em declaração ao Jornal da Tarde de 12/09/91: “Em 1983, no Congresso de Fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCURT nos livramos da esquerda”. Ele discorre um pouco mais sobre as bases que norteariam as estratégias da Central nos próximos anos: “Eu defendo um socialismo com economia de mercado. O importante é que a sociedade civil organizada controle a iniciativa privada, os pequenos e também os grandes grupos econômicos. Para mim socialismo quer dizer controle social sobre a iniciativa privada(...) A esquerda precisa superar a visão maniqueísta da luta de classes, e de que a luta principal é entre o capital e o trabalho. Para mim, a luta da atualidade é a luta pela cidadania (...) Na medida em que se conquista a democracia na sociedade, a esquerda tem que apresentar propostas alternativas para superar a crise. Não basta apenas dizer não. Esse negócio de que é impossível resolver os problemas dos trabalhadores no capitalismo é um desvio. Mostra a incapacidade de uma parcela da esquerda e também sua visão golpista”.<sup>18</sup>

<sup>16</sup>Para o desemprego: taxas médias anuais. Para o PIB e PIB per capita: taxa de variação anual.

<sup>17</sup> Valores do PIB e PIB per capita de 1998 são estimados.

<sup>18</sup>Revista Debate Sindical, de setembro de 1991.

A Central Única dos Trabalhadores dos anos 90 sofre um recuo ideológico de graves consequências para os trabalhadores. Ela abandona os princípios do socialismo, do sindicalismo de base, classista e independente que marca suas origens e passa a um estágio de social-democratização acelerada. Políticas com este sentido são desenvolvidas e implementadas: as câmaras setoriais; as políticas de formação profissional do governo em conjunto com as Centrais; a participação da Central Única dos Trabalhadores no Conselho Nacional do Trabalho, onde o governo e os empresários pretendem aprovar todas as suas propostas de flexibilização da legislação trabalhista; as negociações em torno da Reforma da Previdência subtraindo direitos trabalhistas e os acordos de flexibilização da jornada do trabalho em vários sindicatos.

Por trás desta estratégia política equivocada está a concepção de que diante da “inevitável globalização” é necessário limitar os efeitos negativos, ao invés de confrontar o ataque capitalista sobre salários, ganhos sociais e direitos trabalhistas. O pragmatismo dos líderes sindicais e políticos eleitorais da esquerda renunciam à perspectiva socialista e de confronto. Se tornam negociadores sérios, para aderir à lógica do capital. A posição que toma corpo na década de 90 afirma uma proposta mais “realista” e o privilégio da negociação, em detrimento da pressão e mobilização organizada dos trabalhadores.<sup>19</sup> Como está claro neste trecho de uma declaração da Executiva Nacional da CUT: “Para nós, é necessário reverter o modelo econômico, priorizando o desenvolvimento com distribuição de renda, revisão da abertura indiscriminada, estímulo ao setor produtivo e prioridade a geração de emprego e renda”.<sup>20</sup> A nova postura sindical leva os trabalhadores a constantes derrotas. Segundo Petras (1999), eles aceitam as novas regras do jogo exatamente quando a classe capitalista estava virando a mesa e começando um novo jogo no qual eles (os líderes sindicais combativos e a esquerda) não haviam sido convidados para jogar.<sup>21</sup>

Enquanto emerge um sindicalismo neoliberal que expressa-se como a nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora, a Força Sindical (central sindical criada em 1991) que alinha-se com o projeto neoliberal de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso apoiando-os eleitoralmente, ao mesmo tempo ocorre a inflexão política no interior da Central Única dos Trabalhadores, que diante do brutal ataque capitalista aos direitos dos trabalhadores torna-se incapaz de desenvolver um sindicalismo de classe com um avanço qualitativo. Falta a Central Única dos Trabalhadores um conjunto de propostas econômicas alternativas, contrárias ao projeto neoliberal e uma análise crítica da realidade brasileira com uma perspectiva anticapitalista

---

<sup>19</sup>ARAÚJO, J. P. *A Construção do sindicalismo livre no Brasil*. Belo Horizonte, Editora Lê, 1993, p.122.

<sup>20</sup>Manifesto da CUT sobre o Pacote Fiscal, assinado em 29 de outubro de 1998, em São Paulo. <http://www.cut.com.br>, 09/05/99.

<sup>21</sup> Isto já estava evidente na entrevista do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva ao *Jornal do Brasil*, de 7/2/93, expressando sua preocupação com “o desafio de buscar o novo (...) O novo é a reestruturação da produção (...), a questão da tecnologia, qualidade, produtividade, participação dos trabalhadores nos lucros (...) nós continuamos capazes de fazer greve, mas de maneira mais inteligente. Seria impossível ter essa visão hoje sem ter experimentado os sabores e dissabores das lutas, os erros e acertos cometidos ao longo dos últimos 15 anos”.

e socialista, que embora estivessem presentes na sua fundação diluem-se com o passar dos anos.<sup>22</sup> Isto expressa-se em experiências que negam a luta de classes, como a participação da Central nas câmaras setoriais, um mecanismo de negociação tripartite, entre trabalhadores, empresários e governo, que tem o primeiro acordo com a câmara do setor automobilístico, em 1992, e depois é interrompido por Fernando Henrique Cardoso. Este mecanismo rompe com as formas tradicionais de negociação do sindicalismo. O criticado corporativismo de Vargas, renasce sob um outro nome: câmaras setoriais.

Posteriormente, com o agravamento do desemprego, os sindicatos passam a preocupar-se com o problema mas não são capazes de estabelecer uma estratégia de resistência e uma luta política por geração de empregos.<sup>23</sup> Desmobilizados face ao impacto da reorganização capitalista, os sindicatos aceitam a flexibilização do trabalho, mesmo entre os sindicatos cutistas com tradição de luta. Os novos acordos assinados com o empresariado por alguns sindicatos significam uma mudança profunda nas estratégias de luta dos trabalhadores filiados à CUT.

Ribas (1998), caracteriza a prática sindical da Central Única dos Trabalhadores como reformista, afirmando que ela centra-se exclusivamente na busca da igualdade político-jurídica da cidadania burguesa. O recuo da Central Única dos Trabalhadores em relação à sua origem classista e socialista deve-se, segundo ele, à religiosidade/misticismo de nosso povo; à onda neoliberal instalada no mundo e no país; à estratégia permanente do capital em desconstruir o trabalhador coletivo através das inovações tecnológicas e gerenciais; ao aumento do desemprego e finalmente o recuo na ideologia socialista depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, na Alemanha Oriental.

Deste modo há um retrocesso na luta sindical que é associado aos efeitos das novas tecnologias e a crise recessiva de caráter global do capitalismo, trazendo dificuldades crescentes para a resistência dos trabalhadores no plano ideológico e organizativo.

---

<sup>22</sup> ANTUNES, 1991, p.80.

<sup>23</sup> AS PROPOSTAS DA CUT CONTRA O DESEMPREGO- Em 1998, a CUT divulga várias propostas para "gerar emprego e renda", entre as quais: redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, para o máximo de 40 horas semanais; a limitação legal e contratual ao uso das horas extras e a campanha pelo cumprimento da Convenção 158 da OIT, que proíbe a dispensa imotivada; o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; a defesa da reforma agrária e política agrícola voltada para a pequena produção; a luta pelo sistema público de emprego, articulando seguro desemprego, requalificação profissional e realocação no mercado de trabalho; política de formação profissional e a luta contra as tentativas de desregulamentar direitos trabalhistas individuais; ampliação do seguro desemprego para 12 meses; redução de impostos para as pequenas e micro-empresas, desde que associadas a formalização dos contratos de trabalho; estabelecimento de uma política industrial para o país, através de recursos creditícios e tributários, aos setores industriais geradores de emprego; retomada das câmaras setoriais com o objetivo de melhoria das condições de salário e trabalho, a modernização das relações de trabalho, e a negociação da reestruturação produtiva; revisão da política de liberalização indiscriminada do governo; defesa de um processo de integração no Mercosul, com a definição de uma Carta de Direitos Sociais, capazes de estimular o desenvolvimento social e solidário na região, implementando-se um fórum econômico e social; programa de garantia de renda mínima nos termos do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. A maioria das propostas encaminhadas pela Central Única dos Trabalhadores não são conquistadas devido a falta de articulação dos seus sindicatos filiados em uma campanha unificada em defesa destas propostas. Cabe ressaltar também que num ambiente de destruição dos direitos trabalhistas que é implementada pelo bloco de forças sociais que compõem o governo Fernando Henrique Cardoso, inteiramente à serviço dos interesses do capital, este objetivo fica mais difícil de ser alcançado. O conjunto de propostas está parcialmente em conformidade com o modo de produção capitalista, e em muitos casos, vão de encontro aos interesses do próprio empresariado, como no caso dos indústria automobilística que em 1999 consegue redução de impostos através da pressão dos Sindicatos de Metalúrgicos vinculados à Central Única dos Trabalhadores, sobre o governo federal e os governos estaduais.

*Houve no interior da Central a idéia de construção 'no pulsar da luta política', de uma nova racionalidade que foi, no entanto, pelos inúmeros fatores arrolados (entre outros) abandonada. Então, a natural necessidade de pertencimento ideológico foi preenchida, no imaginário da massa, pelo culto à cidadania e às reformas necessárias para atingi-la, devidamente corroborado por este aparelho privado de ideologia, a Igreja.<sup>24</sup>*

As lutas sindicais de massa, as greves gerais de protesto contra as políticas econômicas do governo vem sendo substituída pelo participacionismo e propositivismo. A própria linguagem da CUT mudou. Segundo Boito Júnior (1996) nos anos 80 ela centrava-se na oposição entre classe trabalhadora e o bloco formado por governo e empresários, hoje ela centra-se na oposição entre a sociedade civil e o governo. Para a Articulação Sindical, corrente majoritária da Central Única dos Trabalhadores é preciso passar de um sindicalismo de resistência para um sindicalismo propositivo. É preciso deixar de dizer não e apresentar propostas. Assim, alimenta-se na classe trabalhadora ilusões sobre a possibilidade de que a classe dominante aceite suas propostas numa conjuntura em que as negociações com os trabalhadores estão descartadas pelo governo como comprovam inúmeras greves de categorias como bancários, servidores públicos federais e trabalhadores em correios e telégrafos no ano de 1998.

Esta mudança de rumos na condução política da Central deixa o movimento sindical brasileiro sem condições de contrapor-se ao capitalismo. A subordinação dos trabalhadores aos limites da ordem burguesa é intensificada diante da dificuldade de elaborar sua própria identidade e lutar por um projeto societário alternativo ao capitalismo, rompendo com os discursos e práticas dominantes na luta contra o capital e, recusando o economicismo que naturaliza e reifica as relações sociais.

A ofensiva contra os sindicatos tem por objetivo incorporar ativamente o trabalho vivo ao trabalho morto, destruir a organização sindical e a luta coletiva dos trabalhadores, produzir um trabalhador que pelo medo de perder o emprego, defenderá não somente a produtividade do capital, mas, até mesmo a demissão de seus companheiros. Ou o movimento sindical integra-se a ordem, negociando a qualquer preço a restrição da cidadania, ou luta para não perdê-la e organiza os trabalhadores para ampliarem seus direitos através de mobilizações do conjunto dos trabalhadores.

Mas, a crise do movimento sindical não significa que houve um declínio da disposição de luta dos trabalhadores e o fracasso completo do movimento operário mundial. Ainda não sabemos se o capital irá

---

<sup>24</sup> RIBAS, C. "Reconstruir uma identidade classista, Retomar o projeto histórico". In: *Revista Plural* nº 10. Florianópolis, 1998, p.61.

superar indefinidamente seus limites e contradições. Vivemos um momento em que os trabalhadores e os sindicatos tem que encontrar propostas políticas e estruturais que possam responder à ofensiva do capital, com lutas de caráter mais amplo.

### **3. O movimento grevista nos anos 90**

A conjuntura atual está marcada por um descenso de lutas sindicais no Brasil. Mesmo assim, várias greves tem sido realizadas, embora com um grau maior de dificuldade do que na década de 80. Portanto, as transformações na materialidade do capital que afetam a subjetividade dos trabalhadores e suas formas coletivas de organização exigem um grau maior de organização e intervenção dos sindicatos, mas não significam a morte da luta de classes, nem tampouco que suas formas de resistência serão abandonadas.

Com a introdução dos planos de estabilização a partir dos governos de Collor, Itamar e Cardoso ocorre um redirecionamento da ação sindical diante de uma nova realidade econômica e política de profundas mudanças marcadas por dois fatores centrais: o fim da inflação e a elevação brutal das taxas de desemprego. Em períodos de recessão econômica e crise ideológica do movimento sindical, as bandeiras de luta são mais voltadas para a realidade imediata. Conforme se evidencia pela análise do DIEESE (1999) : “Apesar de o número de greves total continuar elevado (e até crescente) até 1996, a enorme alta nos níveis de inadimplência das empresas e a crescente taxa de desemprego já indicavam dificuldades para a mobilização dos trabalhadores, retratada pelo aumento na luta pelo cumprimento de direitos. Paralelamente, a edição pelo governo brasileiro, em fins de 1994, de medida provisória da possibilidade de negociação por empresa de uma parcela variável da remuneração, não incorporável aos salários, a título de participação nos lucros e resultados das empresas, introduz uma nova temática nas negociações coletivas (..) Esse tema, que passa a ser um importante motivo de greve nos anos seguintes, reforça a dinâmica de descentralização das negociações coletivas por empresa. Além disso, nota-se uma explosão no número de greves motivadas por atraso no pagamento de salários e pelo descumprimento de cláusulas dos contratos coletivos da categoria, também realizadas por empresas(...) As principais características das greves realizadas a partir de meados da década de 90 são, além da queda significativa do número de grevistas, a fragmentação das paralisações e o cunho defensivo das reivindicações apresentadas. Isso indica uma grande dificuldade de mobilização dos trabalhadores”. Os quadros da página seguinte demonstram esta realidade.

**Quadro 8 - Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve (em números absolutos)**

ANOS	GREVES	GREVISTAS	MÉDIA
1992	557	2.562.385	4.600
1993	653	3.595.770	5.507
1994	1.034	2.755.619	2.665
1995	1.056	2.277.894	2.157
1996	1.258	2.795.175	2.222
1997	630	808.925	1.284

Fonte: DIEESE. *O Movimento Grevista nos Anos 90*. 1999, p.4.

**Quadro 9 - Distribuição das reivindicações (em %)**

MOTIVOS	1993	1994	1995	1996	1997
REMUNERAÇÃO	61,5	76,8	49,3	40,1	32,4
DIREITO	23,7	18,6	36,8	42,2	43,0
EMPREGO	11,6	9,7	10,2	9,8	14,4
PART. LUCRO	ND	ND	9,2	17,7	15,1
CONDIÇÃO DE TRAB.	11,8	8,6	9,6	9,8	11,6
SINDICAL	5,4	8,2	7,4	2,8	4,5
PROTESTO	6,3	2,9	4,4	0,7	3,2
JORNADA	3,4	3,3	4,5	11,5	7,6

Fonte: DIEESE. *O Movimento Grevista nos Anos 90*. 1999, p.4.



As greves dos trabalhadores nos anos 90, mesmo no plano defensivo, continuam demonstrando que são uma necessária forma de luta para os trabalhadores enfrentarem o domínio do capital. Não ocorrem na mesma proporção e radicalização política da década de 1980, quando chega-se a realizar, em 1989, 1548 greves com a participação de 10.082.330 trabalhadores em luta contra os patrões e o governo. A dimensão política daquelas greves fica demonstrada pelo grau de conscientização da classe trabalhadora que sob o impulso das lutas na cidade e no campo combinadas com um processo eleitoral politizado em 1989, o primeiro após anos de ditadura, por pouco não elege um líder operário - Luiz Inácio Lula da Silva - à Presidência da República. Há, pois, uma luz no fim do túnel e ela se constrói no calor das lutas contra o domínio do capital. E, como afirmam Marx e Engels: “ Mas o operário não poderia atacar a burguesia e, com ela, toda a organização social existente num ponto mais vulnerável. Se a concorrência entre os operários é destruída, se todos os operários estão decididos a não se deixarem mais explorar pela burguesia, acabou-se o reino da propriedade”.<sup>25</sup>

#### **4. Bancários retomam a luta sob as amarras do regime militar**

O sindicalismo bancário tem uma história de lutas de muitas décadas. Muitas conquistas decorrem das greves realizadas nacionalmente pela categoria, desde o ano de 1934. Percebe-se por uma análise da trajetória histórica que os bancários estão há muito tempo em luta contra os banqueiros, defendendo os seus direitos. Há momentos de avanço e momentos de recuo. Os momentos de maior dificuldade para os bancários foram durante a repressão de regimes ditatoriais que interviram nos sindicatos e impediram a livre organização dos trabalhadores.

Canêdo (1986) investiga o significado político da organização sindical bancária e narra a saga dos bancários desde suas origens organizativas em 1923 quando funda-se a Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo. Ela diferencia quatro períodos: as origens na década de 20 e 30 quando ocorre a primeira greve nacional; a consolidação do movimento entre as décadas de 40 e 60 quando materializa-se a centralização do movimento sindical bancário sob a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; a atomização e pulverização após o golpe de 64; a busca da retomada dos Sindicatos pela oposição sindical bancária em São Paulo em 1967, que consolida-se na eleição de 1979.

Nestes tempos, várias greves são realizadas pelos sindicatos de bancários de todo o país. Mapeamos algumas das mais significativas, sem desconsiderar outras que ocorrem no período, para então abordar com mais ênfase as greves das décadas de 80 e 90, já sob o impulso do sindicalismo cutista.

---

<sup>25</sup> MARX e ENGELS, 1974.

**Quadro 10 - Ilustração de algumas greves nacionais da categoria bancária no Brasil  
- 1934 a 1963**

## 1934

**GREVE:** Nacional. Dura 3 dias . Oito dos dez sindicatos de bancários do país participam da greve. Em São Paulo (SP) há 1600 bancários

**REIVINDICAÇÕES:** Aposentadoria aos 50 anos de idade e 30 de serviço, estabilidade no emprego a partir do 1º ano de trabalho, e previdência

**CONQUISTAS:** Regulamentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e estabilidade aos dois anos de trabalho

**CENÁRIO:** Getúlio Vargas eleito presidente da República até 5 de maio de 1938. Pressão dos movimentos sociais. Várias greves no país

## 1946

**GREVE:** Nacional. 19 dias atinge 40 mil bancários. Vitória, Florianópolis, Belém, Niterói, Recife, Porto Alegre, João Pessoa, Maceió e várias cidades de Minas aderem.

**REIVINDICAÇÕES:** Salário mínimo profissional; pagamento especial quinquenal; criação de níveis com critérios de promoção; não desconto dos dias parados; nenhuma punição aos grevistas; e criação de um órgão nacional dos banqueiros para negociar com os bancários.

**CONQUISTAS:** Não punição aos grevistas; pagamento dos dias parados; abonos anuais incorporados aos salários; aumento de Cr\$ 300,00; reajuste reatroativo a 1º de janeiro de 1946; promessa de continuidade do exame da criação do salário mínimo.

**CENÁRIO:** Governo do General Eurico Gaspar Dutra (PSD). Estouram várias greves. Em São Paulo cerca de 100 mil trabalhadores param. Em dois meses ocorre 60 paralisações no país.

## 1961

**GREVE:** 6 dias de greve deflagrados em conjunto com a greve geral convocada pela CGT.

**REIVINDICAÇÕES:** 60% de aumento e salário mínimo profissional através de contrato coletivo de trabalho.

**CONQUISTAS:** 40% de aumento. Comissão para estudar a implantação do salário mínimo.

**CENÁRIO:** Governo de João Goulart assume após renúncia de Jânio Quadros. Nacionalização de multinacionais. Greves.

## 1962

**GREVE:** Nacional.

**REIVINDICAÇÕES:** Salário profissional; fim do trabalho aos sábados; não compensação de 20% do acordo anterior; anuênio e abono semestral.

**CONQUISTAS:** Aumento semestral de 60%, adicional por tempo de serviço (quinquênio) e gratificação mínima para cargos em comissão. Em novembro extingue-se o trabalho aos sábados.

**CENÁRIO:** Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) convoca greve geral para pressionar o Congresso Nacional a antecipar o plebiscito sobre a manutenção ou não do parlamentarismo

## 1962

**GREVE:** Nacional. Vinte e quatro horas. Somente com os funcionários do BB.

**REIVINDICAÇÕES:** Retirada dos projetos de lei sobre reforma bancária em tramitação no Congresso Nacional. Os projetos ameaçavam o 13º salário dos bancários e reduziam as funções do Banco do Brasil, criando um Banco Central e um Banco Rural.

**CONQUISTAS:** O presidente da República promete a retirada e cria uma comissão para estudar a questão. A CONTEC elabora uma proposta e encaminha ao Congresso, no ano seguinte, mas não chega a ser votada.

**CENÁRIO:** Sindicatos que apóiam Jango lutam pela volta do regime presidencialista. EUA quer expulsar Cuba da OEA

# 1963

**GREVE:** 48 horas nos dias 17 e 18 de setembro.

**REIVINDICAÇÕES:** Aumento salarial, estabilidade aos dois anos de trabalho, gratificação semestral independente do 13º salário e salário profissional.

**CONQUISTAS:** Aumento de 70% para toda a categoria, anuênio e correção dos valores do quinquênio decidido pela Justiça do Trabalho. O banco do Brasil e os bancos particulares da Guanabara, Paraná, Pernambuco e Brasília retomam a greve por tempo indeterminado e após sete dias de paralisação conseguem melhores propostas.

**CENÁRIO:** Governo João Goulart com poderes plenos do presidencialismo. País com inflação em alta, elevação do custo de vida e muitas greves

Fonte: AUED, B. W. *Histórias de profissões em Santa Catarina*. Florianópolis, Palotti, 1999; KAREPOVS, D. *A História dos Bancários – Lutas e Conquistas (1923-1993)*. São Paulo, Bangraf, 1994; CANÉDO, L. *Bancários, Movimento Sindical e Participação Política*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

Com a ditadura militar o avanço sindical bancário que verifica-se na década de 60 com a realização de inúmeras greves, inclusive, de caráter político, é interrompido. Na década de 80 há avanços organizativos com a retomada da maioria dos sindicatos pelas oposições sindicais vinculadas à Central Única dos Trabalhadores e a realização de inúmeras greves de caráter nacional. Com o ressurgimento do movimento sindical combativo começa a reconstruir-se o movimento sindical brasileiro numa visão classista e socialista que origina a criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo.

Em 1979 ocorrem várias paralisações bancárias, começando por Porto Alegre, numa greve que dura 14 dias. Em São Paulo, no dia 13 de março é decretada greve pela categoria e há forte repressão. Os trabalhadores voltam ao trabalho no dia seguinte. Os Sindicatos de Bancários do Rio de Janeiro e Belo Horizonte têm diretores presos, afastados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

*Embora algumas conquistas tenham sido obtidas, 1979 é um marco na história das lutas da categoria. Se é um exemplo acabado de greve derrotada é, também, a partir de um balanço acurado, o início da 'volta por cima'. É o momento em que se toma consciência de que, além de um profundo conhecimento da categoria, uma combinação entre organização e coesão nos locais de trabalho, coordenação e unificação nacional e diálogo com a sociedade para obtenção do seu apoio às lutas dos bancários é essencial para uma vitória. O caminho que vai de 1979 a 1985, bruscamente interrompido pelo anticlímax da intervenção de 1983, é o acúmulo de forças e experiência para as lutas de massa e vitórias dos anos 80.*<sup>26</sup>

Em 1983, 138 categorias de trabalhadores marcam uma greve para o dia 21 de julho contra os decretos-lei da ditadura militar que impõem perdas salariais aos trabalhadores. A participação dos bancários obtêm pouca adesão. O Ministério do Trabalho intervém nos Sindicatos de São Paulo e Porto Alegre. As diretorias cassadas organizam-se clandestinamente e preparam as lutas dos anos seguintes.<sup>27</sup>

No ano de 1984 ocorrem grandes mobilizações populares pela aprovação da emenda Dante de Oliveira (Deputado Federal do PMDB) que propõe eleições diretas para presidente da República. Em São Paulo a diretoria cassada passa a compor a mesa de negociações com a Federação Nacional dos Bancos, que após audiência no Tribunal Regional do Trabalho se compromete a pagar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor integral para todas as faixas salariais, rompendo a política salarial vigente. No Banco do Brasil ocorre uma greve no dia 5, no Rio de Janeiro, e no dia 7 de dezembro, em São Paulo e outras cidades do país. Com o movimento os bancários do Banco do Brasil conseguem um reajuste de 100% determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Nesta data, a pedido da diretoria do Banco do Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho define a Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, como a única representante legal para os trabalhadores do banco. A outorgação desta representação é objeto de polêmicas nos anos seguintes dentro do movimento sindical bancário do Banco do Brasil.

Neste contexto as lideranças sindicais apontam para a necessidade de unificação do movimento em nível nacional, o que ocorre no ano de 1985 com a primeira greve nacional unificada após a ditadura militar no Brasil. Segundo Karepovs (1992), deste movimento participam caixas, digitadores e compensadores que constituem a massa da categoria. Estes profissionais trabalham em setores essenciais para o funcionamento do sistema financeiro. Quando paralisados são pontos estratégicos para o sucesso das greves.

A articulação nacional do movimento grevista na categoria bancária é facilitada pela existência de

---

<sup>26</sup>KAREPOVS, D. *A História dos Bancários; Lutas e Conquistas 1923-1983*. São Paulo, Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, 1994, p.99.

<sup>27</sup>JUNKES, I. J.. *O Microcorporativismo no Movimento Sindical Brasileiro: A Trajetória dos Trabalhadores do BESC*. Dissertação de Mestrado apresentada em 1997 na UFSC, p.72.

adversários patronais também de dimensão nacional. Os bancos brasileiros atuando em todo o território nacional, centralizam suas políticas administrativas, contribuindo para a criação das condições para a construção de greves unificadas dos bancários que atingem todo o território brasileiro. A retomada dos sindicatos de bancários mais importantes por setores sindicais vinculados à Central Única dos Trabalhadores, que buscam construir movimentos de âmbito nacional em contraposição às lutas setoriais e corporativas, é outro importante elemento de contribuição.<sup>28</sup>

Em 1985 os bancários iniciam a realização de grandes greves nacionais com ampla participação dos trabalhadores.<sup>29</sup> Ainda não são sentidas as conseqüências da flexibilização do trabalho. Os impactos da automação sobre o emprego são minimizados por um processo de expansão dos serviços financeiros face às altas taxas de inflação. O volume da categoria e sua organização nacional propiciam condições para desenvolver inúmeras greves tendo como móvel principal a luta contra o arrocho salarial. Papel de destaque têm os bancários de bancos estatais que em muitos momentos, em função de sua “estabilidade”, auxiliam na mobilização, participando dos piquetes em bancos privados, que têm um menor nível de organização sindical entre seus trabalhadores. O perfil dos bancários desta época ajuda de certo modo, como no caso dos bancos privados, onde os altos índices de rotatividade no emprego, a falta de perspectiva de carreira e a juventude dos trabalhadores, cria o caldo de cultura necessário para a mobilização e a luta.<sup>30</sup>

*“(...) a greve nacional dos bancários, de 1985, contou com uma organização sindical forte, um comando unificado, que teve papel decisivo na deflagração da greve. Ainda aqui, a adesão global da categoria foi de tal ordem que atingiu setores do interior, de vários estados, que não contavam com nenhuma atividade sindical de destaque. Combinou-se, então, uma atuação sindical forte em vários estados, um comando nacional unificado e uma adesão ampliada das bases”.<sup>31</sup>*

Em razão da pressão dos sindicatos, os banqueiros concedem 25% de antecipação a partir de 01 de julho daquele ano. Em Encontro Nacional dos Bancários, realizado nos dias 08 e 09 de junho, no Rio de Janeiro, com a presença de mil bancários de todo o país, organiza-se a campanha salarial de 1985 que luta pela incorporação dos 25% aos salários, reajuste trimestral de salários, comissão sindical de banco e estabilidade no emprego. O lema da campanha é: “Sem greve não tem aumento. Sem organização não tem greve”. A

<sup>28</sup>COMIN, A. *Bancários de São Paulo: um retrospecto*. São Paulo, 1991, mimeografado.

<sup>29</sup> A unidade dos trabalhadores bancários foi facilitada pela unificação da data-base da categoria em 1° de setembro, que ocorreu no ano de 1982. Ao contrário de outras categorias que tem várias datas-base dificultando um processo de mobilização nacional articulada, os bancários se constituíram com essa peculiaridade em ponta de lança do movimento sindical brasileiro (JUNKES, 1997, p.73).

<sup>30</sup>Ver à respeito RODRIGUES, L.M.; RODRIGUES, I.J. *A greve dos nove dias; um estudo das greves dos bancários de março de 1987*. São Paulo, 1987, mimeografado.

<sup>31</sup>ANTUNES, 1991, pp.38-39.

greve é marcada para o dia 10 de setembro. Vivendo sob uma economia inflacionária, os bancários denunciam a ciranda financeira e a alta lucratividade das instituições financeiras para angariar apoio público às greves do setor. Depois de dois dias de greve e com adesão praticamente total dos bancários no país, o Tribunal Regional do Trabalho, de São Paulo, julga a greve ilegal e concede o reajuste que contempla parcialmente o pedido dos bancários. Os líderes sindicais que negociam com os banqueiros defendem o fim da greve em todo o país, que é mantida apenas pelos funcionários do Banco do Brasil.

A decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que é válida apenas para o Estado de São Paulo não é aceita pelos banqueiros, que resolvem recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho. Em outros Estados, os Tribunais Regionais do Trabalho dão reajustes menores levando os sindicatos a exigirem um acordo nacional com base no reajuste conquistado pelos funcionários do Banco do Brasil no terceiro dia de greve. O índice de reajuste global chega a 89,55% e consegue-se a garantia de não desconto dos dias parados.

Na Caixa Econômica Federal também ocorre uma greve nacional. Os trabalhadores da Caixa trabalham oito horas e não são reconhecidos como bancários, por isso, mobilizam-se nacionalmente exigindo seus direitos. O movimento precursor da luta pelo enquadramento bancário começa em 1983, quando os auxiliares de escritório iniciam a luta pelo seu enquadramento como escriturários, e em seguida ganha corpo a luta pela sindicalização e pelas seis horas, que desemboca na greve de 1985.

Em 1985, o movimento dos auxiliares está presente nas Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás e passa a unificar-se com o movimento associativo, organizando o 1º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, que aprova como principais deliberações a realização de concursos internos para enquadramento dos auxiliares, o movimento pelas seis horas e pelo direito de sindicalização. Em 30 de outubro de 1985, os funcionários da Caixa Econômica Federal iniciam a primeira greve de sua história. É uma greve de advertência que paralisa quase todas as agências do país. No dia 06 de novembro os funcionários da Caixa iam parar se suas reivindicações não fossem atendidas. Diante da determinação dos funcionários, o governo promete ceder. Os funcionários da Caixa conseguem: redução da jornada para seis horas a partir de 01.01.87; direito de associação aos sindicatos de bancários; abono salarial de 25% em novembro e dezembro de 85, e em janeiro/86 reposição salarial de 8,53%, além de produtividade de 4 a 6%; paridade dos funcionários aposentados com os da ativa; concurso público a partir de janeiro de 1986 para novas admissões; compromisso de nenhuma demissão sem justa causa; não desconto dos dias parados; nenhuma punição aos grevistas etc.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup>NEVES, E. F. *Bancos, bancários e movimento sindical*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1998, p.308.

As diferenças de participação entre bancários da rede privada onde a repressão é mais intensa e dos funcionários de bancos estatais é visível nesta greve de 1985, onde é fundamental a participação destes últimos nos piquetes de greve que convencem os bancários a não entrar nas agências. Apesar da repressão há uma boa participação deste setor da categoria.<sup>33</sup> Os depoimentos dos funcionários do Bradesco relatam as dificuldades encontradas para fazerem greve.

*As dificuldade eram terríveis. Primeiro, quando se tinha as assembléias, o Bradesco sempre mandava alguém vigiar a assembléia.<sup>34</sup> Segundo, quando tinha qualquer tipo de movimento, a chefia, já com 02 ou 03 dias de antecedência chamava uma reunião. E dizendo que cada um era dono de si, que tinha que pensar melhor, sobre o que poderia fazer nessa greve. Que a greve não levava a nada. Que tudo estava centralizado em São Paulo e que Florianópolis era uma Ilha. Então, portanto, nós tínhamos que ter uma responsabilidade muito grande e se principalmente participasse em greve, o acúmulo de serviço ia ser maior e não era o Sindicato que ia estar trabalhando.<sup>35</sup>*

*Particpei de duas, uma no ano que eu entrei no banco. Foi em 84, 85. Depois mais uma. E depois não participei porque eu tinha cargo de chefia. No ano que eu entrei no banco, participei da primeira greve. Eles tinham vontade de participar. Mas só que a diretoria não autorizava a gente participar. Aí se todo mundo se unisse ninguém no banco iria demitir todo mundo. Jamais ele iria fechar uma agência.. Não dava para tomar iniciativa, pois se eles soubesse quem era “o cabeça”, dentro da agência, era uma pressão danada. Às vezes o caixa, o pessoal que não teriam assim grandes problemas participavam. Eles sempre perguntavam: “Quem que começou, quem que foi o líder”. Eu deveria ter lutado. Me arrependo hoje de não ter conversado com todo o pessoal para a gente sair e reivindicar nossos direitos. Afinal de contas a potência do Bradesco é porque tinha os funcionários trabalhando. Estava reivindicando com justiça. E tinha um monte de gente que ganhava pouco e produzia muito.<sup>36</sup>*

*Eu participei. Foram as mais fortes que tiveram. A nossa agência era pequena, a Felipe Schmidt. Eu participei de duas greves. Tinha muito mais força naquela época, entravam, paravam a agência. Agora todo mundo fica com ‘o pé atrás’. E na verdade não teve mais um movimento tão forte como teve. Quando a gente entrou em greve a agência parou. Não teve nem condições porque nenhum funcionário foi. Só o chefe foi. É claro que quando a gente voltava eles sempre ficavam assim meio chateados com a gente, achando que era uma traição, mas depois voltava ao normal.<sup>37</sup>*

---

<sup>33</sup>A respeito da participação dos trabalhadores numa greve diz Marx e Engels, em “Etapas do Movimento Operário”. In: *Sobre o Sindicalismo*. 2ª Edição. Iniciativas Editoriais, coleção “Pontos de Vista”, 1974: “É escusado dizer que, para fazer greve, também é preciso ter coragem, muita coragem. Muitas vezes é preciso mais coragem, decisão, audácia e firmeza do que para uma revolta. Na verdade, não é fácil para o operário que conhece a miséria por experiência, decidir ir ao seu encontro com mulher e filhos, suportar a fome e a miséria ao longo de meses, e continuar, apesar de tudo, forte e inabalável. O que são as galeras ou a morte que esperitam o revolucionário francês, em presença da miséria crescente, do espectáculo quotidiano de uma família esfomeada, da certeza de que um dia, mais cedo ou mais tarde, a burguesia se vingará, o que o operário inglês prefere a submeter-se ao jugo da classe no poder?”.

<sup>34</sup>Uma prática comum executada por bancos privados é mandar os gerentes ou chefias para informar-se sobre a greve, inibindo a participação dos trabalhadores.

<sup>35</sup>Fábio da Silva, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, em entrevista realizada em 27/04/98.

<sup>36</sup>Izabel Bridi, ex-funcionária do Bradesco, em entrevista realizada em 26/04/98.

<sup>37</sup>Funcionária do Bradesco, entrevistada em 18/05/98.



*Particpei em 1985 da greve. A classe era muito unida, e o banco tinha muito profissional na época e todos se uniram porque a gente teve muitas perdas. Foi uma greve que atingiu oitenta por cento da agência, onde todos paralisaram, com força do sindicato e não houve demissões. Mas foi uma greve com êxito que a gente estava reivindicando melhores direitos. Eu não participava de piquetes, mas ficava de fora só observando. Mas fui nas assembléias.<sup>38</sup>*

*Eles sabiam que o funcionário de Bradesco, aquele que realmente entrasse, subisse o palanque, ou fosse fazer uma manifestação, com certeza seria demitido. O Bradesco nunca permitiu que um funcionário fizesse isso. Na época de greve, por várias vezes fui convocado a sair de casa 3:30, 4:00 horas da manhã para entrar na agência antes que o piquete do pessoal do Sindicato chegassem, principalmente da Caixa Econômica, Banco do Brasil e BESC, que eles têm mais liberdade quanto a isso. Sempre aparecia alguém da agência para dizer: 'fulano está lá na greve'. O funcionário sabia que se ele tivesse lá, às vezes era demitido.<sup>39</sup>*

A participação dos bancários de bancos privados não pode ser tão visível no conjunto das greves pela estratégia de repressão que envolve este segmento da categoria. Chefes e gerentes são mandados às assembléias para verificar o nome dos bancários que participam da greve e posteriormente demiti-los, ou circulam entre os piquetes e as mobilizações para tentar identificá-los. Por isto, a entrada em greve dos bancários da rede privada é possível somente pelo grau de rebeldia destes trabalhadores.

No ano de 1986 sob a vigência do Plano Cruzado, de José Sarney, os bancários vivem um momento de muitas demissões. Um mês após a edição do plano, 16.629 bancários são demitidos; dois meses depois esse número sobe para 25 mil; com três meses de implantação das medidas econômicas registra-se uma baixa de 70 mil bancários e o fechamento de aproximadamente 500 agências.<sup>40</sup>

Os bancários tentam repetir o sucesso do ano anterior realizando uma grande greve nacional exigindo a reposição das perdas do Plano Cruzado. O Encontro Nacional dos Bancários, realizado em Fortaleza, Ceará, nos dias 30 e 31 de maio marca para o dia 10 de setembro o início da greve caso não haja um acordo com os banqueiros. Nesse período, apesar dos bancários realizarem campanhas salariais nacionais, os banqueiros insistem em realizar negociações regionais através dos Sindicatos de Bancos. Em 1986 os bancários unificam sua mesa de negociação e quando os banqueiros marcam negociação em alguma região do país, os bancários mandam a mesma comissão de negociação. Com isto, os banqueiros não têm mais condições de negar a rei-

---

<sup>38</sup>Funcionário do Bradesco Agência Praça XV, em entrevista realizada no dia 08/05/98.

<sup>39</sup>Maurino Inácio Pereira, ex-funcionário do Bradesco, em entrevista realizada no dia 23/04/98.

<sup>40</sup>NEVES, p.308.

vindicação e a partir do ano seguinte começam as negociações unificadas entre bancários e banqueiros.<sup>41</sup>

No mês de agosto de 1986, os bancários realizam o seu Encontro Nacional e definem sua pauta de reivindicações solicitando: 26,5% de reposição salarial, piso unificado de Cz\$ 3.000, 5% de produtividade e estabilidade no emprego. É aprovado o indicativo de greve para setembro. Há uma grande mobilização da categoria e a recusa dos banqueiros em atender as reivindicações leva os sindicatos a deflagrarem a greve em 11 de setembro, parando 500 mil bancários no país.

Com a repressão intensa da polícia militar os banqueiros dificultaram os trabalhos dos piquetes. Vários carros de som e dirigentes são presos em vários Estados. No Rio de Janeiro a greve é suspensa no primeiro dia com o julgamento de ilegalidade da greve no Tribunal Regional do Trabalho. Em São Paulo e em mais treze Estados a greve estende-se por mais vinte e quatro horas. Nos mesmos moldes de 1985, o pós-greve converte-se em um momento de negociações com os banqueiros, visando a celebração de um acordo nas bases do julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que concede reajustes melhores aos pisos salariais da categoria.

Os bancários fazem um acordo homologado na justiça, com reajuste de 54% para portaria, 46% para escritório e 51% para caixa. O índice geral de reajuste é de 6,37%, representando 100% do Índice de Preços ao Consumidor acumulado de março a agosto daquele ano, acrescido de 2% de produtividade, resultando no aumento geral de 8,49%.<sup>42</sup>

Com a divulgação dos resultados eleitorais das eleições para governadores, em 1986, quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro conquista ampla maioria, o presidente Sarney decreta o Plano Cruzado II, mantendo o congelamento de salários com a introdução do gatilho salarial que só dispara quando a inflação atinge a casa dos 20%.

---

<sup>41</sup> “A heterogeneidade política das diretorias sindicais de todo o país, aliado à estrutura vertical do sindicalismo brasileiro que dá excessivos poderes às federações e à Confederação, quase todas de representação escassa, torna a unidade de ação tarefa complexa. Tanto mais quando se sabe que essas diferenças políticas, refletidas na formação de diversas centrais sindicais, possuem uma dimensão muito concreta e sistemática: a disputa sempre acirrada pelo controle dos sindicatos” (COMIN, 1991, p. 05). Nos primeiros anos deste exercício em busca da unidade o esforço é grande para buscar uma convivência mínima entre a direção da CONTEC, vinculada ao sindicalismo oficialista e pelego, as diretorias dos sindicatos cutistas, e as direções de algumas federações com orientação do Partido Comunista Brasileiro, como é o caso da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo. As Executivas de negociação com os banqueiros eleitas em Encontros Nacionais da Categoria procuram expressar estas diferenças. Posteriormente, com o crescimento das oposições, os sindicatos cutistas constroem sua própria estrutura sindical. Inicialmente através do Departamento Nacional dos Bancários da CUT, que posteriormente é transformado em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Instituições Financeiras (CNB/CUT). Nos Estados as estratégias são diferenciadas. Enquanto na maioria deles se opta por conquistar as Federações e filiá-las à CUT, em Santa Catarina todos os Sindicatos de Bancários filiados à CUT, desfiliam-se da Federação oficial e criam o Departamento Estadual de Bancários da CUT, recusando-se a transformá-lo em federação como advoga a corrente majoritária, da CUT, a Articulação Sindical.

<sup>42</sup>NEVES, p.309.

A Central Única dos Trabalhadores denuncia o estelionato eleitoral e convoca uma greve geral para o dia 12 de dezembro, para exigir do governo a revogação das medidas, o congelamento dos preços e o cancelamento do pagamento da dívida externa.

Em 1987, os bancários realizam uma greve nacional de nove dias, em março - fora da data-base da categoria que é o mês de setembro - num quadro de diferenças entre a capacidade de organização dos bancos privados e bancos estatais, especialmente do Banco do Brasil, cuja participação é decisiva para o sucesso da greve e para o desencadeamento do movimento que torna-se uma paralisação nacional com índices surpreendentes de paralisação.

A greve é decidida no dia 14 de março de 1987, no Encontro Nacional dos Bancários, em Campinas, São Paulo. A data marcada é 26 de março, mas a greve é aprovada no dia 24 e começa no dia 25 de março, durando treze dias nos bancos privados e estaduais que continuam na greve após a saída dos bancários do Banco do Brasil.

Os bancários exigem 100% de reajuste salarial. Nas passeatas em Florianópolis a palavra de ordem é “100% quando! Já!”. A greve cresce a cada dia numa tática que é chamada de bola de neve.<sup>43</sup> O êxito da greve depende dos piquetes realizados em grande parte por funcionários de bancos estatais. Os funcionários de bancos privados têm pouquíssima organização interna.

Com nove dias de greve os funcionários do Banco do Brasil conquistam um reajuste de trinta por cento, assinam o acordo com o banco e retiram-se da paralisação. Nos bancos privados, onde a greve começa com adesão parcial da categoria e sustenta-se com o apoio dos piquetes, o movimento é suspenso no décimo terceiro dia (06 de abril de 1987) sem nenhuma conquista efetiva, além de um adiantamento de dez por cento. Inicia-se aí um problema muito sério para os próximos embates da categoria bancária que é a busca da unificação da greve e das negociações. No plano da organização sindical e da consciência de classe da categoria, a greve de março de 1987 é extremamente negativa, aprofundando diferenças entre a categoria, que tomam-se ao longo das próximas campanhas salariais em empecilhos para a construção da unidade.

Os bancários dos bancos estaduais e privados saem da greve com a sensação de terem sido traídos pelos bancários do Banco do Brasil. Na verdade, banqueiros e governo unem-se numa estratégia para combater o movimento grevista que ameaça as bases do Plano Cruzado. Deste modo, a concessão do reajuste aos funcionários do Banco do Brasil, cumpre com o objetivo de dividir a categoria e esvaziar o movimento. Além disto, ressalta-se o forte ataque dos meios de comunicação ao movimento grevista. As equipes de jornalismo ao chegarem nas assembleias são vaiadas e muitas vezes impedidas de trabalhar. A reação é de rejeição aos constantes noticiários que jogam a população contra a greve.

---

<sup>43</sup>RODRIGUES, L. e RODRIGUES, I., 1987.

Entre os dias 24 e 26 de julho de 1987, em Brasília, no Distrito Federal, realiza-se o XV Encontro Nacional dos Bancários e Securitários para Planificação da Campanha Salarial. Como reivindicação prioritária é definido o índice de 102% de aumento, sendo 76% de reajuste e 15% de produtividade. A estabilidade no emprego e a luta pelo fim do trabalho gratuito também fazem parte da luta da categoria nesta campanha.

A conjuntura é muito ruim para os trabalhadores e torna a campanha salarial muito difícil. Os dirigentes sindicais afirmam que a recessão tende a acentuar-se rapidamente, com uma onda crescente de desemprego, e a volta da hiperinflação antes de setembro.<sup>44</sup> Neste ano 09 bancos estaduais estão sob intervenção do Banco Central e os bancos privados pressionam o governo federal para privatizá-los. Os banqueiros lucram como nunca.<sup>45</sup> Os 11 maiores bancos obtêm um lucro de 145 bilhões de cruzados no primeiro semestre daquele ano.<sup>46</sup> A rentabilidade média dos 30 maiores bancos do país é de 15,8% contra 12,7% das 500 maiores empresas do país.<sup>47</sup>

As reivindicações dos bancários são: reajuste salarial pelo ICV do DIEESE, de 102,39%; piso salarial baseado no salário mínimo do DIEESE projetado para Cz\$ 17.000, em setembro de 1987; produtividade de 15%; estabilidade no emprego; fim do trabalho gratuito; reajuste mensal de salário; reposição dos dias parados da greve de março de 87 e comissão de banco.

Além de convocar os trabalhadores bancários para participar da campanha salarial, os sindicatos cutistas convocam a greve geral do dia 12 de agosto contra o Plano Bresser. Para os dirigentes sindicais é fundamental derrotar este plano econômico para fortalecer a campanha salarial dos bancários. Adiada para o dia 20 de agosto, para contar com o apoio da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), os trabalhadores entram em greve contra o roubo salarial do Plano Bresser, por salários mais justos, reajustes mensais de salários, reforma agrária, não pagamento da dívida externa e eleições diretas para presidente da República. A greve é severamente reprimida pela polícia militar em todo o país. Em Florianópolis, Santa Catarina, a Praça XV, no centro da cidade vira uma praça de guerra com a presença ostensiva dos batalhões da polícia militar e da cavalaria que usam da força para reprimir os piquetes nas agências bancárias. Durante a greve quatro lideranças do movimento são presas e várias são agredidas pela polícia militar.

---

<sup>44</sup>Folha Sindical nº 08, de 28.07.87.

<sup>45</sup> "A origem do lucro dos bancos vai se fixando, assim, no circuito de valorização dos ativos bancários, constituídos por itens de captação de baixo custo, distanciando-se cada vez mais do campo da intermediação bancária (captação de recursos e concessão de empréstimos) e aprofundando um processo de especulação que se habituou a chamar de 'especulação financeira' (...) A externalização e expansão do capital financeiro são fenômenos inerentes aos processos de concentração e acumulação de capital. É sabido que na sociedade capitalista o dinheiro transforma-se em capital quando adquire a capacidade de se expandir, através da extração de mais-valia ao trabalhador assalariado, no processo imediato de produção (...) O capital produtor de juros, dinheiro que, funcionando como capital, torna-se mercadoria, é capital que objetiva imediatamente o acréscimo de valor e o obtém aparentemente sem a mediação da esfera produtiva" (JINKINGS, 1995, p.23)

<sup>46</sup>Folha Sindical nº 14, 09.09.87.

<sup>47</sup>A rentabilidade é calculada pela relação entre lucro líquido obtido ao final do exercício fiscal e o patrimônio líquido da empresa. Quanto maior o lucro, maior a rentabilidade da empresa.

Os bancários do setor privado e dos bancos estaduais fazem uma greve para ficar na história. Uma passeata de bancários no dia 17 de setembro inicia o processo de mobilização em Florianópolis. No dia 24, os bancários de bancos estaduais paralisam suas atividades por uma hora. A greve dos bancários dos bancos privados e estaduais recomeça em 29 de setembro de 1987, acontecendo apenas nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Brasília, Espírito Santo, Brasília e dura apenas um dia. Os trabalhadores da Caixa Econômica Federal aquecem-se para a greve fazendo uma hora de paralisação no dia 17 de setembro, entram em greve no dia 24 e a suspendem no dia 29 de setembro, depois de cinco dias de paralisações, quando aceitam um reajuste de 41,72%. Os funcionários do Banco do Nordeste do Brasil aceitam um reajuste de 44,56%. No Banco do Brasil a luta estoura no início de setembro, com uma paralisação de uma hora no dia 03, seguida de uma paralisação de 24 horas no dia 10 de setembro para derrotar a intransigência da presidência da empresa e conquistar o reajuste de 44,56%. Reunião do Comando Nacional de Negociação, no dia 04 de outubro orienta os bancários para aceitarem a proposta dos banqueiros: 44,71% de reajuste, 4% de produtividade e diferenças das URPs dos meses de outubro e novembro, totalizando um reajuste de 51,04%. Diferentemente das outras campanhas, pela primeira vez os bancários de bancos privados e estaduais fazem uma greve sem contar com o apoio dos bancos oficiais.<sup>48</sup> A avaliação dos sindicalistas sobre a campanha salarial deste ano é positiva, embora destaquem os problemas não resolvidos da unidade na luta.

*Seis meses depois da memorável greve de março, a categoria estava novamente nas ruas com força total. A campanha de setembro foi rica, principalmente quanto ao avanço organizativo dos bancários. A unidade da categoria não foi possível devido à dinâmica do movimento e a estratégia dos banqueiros e da Justiça do Trabalho, que forçam negociações em separado. No entanto, do ponto de vista da autonomia organizativa e política, saímos da campanha 87 com um grande saldo. Um exemplo foi a paralisação de duas horas dos bancários do Itaú, um dia após a suspensão da greve dos bancos estaduais e privados, que readmitiu uma companheira. A primeira semente brotara, no chão agora fértil.*<sup>49</sup>

Para impedir a demissão dos bancários alguns sindicatos se movimentam contra as demissões. O Sindicato dos Bancários de Florianópolis lança a campanha “Demitiu, parou!”. Com uma paralisação de duas horas no Banco Itaú, é readmitida uma funcionária despedida por participação na greve do mês de setembro. No Banco Sudameris dois funcionários que participam da greve são demitidos pelo gerente da

---

<sup>48</sup>Conforme destaca a Folha Sindical nº28, de 15.12.87: “os companheiros destes bancos deram um magnífico exemplo de luta para todos os bancários, enterrando prá sempre o folclore de que o ‘ pessoal dos bancos privados não vai à luta’.

<sup>49</sup>Folha Sindical nº 28, de 15.12.87.

agência, senhor William Oldemburgo. Após a pressão dos funcionários que ameaçam paralisar as atividades com o apoio do Sindicato, eles são readmitidos. No Bradesco, os funcionários param a agência por mais de uma hora contra demissões de funcionários que participam da greve. A paralisação conquista a simpatia dos clientes que chegam a quebrar cartões magnéticos. Depois da paralisação o Bradesco compromete-se a não demitir mais ninguém sem justa causa. A participação dos bancários bradesquianos sempre é mais difícil pelo grau de controle exercido pelo banco e acentua-se nos últimos anos, mesmo assim, principalmente na década de 80, há participações expressivas destes trabalhadores em greves nas campanhas salariais e paralisações parciais para pressionar pela readmissão de trabalhadores demitidos arbitrariamente.<sup>50</sup>

*As grevestinham uma força emocional da categoria muito grande, portanto, eram greves que se traduziam numa busca por melhores salários, melhores condições de trabalho e melhores condições de vida, mas tinha concretamente um dado ideológico nestas greves. Eram greves que carregavam em si um potencial enorme de transformações que se avizinhavam, inclusive refletidas depois em 89 com as primeiras eleições presidenciais. Lembro-me da paralisação do Bradesco, lembro-me de algumas paralisações que fizemos em bancos privados e bancos estatais onde cem por cento paralisavam, por um dia, por uma hora, e se fosse necessário por mais tempo.<sup>51</sup>*

Desde 1988 as greves dos bancários passam a adquirir conotações nem sempre homogêneas. Muitas

---

<sup>50</sup>A Folha Sindical, de 01.12.87, informa sobre uma paralisação ocorrida na agência Bradesco da Praça XV, em Florianópolis. O título da matéria que era capa da Folha dizia o seguinte: "Bancários do Bradesco: 'Nós confiamos em nossa força'", se contrapondo ao slogan do Bradesco "Nós confiamos em Deus". A paralisação ocorreu ao meio dia e assim foi descrita pela Folha Sindical: "Cinco pra meio-dia. O carro de som está estacionado em frente à agência Praça XV do Bradesco. Lá dentro, a temperatura está quente e continua subindo. A indignação pela demissão de cinco companheiros - Simone, José Luiz, Ricardo, Felipe e Andréa (Ag. Felipe Schmidt) - é muito grande. O gerente Itamar Miguel Domingues - sempre ele - anda pra lá e pra cá, não acreditando no que está vendo. O 'buldogue' Valdemir da Rosa, vulgo 'Fumaça' ou 'Limpão', bota o rabo entre as pernas. Inicia-se então a contagem regressiva: 60, 59, 58...Meio-dia. Todos os 200 funcionários da agência interrompem suas atividades. Durante mais de uma hora ninguém mais trabalhou". A paralisação que atingiu uma das agências do maior banco privado do país contou com o apoio dos clientes - cartões magnéticos foram quebrados e contas encerradas - .Durante a paralisação o Sindicato distribuía uma carta aberta à população explicando os motivos da paralisação. O Bradesco pretendia diminuir seu quadro de funcionários. A meta era ter um funcionário para cada milhão de cruzados em depósitos, aumentando ainda mais a exploração de seus empregados. A manifestação que ocorreu no dia 26 de novembro de 1987, foi uma demonstração de força e garra dos trabalhadores, e embora o Sindicato não conseguisse reverter as demissões, pois o banco se agarrou a picuinhas administrativas, foi firmado um protocolo com o Bradesco, onde a diretoria do banco se comprometia a não demitir. O resultado foi apresentado aos funcionários da agência em reunião no final da tarde. Os itens do acordo eram os seguintes: o Bradesco não demitiria mais ninguém salvo em caso de falta grave; em qualquer caso de demissão o Sindicato seria contactado para discutir caso a caso; nenhum funcionário que participou da paralisação seria punido. A paralisação era apenas mais uma de outras que o Sindicato realizou no Itaú e no Sudameris e fazia parte da Campanha "Demitiu, parou. E chame o sindicato". Como confirma a Folha Sindical no. 28, de 15.12.87, no balanço de contas da diretoria, houve paralisação no Itaú, com a readmissão de uma funcionária que havia participado da greve. No Sudameris houve a readmissão de dois funcionários também demitidos em função da greve. No caso do Sudameris o Sindicato pressionou e os funcionários ameaçaram entrar em greve, não sendo necessário, pois a diretoria do banco mandou um telex à agência readmitindo os dois companheiros. No caso do Itaú, houve paralisação na agência por uma hora, das 15 às 16 horas, e o gerente foi obrigado a readmitir.

<sup>51</sup>João Carlos Nogueira, funcionário do Bradesco e diretor do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região.

vezes as greves ocorrem por banco, em calendários diferenciados. A incidência de paralisações em bancos privados tem sido maior em bancos de médio ou pequeno porte. Ocorre uma segmentação corporativista, que por um lado aprofunda e fortalece as lutas específicas, levando em conta particularidades regionais e conjunturais, e de outro, aprofunda a divisão da categoria bancária enfraquecendo o seu potencial de contestação. A estratégia da segmentação micro-corporativista, a longo prazo prejudica o sindicalismo bancário, atomizando suas lutas diante de uma estratégia cada vez mais unificada de banqueiros e empresários para enfrentar os trabalhadores.<sup>52</sup> Os caminhos pragmáticos do movimento andam na contramão da história e da experiência dos embates mais agudos contra o governo e os banqueiros que se materializa nas greves gerais. As aspirações políticas de alguns dirigentes é uma, o caminho do movimento é outro.

O Encontro Nacional dos Bancários realizado em julho de 1988, em Brasília, com cerca de 400 bancários de todo o país, define a unificação da campanha salarial, respeitando as especificidades de cada setor. Tenta unificar-se as negociações com os banqueiros. A estratégia da campanha é uma ofensiva geral contra a Federação Nacional dos Bancos e o governo, numa campanha de todos os bancários resgatando as experiências de 1985 e 1986. Os eixos políticos da campanha são definidos no Encontro Nacional dos Bancários. A luta é contra a Reforma Bancária do Fundo Monetário Internacional e dos banqueiros; pela estatização dos bancos; pela conquista de comissão de empresa; pelo fim das intervenções do Banco Central nos bancos estaduais e controle dos funcionários;<sup>53</sup> pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores; liberdade e autonomia sindical e a denúncia do caráter reacionário da Constituinte, pressionando pela aprovação das conquistas já aprovadas.

---

<sup>52</sup>JUNKES, 1996.

<sup>53</sup>A Folha Sindical nº 50, de 14.06.88, traz duas matérias sobre demissões relacionadas com a reforma bancária do Banco Mundial. Na primeira intitulada "Banerj ameaça demitir 6 mil" destaca que mais de 300 funcionários haviam sido demitidos até o dia 7 de junho e este número poderia chegar a 6 mil. O plano da direção do Banerj é de fechar agências consideradas deficitárias e demitir em massa, reduzindo em 30% o quadro de pessoal. Os funcionários criam um comitê de resistência às demissões, fazem passeatas no Rio de Janeiro e ocupam o plenário da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro alertando os parlamentares cariocas contra a política de terror implantada pelo governador Moreira Franco (PMDB). O resultado da pressão na Assembléia é a formação de uma comissão parlamentar para conversar com Moreira Franco solicitando a manutenção do emprego dos funcionários e o fim da intervenção do Banco Central, no Banerj, iniciada em fevereiro de 1987. O Encontro Nacional dos Funcionários do Banerj que ocorre no dia 25 tem como um dos principais pontos de discussão a resistência às demissões. A Folha Sindical nº 54, de 20/07/88, em matéria intitulada "Nacional já tem plano de demissões para 89" denuncia que o banco Nacional após terminar o ano de 88 com um saldo de 20 demissões, prepara um novo plano de redução de seu quadro funcional. O Plano prevê "adequar o quadro de pessoal em 4 funcionários de operação por 1 de vendas (...) substituir 8 funcionários sem perspectivas de encarecimento na empresa por outros de nível universitário" com duas demissões por mês até maio. O gerente de operações da agência do Nacional, em Florianópolis, Vander José Carvalho nega a existência do Plano, publicado em fac-símile pela Folha Sindical e garante que não haveria demissões até julho. O Plano é assinado por ele mesmo. Segundo a Folha, o Sindicato está de olho, afinal a Reforma Bancária está mais viva do que nunca. A Folha Sindical nº 70, 04/01/89, denuncia a relação entre reforma bancária e demissões. A matéria intitulada "Reforma Bancária: categoria e clientes são os que pagam a conta" diz o seguinte: "Para quem ainda não sabe, banqueiros e governo estão discutindo a portas fechadas, uma série de medidas visando o reordenamento do Sistema Financeiro Nacional. Mais conhecido como 'Reforma Bancária', esse plano tem como objetivo principal beneficiar grandes bancos, trazendo como consequência a privatização dos bancos estaduais, o fechamento das diversas agências, demissões em massa e pesados custos para os clientes. Também não se poderia esperar outra coisa de um projeto que recebeu cerca de 2 bilhões de dólares do Banco Mundial, a título de financiamento".

Os eixos econômicos e sociais da Campanha Salarial de 1988 são os seguintes: reajuste de 88%, piso salarial de 90 mil (salário mínimo do DIEESE em setembro), reposição das perdas do Plano Bresser 26,06%, estabilidade no emprego, reajuste mensal pelo ICV-DIEESE, respeito à jornada de trabalho do bancário. O lema da campanha acompanha a reivindicação econômica e o clima de Olimpíadas Seul 88 e eleições municipais 88: “Bancários 88%, vai ter que dar”.

Uma das principais lutas dos sindicatos de bancários é contra a reforma bancária do Fundo Monetário Internacional. Neste ano iniciam-se os debates para a construção da proposta dos bancários. É definida a constituição de uma Comissão Nacional formada por dirigentes sindicais e técnicos do DIEESE, encarregada de elaborar uma proposta alternativa de reforma que garantisse a função social dos bancos, a estabilidade no emprego e a estatização do sistema financeiro.<sup>54</sup> Com o passar dos anos o sindicalismo bancário se torna mais moderado. A proposta final defendida pela Confederação Nacional dos Bancários abandona a tese da estatização em favor da democratização e do controle social do sistema financeiro.<sup>55</sup>

No dia 03 de setembro de 1988, no Centro Sindical do Sindicato dos Bancários de São Paulo, mais de 6 mil bancários de todo o país gritam: “O dá-lhe greve, o dá-lhe greve...”, demonstrando a disposição de luta da categoria. Ao final do encontro é aprovada a data da greve: 14 de setembro. No dia 14 de setembro é deflagrada a greve na categoria bancária que em Florianópolis dura até o dia 19, quando os bancários dos bancos privados e estaduais suspendem a greve para aguardar a decisão do julgamento do dissídio coletivo da categoria pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Na Caixa Econômica Federal há uma paralisação de 24 horas no dia 04 de agosto, entrando em greve no dia 14 de setembro com o restante da categoria. A greve dura sete dias com um alto índice de adesão em todo o país, sem necessidade de nenhum piquete. Várias conquistas são obtidas, entre elas, a equiparação dos salários e do quadro de carreira da Caixa Econômica Federal com o de outras estatais, a não punição e o pagamento dos dias parados. A proposta apresentada pela FENABAN aos bancários e aprovada nas assembleias é a seguinte: 41,97% de reajuste para o piso salarial, 15% de produtividade e 21,39% equivalente à antecipação da URP de outubro, totalizando 98,23%; acima do piso, 41,97%, 8% de produtividade e a antecipação da Unidade Referencial de Preços (URP) de outubro, totalizando 86,09%. Os bancários do

---

<sup>54</sup>Folha Sindical nº.53, 14.07.88.

<sup>55</sup>“O Sistema Financeiro Nacional deve promover o desenvolvimento do país, servindo aos interesses da coletividade. Sua principal função é bancar o crédito industrial, comercial, habitacional e agrícola, estimulando o investimento e a geração de empregos. Três diretrizes devem nortear a reorganização do SFN: a) aumentar o controle da sociedade sobre as instituições de regulação ou comerciais, públicas ou privadas, que devem compor o novo Sistema Financeiro. A Lei Complementar deve dar ao Congresso Nacional a capacidade de estabelecer diretrizes e prioridades para o SFN e suas instituições; modernizar as relações do Estado e seus órgãos com as instituições financeiras. A Lei Complementar definirá parâmetros claros, de modo a limitar o poder discricionário das autoridades reguladoras e evitar o favorecimento, por ação ou omissão, de instituições privadas; fortalecer as instituições financeiras públicas, essenciais na consolidação de um novo padrão de financiamento para a economia brasileira e insubstituíveis nas tarefas de facilitar o acesso ao crédito e viabilizar as operações financeiras de interesse setorial, regional ou social” (CNB-CUT. Democratização e Controle Social do Sistema Financeiro - A CNB-CUT e a Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. São Paulo, Gráfica dos Bancários de São Paulo, s/d)



Banespa fazem a mais longa greve da campanha. Ficam doze dias parados, para garantir conquistas econômicas e reverter as demissões e descomissionamentos efetuados pela diretoria do banco. Os bancários do Banco do Brasil iniciam sua mobilização com uma greve de 48 horas pelo pagamento das URPs no dia 21 de julho. No dia 22 os funcionários decidem continuar a greve, suspendendo a mesma no dia 25. Sendo frustradas as negociações, retomam a greve com força total no dia 26 só terminando a greve no dia 29 de julho com a assinatura de acordo com o banco. É uma campanha de intensa participação dos bancários expressada por massivas participações em assembleias e passeatas de rua. As “passeatas fecha-banco” ampliam a participação dos bancários na greve. Os bancos são ocupados pelos grevistas que sensibilizam os bancários que estão trabalhando a abandonar os postos de trabalho.

*Saindo todos os dias da catedral e percorrendo as principais ruas da cidade em busca de novas adesões, as passeatas ‘fecha banco’ não apenas fortaleciam o movimento como também familiarizavam a população com as lutas da categoria. Os ‘apitaços’ e os gritos de ‘banqueiro salafraíro, devolva o meu salário’ ganhavam o apoio de toda a população, que de cima dos prédios respondia com chuvas de papel picado. Era o reconhecimento da greve, que apesar da chuva continuava forte.<sup>56</sup>*

O sucesso da greve decorre da sua construção nacional e da participação dos bancários de praticamente todos os bancos que apesar de terem negociações separadas buscam entrar numa mesma data em greve para causar maior prejuízo ao funcionamento do sistema financeiro.

*O que houve foram muitas manifestações. Teve uma greve de 88, 89, onde houve uma participação muito grande do setor de compensação do Bradesco. Foi naquela época uma paralisação quase total. O que eu via na greve era uma solidariedade por parte dos bancários. Tanto que se via no Bradesco pessoas do BESC fazendo piquete, o pessoal do Bradesco indo para o Banco do Brasil, o pessoal do Banco do Brasil indo para a Caixa Econômica. Havia uma maior participação, principalmente de funcionários da Caixa e do Banco do Brasil. E se tinha uma perspectiva muito grande quando a Compensação do Banco do Brasil parava, porque era um estímulo para que outras compensações de outros bancos viessem a paralisar.<sup>57</sup>*

Em janeiro de 1989 o governo Sarney decreta mais um pacote econômico, o Plano Verão, que têm como alvo os salários dos trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores convocam uma greve geral para os dias 14 e 15 de março que têm uma adesão de 35 milhões de trabalhadores, contando com a participação dos bancários de várias cidades do país (Maceió, Salvador, Fortaleza, Brasília, Vitória, Campo Grande, Recife, Londrina, Natal, Porto Velho, Porto Alegre, João Pessoa,

---

<sup>56</sup>Folha Sindical nº 61, de 05.10.88.

<sup>57</sup>Fábio da Silva, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, em entrevista realizada em 27/04/98.

Rio de Janeiro, Sergipe, Belo Horizonte, e São Paulo).

No mês de abril, os bancários reivindicam 81% para repor o poder de compra e os banqueiros oferecem apenas 15%. Em 20 de abril, os bancários de bancos privados e bancos estaduais realizam uma greve vitoriosa, com grande percentual de adesão. Os bancários param por sete dias e os banqueiros são obrigados a negociar em época que não é data-base da categoria, apresentando um proposta de reajuste de 30,09%, 41,47% e 30,39%, respectivamente para portaria, escriturário e caixa, sobre o salário de abril daquele ano.

*Foi no primeiro ano que eu estive aqui, em 89. Uma greve muito grande por sinal. A gente participou de passeatas, fomos em alguns bancos. Mas eu não voltaria a fazer, porque ela da maneira como foi feita, não era atitude adequada. Você entrava dentro das agências bancárias, mexia com os clientes que estavam sendo atendidos dentro de outros bancos. Eu lembro de uma que foi marcante. Na época foram demitidos três funcionários. Foi uma falta que cometeram, mas não estava clara. Foi solicitado um dia que todo mundo viesse de preto. O chefe de expediente, não sabendo bem disso, ocasionalmente naquele dia veio de preto. Teve gente que naquele dia dizia 'até tu?'.<sup>58</sup>*

Nos bancos federais realiza-se uma greve prolongada sem êxitos financeiros. Os funcionários do Banco do Brasil ficam parados vinte e um dias. Os funcionários da Caixa Econômica Federal ficam parados por dezoito dias. Diferentemente das outras lutas anteriores, desta vez a greve dos bancos oficiais teve que ser mais intensa que nos bancos privados em termos de duração da greve. Não há nenhuma conquista econômica, mas destaca-se o significado político da greve que derrota na prática a medida provisória no. 50 - a lei anti-greve de Sarney- e passa por cima das ameaças de terrorismo e ameaças do governo.

*A campanha pela reposição das perdas salariais dos bancários transcorreram dentro de uma conjuntura extremamente favorável, marcada por um vigoroso movimento dos trabalhadores, que se deu à partir da greve geral dos dias 14 e 15. Desde março de 87 que a categoria não ia à luta com tanta força, com tanta razão e com tanta consciência. A greve foi bem mais longa e dura do que se previa. A greve nacional dos bancários foi deflagrada conjuntamente com várias categorias de peso, como metalúrgicos do ABC e petroleiros (...). As conquistas que dia após dia, foram se acumulando demonstraram que a opção pela greve tinha sido correta, mesmo no BB, onde os bancários não tiveram conquistas econômicas.<sup>59</sup>*

---

<sup>58</sup>Funcionário do Bradesco, entrevistado em 29/04/98.

<sup>59</sup>Folha Sindical n° 83, 18/05/89.

A campanha salarial de 1989, na data-base de setembro, chega ao seu apogeu com deflagração da greve nos bancos privados, no dia 14 de setembro, após o esgotamento das negociações com a Federação Nacional dos Bancos. A categoria bancária reivindica dos banqueiros: reajuste salarial de 150%, pisos salariais, reajuste integral mensal, produtividade de 15%, comissão sindical de banco, participação nos lucros, respeito a jornada de trabalho de seis horas, plano de cargos e salários, estabilidade no emprego e contrato coletivo de trabalho.<sup>60</sup>

A greve só é aprovada pelos trabalhadores de bancos privados em São Paulo. O acordo assinado pelos bancários com a Federação Nacional dos Bancos garante: reposição das perdas salariais no valor de 1.084%, incluindo 4% de produtividade, e para os pisos de portaria, escriturário e caixa, aumentos reais de 15%, 19%, e 25%, respectivamente.

A greve nos bancos oficiais federais estende-se até o mês de novembro. No Banco do Brasil, a mobilização é mais intensa. Em julho depois de uma paralisação de cinco dias em vários Estados e seis nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com a participação de 80 mil bancários, eles obrigam a direção da empresa a negociar com os Sindicatos apresentando propostas concretas: o pagamento antecipado de dois meses de salários, relativos às diferenças decorrentes do processo de equiparação com o Banco Central. Com um pique de mobilização diferenciado da categoria, os funcionários do Banco do Brasil entram em greve pela segunda vez no ano de 1989, no dia 18 de outubro. A luta dos funcionários do Banco do Brasil é pela equiparação de 40% com os funcionários do Banco Central e pelo pagamento dos 26,06% de inflação que são surrupiados pelo Plano Bresser, e contra a tentativa do governo de privatizar o Banco. Na luta em defesa da instituição os funcionários conseguem derrubar o decreto-lei 96.991, através do qual, o presidente do banco, o senhor Mário Berard e o governo transferem a Conta Única do Tesouro Nacional para os cofres do maior banqueiro privado do país, o senhor Amador Aguiar, do Bradesco. O julgamento do dissídio coletivo do Banco do Brasil realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho fixa um reajuste de 152% (120,41% que já haviam sido pagos, 4% de produtividade, 26,06% do Plano Bresser) e 40% de equiparação com o Banco Central. Depois de 21 dias de greve os funcionários do Banco do Brasil aceitam a proposta do Tribunal Superior do Trabalho e voltam ao trabalho.

Os funcionários da Caixa Econômica Federal entram em greve no início de agosto pelo pagamento das URPs e ficam paralisados durante dois dias com uma adesão média de 90% em 20 Estados, no primeiro dia, e 15 no segundo dia de greve. Os funcionários da Caixa Econômica Federal têm um ganho econômico: o pagamento de um empréstimo equivalente a dois salários com prazo para pagamento em 12 meses. Em setembro eles estão de volta com força total, numa greve que dura 16 dias e conquista a equiparação com os bancos federais. Segundo Neves (1998) eles recebem um reajuste de 152%, através de ações junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

---

<sup>60</sup>Folha Sindical nº 96, 24/08/89.

Com a ascensão de Fernando Collor de Melo à Presidência da República, edita-se mais um plano econômico, o Collor I, que confisca poupanças e aplicações do *overnight* acima de cinquenta mil cruzados. As importações são liberadas. Os salários ficam sem o reajuste da inflação. As tarifas públicas são majoradas e inicia-se o programa de privatizações. Diante de mais um plano econômico recessivo a Central Única dos Trabalhadores convoca uma greve geral para os dias 22 e 23 de maio de 1990. Os trabalhadores protestam contra uma perda de 84,78% da inflação e as demissões decorrentes do plano. Alguns bancos chegam a demitir dez por cento dos seus funcionários.

Neste ano os bancários iniciam uma paralisação em alguns bancos privados, no dia 13 de junho. Eles reivindicam a reposição das perdas do Plano Collor e estabilidade no emprego. Os bancos federais não aderem a greve com exceção dos funcionários da Caixa Econômica Federal que optam pela paralisação no dia 20, quando a direção da empresa resolve demitir 2.841 empregados, além do corte de 8.529 estagiários. As medidas são suspensas no dia 21. Na era Collor, os bancos estatais começam a demitir quebrando uma histórica tradição de estabilidade empregatícia destes trabalhadores. As razões principais que levam os funcionários de bancos estatais a não participarem da greve é o reajuste de 152% obtido no ano anterior e as investidas de Collor contra os funcionários de estatais.

No Banco Nacional, os funcionários conseguem 20% de antecipação salarial, não punição dos grevistas e implementação do auxílio-alimentação. A greve é suspensa no dia 22 de junho. No Banco Real, os funcionários ficam 16 dias em greve, e conquistam 20% de reajuste, a não punição dos grevistas e o desconto de apenas quatro dias parados em três parcelas mensais. No Mercapaulo, os funcionários conseguem um abono de Cr\$ 4.000,00, auxílio-alimentação de Cr\$ 100,00, desconto de apenas quatro dias parados em três parcelas mensais. No Banorte, somente depois de 23 dias de greve, o dissídio impetrado pelo Sindicato dos Bancários de Pernambuco é julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco concedendo um reajuste de 54%, estabilidade por 90 dias, e não desconto dos dias parados.

Nos dias 20, 21 e 22 de julho de 1990, realiza-se o XIX Encontro Nacional dos Bancários, onde se discute contrato coletivo, sentença normativa e convenção coletiva, saúde e previdência, formas de organização e mobilização. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito<sup>61</sup> estabelece como critério de participação um delegado para cada dois mil bancários na base ou fração maior que mil, mais um

---

<sup>61</sup>A CONTEC é criada no ano de 1958, no VII Congresso Nacional da categoria, em Belo Horizonte, Minas Gerais, que conta com a participação de 58 sindicatos, três federações reconhecidas e duas em organização. A luta principal da CONTEC nesta época é negociar diretamente com os banqueiros um contrato coletivo de trabalho contemplando salário profissional; volta da estabilidade aos dois anos; escala móvel de salários, com reajustes semestrais; fim do trabalho aos sábados; seis horas para os comissionados e discussão com o Sindicato quando da introdução de computadores na empresa ( KAREPOVS, 1994, p.70) . Na sua fase inicial de organização cumpre importante papel de organização da categoria bancária. Após a ditadura militar sofre intervenção do Estado e torna-se um veículo dos interesses patronais e governamentais.

delegado para cada sindicato. Isto é um avanço em relação aos Encontros anteriores nos quais participam um delegado por entidade, mas não atende ainda as demandas dos setores mais atuantes e combativos vinculados à Central Única dos Trabalhadores que são contra o delegado nato por entidade.

O governo, os patrões e a imprensa previam uma onda de greves para o mês de setembro e iniciam uma campanha ideológica cunhando a expressão “setembro negro”. Para eles, a Central Única dos Trabalhadores pretende inviabilizar o país e a economia. No dia 12 de setembro, os bancários aprovam uma greve nacional da categoria, com o lema: “Essa primavera tem que ser nossa”. As reivindicações são reposição das perdas (84,32%), estabilidade no emprego, defesa dos bancos públicos, fim da recessão e das demissões<sup>62</sup> e horário de atendimento dos bancos de 09 às 17 horas.<sup>63</sup>

No Banco do Brasil os funcionários param por duas horas e aceitam o reajuste de 104,27%. Na Caixa Econômica Federal, os funcionários adiam a greve para o dia 14, mas terminam concordando com a proposta dos diretores da empresa: 104,27%. Nos bancos privados e estaduais a greve consolida-se e dura treze dias. Os bancários da rede privada suspendem a greve aprovando o reajuste de 120,8%, descontando as antecipações de 20% em junho e 15% em agosto, ou 60% em 01 de setembro. E mais, conquistam um auxílio-alimentação no valor de Cr\$ 200,00 por dia para quem trabalha seis horas e Cr\$ 300,00 para quem trabalha oito horas; e o auxílio-creche no valor de Cr\$ 4.219,88. É a maior greve da história dos bancos privados com paralisação em todo o Brasil. A força da categoria mobilizada amedronta os banqueiros, que depois de vários dias de intransigência, são obrigados a negociar. A primavera é dos bancários. Alguns bancos reprimem os trabalhadores que participaram da greve.<sup>64</sup>

*Os patrões é que mostraram medo. Na mesa de negociações, era só falar de organização para que os representantes dos banqueiros se apavorassem. Por isso, não passou a reivindicação dos delegados sindicais, nem a estabilidade. Os patrões preferiram usar a vaga expressão ‘não punição’. O motivo do pavor dos banqueiros estava nas ruas. São Paulo, o centro financeiro do país, aderiu em massa à greve. A maior agência de banco privado da América Latina fechou as portas, com seus 150 caixas parados - e foi assim até na matriz do Bradesco, em Osasco. O Itaú tinha as portas fechadas, as luzes apagadas,*

---

<sup>62</sup>Com o fechamento de bancos ocorrido durante o Plano Collor aumentam as demissões. A Folha Sindical nº 130, de 17.10.90, em matéria intitulada “Sibisa Três mil vão ficar desempregados” denuncia que até o final do ano de 90 mais de 800 bancários iriam ficar sem emprego, como parte do processo de liquidação do banco Sibisa, o maior banco privado do Rio Grande do Sul, com 34 agências e 3 mil funcionários. As informações dão conta de que a liquidação fora decretada pelo Banco Central como consequência dos empréstimos à Sirotsky Exportadora de Calçados, em concordata. O banco serve como garantia dos empréstimos já que as empresas são do mesmo grupo. Após a decretação da intervenção, os funcionários entram em greve, como forma de pressionar o interventor a discutir o processo de demissões, mas depois de dois dias, metade dos funcionários voltam ao trabalho.

<sup>63</sup>Folha Sindical nº 122, de 16/05/90.

<sup>64</sup>A Folha Sindical nº 133, de 07.11.90, denuncia que o “Bamerindus persegue e demite grevistas”. As demissões são uma clara perseguição da direção do banco aos funcionários que participaram da greve nacional da categoria daquele ano. Os funcionários através do Comando Nacional dos funcionários do Bamerindus pedem audiência com a direção do Bamerindus para solicitar a suspensão imediata das demissões e a revisão das já havidas.

*como se fosse domingo. E era justo quarta-feira, sob muita chuva e uma ameaça que pairava sobre a cabeça de todo o mundo: o julgamento do Tribunal do Trabalho. O primeiro julgamento, no dia 14, deu ganho de causa total aos bancários. A partir daí, a greve era legal, não abusiva, o juiz concedeu estabilidade, reajuste conforme a MP 219 e o direito a delegados sindicais. No segundo julgamento, marcado para o dia 18, a expectativa era de que a pressão dos banqueiros podia mudar o resultado. Foi todo mundo para a frente do TRT em São Paulo, e o julgamento foi adiado, para não mais acontecer.<sup>66</sup>*

No ano de 1991 os bancários novamente enfrentam demissões decorrentes da reestruturação do sistema financeiro imposta pelo Fundo Monetário Internacional.<sup>66</sup> Nos bancos privados a automação e a racionalização administrativa dispensam funcionários, nos bancos estatais a ordem é enxugar o quadro de funcionários a qualquer preço.<sup>67</sup> Os bancários respondem com longas greves no setor estatal. Os funcionários

---

<sup>66</sup>Folha Sindical nº 129, de 28/09/90.

<sup>66</sup>A Folha Sindical nº 168, de 09.10.91, em matéria intitulada “Empregados de luto contra demissões”, informa que os funcionários da Caixa Econômica Federal de Florianópolis e Região protestam contra as 110 demissões efetivadas pela direção da Instituição no dia 30 de setembro em retaliação contra a continuidade da greve mesmo após o julgamento do dissídio coletivo da categoria pelo Tribunal Superior do Trabalho. A maioria dos demitidos são militantes e delegados sindicais. Em Florianópolis, 50 funcionários vestidos de preto, realizam um minuto de silêncio, diante do prédio da Superintendência Regional da Caixa em Santa Catarina, por volta das 14 horas. O Sindicato dos Bancários de Florianópolis passa um abaixo-assinado entre funcionários e clientes exigindo a readmissão dos funcionários. Um fundo de manutenção é formado por todos os sindicatos durante o processo de luta pela readmissão dos funcionários que pauta a luta dos funcionários da Caixa Econômica Federal nos próximos anos. A Folha Sindical nº 139, de 09.10.91, em matéria intitulada “Reforma Bancária demite mais 150 mil” evidencia a estreita relação entre Reforma Bancária e demissões: “as demissões mostram que esses profissionais são desnecessários ao novo modelo do sistema financeiro, caracterizado pela redução do papel social dos bancos públicos, fortalecimento dos lucros privados e abertura do mercado financeiro às instituições multinacionais. Um processo que demite bancários, espreme salários e prejudica a maioria da população”. A mesma Folha Sindical aborda a importância da automação nas demissões, na matéria intitulada “Computador demite”, o técnico da subseção do DIEESE, José Álvaro Cardoso, afirma: “A automação bancária, que vem avançando rapidamente tanto nos bancos privados quanto nos estatais, não apenas diminui os postos de trabalho como provoca a desqualificação do trabalho bancário, que se torna cada vez mais dependente das máquinas e computadores. Estes últimos, com uma velocidade surpreendente promovem a banalização de tarefas que antes dependiam de uma capacidade profissional desenvolvida e cultivada muitas vezes aos longos dos anos”.

<sup>67</sup>A Folha Sindical nº 142, de 30.01.91, anuncia: “BB promete demitir seis mil. Bancários ocuparão agências”. O projeto de reforma administrativa do banco chamada “O Novo Rosto do Banco do Brasil” prevê o fechamento de agências e postos de atendimento do banco em todo o Brasil, e um corte de seis mil funcionários em todo o país e o afastamento de estagiários e contratados. Em Santa Catarina 300 funcionários seriam atingidos com as medidas terroristas da direção do Banco. A Executiva Nacional dos bancários diz que a ordem é resistir, realizando ocupações nas agências e chamando a comunidade a defender o banco e lutar para manter as agências abertas. O objetivo do banco segundo a Executiva está dentro dos princípios da Reforma Bancária que visa a privatização do sistema financeiro e a destruição da missão social do banco nas pequenas localidades do interior do Brasil. A Folha Sindical nº 145, de 27.02.91, na matéria intitulada “Bradesco demite 25% em todo o país”, aborda as demissões que ocorrem no Bradesco. As agências do Bradesco estavam reduzindo em 25% os comissionados com o objetivo de adequar o banco ao Plano Collor II. “Na última semana, 16 funcionários foram demitidos, só na agência central, em São Paulo, todos com mais de dez anos de casa. Em Florianópolis, houve 13 demissões entre janeiro e fevereiro. Segundo o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rogério Malachias de Lima “as demissões têm a ver com todo o processo de reforma bancária, inclusive com a automatização, que no entendimento do banco diminuiu a necessidade de comissionados”. Em Florianópolis é demitido o escriturário Evandro Albino que estava há um ano e oito meses no Departamento de Arrecadação do setor da Felipe Schmidt, do Bradesco. Uma ordem da matriz do banco exige o afastamento de um funcionário do setor. Evandro é demitido às 14 horas do dia 22, “pelos motivos que já são de seu conhecimento”. Evandro não sabe os motivos até hoje. A Folha Sindical nº 151, de 17.04.91, em matéria intitulada “Bradesco demite mais de 15 mil”, mais uma vez denuncia as demissões massivas que ocorrem no banco. Desta vez, segundo a Folha, a ordem do banco é reduzir em 25% a folha de pagamento e os principais atingidos pelas demissões são comissionados e chefes que aderiram à greve de 13 dias, em setembro do ano passado. O Bradesco quer renovar o pessoal para impedir novas paralisações. Algumas agências de São Paulo realizam paralisações de uma hora e greves de alguns dias para protestar contra as demissões. A Executiva do Comando dos Funcionários se reúne em São Paulo para aprovar uma campanha contra as demissões.

do Banco do Brasil paralisam por 31 dias em duas greves, entre junho e setembro. Em junho entram em greve a partir do dia 25 reivindicando reajuste salarial. A greve dura quatro dias. Na Caixa Econômica Federal, a greve começa no dia 28 de junho e dura até o dia 02 de julho.

A campanha salarial de setembro é bastante criativa fazendo alusão a um jogo de futebol, onde os bancários são um time de futebol, os banqueiros são outro time, e a torcida é a opinião pública. O lema é: “ Bancário você não pode perder esse jogo - Campanha Salarial Unificada”. É mais uma tentativa de reunificar a luta dos bancários dos bancos privados e dos bancos estatais apresentando ao banqueiros uma proposta de contratação coletiva unificada e constituição de uma mesa unificada de negociação com participação de representantes dos bancos públicos e privados. Os eixos de luta definidos pelo Encontro Nacional dos Bancários, realizado em Brasília, são salário, emprego, saúde e democracia. Os bancários exigem o fim das demissões e estabilidade no emprego.<sup>68</sup>

A greve deflagrada em 11 de setembro atinge bancos privados, estaduais e federais. Depois de três dias de greve, os bancários da rede privada suspendem a greve garantindo um reajuste de 99,05%, que com o ajuste da inflação do mês anterior passa para 103,45%. Este reajuste representa 34,5% a mais do que os banqueiros ofereciam antes da greve e rompe com a legislação salarial do plano Collor, repondo perdas salariais anteriores a fevereiro de 1991.<sup>69</sup> O presidente da Federação Nacional dos Bancos, Leo Wallace Cochrane Júnior, confirma que os bancos não efetuarão nenhuma punição aos seus empregados em virtude da participação na greve de setembro e que os dias parados serão descontados, um por mês.

*Bastaram três dias para que o time dos bancários arrancasse resultados do jogo da campanha salarial. Desde o dia 11, funcionários de todos os segmentos de bancos - privados, estaduais, federais - cruzaram os braços e entraram no campo da paralisação, em busca do maior prêmio que se pode conseguir durante a recessão: reajuste salarial digno e melhores condições de trabalho. Banqueiros e governo saíram perdendo. No domingo, 15, assembleias por todo o país decretaram o fim da greve dos funcionários dos bancos privados, e, em Santa Catarina, do BESC. Além, da conquista de uma reposição salarial correspondente à inflação desde setembro de 1990, os bancários derrotaram a política econômica do governo Collor, que dizia que só existiam perdas salariais a partir de fevereiro de 1990.<sup>70</sup>*

---

<sup>68</sup>Folha Sindical nº 155, de 03/07/91.

<sup>69</sup>A medida provisória que tratava dos reajustes salariais definia que qualquer mecanismo de recuperação salarial seria feito apenas na data base; que ao invés de reajustar os salários pelo pico, como ocorria com os preços eles seriam corrigidos pela média da inflação dos últimos doze meses; proibia a negociação de reajustes salariais estipulados pelo cálculo da média da inflação. Na prática proibia a livre negociação. Pela MP 211, os bancários que deveriam ter um reajuste de 295,32% para repor a inflação, teriam apenas um reajuste máximo de 45% (Folha Sindical nº 127, 30/08/90).

<sup>70</sup>Folha Sindical nº 166, 18.09.91.

A greve continua nos bancos federais, sendo suspensa no dia 30 de setembro, depois de 19 dias de greve. O Tribunal Superior do Trabalho havia decidido por conceder um reajuste de 100% sobre o salário de agosto de 1991, a serem pagos parceladamente. Um reajuste de 65% em setembro e outro de 35% em novembro sobre o salário de agosto. Em São Paulo, Belo Horizonte e Londrina, a greve dos trabalhadores da Caixa continua na segunda-feira, dia 30 de setembro, despertando a ira de Álvaro Mendonça, presidente da Caixa Econômica Federal, que demite 110 funcionários. As entidades sindicais criam um fundo com a participação dos trabalhadores para sustentar estes funcionários até a sua reintegração, um ano depois, após o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. No balanço das greves deste período os banqueiros e o governo saem perdendo, como afirma João Carlos Nogueira, representante do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, na Executiva Nacional dos Bancários:

*Hoje, a reposição das perdas desde o ano passado é regra do jogo. O governo está recuado, os trabalhadores estão na ofensiva. Isso aponta para 1992 um outro patamar de enfrentamento, em que os trabalhadores precisarão apresentar alternativas para o conjunto da sociedade.*

## **5. Anos difíceis para os bancários**

Em 1992 o movimento grevista bancário entra em retração. Neste ano ocorre paralisação apenas no Banerj. A conjuntura é bastante difícil para a campanha salarial que também reivindica estabilidade no emprego e respeito à jornada de trabalho. Somente em outubro as entidades sindicais bancárias entram em acordo com os banqueiros. Os bancários em assembléia aprovam a proposta: reajuste variado de 89,02% a 132,71% conforme a faixa salarial, a ampliação do auxílio-creche para 83 meses e a extensão do auxílio-babá para os pais. O valor do ticket-refeição é unificado para Cr\$ 18.000,00. Os banqueiros comprometem-se a implantar um programa de prevenção à Aids em conjunto com os sindicatos. A política de reajuste fica acertada que será de forma bimestral toda vez que a inflação atingir 25%. Cada vez que a inflação atingir 25%, os bancários que ganham até três salários mínimos recebem 85% da inflação e os que ganham acima, recebem 80%. No quadrimestre as perdas são zeradas para os que ganham até três salários mínimos e os que ganham acima de três mínimos têm garantido 85% de reposição das perdas.

Ao mesmo tempo em que há uma retração nas grandes greves, ocorre modificações na organização sindical. Em 1992, depois de intensas discussões nos Congressos do Departamento Nacional dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores, é fundada a Confederação Nacional dos Bancários da CUT (KAREPOVS,



1994).<sup>71</sup> Participam do Congresso de fundação 415 delegados, que representam 57 sindicatos e cinco federações (três cutistas) e elegem Ricardo Berzoini, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o primeiro presidente da entidade. A nova entidade representa 85% dos bancários do país, filiados aos principais sindicatos. O plano de lutas aprovado pelo Congresso passa pelo combate ao governo Collor; a luta pela regulamentação do Sistema Financeiro Nacional; a realização de uma Campanha Nacional de Sindicalização; a divulgação do Contrato Coletivo de Trabalho; o combate à interposição fraudulenta de mão-de-obra; a luta contra as demissões; a reposição das perdas e reajustes mensais; a luta pelo horário de atendimento das 09 às 17 horas, garantindo o respeito à jornada de 6 horas; a segurança e uma campanha contra as filas nos bancos.

Neste ano é assinada a primeira Convenção Coletiva da categoria bancária criando as bases para a instituição do Contrato Coletivo de Trabalho. Assinam o instrumento normativo, 120 sindicatos de todo o país, 7 federações e a Confederação Nacional dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores. A Convenção Coletiva de Trabalho estabelece cláusulas comuns a todos os bancários do país, e através de convenções aditivas, preserva direitos regionais e estaduais, que tratam de questões específicas. O Contrato Coletivo de Trabalho é uma bandeira de luta dos bancários desde o ano de 1951, que é retomada nos anos 80.<sup>72</sup> As lutas contra as demissões continuam presentes na ação sindical bancária.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup>A unidade com a CONTEC-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, dominada pelos setores sindicais pelegos e patronais sempre fora um problema para a condução das greves, das campanhas salariais e das negociações com os bancários. Inicialmente opta-se pela tentativa de unidade com estes setores, mantendo a independência dos sindicatos filiados à CUT, que contando com bases de trabalhadores maiores conseguem influenciar majoritariamente nas decisões dos Encontros Nacionais da Categoria Bancária. A partir do momento em que ficam em minoria quantitativa as diretorias da CONTEC passam a traír a categoria negociando diretamente com os bancos acordos que não haviam sido autorizados pelas assembleias de base dos sindicatos cutistas. Diante deste fato, os sindicatos cutistas que inicialmente organizam-se no Departamento Nacional dos Bancários da CUT, rompem politicamente com a CONTEC e criam a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Instituições Financeiras (CNB/CUT), rompendo com a histórica entidade que surge à serviço da luta dos trabalhadores bancários na década de 50, mas que após o golpe militar é domesticada pelo Estado. Os próximos encontros nacionais de bancários passam a ser realizados sem a presença da CONTEC. A CONTEC realiza encontros em separado dos sindicatos cutistas.

<sup>72</sup>Contrato Coletivo de Trabalho é o resultado de uma negociação direta entre patrões e empregados de abrangência nacional, diferenciado do atual sistema de contratação coletiva onde a unidade negociadora (sindicato) tem a limitação da legislação e a interferência do Estado (Folha Sindical nº 208, de 29.10.98). A CUT reivindica sua implantação desde sua fundação em 1983. Em síntese reivindica-se um processo de negociação e contratação livre da interferência do Estado e do poder normativo da justiça do trabalho que frequentemente se posiciona contra os interesses dos trabalhadores, em benefício das políticas governamentais e patronais.

<sup>73</sup>A Folha Sindical nº .207, de 22.10.92, com matéria intitulada "Greve no CPD do Real suspende demissões", informa que ocorreu uma greve no CPD do Real contra as demissões em função de mudanças estruturais e tecnológicas. O CPD amanhece no dia 19/10 em greve que congestionava completamente o serviço de informação eletrônica e impede o funcionamento do banco. Com esta atitude as demissões são suspensas e formada uma comissão entre representantes do Sindicato e Empresa para discutir uma pauta que impeça as demissões. A Folha Sindical nº 210, de 12.11.92, em matéria intitulada "Real faz semana de luta contra demissões", informa que haverá uma semana de lutas contra as demissões em função da terceirização e automação. Em Belo Horizonte, os funcionários do banco fazem greve no dia 19 de outubro em função da demissão de 38 companheiros e consegue a suspensão das demissões até o 1º de janeiro próximo. Em Florianópolis, o Sindicato realiza reuniões nas agências para discutir o processo, e posteriormente vai à São Paulo, onde, com dirigentes dos sindicatos de várias capitais tenta em vão discutir as reivindicações dos funcionários com o gerente de Recursos Humanos do Real. Os prepostos dos banqueiros alegam que a criação de uma comissão paritária para acompanhar o processo de automação e terceirização do banco se constitui numa ingerência do sindicato na empresa.

Em 1993 ocorrem greves nos bancos Mercapaulo, Real, Nossa Caixa, e Econômico, com dificuldades para uma mobilização massiva dos bancários. A campanha salarial desenvolve-se nos moldes das anteriores e o mote é: “Entre nesta briga contra o jogo dos bancos”. Os bancários reivindicam melhores salários, emprego<sup>74</sup> e condições de trabalho. Eles querem garantia de emprego; discussão prévia sobre terceirização e automação; jornada de dois turnos e jornada de seis horas para comissionados.<sup>75</sup> Ocorrem paralisações parciais em vários bancos. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, e o Banco do Nordeste do Brasil paralisam por 24 horas na sexta-feira, do dia 24 de setembro. A mobilização em nível nacional é débil, apesar de radicalizações localizadas em alguns Estados e a maioria dos sindicatos aprova em assembléia a proposta da Federação Nacional dos Bancos à Executiva Nacional dos Bancários.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo resolve radicalizar a greve isolada por banco em sua base sindical. No dia 29 de setembro começa a greve nos bancos Real, Mercantil de São Paulo e Nossa Caixa. Com a extensão das paralisações em efeito dominó, a Federação Nacional dos Bancos, chama a Executiva Nacional dos Bancários, no dia 06 de outubro e oferece uma proposta para todos os bancos privados e estaduais que é acatada pelos bancários: reajuste de 21,48% para pessoal de portaria; 24,12% para escriturário e 36,95% para caixas. A produtividade corresponde a 10,44%, tendo um reajuste variável de 28,14% a 29,89% para as demais faixas salariais. O reajuste significa 1.710,917% sobre os salários vigentes em 1º de setembro de 1991. Assim, encerra-se a greve dos bancos privados e estaduais em São Paulo e nos demais centros bancários do país.

No ano de 1994, o Plano Real implementado por Itamar Franco, presidente da República, e por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda, produz a recessão e o desemprego. O Plano Real é o esboço de um projeto que atende aos interesses do grande capital, especialmente da burguesia financeira, prejudicando os pequenos e médios produtores e os assalariados do campo e da cidade. Os bancos, maiores beneficiários da crise têm neste ano lucros enormes. Entre os cinco maiores bancos o lucro é superior a R\$ 1 bilhão.

Neste contexto desenvolve-se a campanha salarial de 1994. A Executiva Nacional dos Bancários define o dia 28 de setembro de 1994 como o Dia Nacional de Luta dos Bancários. Os bancários lutam por garantia de emprego e pelo fim das demissões.<sup>76</sup> Os funcionários da Caixa Econômica Federal realizam

---

<sup>74</sup>O ano de 1993 não tinha começado nada bem para os bancários. O governador Roberto Requião (PMDB-PR) conduz um enxugamento funcional no Banestado e lidera ameaças de terrorismo contra os funcionários que acionam o banco na Justiça Trabalhista para assegurar seus direitos. A Folha Sindical nº 218, 29/01/93, informa que o Sindicato, no dia 28 realizou reunião na agência do Banestado, apesar da proibição da gerência, para esclarecer funcionários e clientes da demissão arbitrária de três funcionárias - Ivonete Bussacro, Isaura Moser e Jussara Grisalt -, que têm como motivo uma ação trabalhista reivindicando do Banestado o pagamento do Plano Bresser. O Sindicato entra com ação de reintegração das funcionárias na justiça do trabalho.

<sup>75</sup>Folha Sindical nº 237, de 05/08/93.

<sup>76</sup>Folha Sindical nº 279, de 06/09/94.

neste dia uma greve que estende-se até o dia 29. Os funcionários do Banco do Brasil e os do Banco do Nordeste do Brasil param por 24 horas. Nos bancos privados acontecem várias paralisações de surpresa.

A campanha salarial deste ano chega ao final sem ocorrer uma greve geral dos bancários. A proposta da Federação Nacional dos Bancos, aprovada em outubro pelos bancários é a seguinte: reajuste de 16% do IPC-r acumulado dos meses de julho e agosto de 1994, e 3,69% correspondente à variação residual dos salários convertidos em URV em 1º de março de 1994. Uma novidade do acordo é a conquista da Cesta-Básica. O reajuste não contempla a reposição das perdas do Plano Real.

Um destaque desta campanha é a iniciativa dos bancários em discutir com os banqueiros e a sociedade a questão do desemprego. A Executiva Nacional dos Bancários entrega o Mapa do Emprego Bancário no Brasil aos banqueiros propondo um calendário de negociações e a unificação de todos os setores da categoria. O mapa elaborado pelo DIEESE, mostra que em março de 1990, existem 826 mil bancários no país. Em janeiro de 1994, existem 670 mil. São eliminados naquele curto período, mais de 156 mil postos de trabalho. No entanto, como decorrência das dificuldades de mobilização da categoria não são conquistadas nenhuma das reivindicações dos bancários no tocante a proteção do emprego (estabilidade, jornada de 5 horas, treinamento profissional, redirecionamento da função do crédito).

Em 1995 a campanha salarial ocorre num cenário de instabilidades do sistema financeiro que fica conhecido como crise bancária. Quebras de bancos, fusões, e incorporações são situações que agudizam a situação do desemprego entre os bancários. Em julho realiza-se um Seminário Nacional de Planejamento da Campanha Salarial, elegendo-se os principais temas de discussão com a categoria bancária. Os bancários presentes no Seminário aprovam uma campanha em defesa do emprego, do salário, da diminuição da jornada de trabalho e discutem os impactos das inovações tecnológicas. O desemprego aumenta 4,5% em relação ao ano anterior. O eixo da campanha salarial este ano é “Meu trabalho vale mais” e as principais reivindicações definidas no Encontro Nacional dos Bancários são: estabilidade no emprego, reposição das perdas salariais, produtividade, abono de dois salários, participação nos lucros, piso para comissionados, extensão dos direitos bancários aos terceirizados e livre negociação.<sup>77</sup>

Nos bancos oficiais a luta não pára. Os funcionários do Banco do Brasil paralisam por uma hora, no dia 07 de julho, em protesto contra o desmonte do banco promovido pelo governo. A direção do BB implementa um plano de demissão incentivada e demite mais de 11.000 funcionários em todo o país.

---

<sup>77</sup>Folha Sindical nº306, de 16/08/95.

Nesta campanha salarial os sindicatos aprovam a proposta da FENABAN, no mês de outubro. Para os pisos de portaria, escriturário e caixa, o reajuste sobre o salário de setembro do ano anterior corresponde a 35,07%, 35,97% e 35,41%, respectivamente. Estes índices correspondem a 7% acima do INPC. Para as demais faixas salariais o reajuste corresponde a 30%. Estabelece-se no acordo um abono correspondente a 72% sobre todas as verbas e um valor fixo para todas as faixas salariais de R\$ 200,00, que são pagos em uma só vez.

Nos bancos oficiais a luta por um acordo continua. Os funcionários da Caixa Econômica Federal paralisam suas atividades em todo o país, por 24 horas, no dia 19 de outubro. A direção da Caixa oferece um reajuste de 20,97%, mas ameaça direitos adquiridos dos funcionários. No dia 25 de outubro, os funcionários da Caixa Econômica Federal voltam à greve e depois de 12 dias suspendem o movimento, garantindo apenas um abono, a ser pago no mês de novembro no valor de R\$ 550,00, e as conquistas anteriores que estão ameaçadas pela empresa. No Banco do Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho julga o dissídio que o próprio banco ajuizou contra a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, definindo um reajuste de 25% a partir de 1º de setembro daquele ano, descontando os 20,97% que já havia pago.

No ano de 1996 os bancários participam da greve geral de 21 de junho convocada pela Central Única dos Trabalhadores para lutar por mais empregos, reforma agrária, salários justos, aposentadoria digna, manutenção dos direitos dos trabalhadores e contra as reformas de Fernando Henrique Cardoso.

O Seminário Nacional de Planejamento da Campanha Salarial de 1996, coordenado pela Executiva Nacional dos Bancários/CUT, aprova como principais reivindicações de campanha a redução da jornada de trabalho para cinco horas, reajuste de 29,20%, participação nos lucros e resultados para todos. Sobre a questão do emprego bancário a posição é de transformá-lo numa questão central da campanha salarial. As bandeiras de luta em torno da questão do emprego passam pela redução da jornada regular para cinco horas para todos os bancários, sem redução do salário; ampliação do horário de atendimento ao público, das 09 às 17 horas, com criação de dois turnos de trabalho; aplicação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho que proíbe demissões imotivadas.<sup>78</sup> O lema da campanha é: "Sem salário, emprego e participação nos lucros estamos roubados - Reage Bancário".

---

<sup>78</sup>A Folha Sindical nº 334, explica a minuta de reivindicações da categoria e a proposta dos bancários com relação ao combate ao desemprego. Para os bancários que estão trabalhando o movimento sindical bancário defende a Convenção 158, da OIT, como garantia contra as demissões, abandonando a luta histórica pela estabilidade no emprego, que defendera vigorosamente nas campanhas salariais da década de 80, em especial no processo constituinte de 1988. Esta convenção: "(...) determina que só haverá demissões no caso de problemas de ordem econômico-financeiros, tecnológicos, estruturais e análogas -, e acrescenta algumas condições para impedir demissões arbitrárias nos bancos. Entre elas, a necessidade de comprovação destes problemas ao sindicato da categoria, com antecedência de 90 dias e, no caso de dispensa por motivo relacionado à capacidade ou comportamento do empregado, que o mesmo tenha garantido processo disciplinar democrático e transparente".

Depois de realizado o tradicional Encontro Nacional dos Bancários que prepara a campanha salarial da categoria, em 26 de setembro de 1996 inicia-se a greve nos bancos privados. A greve ocorre de forma parcial, atingindo agências bancárias de São Paulo, Rio, Salvador, Brasília, Curitiba, e outras localidades. Param agências do Itaú, Unibanco, Real, Bradesco. A greve é suspensa na segunda-feira, dia 07 de outubro de 1997, após 12 dias de paralisações. A proposta da Federação Nacional dos Bancos aumenta de 8% para 10,8% de reajuste, abono de 45% a 60% dos salários e mais uma quantia de R\$ 270 de Participação nos Lucros e Resultados, entre outras reivindicações. Não há nenhuma conquista referente às questões do emprego bancário. Sobre a garantia de emprego através da aplicação da Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os banqueiros alegam que ela ainda está em discussão quanto à sua aplicabilidade e qualquer cláusula que impeça demissões pode representar um “engessamento” na reestruturação que o sistema financeiro está promovendo. Os sindicatos protestam e lutam para reverter as demissões.<sup>79</sup>

Neves (1998) destaca dois fatos importantes desta campanha. Em primeiro lugar, os banqueiros lançam mão do interdito proibitório (o interdito proibitório é ação preventiva de posse acionada na iminência ou sob ameaça da mesma ser molestada. De natureza premonitória, visa impedir que se consuma violação de posse mediante mandado judicial proibitório), com o objetivo de impedir os sindicatos de entrar nas agências e de fazer manifestações em frente aos bancos. Esta é mais uma das inúmeras ações da justiça a favor dos banqueiros e contra os trabalhadores bancários. Em segundo lugar, ressalta-se a postura de conciliação e traição da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito que assina um acordo com reajuste de 8% e abono de 40% do salário com a Federação Nacional dos Bancos para esvaziar o movimento.

A campanha salarial nos bancos oficiais é difícil. Os diretores do Banco do Brasil orientam os comissionados à participarem das assembléias para aprovarem o reajuste zero e evitarem a realização de greves. A Caixa Econômica Federal apresenta aos seus funcionários uma proposta de reajuste zero, e ao mesmo tempo divulga em circular interna premiações somente para os gerentes que chega a R\$ 2,14 mil. No dia 17 de outubro é aprovada greve na Caixa Econômica Federal, suspensa no domingo, dia 20 daquele mês. No mês de dezembro, a direção da Caixa comunica a Executiva Nacional dos Empregados que creditará um abono de R\$ 1 mil, não condicionando o pagamento ao fechamento do acordo coletivo de trabalho

---

<sup>79</sup>Na Folha Sindical nº 328, 10/07/96, em matéria intitulada “Banespa Bancários fazem ato contra demissões” noticia-se o protesto da diretoria do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e funcionários contra o plano de demissões incentivadas que está sendo implantado pelos interventores do Banco Central. Segundo Márcia Maldonado da Silva, funcionária e diretora do Sindicato, as pessoas são pressionadas para aderir ao programa. A Folha Sindical nº 335, de 04/09/96, traz em seu editorial a preocupação com o desemprego dizendo que um dos eixos da campanha nacional dos bancários de 1996 é o emprego. E, ainda informa que o Sindicato paralisou a agência do Sudameris por três horas em protesto contra as demissões de três funcionários. Outra paralisação do Sindicato é realizada na Prosegur, contra as demissões que estão previstas. O Sindicato consegue adiar as demissões e negocia com a Prosegur, prestadora de serviços para vários bancos. Esta mesma Folha Sindical dá uma boa notícia aos funcionários do banco Meridional. A justiça reintegra 16 bancários que foram demitidos por não concordarem em aderir ao plano de demissões incentivada do Banco.

naquele ano.

Na campanha salarial de 1997, a Executiva Nacional dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores convoca um Encontro Nacional de Bancários, no dia 24 de outubro, em São Paulo. Esse encontro conta com a participação de 1.500 sindicalistas, que durante toda a manhã fazem uma paralisação surpresa na sede do Bradesco, Cidade de Deus, em Osasco, São Paulo. Os sete mil funcionários do Bradesco ficam parados até as 12 horas daquele dia. À tarde realiza-se o Encontro Nacional que define pela greve a partir do dia 29 de outubro. Os principais eixos da campanha estabelecidos são: emprego,<sup>80</sup> reajuste salarial, saúde e condições de trabalho.

As proposições dos bancários para o enfrentamento do desemprego passam pela extensão do horário de atendimento, com a criação de dois turnos de trabalho, sem ampliação da jornada de trabalho; estabilidade no emprego; uniformidade de direitos para os trabalhadores terceirizados; respeito à jornada de trabalho.<sup>81</sup> No dia 27, os banqueiros apresentam uma proposta com reajuste de 5% que é um pouco acima dos 4,33% da inflação do período, participação nos lucros e resultados de 80% do salário somado a R\$ 300 fixos, com pagamento em duas parcelas. Os bancários não aprovam a greve e aceitam a proposta dos banqueiros.

Nos bancos oficiais continua a política de reajuste zero do governo federal. Na Caixa Econômica Federal, após várias polêmicas entre os dirigentes sindicais, a Comissão Nacional dos Empregados orienta a assinatura dos acordos coletivos de trabalho (96/97 e 97/98), com pagamento de um abono total de R\$ 5.500,00 e zero de reajuste. No Banco do Brasil a direção orienta gerentes e comissionados para participarem das assembleias e votarem contra as propostas de mobilização, constringendo os funcionários para aprovarem a proposta do banco. Em várias cidades do país são realizadas paralisações parciais para contrapor-se ao autoritarismo da empresa que tenta impor o reajuste zero e denunciar as cláusulas sociais do acordo 1996/97 que não é assinado pelos sindicatos cutistas. No acordo de 1996/97, o Banco do Brasil têm que recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho para impor o reajuste zero, concedendo apenas um abono de R\$ 2.500,00, e para o acordo 1997/1998, R\$ 2.000,00.

Em 1998 a categoria bancária luta para derrotar a intransigência dos banqueiros que tentam derrubar direitos históricos da categoria. As principais reivindicações aprovadas no Encontro Nacional da categoria são a garantia do emprego<sup>82</sup> e a criação de novos postos de trabalho, respeito à jornada de trabalho de seis

---

<sup>80</sup> O ataque dos banqueiros contra o emprego bancário é constante como revela a Folha Sindical nº 357, 03/07/97, em matéria intitulada "Unibanco quer demitir mais de 250 bancários no país". O banco, diz a Folha, pretende demitir mais de 250 funcionários que trabalham nas Unidades (USB) de retaguarda do banco. O Sindicato reage com a participação dos funcionários em uma greve que paralisa o banco e consegue garantir o emprego dos bancários. Na Folha Sindical nº 358, de 16/06/97, em matéria intitulada "Lutar ainda Vale a Pena", é relatada a greve dos funcionários do Unibanco que dura três dias em Florianópolis. A greve só termina com a garantia de que os funcionários serão reaproveitados na agência ou em empresas terceirizadas que prestam serviços ao banco.

<sup>81</sup> Informativo da Confederação Nacional dos Bancários -CNB/CUT - Sindicato Nacional - jul/97.

<sup>82</sup> A Folha Sindical de 19 de agosto de 1998, destaca: "Funcionários do HSBC Bamerindus são reintegrados". Há uma grande vitória do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e região readmitindo seis bancários, após o fechamento da agência centro do HSBC Bamerindus em protesto contra as demissões arbitrárias de 6 funcionários.

horas, ampliação do horário de atendimento das 09 às 17 horas, reposição salarial de 7,7%, produtividade de 14,8%, participação nos lucros, gratificação semestral para todos, auxílio educacional (bolsas de estudo) e valorização dos pisos. Os banqueiros querem acabar com a gratificação semestral, criar o banco de horas extras, e obter autorização dos bancários para o trabalho em horários especiais (sábados, domingos e feriados) em centros comerciais, aeroportos e feiras. No dia 28 de outubro a Executiva Nacional dos Bancários realiza um dia de paralisação no centro financeiro de São Paulo, com a participação de dirigentes sindicais de todo o país. Agências e departamentos bancários do centro bancário são paralisadas por um dia. O movimento atinge 22 mil trabalhadores e paralisa os serviços de 37 empresas ( Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, Hong Kong Shanghai Banking Corporation, Caixa Econômica Federal, Nossa Caixa, Excel Econômico, Bandeirantes, Sudameris, BMD, Safra, Banespa, Banco do Brasil, Banco Mercantil do Brasil, América do Sul, Banco Francês Brasileiro, ABN Amro, Santander Noroeste, Mercantil, Finasa e Banestado).

No dia 13 de setembro ocorrem paralisações em várias cidades do país com a formação de piquetes de dirigentes sindicais com apoio de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outros sindicatos. Depois destas manifestações a Federação Nacional dos Bancos marca negociações com os bancários e apresenta a seguinte proposta: 2%, a partir de 01/09/98, incidente sobre os salários e verbas praticados em 01/09/97. As diferenças dos meses de setembro, outubro e novembro são pagas na folha de dezembro; abono salarial único de R\$ 700,00 para os empregados na ativa ou afastados por doença, acidente de trabalho e licença maternidade. O pagamento é feito até 10 dias úteis após a assinatura do Protocolo Prévio; outras verbas - anuênio R\$ 7,97, auxílio cesta-alimentação R\$ 120,00; Participação nos Lucros e Resultados - igual ao acordo anterior com pagamento até 01/03/99. Antecipação de 40% do salários mais R\$ 100,00, limitado a R\$ 1.450,00, observado o máximo de 15% do lucro líquido do banco no 1º semestre de 1998. Pagamento até 18/12/98; indenização adicional - as mesmas condições estabelecidas no acordo anterior; mantidas as demais condições do Acordo Coletivo de Trabalho 97/98. É retirado da proposta o fim da jornada de trabalho de 6 horas e o congelamento do anuênio, que foram propostos no começo das negociações pelos banqueiros com o objetivo de flexibilizar o trabalho bancário acabando com a conquista histórica das seis horas. O objetivo da patronal é pressionar por mais produtividade, com jornadas de trabalho mais extensas, contrariando assim as reivindicações dos trabalhadores por redução de jornada de trabalho sem redução de salários. Nesta campanha salarial a Federação Nacional dos Bancos tenta desregular a jornada de trabalho não tendo êxito face à mobilização dos sindicatos.

A campanha salarial de 1998 produz uma mobilização nacional diferenciada das grandes greves nacionais da categoria na década de 80. As manifestações ocorridas nos últimos anos, especialmente em 1998, tem uma grande participação das máquinas sindicais, com os seus dirigentes contando com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para impedir o funcionamento das agências. A campanha e o resultado

dela, principalmente para os bancos privados e estaduais que tradicionalmente acatam as decisões da Federação Nacional dos Bancos, é assim avaliada pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis através do seu principal meio de comunicação, a Folha Sindical:

*Apesar dos pontos econômicos não satisfazerem plenamente os anseios da categoria, o acordo fechado deve ser considerado razoável, levando em consideração a atual conjuntura, a correlação de forças, e a intenção explícita dos banqueiros e governo em flexibilizar direitos dos trabalhadores. Na verdade, o retrocesso no acordo só não aconteceu graças à resistência e à mobilização da categoria. Aliás, se houvesse uma maior participação, um maior envolvimento de cada bancário, com certeza a proposta aceita seria melhor.*<sup>83</sup>

Nos bancos federais, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil não há greve e nenhum reajuste até janeiro de 1999. O quadro de desmobilização dos trabalhadores destes bancos deixa a direção das empresas numa posição confortável para negar a reivindicação dos trabalhadores. As palavras da imprensa sindical expressam esta realidade e fazem apelos dramáticos à mobilização dos trabalhadores: “Mais de 100 dias após a entrega da pauta e ainda não há solução para acordo. A direção da Caixa Econômica Federal insiste em reajuste zero e em retirar direitos(...)É fundamental que os funcionários do Banco do Brasil comecem a refletir sobre o que está acontecendo no banco hoje. Os problemas vêm se acumulando à medida que o conjunto dos trabalhadores da empresa, nos últimos três anos, só tem “dado voto de confiança “para a direção do banco (...) A comissão de Empresa sozinha, por mais capacitada que seja, não vai dar conta de arrancar conquistas, sem respaldo da categoria”<sup>84</sup>

## **6. O sindicalismo bancário na defensiva**

As greves desencadeadas pelos bancários ao longo de sua história propiciam ganhos de direitos e avanços organizativos que a colocam como categoria de relevância para as lutas gerais da classe trabalhadora. Da década de 30, com a primeira greve dos funcionários do Banco do Estado de São Paulo, em 1932

---

<sup>83</sup>Folha Sindical n° 386, 02/dez/98.

<sup>84</sup>Folha Sindical n° 387, 16 de dezembro de 1998.



exigindo e conquistando melhores condições de trabalho às greves da década de 90 é um longo percurso de embates entre os bancários e os banqueiros. Entre trabalhadores e burguesia. No entanto, fica evidente o limite destas lutas, que embora essenciais do ponto de vista da sobrevivência dos trabalhadores tendo em vista o papel econômico que os sindicatos tem de manter o preço da força de trabalho em valores razoáveis para a sua subsistência não conseguem após várias décadas de luta superar seus problemas imediatos nesta sociedade regulada pelas relações sociais capitalistas.

As lutas desencadeadas durante o período de grandes mobilizações como foi as greves dos anos oitenta obtêm conquistas parciais, mas já na década seguinte, em 1990, há um retrocesso nas condições de trabalho de milhares de bancários. As greves não resolvem definitivamente os problemas dos trabalhadores, mas constituem-se na prova mais segura de que uma “batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia se aproxima. As greves são para os operários a escola da guerra onde se preparam para o grande e inadiável combate; são o ato pelo qual os operários proclamam sua recusa a obedecer, primeiro num ramo da indústria e depois em vários, e pelo qual aderem ao movimento operário”.<sup>85</sup>

O alerta da Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os Sindicatos, texto elaborado por Marx e adotado no I Congresso da Internacional, em setembro de 1866, continua extremamente válido. Nesta resolução se avalia o passado, o presente e o futuro dos sindicatos. Narra-se que os sindicatos nascem dos esforços espontâneos dos trabalhadores contra as ordens despóticas do capital e para impedir os efeitos nefastos da concorrência entre eles. Afirma que os sindicatos preocupam-se demasiadamente com lutas locais e imediatas contra o capital e que devem passar a agir como focos de organização da classe operária para o fim de sua emancipação radical.

Utilizando esta referência para os trabalhadores bancários podemos afirmar que os sindicatos atualmente constituídos estão tendo dificuldades de organizar as lutas imediatas e locais e que estão bastante distantes de uma luta emancipatória que suprima o regime da propriedade privada dos meios de produção. O montante de greves realizadas pelos trabalhadores não emancipam completamente o trabalhador, mas são uma necessidade na luta entre capital e trabalho.<sup>86</sup> Mas, passemos para uma breve análise das lutas bancárias nos últimos anos.

Após o fim da ditadura militar ocorre uma retomada da mobilização e organização da categoria bancária, rompendo os limites da estrutura sindical corporativa e as amarras do regime autoritário. Várias greves são realizadas, potencializadas pelas características da categoria bancária. Trabalhando em bancos organizados nacionalmente e tendo uma data-base unificada em setembro, os bancários conseguem na década de 80 realizar grandes greves nacionais e por banco, conquistando avanços econômicos e sociais nas pautas de

---

<sup>85</sup> MARX e ENGELS, 1974.

<sup>86</sup> MARX, K., ENGELS, F. *La Internacional. Documentos, Artículos y Cartas*. 1ª Edición Méjico, Fondo de Cultura Económico, 1988, p.30.

reivindicações que foram entregues aos banqueiros. Na década de 1990 com a ascensão do governo neoliberal de Fernando Collor de Mello que tem como objetivos centrais a privatização acelerada das estatais, a desregulamentação da economia e a destruição do principal foco de resistência, o movimento sindical representado pela Central Única dos Trabalhadores, as mobilizações diminuem. Nestes anos (1990-98) “o desenvolvimento intenso da automação, as mudanças de perfil da força de trabalho, as novas formas de gerenciamento e contratação e o medo da demissão obstaculizam a deflagração de movimentos de massa com ampla participação e adesão dos trabalhadores bancários”.<sup>87</sup>

A discussão sobre a participação dos trabalhadores nos resultados da empresa tem sido marcante nas últimas campanhas salariais, contribuindo para a flexibilização da remuneração da força de trabalho. Ao lado da participação dos lucros que é paga anualmente, os bancos tem introduzido a remuneração variável, uma parte do salário que é paga conforme o desempenho individual do bancário ou da agência.<sup>88</sup> A ação sindical começa a valorizar a discussão da remuneração variável e da participação nos lucros em detrimento da questão salarial, indicando uma aceitação do movimento sindical em discutir formas de individualização e flexibilização do pagamento da força de trabalho, implicando em renúncia de práticas coletivistas.<sup>89</sup>

A mudança do perfil da categoria que acentua-se à partir dos anos 90, com a intensificação do desemprego, a alteração dos níveis hierárquicos no interior dos bancos, a eliminação de uma grande quantidade de trabalhadores da retaguarda de serviços que são a vanguarda das greves, o envelhecimento da categoria e a falta de perspectiva profissional em bancos estatais,<sup>90</sup> levam o movimento sindical bancário a um refluxo em suas lutas. Diminui a participação dos bancários na vida sindical, que materializa-se na diminuição das greves ocorridas no período 1990-1998. Os Centros de Processamento de Dados, um núcleo estratégico das greves, perdem sua importância com o processo de terceirização, automação acelerada e extinção de alguns pontos de serviço.<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup>JINKINGS, N. “Trabalho dos Bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro”. In: *Revista Práxis*. Belo Horizonte, 1998, nº11.

<sup>88</sup>DIEESE. *Programa de Participação nos Resultados (PPR) do Unibanco: Alguns Comentários*. São Paulo, Subseção SESE/SSEB-SP.

<sup>89</sup>LARANJEIRA, S. *As Novas Tecnologias e a Ação Sindical no Setor Bancário: As Experiências Britânica e Brasileira*. Trabalho apresentado no 17 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, de 22 a 25 de outubro de 1993.

<sup>90</sup>“O bancário de hoje é na maioria homem, jovem, branco, casado e tem curso superior. Esses dados significam uma mudança radical no perfil da categoria. Até pouco tempo atrás, o bancário era um trabalhador de ‘bico’, principalmente nos bancos privados, onde a rotatividade era uma regra. Nestes tempos, os locais de trabalho eram cheios de profissionais. Hoje a categoria é bem menor, fruto da política de automação tecnológica. A pesquisa mostra que existe neste fim dos anos 90 uma categoria profissionalizada, com pessoas tendo objetivo de seguir carreira, preparadas com alto nível de escolaridade e espírito competitivo” (Datafolha, 1996).

<sup>91</sup>“Nos centros de processamento, realiza-se grande parte do serviço de retaguarda das agências desde a elaboração e atualização das listagens contábeis das contas correntes, poupanças, aplicações, além de controlar o funcionamento das agências interligadas ao computador central. Quando uma greve se inicia à zero hora, a interrupção do trabalho nesses centros é estratégica para a sua propagação. Isto porque, segundo uma funcionária do Cesec, ‘não dá tempo de processar e soltar as listagens que saem às 6 horas da manhã seguinte. Sem essas listagens fica muito difícil as agências trabalharem. O Cesec tem que parar, senão a greve já começa furada e na época o pessoal era muito dividido; tinha muito medo e insegurança. Então era uma forma de garantir a paralisação nas agências’”(BLASS, 1992, p.136).

Os centros de compensação que eram descentralizados e funcionavam com grande número de trabalhadores passam por um processo de centralização e diminuição dos trabalhadores.<sup>92</sup>

No caso dos bancos privados verifica-se o medo do desemprego, e mesmo num contexto de radical exploração capitalista do trabalho bancário, os trabalhadores preferem as saídas individuais, produzindo resultados favoráveis à rentabilidade dos bancos. Segundo a pesquisa Datafolha 1996 encomendada pela Executiva Nacional dos Bancários, parcela significativa da categoria aspira seguir carreira no banco. A avaliação é predominante entre os bancários de bancos privados, onde 53% dos trabalhadores entrevistados dizem considerar muito criativa a função que desenvolvem e 72% desejam permanecer na profissão, apesar de considerar muito competitivo o processo de trabalho.

As medidas governamentais na condução da política monetária do país fortalecem o setor privado e atacam os bancos públicos com vistas à sua privatização, como ocorre com alguns bancos estaduais. Para efetivar este processo o governo federal promove o arrocho salarial, os programas de demissões incentivadas e terceirização de serviços aumentando a precarização do trabalho neste bancos.<sup>93</sup> A conquista de ingresso por concurso público e de planos de carreira que sempre orientavam as promoções conduziam a melhores condições de salários e trabalho nos bancos públicos. Nos últimos anos os programas de ajuste administrativo adotados vem destruindo as relações de trabalho fundadas na estabilidade e na ascensão profissional, instaurando situações típicas dos bancos privados.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup>A Folha Sindical do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, em sua edição de 12 de janeiro de 1999, anuncia a suspensão temporária da transferência da Câmara de Compensação dos bancos de Florianópolis para Curitiba. Para o Sindicato a medida pode significar o fechamento de aproximadamente mil postos de trabalho, atingindo um universo de três mil pessoas. A transferência da compensação faz parte de uma política dos bancos em transferir e centralizar a compensação em São Paulo.

<sup>93</sup> Um levantamento minucioso do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pernambuco, sobre as condições de trabalho e saúde do funcionalismo do Banco do Brasil apontou um quadro assustador: 66,9% dos funcionários fazem horas extras; 61,8% consideram seu volume de trabalho sempre ou quase sempre excessivo; 71,0% consideram o ritmo de trabalho acelerado; 57,8% testemunharam que o banco de horas não está sendo cumprido em sua agência; 61,0% não fazem nenhuma pausa durante o trabalho, além do horário de refeição ou lanche; 35,8% sentem cansaço ou estresse; 52,7% têm sensação de dor ou queimação nas costas e /ou pescoço. Este é o resultado de quatro anos de gestão do presidente Paulo César Ximenes que demitiu mais de 40% do quadro (50 mil funcionários), atacou os direitos dos empregados, deixou o funcionalismo quatro anos sem reajuste salarial, desenvolveu uma política de recursos humanos de permanente atrito e elevadíssima tensão, deteriorou as condições de trabalho, foi o principal responsável por um prejuízo de R\$ 12,5 milhões em 95/96, elevou a carga de trabalho, implantou uma discriminatória participação nos lucros, dificultou o financiamento à agricultura, e implantou uma política de destruição do Banco do Brasil como banco social voltado para o desenvolvimento e a geração de empregos (O Espelho, informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, CNB/CUT, janeiro 99, nº 179).

<sup>94</sup>A diferenciação nas condições de trabalho entre bancários de bancos privados e estatais é histórica. Entre os funcionários de bancos estatais destaca Romanelli dados muito significativos a respeito dos valores cultuados por eles e que tem influência na ação sindical: "Uma vez que se imaginam investidos simbolicamente de parte do prestígio que envolve o nome do Banco". Estes bancários cultuam a tese de que o Banco não tem dono, pertence ao Estado, por isto, defendem um modelo de Estado situado além das diferenças de classe, que deve proteger a todos. "através do Banco, o Estado deve amparar os proprietários que necessitam de financiamento, sem descurar dos trabalhadores. Especificamente, não devia descurar dos interesses dos bancários, cujo trabalho é fundamental para a distribuição do crédito do Estado, essencial para a expansão do setor produtivo" (ROMANELLI, 1978, p.218).

A capacidade organizativa dos funcionários dos bancos públicos é minada pela reengenharia e pelo terrorismo que implanta-se sob a ameaça da demissão.<sup>96</sup>

Se por um lado, o processo de desmonte das estatais joga todos na vala comum da identidade bancária remetendo para a necessidade de ações conjuntas em contraponto ao microcorporativismo apontado por Junkes (1997), que se materializa na evolução das greves após 1988, apesar de todo o discurso da busca da unidade da categoria realizada pelos dirigentes sindicais mais lúcidos, de outro, há uma perda da capacidade organizativa conquistada historicamente. A impulsão de greves unificadas sempre teve participação fundamental dos bancários de bancos estatais, que propiciavam com sua participação nos piquetes um fortalecimento do movimento em solidariedade aos trabalhadores de bancos privados que vivendo uma situação de alta rotatividade e repressão interna sempre tiveram maior dificuldade para participar dos movimentos. Canedo (1986) destaca que a participação dos funcionários do Banco do Brasil fora fundamental para a conquista da centralização do movimento sindical bancário.

Avança-se muito pouco nas negociações com os banqueiros, além de escassas reposições de resíduos inflacionários conquistados pelos bancários junto à Federação Nacional dos Bancos e alguns bancos estaduais. O fim da indexação salarial e a instituição da livre negociação nos governos Collor e Cardoso cria forte clima de insegurança entre os trabalhadores, que participam menos das greves diante das perdas acentuadas de postos de trabalho.

Jinkings (1999) afirma que o sindicalismo bancário passa a centrar-se nas questões mais imediatas da regulamentação do preço da força de trabalho e das condições de emprego. As táticas e estratégias são defensivas, ou seja, não questionam o domínio do capital sobre o trabalho e não conseguem intervir no processo de mudanças tecnológicas e organizacionais que implantam-se nos bancos para intensificar a exploração do trabalhador bancário.

A falta de mobilização da categoria em torno de lutas de caráter estratégico, como a defesa do emprego e a defesa da regulamentação do sistema financeiro nacional (democratização do crédito) leva ao enfraquecimento dos sindicatos bancários enquanto expressão de uma vontade coletiva organizada em torno de seus interesses de classe. Por mais que os dirigentes dos sindicatos filiados à CUT e que são maioria nos bancários imprimam palavras de ordem e tirem resoluções de seus Congressos e Encontros não se consegue um confronto vitorioso contra as forças da burguesia financeira e do Estado. O sindicalismo bancário reflete assim uma série de problemas do próprio movimento sindical brasileiro, pois além da crise organizativa derivada do processo de reestruturação do sistema financeiro, há uma crise ideológica que

---

<sup>96</sup>Conforme discurso do Deputado Federal Vanio dos Santos, em 14 de julho de 1997, na Câmara dos Deputados, a Caixa Econômica Federal conta atualmente com 58.801 empregados, 14.253 estagiários, 5.764 menores e 20.525 prestadores de serviços. In: Deputado Federal Vanio dos Santos -Mandato Popular, Brasília, 1998.

redunda no rebaixamento das plataformas de luta do setor bancário e do seu distanciamento do conjunto da classe em embates mais amplos contra o capital.

Portanto, a crise do movimento sindical e do capitalismo atinge também os bancários, que praticam um sindicalismo defensivo, com muitas dificuldades para resistir aos impactos negativos decorrentes da reestruturação dos bancos, cuja face mais visível é a drástica redução dos postos de trabalho. Parte dos limites sindicais está posta na instabilidade constitutiva dos trabalhadores instáveis e desempregados que torna quase impossível sua integração aos sindicatos que ainda não extrapolaram o limite corporativo. Esta situação para ser superada exige um sindicalismo que privilegie a organização interprofissional dos trabalhadores. Esta tarefa de síntese da luta de trabalhadores instáveis, permanentes e desempregados ainda está longe de materializar-se no horizonte organizativo dos atuais sindicatos. As deliberações do II Congresso da Confederação Nacional dos Bancários da CUT, realizado em 1997, defende a organização de um Sindicato Nacional por ramo de atividade e o desenvolvimento de uma forte organização por local de trabalho nas empresas do sistema financeiro. Mas a estrutura organizativa por si só não basta. Cabe dizer que a necessidade de uma orientação política correta para os trabalhadores é a questão central para a luta de classes.

*Primeiro é preciso fazer a constatação que o sindicato é uma entidade que está limitada a representar quem tem relação formal de trabalho, o trabalhador com carteira assinada, que tem um contracheque, está numa empresa, e daí advém a força que os sindicatos tiveram no passado, que é a representação política dos trabalhadores, ou seja, quanto mais trabalhadores nessa relação formal de trabalho, mais peso tem o sindicato. Mas na medida em que o projeto de globalização, com tudo que advém dele foi sendo implantado, houve a mudança daquele sistema anterior, com grandes fábricas, grandes concentrações, para um sistema altamente informatizado. E a nossa categoria, a categoria bancária, é uma das mais afetadas por esse processo de mudança tecnológica e mudança de estrutura, os bancos estão incentivando o auto-atendimento do cliente, o atendimento à domicílio, e com isso dezenas, centenas de trabalhadores por dia são substituídos e são jogados para fora. E o sindicato não está preparado para representar o trabalhador que foi demitido. Perdeu o vínculo perde também o contato com o sindicato. Daí começa todo o processo de diminuição das nossas possibilidades.<sup>96</sup>*

A resistência se fragiliza com a mudança do perfil da categoria e com a conjuntura de crise do capitalismo, onde o ataque contra os direitos trabalhistas é extremamente forte. Vem ocorrendo uma debilidade na resistência dos trabalhadores, conforme assinalam os entrevistados sobre a participação dos bancários na greve.

---

<sup>96</sup>Deputado Federal Vânio dos Santos. In: *Folha Sindical* n° 388, 29.01.99, reportagem *Muito além da categoria*.

*Outra greves foram num período ruim, de crise, já que antecipavam algumas derrotas para o movimento sindical, que foi exatamente entre 1990 e 1993. Foi um período muito difícil, muito complicado. Era um período do governo Collor, onde se reacendeu novamente a luta sindical justamente no processo de impeachment do governo Collor. Então é o quadro que o movimento sindical se confita entre si mesmo. Pois bem, esse período a que eu me referia (90/94), ele tem esse marco. Diminuiu o número de greves à nível nacional. Diminuiu a participação do movimento sindical enquanto fator social nos destinos do país.<sup>97</sup>*

O desemprego é uma das condições que determinam o refluxo das greves na década de 1990 e a diminuição da participação dos trabalhadores na luta sindical. Como afirma Bih: “Vê-se, aqui, como o desenvolvimento do desemprego e da instabilidade, além da chantagem e da ameaça permanente que permite, certamente, enfraquece mais a capacidade conflitual dos trabalhadores do que os repetidos ataques sustentados nesses últimos anos ao próprio direito de greve em certo número de países capitalistas”.<sup>98</sup> Alguns relatos dos trabalhadores discorrem sobre esta situação:

*A quantidade de agências diminuiu. Diminuiu uma parte considerável também de departamentos. A Agência Praça XV tinha 283 trabalhadores até 1989. Hoje tem exatamente 47 funcionários. Esse é um quadro que dá para perceber a quantidade de demissões acontecidas. Mas as lutas foram intensas com o fechamento da agência diversas vezes. Agora é importante dizer que havia uma contradição nesses trabalhadores. De acreditar que não seria com eles. A principal dificuldade é justamente a idéia que o banco desenvolveu junto aos trabalhadores de que eles eram de fato descartáveis. E esses mecanismos ideológicos contribuíram consideravelmente para o enfraquecimento de nossas lutas de resistências.<sup>99</sup>*

*A diferença é que antigamente não existia o desemprego, e sim emprego. Quanto mais o banco cheio, mais gente tinha que ter para atender o cliente. É claro que eles faziam aquela reunião e brigavam. Brigavam que a gente tinha que estar ali no banco. É claro que cada um tinha sua posição, mas como não havia desemprego, é claro que as pessoas iam para a greve sem medo e hoje é claro que mudou, e ia oitenta por cento para a greve. Hoje se fizer uma greve não vai dois por cento, e é claro que eles tem medo de perder o emprego e isto acontece mesmo. Se houver uma greve, e participar 15 pessoas, quando eles voltarem para o banco eles são demitidos.<sup>100</sup>*

---

<sup>97</sup>João Carlos Nogueira, funcionário do Bradesco e diretor do SEEB/Florianópolis.

<sup>98</sup>BIHR, 1998, p.103.

<sup>99</sup>Entrevista com João Carlos Nogueira, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, realizada no dia 14/05/98, na sede do Sindicato dos Bancários, às 08:30 horas.

<sup>100</sup>Funcionário do Bradesco da agência Praça XV, de Florianópolis, entrevistado em 08/05/98.

*Pouquíssima participação nas greves. Um dos pontos fundamentais da pouca participação, inclusive o medo, é um número grande de demissões. Há um percentual grande de desemprego, dentro da Caixa, dentro do Banco do Brasil, e dentro do BESC, onde aconteceram vários planos de demissão voluntária. Onde se perdeu um número de pessoas que formulavam as idéias, principalmente, dentro do Banco do Brasil. Então isso trouxe uma influência muito grande para a categoria bancária.*<sup>101</sup>

A força de trabalho bancária sob os impactos negativos da reestruturação tecnológica, organizacional e administrativa dos bancos encontra dificuldades para organizar-se e mobilizar-se para uma luta ofensiva contra as bases de acumulação capitalista. O desemprego e a fragmentação entre os trabalhadores que permanecem desenvolvem um sentimento de insegurança e enfraquecem o sentido de pertencimento a uma classe social. Mas, ressaltamos que resistências parciais e fragmentadas manifestam-se no plano das lutas sindicais<sup>102</sup> demonstrando o estranhamento dos trabalhadores bancários ao processo de exploração capitalista que é implementada pelos banqueiros.

O mais importante a dizer do balanço de lutas da categoria bancária desde os primórdios da sua organização sindical, na década de 30,<sup>103</sup> é que ela teve avanços e recuos, conquistas e derrotas. Está diante de uma realidade desafiadora estabelecida pela possibilidade de sua extinção gradativa enquanto categoria. Como os sindicatos vão inverter esta lógica é muito difícil de prever. Por ora, concluímos com as palavras do ex-funcionário do Bradesco, André: “Até onde eles vão segurar isso é meio difícil de avaliar. Vai levar a uma radicalização maior dos trabalhadores que vão ficar desempregados. Há este momento de flores, mas vai acabar. Estas flores vão murchar”.<sup>104</sup>

---

<sup>101</sup>Fábio da Silva, funcionário do Bradesco e dirigente sindical, em entrevista realizada, em 27/04/98.

<sup>102</sup>As demissões ocorrem com frequência na categoria bancária devido aos vários fatores já mencionados na análise do capítulo I desta dissertação. Mas, neste processo sempre está presente a manifestação de resistência, seja através de paralisações, recursos ao poder judiciário, ou até mesmo as denúncias e fechamentos de agência em protesto. Como dirigente sindical que participa desta saga dos trabalhadores registro alguns destes momentos neste capítulo através de notícias publicadas no jornal Folha Sindical, do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, no período 1987 à 1998.

<sup>103</sup>O movimento sindical dos bancários teve origem em 1923 com a criação da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, uma sociedade de caráter recreativo, instrutivo e beneficente. Outras categorias, como portuários, ferroviários e comerciários já haviam se organizado desde os o final do século passado em associações livres. Isto explica-se pelo fato de as ferrovias, os portos e o setor de serviços serem estratégicos para o funcionamento de uma economia agro-exportadora. As associações eram livres em relação ao Estado, e em 1930, Getúlio Vargas cria a legislação que oficializa os sindicatos colocando os sob tutela estatal. É neste contexto que passam a formar-se a maioria dos Sindicatos de Bancários, conforme assegura Canêdo (1986, p.15.) “Para os bancários, menos experientes, o reconhecimento de suas atividades pelo Estado pode representar uma proteção contra as ameaças do patronato. Neste sentido, o enquadramento sindical foi inicialmente, visto por eles como uma proteção do Estado contra um empresariado pouco disposto a reconhecer sua legitimidade”.

<sup>104</sup>André Luiz Silva, ex-funcionário do Bradesco, entrevistado em 08/05/98.

## Conclusão

Nesta dissertação situamos o desemprego entre os trabalhadores de modo geral e os bancários, relacionando-o com a crise do capitalismo e as transformações do sistema financeiro mundial e nacional. Uma marca do regime capitalista são suas constantes crises. A mais recente inicia-se na década de 70, quando começa a redução dos índices de crescimento econômico ocorridos após a Segunda Guerra Mundial.

A burguesia desencadeia uma ofensiva contra os direitos trabalhistas conquistados na fase de construção do Estado de bem-estar social. Com o neoliberalismo, ela retoma os pressupostos do liberalismo clássico, advogando a necessidade da retirada do Estado da economia e o predomínio das leis do mercado para a regulação do funcionamento da sociedade. Os pilares das idéias neoliberais são a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais, a diminuição da carga tributária sobre as empresas, a redução de gastos trabalhistas, e a destruição do poder sindical. Junto com a ofensiva neoliberal ocorre uma reorganização tecnológica e organizacional no interior das empresas com o objetivo de reduzir a utilização de força de trabalho e deste modo, produzir mercadorias mais baratas para vender no mercado mundial.

Evidenciamos que o desemprego é um componente estrutural do capitalismo, sendo maior ou menor, em determinadas conjunturas históricas, em estreita relação com o desenvolvimento das forças produtivas e das lutas de classes que conformam a sociabilidade humana. Ele confunde-se com a própria história do capitalismo e da indústria. Embora apareça como traço universalmente associado ao surgimento de novas tecnologias, o desemprego é social, produto de políticas econômicas definidas pela classe capitalista a favor da racionalidade capitalista. A inovação tecnológica é utilizada pelos capitalistas para defender-se das crises que são mais intensas e mais frequentes.

Para os bancários esta onda conservadora reflete-se em diminuição dos níveis de emprego. As mudanças organizacionais, tecnológicas e institucionais, combinadas com os planos de ajustes econômicos do governo implicam numa enorme redução da categoria, ao mesmo tempo em que se aumenta a precarização da força de trabalho bancária e a intensificação da exploração. Aceleram-se os ritmos de trabalho e prolongam-se as jornadas além das seis horas legais. Com mais tecnologias e menos trabalhadores eleva-se a rentabilidade dos bancos. O Bradesco é a ilustração viva deste movimento. Nas últimas décadas, este banco adapta-se ao cenário de internacionalização da economia e mutações do sistema financeiro brasileiro e mundial com absoluto sucesso. Por um lado, o Bradesco sempre está na liderança do sistema no que tange à inovação



tecnológica. De outro, constrói um projeto de dominação de sua força de trabalho que se constitui na filosofia da carreira fechada.

A consequência dos ajustes do Bradesco a este novo cenário internacional de crise do capital é a dispensa massiva de trabalhadores. No processo de ajuste à concorrência intercapitalista no mercado financeiro e no contexto da difusão ampliada da automação e das novas formas de organização do trabalho observa-se um crescimento do desemprego no Bradesco.

O estudo do Bradesco evidencia que muito embora a tecnologia apareça como geradora de desemprego, este é um fenômeno social derivado das relações de produção e intensificado nos momentos de crise do capitalismo, quando as taxas de crescimento da economia baixam muito e não permitem a incorporação de trabalhadores no mercado de trabalho. Vários fatores conjugados resultam no aumento do desemprego dos bancários: as novas tecnologias, a terceirização de serviços, os programas de qualidade total, as políticas salariais de remuneração variável, e juntando-se a estes fatores a adoção de um novo perfil de atuação do sistema financeiro numa economia mundialmente dominada pelo capital especulativo internacional.

O sindicalismo que tem expressado a resistência dos trabalhadores frente às formas de exploração inauguradas com o capitalismo vive momentos de recuo. Passa por uma crise ideológica e organizativa e por grandes dificuldades para resistir às transformações capitalistas em curso. O sindicalismo encontra-se numa postura defensiva diante do ataque dos capitalistas e não tem encontrado caminhos de luta que possam contrapor-se eficazmente à queda dos direitos trabalhistas.

No balanço das greves bancárias encontramos reivindicações dos trabalhadores quanto ao emprego e às melhores condições de trabalho, no entanto, salvo os avanços na década de 30, quando conseguem a jornada de 6 horas e a estabilidade por dois anos, nos últimos anos nenhuma conquista significativa em defesa do emprego é obtida. Neste contexto, embora a preocupação com o emprego tenha estado sempre presente nas pautas sindicais, inclusive com propostas ousadas, como a redução da jornada de trabalho para 5 horas diárias e a ampliação do horário de atendimento dos bancos, que passaria a ser das 09 às 17 horas, não há margem de negociação para o tema com os banqueiros. A possibilidade de diminuir as jornadas de trabalho dos bancários que seria uma forma de atenuar o quadro de desemprego é enfaticamente negada pelos donos do capital que também são os líderes em inovação tecnológica. Ao contrário, nas últimas campanhas salariais os banqueiros tentam acabar com os limites legais à jornada de trabalho de seis horas, retomar a jornada de 8 horas e instituir o trabalho aos sábados que fora extinto na década de 1960. O contra-ataque dos banqueiros leva os sindicatos a um recuo nas suas propostas. Passa-se a defender o respeito à jornada de trabalho, e ao invés de lutar-se pela estabilidade, adota-se a genérica luta pelo cumprimento da Convenção 158 da OIT. Reivindica-se dos bancos cursos de qualificação e requalificação profissional que não resolvem o problema do bancário desempregado ou em vias de desemprego.

O enfraquecimento sindical e de sua principal forma de luta, a greve, evidencia-se na década de 90, quando ocorre uma redução significativa desta modalidade de enfrentamento com os patrões. O movimento sindical bancário apresenta propostas em defesa do emprego, mas não consegue envolver a categoria e

enfrentar a reestruturação capitalista no setor. Voltado para as questões mais imediatas da regulamentação da força de trabalho e das condições de emprego, limitado à práticas sindicais defensivas que não combatem as bases do domínio capitalista sobre os trabalhadores, eles têm dificuldades para garantir direitos trabalhistas no processo de reestruturação tecnológica e organizacional que se implanta sob a lógica do capital.

Diante da flexibilização dos direitos trabalhistas impostos pela burguesia no quadro da crise do capital, impõe-se que o sindicalismo passe a elaborar coletivamente com os trabalhadores as alternativas contra o desemprego e a exploração. As condições colocadas na atualidade devem levar o movimento sindical a colocar no centro de suas reivindicações a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário para que todos possam trabalhar e pela estabilidade no emprego. Outro grande desafio é a incorporação efetiva dos desempregados e trabalhadores precarizados (terceirizados, estagiários etc.) à organização sindical, colocando em prática a solidariedade de classe.

Ao movimento sindical cabe a perspectiva da luta de classes, resgatando a solidariedade e a consciência anticapitalista daqueles que vivem do trabalho e produzem as riquezas desta sociedade. É preciso questionar radicalmente o problema do desemprego e lutar por um novo projeto social que tenha por pressuposto uma inversão radical das relações de poder na sociedade, tornando propriedade social o que já é produção social na moderna sociedade burguesa.

Há que se recuperar o horizonte socialista no âmbito das lutas dos trabalhadores. O movimento sindical deve sair dos modos de ação defensivos e partir para uma luta ofensiva. As contradições objetivas do capital colocam esta possibilidade para os trabalhadores. Diante da crise estrutural do capital, a fase histórica de conquistas defensivas está limitada, e o trabalho, enquanto antagonista do capital, só pode avançar na sua causa, tornando-se ofensivo, encarando como seu objetivo a radical negação e a positiva transformação do modo de produção capitalista, mesmo quando estiver lutando por objetivos mais limitados, como melhores salários. Isto significa dizer que permanece de extrema atualidade a luta dos sindicatos, cabendo-lhes ligar a luta imediata por melhores condições de trabalho a um processo de formação ideológica anticapitalista que se expresse em lutas políticas contra o domínio do capital. Para isto é necessário o desenvolvimento de uma consciência socialista no interior do movimento sindical que desenvolva as condições subjetivas para este enfrentamento.

## Referências Bibliográficas

- ALCORTA, L. *El nuevo capital financeiro; Grupos financeiros y ganancias sistêmicas en el Perú*. Lima, Fundación Friedrich Ebert, 1992.
- AMORIM, W. A. C. de. *As negociações coletivas no setor bancário paulista (1979-1985)*. São Paulo, PUC, 1992, mimeo, 212 p. (dissertação de mestrado).
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ª. ed. São Paulo, Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Anotações sobre a redução da jornada de trabalho e o tempo livre". In: *Revista Praxis*, nº 07. Belo Horizonte, Projeto, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, R.; BEYNON, H.; MCILROY, J.; RODRIGUES, I. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos; Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 1997.
- ARAÚJO, J.P. *A Construção do Sindicalismo Livre no Brasil*. Belo Horizonte, Lê, 1993.
- AUED, B. W. "Reflexões sobre o contrato coletivo de trabalho". In: *Cadernos Andes*, nº 11. Florianópolis, Única Artes Gráficas, novembro de 1993.
- \_\_\_\_\_. *Histórias de Profissões em Santa Catarina*. Florianópolis, Palotti, 1999.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Unesp, 1996.
- AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo, Scritta, 1995.

BARROS, J. R. M. (et alii). *Reestruturações produtivas e do setor financeiro*. Brasília, Ministério da Fazenda, 1998.

BANCO CENTRAL. *O Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real*. Brasília, dezembro de 1998.

BARELLI, W. "Reforma bancária: um plano para aumentar a exploração". In: *Folha Sindical* n° 39. Florianópolis/SC, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, 1988.

BLASS, L. *Estamos em Greve; Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários*. São Paulo, Editora Hucitec/Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.

BLASS, L. *Automação bancária: práticas e representações*. Caxambu, Minas Gerais, XVI Encontro Anual da ANPOCS, 21 a 24 de outubro de 1992.

BERNARDO, J. *A reestruturação capitalista*. Belo Horizonte, 1995, mimeo. Texto produzido para a atividade denominada "Reestruturação capitalista e os sindicatos", realizado na Escola Sindical 7 de Outubro, de 03 a 14 de julho de 1995.

BENJAMIN, C. (et alii). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

BIANCHI, Á (et alii). *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo, Xamã, 1997.

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa; O movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

BLACKBURN, R. (et alii). *Depois da queda; O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

BOITO JÚNIOR, A. "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil". In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, UNICAMP, 1991.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRASIL NUNCA MAIS. *Brasil Nunca Mais Um Relato Para a História*. 13ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

BRESCIANI, L. P. *Tecnologia, organização do trabalho: da resistência à contratação*. São Paulo, 1991, 279 p. (dissertação para obtenção do título de mestre em engenharia, na Escola Politécnica de São Paulo).

CACIAMALI, M.C. "Desempregados somam 1,36 milhão". In: *Gazeta Mercantil, Balanço Anual 1997*,

- São Paulo, p.17.
- CASTRO, M. S. P. (et alii). *Sindicalismo latino-americano, entre la renovación y la resignación.*, Venezuela, Nueva Sociedad, 1995.
- CAMPOS, L. *Acumulação e autoritarismo.* Brasília/DF, Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1997.
- CANTU, M. C. M.; ULIANA, C. A. *A responsabilidade social do sistema financeiro.* Genebra, Exposição realizada na IV Conferência Mundial da FIET, 1996, mimeo.
- CARVALHO, C. E. *Conjuntura econômica e sistema bancário brasileiro no 2o trimestre de 96.* São Paulo, CNB, 1996, mimeo.
- CARTA DOS AUDITORES FISCAIS. Canela (RS), 27 de novembro de 1998, mimeo.
- CASTRO, D. S.; MACEDO, B. G. "O FAT e o sistema público de emprego: a visão dos trabalhadores". In: *Revista Proposta*, nº 74, setembro/novembro de 1997.
- CASTORIADIS, C. *Socialismo ou barbárie; o conteúdo do socialismo.* São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CASTRO, R. "Globalização e direitos humanos". In: *Folha de São Paulo*, 10 de dezembro de 1998.
- CATTANNI, A. D. *Processo de trabalho e novas tecnologias.* Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1995.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital.* São Paulo, Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. "A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro". In: *Revista Praga* nº 03. São Paulo, Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Crise da Ásia ou do capitalismo?". In: *Revista da Adusp*. São Paulo, julho de 1998.
- CERQUEIRA, E. H. A. G. e AMORIM, W. A. *Evolução e características do emprego bancário.* Belo Horizonte, 1995, 17 p.
- COGGIOLA, O. (et alii) . *Globalização e socialismo.* São Paulo, Xamã, 1997.
- CORTELETTI, R. F. *Desemprego e readaptação no mercado de trabalho.* Florianópolis, UFSC, 1996, mimeo (monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC)
- COMIN, A. *Bancários de São Paulo ; Um retrospecto.* São Paulo, 1991, mimeo.
- CNB/CUT e INST. *A saúde no trabalho bancário.* São Paulo, Bangraf, 1993.
- CNB-CUT. *Democratização e Controle Social do Sistema Financeiro - A CNB-CUT e a Regulamentação do*

- Sistema Financeiro Nacional*. São Paulo, Gráfica dos Bancários de São Paulo, s/d.
- CNB/CUT. *Balanco Antisocial dos Bancos*. São Paulo, Campanha Salarial dos Bancários/97.
- DATAFOLHA. *Perfil do Bancário e Avaliação do Atendimento Bancário Pela População*. São Paulo, Datafolha, 1996.
- DIAS, E. (et alii). *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A liberdade (im)possível na ordem do capital; reestruturação produtiva e passivização*. In: Textos didáticos nº 29. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1997.
- DIEESE. *Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção*. São Paulo, Parma, 1994.
- DIEESE. *Reestruturação Produtiva, Emprego e Exclusão Social*. Florianópolis, dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. *Automação nas agências bancárias em cidades de porte médio: o caso de Juiz de Fora*. São Paulo, Confederação Nacional dos Bancários, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os programas de qualidade total e o setor bancário*. Vitória, Subseção do SEEB/ES, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O emprego bancário em Santa Catarina*. Florianópolis, Subseção Bancários/SEEB de Florianópolis e Região, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Globalização da Economia e a informatização do Sistema Financeiro*. Brasília, Subseção do SEEB Brasília, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Banco Bradesco: Desempenho em 1997*. Belo Horizonte, março de 1998.
- \_\_\_\_\_. *O ajuste dos bancos ao Plano Real: o caso do Bradesco*. Belo Horizonte, Subseção do SEEB de Belo Horizonte, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A jornada de trabalho nos bancos*. São Paulo, Subseções CNB/CUT, SEEB/SP e ANABB, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Mudanças no perfil da categoria bancária: ocupação, gênero, escolaridade e faixa etária (1986-1994)*. São Paulo, Subseção do SEEB/São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os impactos das fusões de bancos sobre o trabalho bancário*. São Paulo, Subseção CNB/CUT, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Desempenho e reestruturação dos bancos após o Plano Real*. Junho de 1997.
- \_\_\_\_\_. *Bancos estaduais: atualidade do debate*. Rio de Janeiro, Subseção do SEEB/RJ, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Evolução recente do emprego bancário no Brasil*. Belo Horizonte, Subseção FETEC-PR, Subseção SEEB-BH, Subseção SEEB-SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Bradesco em 1998*. São Paulo, Subseção CNB-CUT, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Desempenho dos Bancos e a Economia no Brasil em 1998*. Curitiba, Subseção FETEC-PR, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Anuário dos Trabalhadores 1996-97*. São Paulo, Parma, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos de Pesquisa* n° 10, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento Grevista nos Anos 90*. São Paulo, 1999, p.6, mimeo.
- DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1997.
- DIETERICH, H. "Crise Capitalista na Aldeia Global". In: *Revista Plural* n° 10. Florianópolis, 1998.
- DIRETRIZES DE GOVERNO. 3° *Caderno de Emprego da União do Povo Muda Brasil (PT-PDT-PSB-PCdoB-PCB)*. São Paulo, 1998.
- ELY, H.B. *Mudanças tecnológicas nos bancos brasileiros*. São Paulo, SESE-SEEB-SP, 1993, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *As transformações no sistema financeiro brasileiro e a automação nos bancos comerciais*. São Paulo, CEBRAP, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O olhar sindicalista sobre os programas de qualidade nos bancos*. Caxambu, outubro de 1996, mimeo.
- FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. 4a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- FIORI, J. L. *O Consenso de Whashington*. Palestra proferida no Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, em 04/09/96, para a Federação Brasileira de Engenheiros, mimeo.
- FONTENLA, V. P. *História dos Bancos no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, s.e., 1975.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1997.
- FORTUNATI, J. "Papel dos bancos é distribuir renda". In: *Folha Sindical* n° 191. Florianópolis, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, 1992.
- FREDERICO, C. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo, Cortez, 1994.
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

GIANOTTI, V.; NETO, S. L. *CUT Ontem e Hoje; O que mudou das origens ao IV CONCURTO*. São Paulo, Vozes, 1991.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª ed., 1988.

GORENDER, J. "Globalização, tecnologia e relações de trabalho". In: *Revista Estudos Avançados* nº 29. São Paulo, USP, 1997.

\_\_\_\_\_. "Hegemonia burguesa reforçada pela prova eleitoral de 94". In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, Brasiliense, 1995, nº. 02, p.09-27.

GOLDENSTEIN, S. "Uma reforma sob medida para os bancos privados." In: *Folha Sindical* nº 40. Florianópolis, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, 1988.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna; Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. 4a. ed. São Paulo, Loyola, 1994.

HABERMAS, J. "O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização". In: *Revista Novos Estudos* nº 43. São Paulo, Cebrap, 1995, pp. 87-101.

HOBSBAWN, E. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. 2a. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. "O que sobrou para os vitoriosos". In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12/11/1990.

HIRATA, H. *Novos modelos de produção, qualidade e produtividade*. Campinas, 1993. Seminários e Eventos DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, 1 (1): 38-49, set. 1994.

IZUMI, P. K. *O bancário frente à exigência de um novo perfil de qualificação*. São Paulo, PUC, 1996, mimeo (dissertação de mestrado).

IANNI, O. *Neoliberalismo e neosocialismo*. Campinas, IFCH/UNICAMP, junho de 1996.

JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro: automação e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo, Boitempo, 1995.

\_\_\_\_\_. *Automação e subjetividade: a experiência dos trabalhadores bancários*. Trabalho apresentado no II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, GT-12: "A centralidade do trabalho e seus desafios". Campinas, IFCH-UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. "Trabalho dos Bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro". In: *Revista Práxis*. BH/RJ/SP, Brasil, Ano V, julh/out. 1998, nº 11.

JUNKES, I. J. *O microcorporativismo no movimento sindical brasileiro: a trajetória dos trabalhadores do*



- Besc. Florianópolis, UFSC, 1997, mimeo (dissertação de Mestrado).
- JÚNIOR, E.L.; RAMOS, A (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba, Edibej, 1998.
- KATZ, C.; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?*. São Paulo, Xamã, 1995.
- KATZ, C.; BRAGA, R.; COGGIOLA, O. *Novas Tecnologias – crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo, Xamã, 1995.
- KAREPOVS, D. *A História dos Bancários – Lutas e Conquistas 1923-1993*. São Paulo, Bangraf, 1994.
- KENNEDY, P. *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro, Campus, 1993.
- KREIN, J. D. “Reestruturação produtiva e sindicalismo”. In: *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Hucitec-ABET, 1997.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Moeda sem força”. In: *Folha de São Paulo*, 19 de abril de 1998, p. 5-3.
- KURTZMAN, J. *A morte do dinheiro*. São Paulo, Atlas, 1995.
- LARANJEIRA, S. *As novas tecnologias e a ação sindical no setor bancário: as experiências britânica e brasileira*. Trabalho apresentado no 17º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 22 a 25 de outubro de 1993.
- LENIN, V. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. 2ª ed. São Paulo, Global, 1982.
- LOJKINE, J. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez, 1995.
- LUZ, R. R. *Luta pelo emprego*. Florianópolis, SEEB Florianópolis e Região, 25/11/98, mimeo.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe - estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro, Elfos Ltda., 1989.
- MARX, K. *Cap. VI inédito de O Capital; Resultados do processo de produção imediato*. São Paulo, Moraes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Capital ; Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Consequências sociais do avanço tecnológico*. Obras Completas, vol 1, São Paulo, Edições Populares, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. Vol. I. Rio de Janeiro, Difel, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. Vol. II. Rio de Janeiro, Difel, 1996.

\_\_\_\_\_. *La ideologia alemana*. Buenos Aires, Siglo Veinte Uno, 1973.

\_\_\_\_\_. *La internacional. Documentos, Artículos y Cartas*. 1ª ed. Méjico, Fondo de Cultura Econômica, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre o sindicalismo*. Iniciativas Editoriais, Coleção Pontos de Vista, Lisboa, 1974.

MARCOS, S. "Por que combatemos?" . In: *Folha de São Paulo*, 5/10/97.

MARTINS, H. S.; RAMALHO, J. R. *Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1994.

MARCUSE, H. "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna" . In: *Revista Praga* nº 01. São Paulo, Boitempo, 1996.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. "Transformações estruturais e emprego nos anos 90" . In: *Ensaio FEE* nº 0.1. Porto Alegre, v.18, 1997, p.13-40.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Página Aberta, 1995.

\_\_\_\_\_. "Para Mattoso, reforma vai atingir toda a categoria" . (entrevista) In: *Folha Sindical*, nº 39, 15/03/1988. Florianópolis, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, 1988.

MARTINEZ, R. C. (et alii). *La metamorfosis del capitalismo monopolista de Estado*. Ciudad de la Habana, 1998, mimeo.

MÉSZAROS, I. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. 2a. ed. São Paulo, Ensaio, 1996.

\_\_\_\_\_. "Atualidade histórica da ofensiva socialista" . In: *Revista Praxis* nº 11. BH/RJ/SP, Brasil, Ano V, julh/out. 1998.

MENDONÇA, S. *A industrialização brasileira*. São Paulo, Moderna, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (et alii). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 4a. ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

MICK, J. *Sessenta, uma história, 1935/1995*. Florianópolis, Gráfica Palotti, 1995.

- \_\_\_\_\_. *A globalização financeira e as mudanças na regulamentação do sistema financeiro nacional (1994-1996) ; Um estudo sob a perspectiva da hegemonia financeira*. Florianópolis, UFSC, 1998, 151 p., mimeo( dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina).
- MINELLA, A.C. *Banqueiros, organização e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.
- \_\_\_\_\_. "A organização e o poder dos banqueiros". (entrevista). In: *Folha Sindical* n° 67. Florianópolis, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, 1988.
- MORAES, D. ; VIANA, F. PRESTES: *Lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MOTTA, P. C. "A redefinição dos negócios bancários a partir das tecnologias de automação". In: *Rev. Bras. Merc. de Capitais*. Rio de Janeiro, vol.13, n° 39, Abr/jun 1987, p.109-121.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Relatório da força-tarefa sobre políticas de emprego*. Diagnóstico e Recomendações. Brasília, agosto de 1998.
- NOGUEIRA, A. J.F.M. *As metamorfoses do sindicalismo no capitalismo contemporâneo*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996, mimeo.
- NEVES, E. F. *Bancos, bancários e movimento sindical*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1998.
- OFFE, C. "Trabalho : a categoria chave da sociologia?". In: *Revista Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Informe de la OIT sobre El Empleo em el Mundo 1998-99. Ginebra y Washington D.C., septiembre de 1998.
- GORZ, A. "Quem não tiver trabalho também terá o que comer". In: *Revista Estudos Avançados*, vol.4, n° 1. São Paulo, 1990.
- PAGOTTO, M. A. F. *Mito e realidade na automação bancária*. Campinas, Unicamp, 1996, mimeo (dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas).
- PELIANO, J. C. P; FREITAS, C. E. *Críticas às propostas do Ministro do Trabalho para geração de emprego*. Brasília, 07 de agosto de 1998, mimeo.
- PEREIRA, V. M. C. "Quem são os desempregados para a sociologia?". Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. s/d.
- PERROT, M. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PETRAS, J. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo, Página Aberta, 1995.

\_\_\_\_\_. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, FURB, 1999.

PETRAS, J.; ALMEIDA, L.F.; RAMPINELLI, W.J.; OURIQUES, N.D.; SOUZA, FP.; MINELLA, A..C.; FIOD, E.G.M.; AUED, B.W.; COGIOLLA, O. *No fio da navalha - crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã, 1997.

PETERS, A.; STAHLER, C.; DIETERICH, H; FRANCO, R. *Fim do capitalismo global ; o novo projeto histórico*. São Paulo, Xamã, 1998.

PROPOSTAS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, março de 1996.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Governo Fernando Henrique Cardoso. *O mercado de trabalho e a geração de empregos*. Brasília, 1996.

POCHMANN, M. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança ; um estudo histórico das experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde a Segunda Guerra aos dias de hoje*. São Paulo, LTR, 1995.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva, outubro de 1992.

RIGOTTO, R. M. "Saúde dos Trabalhadores e Meio Ambiente em Tempos de Globalização e Reestruturação Produtiva". In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. Brasília, Ministério do Trabalho/Fundacentro, 1998, p. 9-20.

RIBAS, C. "Reconstruir uma identidade classista, retomar o projeto histórico". In: *Revista Plural no. 10*. Florianópolis, 1998.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.

RODRIGUES, I. J. *Sindicalismo e Política; A trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.

RODRIGUES, L. M.; RODRIGUES, I. J. *A greve dos nove dias. um estudo das greves dos bancários de março de 1987*. São Paulo, 1987, mimeo.

ROMANELLI, G. *O Provisório Definitivo: Trabalho e Aspiração de Bancários em São Paulo*. São Paulo, USP, 1978, (dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

SEGNINI, L. *A liturgia do poder ; trabalho e disciplina*. São Paulo, Educ/Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Novas formas de relações empregatícias e qualificações requeridas em um contexto altamente informatizado: análise do sistema financeiro no Brasil*. Campinas, Projeto de Pesquisa. Convênio CEDES/UNICAMP financiado pela FINEP, CNPq, FAE/UNICAMP. 1995/1997.
- SANTOS, V. *Mandato Popular*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1998.
- SCHWINDEN, E. *FHC é o campeão de desemprego em 100 anos de história do Brasil*. Brasília, 01/09/98.
- STEDILE, João Pedro. "FHC mudou o Brasil para pior". In: *Folha de São Paulo*, 03 de janeiro de 1999.
- SILVA, E. S. (et alii). *Trabalho e saúde mental do bancário*. São Paulo, DIESAT, 1985.
- SILVA, M.A. *Entre cacetetes e baionetas da burguesia: A participação dos bancários na greve geral de 20 de agosto de 1987*. Florianópolis, 1988, mimeo.
- SILVA, J. C. *Sindicalismo bancário em Santa Catarina, reforma e persistência da estrutura sindical de Estado*. Florianópolis, UFSC, 1995 (dissertação de mestrado em Sociologia Política).
- SILVA, E.N. *A Automação e os trabalhadores*. São Paulo, LTr, 1996.
- SEADE/DIEESE. São Paulo, 1997.
- SOARES, A. "Teletrabalho e comunicação em grandes CPDs". In: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, vol.35, nº 02, mar/abr., 1995, p. 64-77.
- SCHUMPETER, J.A. *Teorias econômicas de Marx a Keynes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- SIZE, P.; GOULART, S. *Dicionário da globalização ; a economia de A a Z*. Curitiba, Obra Jurídica, 1997.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Os mitos sobre o desemprego". In: *Folha de São Paulo*, 11/02/96.
- TRAGTEMBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo, Cortez, 1982.
- THE WORLD BANK - International Finance Corporation - *Brasil 1º Empréstimo de Ajustamento do Sistema Financeiro*. Whashington (EUA), 2.11.1988, p 1-2.
- TEIXEIRA, F. J. S. *O capital e suas formas de produção de mercadorias enquanto momentos atualizadores de O CAPITAL*. Fortaleza, 1997, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo/Fortaleza, Cortez, Universidade Estadual do Ceará, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de trabalhos*. Curitiba, UFP, 1981.

WEFFORT, F. O. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)". In: *Revista de Estudos CEBRAP*. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda, abril/maio/junho de 1973.

XAVIER, E. P. *Um minuto de silêncio, réquiem aos bancários mortos no trabalho*. Porto Alegre, Edição do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, 1998.

## JORNAIS

BRADEJO (jornal dos funcionários do Bradesco), publicado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, de 1987 a 1990. Várias edições.

BRADESCRAVO, de abril/maio de 1995, publicado pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

DIÁRIO CATARINENSE, de 07/01/99 e 27/11/98.

FOLHA SINDICAL. Várias edições.

FOLHA DE SÃO PAULO. Várias edições.

FOLHA BANCÁRIA. Várias edições.

GAZETA MERCANTIL. Várias edições.

O ESPELHO, Informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, CNB/CUT. Várias edições.

GAZETA MERCANTIL BALANÇO ANUAL 1997.

INFORMATIVO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS – CNB/CUT – jul/97.

JORNAL DO BRASIL. Várias edições.

JORNAL DA TARDE, de 06/03/96.

JORNAL NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BRADESCO, sem data.

JORNAL DA CNB, especial Bradesco/BCN, abril de 1998.

JORNAL ABRA OS OLHOS. Gabinete do Deputado Federal Aldo Rebelo (PC do B), março de 1998.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, nº 182, setembro de 1998 e nº 185, de

- dezembro de 1998.
- JORNAL DO CLIENTE. Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, setembro de 1998.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Várias edições.
- O GLOBO. Várias edições.
- O ESTADO, de 24 e 25/04/99.
- O BANCÁRIO, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, de 03/11/98, s/nº.
- O ESPELHO, informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, CNB/CUT, janeiro de 1999, no.179.
- RAIOS, jornal dos funcionários do Bradesco publicado pela CNB/CUT, de 1992 a 1998. Várias edições.
- REAJA, de 1991 a 1994, jornal dos representantes dos funcionários do Bradesco na Cipa. Publicado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. Várias edições.
- TRIBUNA BANCÁRIA, jornal do Sindicato dos Bancários da Bahia, nº 06, maio/93.

## **REVISTAS**

- REVISTA ADUSP, julho de 1998.
- REVISTA AMANHÃ, nº 137, dezembro de 1998.
- REVISTA BANCO HOJE, de março de 1993 e setembro de 1994.
- REVISTA BRADESCO. Várias edições.
- REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL, publicada pela Fundacentro, em 1998.
- REVISTA DOS BANCÁRIOS, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, edição de junho de 1998.
- REVISTA CAROS AMIGOS - Oficina de Informações, nº 02, dez/98.
- REVISTA CARTA CAPITAL, nº 100, de 23 de junho de 1999.
- REVISTA DO COMITÊ COORDENADOR PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO INTERNACIONAL (KoorKom), nº 01, agosto de 1998.
- REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA, abril de 1998, e outubro de 1998.
- REVISTA DEBATE SINDICAL, setembro de 1991.

BOLETIM DIEESE, nº 200, novembro de 1997.

BOLETIM DIEESE, nº 196.

REVISTA EXPRESSÃO, ano 08, nº 93, 1999.

REVISTA COM AS RESOLUÇÕES DO V CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, realizado de 19 a 22 de maio de 1994, em São Paulo.

REVISTA COM AS RESOLUÇÕES DO III CONGRESSO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DOS BANCÁRIOS DA CUT, realizado em 27 a 29 de março de 1992, em São Paulo.

REVISTA PROSA E VERSO, dos bancários do Rio Grande do Sul, agosto de 1998, nº 08, e setembro de 1998, nº 09.

REVISTA PEÃO, da Associação dos Profissionais da Eletrosul, agosto de 1998.

REVISTA TEMPO E PRESENÇA, nov/dez/1995, 33 pp.

PERFIL DO BANCÁRIO, revista da CNB/CUT e Executiva Nacional dos Bancários.

REVISTA VEJA de 14/02/96, 22/01/97, 11/02/98, e 11/11/98.

## **INTERNET**

<http://www.dieese.org.br/esp/real/desdolar.html>, 29/04/99.

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/ajuste/fmimpe.html>, 29/04/99.

<http://www.bancnet.com.br/empregos.htm>, 02/05/99.

<http://www.pdt.org.br>, 04/05/99.

<http://www.febraban.org.br/Balanco.htm>, 04/05/99.

<http://www.febraban.org.br/DadosGer.htm>, 04/05/99.

<http://www.cut.com.br>, 09/05/99